



RELATÓRIO E CONTAS 2014



Mafra, 13 de Março de 2015

Giatul – Atividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, E.M. S.A.

**GIATUL – ATIVIDADES LÚDICAS,
INFRAESTRUTURAS E RODOVIAS, E.M. S.A.**

NEM – Avenida Dr. Francisco Sá Carneiro
2640-486 Mafra

Capital Social 900.000,00 euros
Matrícula nº 3 da C.R.C. Mafra
Contribuinte 506 874 915

ÓRGÃOS SOCIAIS

MESA DA ASSEMBLEIA-GERAL

PRESIDENTE - Dr. Hugo Manuel Moreira Luís
SECRETÁRIO – Manuel Luís Oliveira Castelo

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE – Eng.º Hélder António Guerra de Sousa Silva
VOGAL – Dr. Joaquim Francisco da Silva Sardinha
VOGAL – Dr.ª Célia Maria Duarte Batalha Fernandes

FISCAL ÚNICO – Macedo, Caldas & Bento SROC
SUPLENTE – Dr.ª Maria José Nogueira de Albuquerque Vaz Caldas

Giatul – Atividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias E.M. S.A.

INDICE

1. Relatório de Gestão
2. Balanço
3. Demonstração de Resultados
4. Demonstração dos Fluxos de Caixa
5. Anexo às Demonstrações Financeiras
6. Demonstração Individual das Alterações no Capital Próprio
7. Certificação Legal das Contas
8. Relatório e Parecer do Fiscal Único

Giatul – Atividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias E.M. S.A.

1 – Relatório de Gestão

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014

Senhores Accionistas,

Em cumprimento da Lei, vimos submeter à Vossa apreciação o Relatório de Gestão e as Contas da GIATUL – Actividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias E.M. S.A. (GIATUL), relativas ao exercício de 2014.

O Conselho de Administração, em referência aos factos ocorridos e à actividade desenvolvida durante o exercício, considera importante realçar os seguintes aspectos:

1. INTRODUÇÃO

A **GIATUL**, ao longo do exercício de 2014, demonstrou capacidade de adaptação às novas exigências económicas e financeiras impostas pelo ambiente nacional e exigidas pelo seu accionista. Neste sentido, a implementação de fortes medidas de optimização operacional foram fundamentais, para preparar e lançar a empresa neste novo paradigma.

A reorganização dos meios operacionais, o ajuste na equipa de colaboradores, o reforço na negociação das condições dos contratos existentes com fornecedores e prestadores de serviços e ainda uma maior taxa de utilização das estruturas geradoras de receita, é que permitiu inverter e apresentar resultados que garantem uma maior sustentabilidade e autonomia para a sociedade.

Foi nesta envolvente, que atingiu um Volume de Negócios de 3.968.680,02€ (Três milhões, novecentos e sessenta e oito mil, seiscentos e oitenta euros e dois cêntimos), uma redução do Passivo em 591.985,00€ (Quinhentos e noventa e um mil, novecentos e oitenta e cinco euros) e uma margem de EBITDA de 17,9%.



2. HISTORIAL

A **GIATUL** é uma empresa municipal de capitais totalmente públicos constituída nos termos da Lei nº 58/98, de 18 de Agosto.

Foi constituída em Junho de 2004 com o Capital Social de 500.000,00€, pelos accionistas Município de Mafra com 80% e a Orbitur – Intercâmbio de Turismo, S.A. com 20% do referido capital.

Em Março de 2005, o parceiro Orbitur, SA cedeu a sua posição de accionista à empresa Bluematrix – Actividades Turísticas, Lda.

Em Março de 2008, a Bluematrix, Lda cedeu a sua posição societária à empresa Imoestrela – Sociedade de Investimentos da Serra da Estrela, S.A.

Em Agosto de 2010, a Imoestrela, SA, cedeu a sua posição societária à empresa Pavimafra – Infraestruturas e Rodovias E.M.S.A.

Em 10 de Abril de 2012, por deliberação da Assembleia Municipal de 27 de Fevereiro de 2012, procedeu-se à fusão por incorporação da Pavimafra – Infraestruturas e Rodovias E.M. S.A., tendo sido transferido todo o património desta, com todos os seus elementos ativos e passivos, direitos e obrigações.

A sociedade incorporante alterou a firma para “Giatul – Actividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, E.M. S.A.” e o capital social da empresa passou a ser de 900.000,00€, totalmente detidos pelo Município de Mafra.



2. EVOLUÇÃO DA EMPRESA

2.1 Actividade de Turismo e Lazer

O sector de turismo, para o Município é um dos vectores estratégicos para um desenvolvimento sustentado, constituindo o **Ericeira Camping** um dos motores, nomeadamente pela importância que assume como infraestrutura de suporte a um conjunto de iniciativas e eventos emblemáticos para promoção do Concelho de Mafra.

O modelo de exploração do **Ericeira Camping**, visa:

- Divulgar o Concelho de Mafra, enquanto destino turístico, quer em Portugal, quer no estrangeiro, potenciando a capacidade de atrair novos visitantes, com consequentes impactos para o comércio e indústria de serviços local.
- Profissionalizar a gestão desta infraestrutura, assegurando a introdução das melhores práticas na condução da sua actividade.
- Responder às prementes necessidades de reabilitação, de modernização e de adequação desta infra-estrutura, às constantes exigências legais e de mercado, de acordo com o Plano de Investimentos.

Com estes objectivos e procurando responder às necessidades do mercado, a **GIATUL** oferece um serviço único e diferenciado, pelo facto de dispor de um conjunto de infra-estruturas que não são muito frequentes nos Parques de Campismo em Portugal, dos quais destacamos:

- Alvéolos para Campismo com capacidade para 1.800 utentes
- Mobile Homes – 43 unidades
- Espaços para Autocaravanas – 50 unidades
- Bungalows – 18 unidades - 98 camas
- Teepees - 20 unidades - 40 Camas

Para além das características internas deste equipamento, a envolvente externa do parque dispõe de valências e recursos naturais, que permitem oferecer uma experiência diferenciadora.

A Auto-Estrada A21, veio facilitar a ligação directa entre Lisboa, Mafra e Ericeira, tornando-se uma mais-valia para os utilizadores deste equipamento turístico.

Ranking Nacional

No mercado nacional da oferta no sector do campismo, a **GIATUL** ocupa um lugar de destaque ao nível da qualidade proporcionada pelas suas infraestruturas, para além das características dos recursos primários e secundários que a região oferece para a actividade de turismo de lazer.

A área reservada ao estacionamento de autocaravanas, tem condições únicas em Portugal e está ao nível das melhores existentes na Europa.

Em Portugal, a totalidade da oferta diária instalada para Campismo, é de cerca de 182.000 utentes, tendo o Parque de Campismo de Mil Regos uma capacidade para 1.800 campistas, representando cerca de 5% da oferta na Área Metropolitana de Lisboa, onde existe um total de 37.500 lugares de campismo.

No que respeita à relação de área por campista, a média nacional é de 6,33 m², apresentando o **Ericeira Camping** uma área de 10,55 m², facto que o diferencia quando comparado com alguns concorrentes, como por exemplo, a AML que tem uma área disponível, em momento de lotação máxima de 5,82 m², por campista.

Utilizadores

A evolução dos utilizadores por nacionalidades, utentes e noites, foi a seguinte:

NACIONALIDADE	2014		2013		%	
	Totais		Totais		Totais	
	Utentes	Noites	Utentes	Noites	Utentes	Noites
PORTUGUESA	12793	50119	13979	48265	-15,86%	6,45%
Total Portugueses	12793	50119	13979	48265	-15,86%	6,45%
ALEMÃ	1130	3473	997	3010	13,34%	15,38%
AUSTRALIANA	132	410	102	218	29,41%	88,07%
AUSTRIACA	132	410	153	500	-13,73%	-18%
BELGA	164	431	164	431	-12%	-25%
ESPAÑHOLA	1206	3460	1037	2891	16,30%	19,68%
FRANCA	2393	6263	1765	4269	35,58%	46,71%
PAISES BAIXOS	303	840	315	972	-3,81%	-13,58%
ITALIANA	202	511	271	666	-25,46%	-23,27%
OUTRAS	652	1724	660	1850	-1,21%	-6,81%
REINO UNIDO	253	643	228	625	10,96%	2,88%
BELGA	190	556	146	431	30,14%	29,00%
SUICA	227	572	186	481	22,04%	18,92%
Total Estrangeiros	6820	18862	5860	15913	16,38%	18,53%

GIATUL – ACTIVIDADES LÚDICAS, INFRAESTRUTURAS E RODOVIAS EM SA

Poder-se-á concluir, através da análise do mapa, que embora o número de utentes nacionais tenha sofrido uma redução de 15,86% o número de utentes estrangeiros aumentou em 16,38%. Verifica-se também que o número médio de noites de permanência aumentou 6,45% nos nacionais e 18,53% nos estrangeiros. Estes dados, evidenciam que efectivamente, os utentes nacionais apesar de serem em menor número, tem preferido um maior número de noites, demonstrando a preferência e a confiança nos serviços disponibilizados. Em termos de repartição por mercados, assistiu-se uma vez mais a uma maior procura do mercado interno face ao mercado externo, representando o primeiro, mais de 70% das dormidas. Embora com espaço para crescer, entendemos que cerca de 30% de dormidas de estrangeiros, é demonstrativo do nível de qualidade do parque, na medida em que por norma, o utente estrangeiro com maior capacidade de compra, torna-se mais selectivo e exigente.

A distribuição das receitas no Parque de Campismo, foi no exercício de 2014 a seguinte:

Utentes	2014	2013	Diferença	%
Campismo Eventual	337.412,74	262.622,84	74.789,90	28%
Bungalows	146.108,17	146.044,97	63,20	0%
Contratos Caravanas	422.779,55	435.009,29	-12.229,74	-3%
Contratos M. Homes	73.854,99	74.215,20	-360,21	0%
Teepees	13.137,53	14.755,72	-1.618,19	-11%
Electricidade	32.837,54	13.347,52	19.490,02	146%
Espaços Verdes	3.135,38	3.477,00	-341,62	-10%
Àgua	2.289,39	1.895,97	393,42	21%
Rendas	109.352,50	126.780,00	-17.427,50	-14%
Máquina de Café	7.291,94	5.703,19	1.588,75	28%
Lavagem Roupa	2.234,36	2.308,57	-74,21	-3%
Adaptadores	1.403,00	1.500,60	-97,60	-7%
Máquinas de Jogos	1.688,01	1.057,59	630,42	60%
	1.153.525,10	1.088.718,46	64.806,64	2,35%

Em termos comparativos, verifica-se que em 2014 o volume das receitas sofreu um acréscimo de 2,35%, resultante do aumento do número de noites, provavelmente por uma maior notoriedade que os turistas vêm no Concelho de Mafra e na zona da Ericeira, apesar de uma maior oferta de camas (devido ao aparecimento dos Hostels) e ao delicado momento económico nacional e europeu.



Eventos

No capítulo das actividades e eventos, deveremos salientar a realização de diversas iniciativas, que potenciaram a divulgação do Concelho de Mafra e por consequência da Vila da Ericeira, promovendo em alguns uma maior procura pelo Ericeira Camping.

Destacamos:

- O **VI SUMMOL SUMMER FEST**, que consiste num festival de música e que marca o arranque dos festivais de verão a nível nacional. Este festival contou com a presença de diversos grupos musicais de renome internacional e com uma assistência a rondar as 30.000 pessoas. De entre estas, cerca de 10.000 utilizaram o **Ericeira Camping** para estadia durante o decorrer do evento.
- Apoio logístico a diversas provas de surf na Ericeira na nossa reserva mundial de surf, nomeadamente, Liga **Meo/TMN Pró Surf, Campeonato Universitário de Surf e o Mundial de Juniores de Surf**. De salientar, que neste último, que é o terceiro maior evento de surf do mundo e que teve como palco a bela Praia de Ribeira d'Ílhas, foi um português que se classificou em primeiro lugar, tornando-se no melhor surfista mundial da Categoria Sub-21. Acrescentar, que o mesmo foi considerado um sucesso total, quer em termos organizativos, quer em termos de comportamento do público participante.
- **Divulgação do Ericeira Camping**, em parceria com os Serviços de Turismo da Câmara Municipal de Mafra, na Bolsa de Turismo de Lisboa.
- **IV Festival do Pão**, que decorreu no Jardim do Cerco e foi uma organização em parceria com os serviços da Câmara Municipal de Mafra, com o objectivo de divulgar o Pão de Mafra e o artesanato local.
- **Animação de Verão Ericeira**, que decorreu em dois locais distintos, no "jogo da bola" e na foz do Lizandro. Foi uma organização em parceria com os serviços de Turismo da Câmara Municipal de Mafra, com o objectivo de animar as noites de verão da Vila.
- **Mostra Gastronómica "Os Sabores da Tapada"** em parceria com os Serviços de Turismo da Câmara Municipal de Mafra.

- **Animação de Natal** com a instalação de Stands Rústicos no centro da vila, com o objectivo de fomentar o comércio local, de promover o artesanato e os produtos agrícolas do nosso concelho.

2.2 Actividade de Infraestruturas e Rodovias

A **GIATUL** no desenvolvimento desta actividade, executou obras de conservação da rede viária municipal, repavimentou diversos arruamentos, instalou e manteve diversos espaços verdes, executou sistemas de saneamento básico e participou na execução de equipamentos de utilização colectiva.

Procedeu ainda, à venda de massas asfálticas e à recepção de materiais asfálticos para reciclagem aproveitando uma maior utilização do estaleiro e da Central de Asfalto.

O Plano de Actividades aprovado para este exercício, foi o seguinte:

TIPO DE OBRAS – 2014	Euros
Estradas e Caminhos das Freguesias – Conservação Corrente por Contrato	1.300.000,00
Saneamento em Diversas Freguesias do Concelho	15.000,00
Sinalização e Trânsito	40.000,00
Iluminação em Diversas Localidades	15.000,00
Construção, Ampliação, Remodelação de Redes de Águas e Reservatórios	200.000,00
Diversos Estudos e Projectos	15.000,00
Equipamentos – Conservação e Construções Diversas	15.000,00
Arruamentos em diversas povoações	500.000,00
Espaços Verdes Jardins	100.000,00
Infraestruturas Diversas	300.000,00
Trabalhos para Terceiros	200.000,00
	2.700.000,00
Venda de Massas Asfálticas	96.000,00
Recepção e Venda de Reciclados	6.000,00
	102.000,00

As Obras executadas foram as seguintes:

OBRAS EXECUTADAS EM 2014		%
Estradas e Caminhos das Freguesias- Conservação Corrente por Contrato	1.531.332,04	70,24%
Trabalho de Reparação de Praias provenientes pelas Intempéries	20.985,40	0,84%
Saneamento em Diversas Freguesias do Concelho	26.767,28	1,07%
Sinalização e Transito		
Iluminação em Diversas Localidades	19.526,01	0,78%
Construção, Ampliação, Remodelação de Redes de Aguas e Reservatórios	143.261,17	5,71%
Diversos Estudos e Projectos		
Equipamentos - Conservação e Construções Diversas	121.020,33	4,82%
Arruamentos em diversas povoações	253.134,72	0,88%
Espaços Verdes Jardins	12.489,19	0,50%
Infraestruturas Diversas	369.393,81	14,72%
Trabalhos para Terceiros	11.176,80	0,45%
	2.509.586,75	100,00%

Venda de Massas Asfálticas	318.720,74
Recepção e Venda de Reciclados	3.946,80
	322.667,54

3. SITUAÇÃO ECONÓMICA - FINANCEIRA

A situação económico-financeira da empresa, caracteriza-se pelos seguintes indicadores:

INDICADORES	Rácio	2014	2013
Liquidez Geral	Activo Circulante / Passivo Circulante c.p.	86,38%	92,70%
Cobertura do Imobilizado	Capitais Próprios + Div a Terc. M/L prazo / Imobilizado	97,37%	90,31%
Solvabilidade	Activo Líquido / Passivo	173,51%	159,19%
Autonomia Financeira	Cap. Próprios Totais / Activo Líquido Total	42,37%	37,18%
Rendibilidade	Res Operac+Amort+Prov+Enc Finac / Act Liq Total	12,68%	11,98%

Volume de Negócios	3.968.680,02€	4.173.821,51€
Resultado Líquido	71.172,92€	17.748,01€
Cash-Flow Operacional	708.650,41€	926.422,61€

Da sua leitura, verifica-se um reforço dos Capitais Próprios da sociedade, justificado pela redução dos Capitais Alheios Financiados em 572.088,00€ e do Passivo em 591.985,00€.

5. RENDIMENTOS E GASTOS

Rubricas	Valor	Peso %
RENDIMENTOS		
Vendas de Produtos	322.667,54	7,43%
Prestação de Serviços	3.646.012,48	83,99%
Outros Rendimentos e Ganhos	372.252,55	8,58%
Total dos Rendimentos	4.340.932,57	100,00%
GASTOS		
Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	660.813,58	15,53%
Fornecimentos e Serviços Externos	1.894.409,11	44,52%
Custos com o Pessoal	934.390,81	21,96%
Outros Gastos e Perdas de Financiamento	217.388,69	5,11%
Imparidade de Dívidas a Receber	14.560,78	0,34%
Depreciações e Amortizações	533.909,50	12,55%
Total dos Gastos	4.255.472,47	100,00%

4. INVESTIMENTOS REALIZADOS

Os investimentos e desinvestimentos realizados no exercício de 2014, foram os seguintes:

	INVESTIMENTOS	DESINVESTIMENTOS/ABATES/REG.
Activos Fixos Tangíveis		
Edifícios e Outras Construções		
Equipamento Básico	51.329,21	581,25
Equipamento Transporte	26.000,00	
Ferramentas e Utensílios		
Equipamento Administrativo	10.040,23	
Outras Imobilizações Corpóreas		
	87.369,44	581,25
Investimentos Financeiros:		
Partes de Capital - Mafreduca SA	0,00	
	0,00	0,00
	87.369,44	581,25

6. PERSPECTIVAS FUTURAS

As atuais projecções para a economia portuguesa, apontam para uma gradual recuperação da actividade em 2015 e 2016, suportada maioritariamente pelo desempenho das exportações, a par de uma recuperação da procura interna, (a taxa de desemprego tem vindo a descer, ou seja, enquanto que em 2013 era de 16,20% em 2014 já foi de 13,60%), que provavelmente permitirá a manutenção de excedentes na balança corrente e de capital.

Nos últimos anos, a economia portuguesa prosseguiu um forte ajustamento, que permitiu alcançar progressos assinaláveis na correcção de graves desequilíbrios macroeconómicos. No entanto, o processo de reequilíbrio estrutural da economia ainda está incompleto e o ajustamento macroeconómico ainda exige aprofundamento. Simultaneamente, não se devem ignorar os riscos, de natureza interna e externa, que pairam sobre a economia portuguesa e europeia. Neste quadro, é crucial o cumprimento dos compromissos estabelecidos a nível europeu em termos do processo de consolidação orçamental, que são indispensáveis para sustentar uma trajectória descendente no rácio da dívida pública. Em simultâneo, é necessário, continuar o processo de reformas estruturais no sentido da criação de incentivos à inovação, à mobilidade de factores e ao investimento em capital físico e humano. Um consenso alargado, torna-se fundamental para aumentar a credibilidade, a previsibilidade e a capacidade de implementação destas políticas. Estas condições, são indispensáveis para promover um melhor aproveitamento dos recursos e para promover o crescimento da produtividade, contribuindo assim para um maior equilíbrio económico-social em Portugal.

Relativamente à actividade da sociedade, os valores aprovados no Plano de Actividades e Orçamento para 2015, foram estimados numa perspectiva que se considera prudente, em virtude da grande volatilidade económica e financeira anteriormente descrita.



7. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

Com base nestes considerandos, a GIATUL – Actividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias E.M. S.A., apresenta no exercício de 2014, resultados positivos de 71.172,92€ (Setenta e um mil, cento e setenta e dois euros e noventa e dois cêntimos).

Verificando que o valor existente em Reservas Legais é superior à taxa que os Estatutos da Sociedade obrigam, o Conselho de Administração, vem propor realizar a seguinte aplicação:

- Resultados Transitados.....71.172,92€

8. AGRADECIMENTOS

O Conselho de Administração deseja registar o agradecimento a todos os que ao longo deste exercício, contribuíram para a consolidação da actividade da empresa, nomeadamente:

- Ao Accionista, pela confiança depositada na Administração;
- Ao Fiscal Único, pela pronta e sempre oportuna colaboração;
- Às Instituições Financeiras, pela confiança que continuamente nos manifestam;
- Aos utentes e clientes, pela preferência e fidelização demonstradas;
- A todos os Colaboradores, pelo seu empenhamento e profissionalismo, no exercício das suas funções;

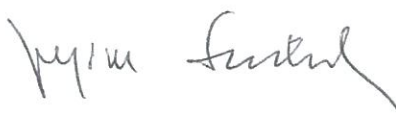
Mafra, 13 de Março de 2015

O Presidente do Conselho de Administração



Hélder António Guerra de Sousa Silva (Eng.º)

Vogal do Conselho de Administração



Joaquim Francisco da Silva Sardinha (Dr.º)

Vogal do Conselho de Administração



Célia Maria Duarte Batalha Fernandes (Dr.ª)

Giatul – Atividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias E.M. S.A.

2 - Balanço

BALANÇO

250

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

UNIDADE MONETÁRIA: EUROS

RUBRICAS		NOTAS	PERÍODOS	
			2014	2013
ACTIVO				
Activo não corrente				
Activos fixos tangíveis	21	2.569.899,73 €	2.814.474,06 €	
Propriedades de investimento				
Goodwill				
Activos intangíveis	18	8.817.417,77 €	9.012.307,67 €	
Activos biológicos				
Participações financeiras - método de equivalência patrimonial				
Participações financeiras - outros métodos				
Accionistas/sócios				
Outros activos financeiros				
Activos por impostos diferidos				
		11.387.317,50 €	11.826.781,73 €	
Activo corrente				
Inventários	21	29.878,50 €	45.198,05 €	
Activos biológicos				
Clientes	22	1.232.766,57 €	1.327.434,02 €	
Adiantamentos a fornecedores				
Estado e outros entes públicos	23	171.599,14 €	65.403,72 €	
Accionistas/sócios				
Outras contas a receber	20	167.408,75 €	310.088,09 €	
Diferimentos	19	38.229,57 €	47.690,69 €	
Activos financeiros detidos para negociação				
Outros activos financeiros				
Activos correntes detidos para venda				
Caixa e depósitos bancários	24	261.198,24 €	206.361,43 €	
		1.901.080,77 €	2.002.176,00 €	
TOTAL DO ACTIVO		13.288.398,27 €	13.828.957,73 €	
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO				
CAPITAL PRÓPRIO				
Capital realizado	25	900.000,00 €	900.000,00 €	
Ações (quotas) próprias				
Outros instrumentos de capital próprio				
Prémios de emissão				
Reservas legais	26	356.800,25 €	356.800,25 €	
Outras reservas	27	425.027,06 €	425.027,06 €	
Resultados transitados	29	3.800.917,31 €	3.783.169,30 €	
Ajustamento em activos financeiros	28	-6.925,00 €	-6.925,00 €	
Excedentes de revalorização				
Outras variações no capital próprio		82.927,31 €	102.675,02 €	
		71.172,92 €	17.748,01 €	
Resultado líquido do período				
Interesses minoritários				
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		5.629.919,85 €	5.578.494,64 €	
PASSIVO				
Passivo não corrente				
Provisões				
Financiamentos obtidos	33	5.857.688,71 €	6.256.937,84 €	
Responsabilidade por benefícios pós-emprego				
Passivos por impostos diferidos				
Outras contas a pagar				
		5.857.688,71 €	6.256.937,84 €	
Passivo corrente				
Fornecedores	32	848.357,94 €	793.269,46 €	
Adiantamentos de clientes				
Estado e outros entes públicos	30	43.935,56 €	58.829,65 €	
Accionistas/sócios				
Financiamentos obtidos	33	100.000,00 €	272.839,26 €	
Outras contas a pagar	31	198.950,21 €	228.407,88 €	
Diferimentos	19	609.546,00 €	640.179,00 €	
Passivos financeiros detidos para negociação				
Outros passivos financeiros				
Passivos correntes detidos para venda				
		1.800.789,71 €	1.993.525,25 €	
TOTAL DO PASSIVO		7.658.478,42 €	8.250.463,09 €	
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		13.288.398,27 €	13.828.957,73 €	

Conselho de Administração

Técnico Oficial de Contas nº 67159

219737428

67159



3 – Demonstração de Resultados

GIATUL - Actividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, E.M. S.A.

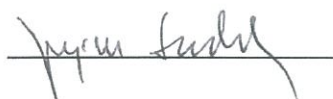
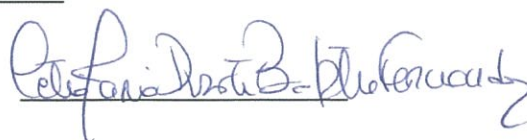
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

UNIDADE MONETÁRIA: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2014	2013
Vendas e Serviços Prestados	6	3.968.680,02 €	4.173.821,51 €
Subsídios à exploração	12	97.936,45 €	96.445,00 €
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos			
Varição nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	-660.813,58 €	-428.996,93 €
Fornecimento e serviços externos	8	-1.894.409,11 €	-1.871.102,56 €
Gastos com o pessoal	9	-934.390,81 €	-1.157.750,28 €
Imparidade de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	10	94.885,39 €	6.973,13 €
Provisões (aumentos/reduções)			
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos	11	164.495,08 €	192.049,94 €
Outros gastos e perdas	13	-32.847,64 €	-78.044,07 €
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		803.535,80 €	933.395,74 €
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	14	-533.909,50 €	-624.000,70 €
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		269.626,30 €	309.395,04 €
Juros e rendimentos similares obtidos	15	374,85 €	268,32 €
Juros e gastos similares suportados	16	-184.541,05 €	-266.047,50 €
Resultados antes de impostos		85.460,10 €	43.615,86 €
Imposto sobre o rendimento do período		-14.287,18 €	-25.867,85 €
Resultado líquido do período		71.172,92 €	17.748,01 €

Conselho de Administração

Técnico Oficial de Contas nº 67159



219737428

67159



A handwritten signature in blue ink, appearing to be "W. B. O.", located to the right of the company logo.

4 – Demonstração dos Fluxos de Caixa

Giatul-Actividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, E.M., S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

UNIDADE MONETÁRIA: EUROS

Rubricas			2014	2013
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS - MÉTODO DIRECTO:				
Recebimento de clientes	+		5.465.375,01 €	5.602.784,10 €
Pagamentos a fornecedores	-		-3.038.708,94 €	-2.977.322,21 €
Pagamentos ao pessoal	-		-583.585,61 €	-605.328,23 €
Caixa gerada pelas operações	+/-		1.843.080,46 €	2.020.133,66 €
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-/+		-19.224,11 €	-30.804,78 €
Outros recebimentos/pagamentos	+/-		-499.101,91 €	-735.706,03 €
Fluxos das actividades operacionais	[1]	+/-	1.324.754,44 €	1.253.622,85 €
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:				
Pagamentos respeitantes a:				
Activos fixos tangíveis	-		-13.869,44 €	-45.899,42 €
Activos intangíveis	-		0,00 €	0,00 €
Investimentos Financeiros	-		0,00 €	0,00 €
Outros activos	-		0,00 €	0,00 €
Recebimentos provenientes de:				
Activos fixos tangíveis	+		581,25 €	91.896,59 €
Activos intangíveis Investimentos financeiros	+		0,00 €	0,00 €
Outros activos	+		0,00 €	0,00 €
Subsidios ao investimento	+		0,00 €	0,00 €
Juros e rendimentos similares	+		0,00 €	0,00 €
Dividendos	+		0,00 €	0,00 €
Fluxos das actividades de investimento	[2]	+/-	-13.288,19 €	45.997,17 €
FLUXOS DE CAIXA DE ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:				
Recebimentos provenientes de:				
Financiamentos Obtidos	+		500.000,00 €	2.350.000,00 €
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	+		0,00 €	0,00 €
Cobertura de prejuizos	+		0,00 €	0,00 €
Doações	+		0,00 €	0,00 €
Outras operações de financiamento	+		0,00 €	0,00 €
Pagamentos respeitantes a:				
Financiamentos Obtidos	-		-1.756.629,44 €	-4.012.536,09 €
Juros e gastos similares	-			
Dividendos	-		0,00 €	0,00 €
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	-		0,00 €	0,00 €
Outras operações de financiamento	-		0,00 €	0,00 €
Fluxos das actividades de financiamento	[3]		-1.256.629,44 €	-1.662.536,09 €
Variação de caixa e seus equivalentes	[1] + [2] + [3]		54.836,81 €	-362.916,07 €
Efeitos das diferenças de câmbio	+/-		- €	- €
Caixa e seus equivalentes no início do período	+/-		206.361,43 €	569.277,50 €
Caixa e seus equivalentes no fim do período	+/-		261.198,24 €	206.361,43 €

Conselho de Administração

Técnico Oficial de Contas nº 67159

219737428

67159

5 – Anexo às Demonstrações Financeiras

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANO DE 2014

(Montantes expressos em euros)



1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

1.1. **Denominação Social:** GIATUL – Actividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias E.M. S.A.

1.2. **Sede:** Av. Francisco Sá Carneiro – NEM 2640 - 486 Mafra

1.3. **Natureza da atividade:** Parques de Campismo e de Caravanismo, Construção de Outras Obras de Engenharia Civil, Atividades de Serviços de Apoio à Educação e outras Atividades Desportivas.

1.4. **N.º de Identificação Colectiva:** 506 874 915

1.5. **Capital Social:** 900.000,00€ (Novecentos mil euros)

1.6. **Matriculada em:** Conservatória do Registo Comercial de MAFRA, sob o número 3/20040907



Indicações gerais:

- Os valores indicados são expressos, salvo indicação em contrário, em euros.
- As notas que não constam do presente anexo não são aplicáveis à empresa no presente exercício.

O objecto social da sociedade consiste no seguinte:

1. A empresa tem como objecto o exercício das seguintes actividades de interesse público municipal:

- a) Exploração do Parque de Campismo de Mil Regos;
- b) Conservação e manutenção de todos os espaços, instalações e equipamentos do Parque de Campismo;
- c) Realização de investimentos para a expansão da actividade do Parque de Campismo, de acordo com a vocação e dentro dos limites do terreno que ocupa.
- d) Concepção, construção, manutenção e reforço de infraestruturas urbanísticas, incluindo infraestruturas da rede viária municipal urbana ou rural de acordo com a programação aprovada pelo Município sob proposta da empresa;

- e) Instalação e manutenção de todos os espaços e equipamentos públicos ou de utilização colectiva que sejam de propriedade do Município, bem como de mobiliário urbano;
- f) Conservação, restauração, reparação ou beneficiação do parque imobiliário do concelho de Maфра que seja propriedade do Município;
- g) Execução administrativa de obras realizadas em imóveis que não pertençam ao Município;
- h) Gestão da concessão de distribuição de energia eléctrica em baixa tensão e respectivas infraestruturas, no Município de Maфра.

2. A título acessório, a empresa poderá exercer outras actividades, de âmbito municipal, nas áreas da cultura, do desporto e da educação, designadamente, prestação de serviços, bem como exploração de outras actividades de turismo e lazer que se revistam de interesse público municipal.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 - As demonstrações financeiras anexas foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) previstas pelo Sistema de Normalização Contabilística (SNC) aprovado pelo Decreto-lei n.º 158/2009 de 13 de Julho com as rectificações da Declaração de Rectificação n.º 67-B/2009 de 11 de Setembro e com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010 de 23 de Agosto.

2.2 - Não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que tenham tido efeitos nas demonstrações financeiras e na imagem verdadeira e apropriada do activo, passivo e dos resultados da entidade.

3. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS RELEVANTES

As principais políticas contabilísticas adoptadas pela Entidade na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1 – BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com as bases de apresentação das demonstrações financeiras (BADF):

3.1.1. - PRESSUPOSTO DA CONTINUIDADE

No âmbito do pressuposto da continuidade, a entidade avaliou a informação de que dispõe e as suas expectativas futuras, tendo em conta a capacidade da entidade prosseguir com o seu negócio. Da avaliação resultou que o negócio tem condições de prosseguir presumindo-se a sua continuidade.

3.1.2. – PRESSUPOSTO DO ACRÉSCIMO

Os elementos das demonstrações financeiras são reconhecidos logo que satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento.

3.1.3.- CONSISTÊNCIA DE APRESENTAÇÃO

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras está consistente de um período para o outro.

3.1.4. - MATERIALIDADE E AGREGAÇÃO

A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou do erro, ajuizados nas circunstâncias que os rodeiam. Considera-se que as omissões ou declarações incorrectas de itens são materialmente relevantes se puderem, individual ou colectivamente, influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Um item que não seja materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada na face das demonstrações financeiras pode porém ser materialmente relevante para que seja apresentado separadamente nas notas do presente anexo.

As demonstrações financeiras resultam do processamento de grandes números de transacções ou outros acontecimentos que são agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função. A fase final do processo de agregação e classificação é a apresentação de dados condensados e classificados que formam linhas de itens na face do balanço, na demonstração dos resultados, na demonstração de alterações no capital próprio e na demonstração de fluxos de caixa ou no anexo.

3.1.5. - COMPENSAÇÃO

Os activos e os passivos, os rendimentos e os gastos, não são compensados excepto quando tal for exigido ou permitido por uma NCRF. Assim, o rédito deve ser mensurado tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e abatimentos de volume

concedidos pela Entidade. A Entidade empreende, no decurso das suas actividades ordinárias, outras transacções que não geram rédito mas que são inerentes às principais actividades que o geram. Os resultados de tais transacções são apresentados, quando esta apresentação reflecta a substância da transacção ou outro acontecimento, compensando qualquer rendimento com os gastos relacionados resultantes da mesma transacção.

Os ganhos e perdas provenientes de um grupo de transacções semelhantes são relatados numa base líquida, por exemplo, ganhos e perdas de diferenças cambiais ou ganhos e perdas provenientes de instrumentos financeiros detidos para negociação. Estes ganhos e perdas são relatados separadamente se forem materialmente relevantes.

3.1.6. - INFORMAÇÃO COMPARATIVA

O conteúdo das demonstrações financeiras é comparável com o do ano anterior.

Toda a informação que consta nas Demonstrações Financeiras e no presente documento, com referência a 2014, consiste, na informação da sociedade "GIATUL EM SA".

Associadas

Foram consideradas associadas todas as entidades sobre as quais a GIATUL tem influência significativa e que não sejam subsidiárias nem tenham interesses em empreendimentos conjuntos.

Influência significativa foi considerada como sendo o poder de participar nas decisões das políticas financeiras e operacionais das investidas mas que não constitui controlo nem controlo conjunto sobre essas políticas.

A GIATUL detém 20% ou mais do poder de voto da investida, ou quando detém direitos especiais de voto.

PARTICIPADA	Participação	Valor Mensurado	Ano Aquisição	Total do Capital Social	Resultado 2013
Mafreduca S.A.	49%	0,00	2008	100.000,00	(2.068.303,07)

As Contas de 2014 ainda não foram disponibilizadas na presente data.

Foi decidido alienar integralmente a participação social detida na Mafreduca, SA, conforme deliberação inscrita na Acta da Assembleia Geral de 18/02/2013. O processo embora tenha sido iniciado, conforme descrito no relatório de gestão do exercício anterior, não chegou a ficar concluído. O actual Conselho de Administração continua a promover diligências para encontrar soluções que possam promover uma maior sustentabilidade da empresa e simultaneamente responder às expectativas de todas as entidades envolvidas neste processo, apesar das dificuldades conhecidas, do actual momento económico nacional.

A participação financeira encontra-se reconhecida por valor nulo, uma vez que esta apresenta Capitais Próprios com valor negativo.

A 31/12/2013 apresentava Capitais Próprios negativos em 13.082.878,53 €.

4. POLÍTICAS DE RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

Imparidade de activos

À data de cada relato e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o activo se encontra registado possa não ser recuperável, é efectuada uma avaliação de imparidade dos activos. Sempre que o montante pelo qual o activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada em resultados.

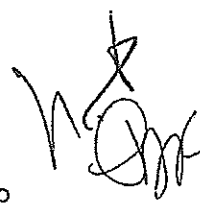
A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do activo, numa transacção entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do activo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada activo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o activo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados sendo efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

Reconhecimento de Vendas e Serviços Prestados

As Vendas e Serviços Prestados são reconhecidos a afectar os resultados operacionais do período a que dizem respeito, não obstante poder serem recebidas em períodos diferentes, de acordo com o regime de acréscimo. Os Serviços Prestados são apresentados líquidos de devoluções e de descontos comerciais.

Foram aplicadas as definições e os critérios da NCRF 20.



Vendas de bens

O rédito proveniente da venda de bens apenas é reconhecido quando (i) são transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens, (ii) não seja mantido um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse ou o controlo efectivo dos bens vendidos, (iii) a quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada, (iv) seja provável que os benefícios económicos associados com as transacções fluam para a empresa e (v) os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transacção possam ser fiavelmente mensurados.

As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber. As restantes receitas e despesas são registadas de acordo com o pressuposto do acréscimo pelo que são reconhecidas à medida que são geradas independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de diferimentos ou outras contas a pagar ou a receber.

Prestação de serviços



O rédito associado com uma transacção que envolva prestação de serviços é reconhecido quando o desfecho dessa transacção possa ser fiavelmente estimado, isto é, quando:

(i) a quantia de rédito seja fiavelmente mensurada; (ii) seja provável que benefícios económicos associados com a transacção fluam para a Empresa/Grupo; (iii) a fase de acabamento da transacção à data do balanço seja fiavelmente mensurada; e (iv) os custos incorridos com a transacção e os custos para concluir a transacção sejam fiavelmente mensurados.

Locações

Tal como preceituado na NCRF 9, os activos tangíveis adquiridos em regime de locação financeira são reconhecidos ao custo histórico depreciado. No passivo reconhecem-se os valores actualizados das prestações em dívida às locadoras.

A GIATUL classifica as operações de locações como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal.

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os activos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos activos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, por forma

a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade. As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

Por forma a determinar se o activo locado ficou em imparidade, aplica-se o disposto na NCRF 12 - Imparidade de activos.

Operações em moeda diferente da moeda de relato (€uro)

O euro é a moeda funcional e de relato

Não existem, em matéria de risco cambial relevante a afectar as demonstrações financeiras, outras situações a assinalar.

Responsabilidades e Gastos com benefícios de reforma de trabalhadores

A empresa não tem qualquer sistema próprio complementar à segurança social pública, em matéria de apoios à reforma dos trabalhadores.

Custos de empréstimos

Todos os custos de empréstimos são reconhecidos como gasto do período em que ocorrem, numa base de acréscimo, de acordo com o tratamento de referência da NCRF 10.

Subsídios públicos

Encontram-se reconhecidos rendimentos de subsídios obtidos do Instituto do Turismo de Portugal, referentes a eventos ocorridos em 2014 assim como referentes a um contrato de estágio com o Instituto do Emprego e Formação Profissional, tendo como objetivo promover a inserção de jovens no mercado de trabalho.

Impostos sobre os resultados

Existem, nos períodos de relato, situações que permitam o apuramento, na estimativa anual, de impostos diferidos, ou reconhecimento de activos por impostos diferidos.

Quando aplicável adoptou-se a NCRF 25 - Impostos sobre o rendimento.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da entidade de acordo com as regras fiscais em vigor.

Activos fixos tangíveis

Os edifícios e equipamentos que integram o activo fixo tangível são mensurados segundo o modelo do custo previsto na NCRF 7, isto é, pelo custo menos a depreciação e perdas de imparidade acumuladas.

A depreciação dos edifícios e equipamentos é reconhecida como gasto a afectar os resultados operacionais, na base do método de linha recta (quotas constantes), com aplicação de percentagens sobre o custo de aquisição, deduzido do valor residual dos activos, na base das seguintes estimativas de períodos de vida útil esperada:

Edifícios e obras de modificação	5 e 10 anos
Equipamentos e instalações básicas e administrativas	8 a 12 anos
Equipamento e ferramentas ligeiras	3 a 8 anos
Equipamento de transporte	4 anos

Os períodos de vida útil foram objecto de estimativa actualizada, nas datas de relato. Existindo algum indício de que se verificou uma alteração significativa da vida útil ou da quantia residual de um activo, é revista a depreciação desse activo de forma prospectiva para reflectir as novas expectativas.

Os dispêndios com reparação que não aumentem a vida útil dos activos nem resultem em melhorias significativas nos elementos dos activos fixos tangíveis são registadas como gasto do período em que incorridos. Os dispêndios com inspecção e conservação dos activos são registados como gasto.

Para a generalidade dos activos fixos tangíveis da empresa não foram até ao momento detectados indícios que determinassem a realização de testes adicionais de imparidade.

Activos não correntes detidos para venda

Os activos não correntes e os grupos para alienação são classificados como detidos para venda quando a sua quantia escriturada for essencialmente recuperada através de uma venda e não através do seu uso continuado. Considera-se que esta condição se verifica apenas quando a venda é altamente provável e o activo não corrente ou grupo para alienação está disponível para venda imediata nas suas condições presentes. A correspondente venda deve estar concluída no prazo de um ano a contar da data da classificação do activo não corrente ou do grupo para alienação como disponível para venda.

Quando a Entidade está comprometida com um plano de venda de uma subsidiária que envolva a perda de controlo sobre a mesma, todos os activos e passivos dessa subsidiária são classificados como detidos para venda, desde que se cumpram os requisitos referidos no parágrafo anterior, ainda que a Entidade retenha algum interesse minoritário na subsidiária após a venda.

257
N. 000

Os activos não correntes e os grupos para alienação classificados como detidos para venda são mensurados ao menor de entre a sua quantia escriturada antes da classificação e o seu justo valor menos os custos para vender.

Caixa e seus equivalentes

A rubrica de caixa e equivalentes de caixa mostrada pelo balanço inclui meios líquidos de pagamento (caixa e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis), sem afectar o valor do respectivo capital.

São aplicáveis as definições da NCRF 2 – Demonstração de Fluxos de Caixa.

Justo Valor nas Propriedades de Investimento e Imparidades de activos

Aplicaram-se para o efeito, as disposições contidas na NCRF 11 - Propriedades de investimento.

Inventários

000

Os Inventários são valorizados ao menor entre o seu custo e o valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição actual. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado no decurso normal da actividade deduzido dos respectivos custos de venda.

As diferenças entre o valor de custo e o valor realizável líquido, quando mais baixo, bem como o valor dos materiais potencialmente obsoletos, encontram-se registadas na rubrica perdas de imparidade em inventários.

O método de custeio adoptado para a valorização das saídas de armazém é o custo médio ponderado ou custo específico).

Clientes e outras contas a receber

Esta rubrica está mensurada em balanço com base na quantia de rédito historicamente reconhecido, acrescida do IVA e, quando aplicável, de quantias de rédito de juros debitados e deduzida de ajustamentos pelo risco de crédito não recuperável.

Outras contas a receber

As contas a receber são mensuradas ao custo ou ao custo amortizado menos as perdas de imparidade. As perdas por imparidade verificadas são reconhecidas nos resultados.

O ajustamento para imparidade das contas a receber é estabelecido quando há evidência objectiva de que não será recebida parte ou a totalidade dos montantes em dívida, no termos acordados. Dificuldades financeiras significativas por parte do devedor, probabilidade de o

devedor se tornar insolvente ou a falha sucessiva de pagamentos por parte do devedor, são considerados indicadores de que a conta a receber está numa situação de imparidade.



Financiamentos obtidos

As responsabilidades financeiras para com a banca estão reconhecidas pelas quantias monetárias recebidas, líquidas de reembolsos. Os gastos financeiros, incluindo juros e outros encargos, estão reconhecidos pelo método do juro efectivo numa base de acréscimo na demonstração dos resultados do período, nos termos do preceituado na NCRF 10 - Custos de empréstimos obtidos.

Fornecedores e outras contas a pagar

Estas contas estão reconhecidas pela quantia amortizável das respectivas dívidas. A Administração da empresa entende que as quantias mostradas em balanço não diferem significativamente dos justos valores das respectivas dívidas.

Provisões

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a entidade tenha uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.



A quantia reconhecida das provisões corresponde ao valor presente da melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação, considerando os riscos e incertezas associados à obrigação. O montante das provisões são revistas na data de cada demonstração da posição financeira e ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data.

As obrigações presentes de qualquer contrato oneroso em que a GIATUL é parte integrante das disposições de um contrato ou acordo, cujo cumprimento tem associados custos que excedem os benefícios económicos derivados do mesmo, são registados como provisões.

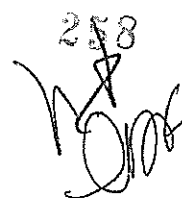
Aplicaram-se as definições e critérios das NCRF 21 - Provisões, passivos contingentes e activos contingentes.

Investimentos financeiros activos

Nos casos de investimentos em associadas, às quais se aplica o método da equivalência patrimonial, as respectivas verbas de financiamentos concedidos não tiveram tratamento de justo valor, dada a sua exclusão do âmbito da NCRF 27 - Instrumentos financeiros.

Outras contas a pagar

Às outras contas a pagar do passivo não corrente, não se procedeu a qualquer ajustamento à quantia assentada, por impossibilidade de mensurar fiavelmente o seu valor actual/descontado,

258


já que não existem pressupostos de prazo, tempestividade e valor de prestações, taxa de juro, que permitissem apurar e atualizar os fluxos de caixa futuros.

Uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração teve de recorrer a estimativas e assumir pressupostos que afectam os réditos, rendimentos e ganhos, os gastos e perdas, os activos, os passivos e as divulgações de contingências. O uso da informação disponível no momento e aplicação de julgamentos são aspectos inerentes à formação das estimativas contabilísticas. As realidades poderão no futuro diferir das estimativas efectuadas.

Instrumentos financeiros

No tratamento contabilístico dos instrumentos financeiros e respectivos requisitos de apresentação e divulgação é utilizada a NCRF 27- Instrumentos financeiros.

Os activos financeiros e os passivos financeiros são mensurados ao custo ou ao custo amortizado e, no caso dos activos financeiros, ao custo deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas ou ao custo amortizado. O custo amortizado corresponde ao valor no reconhecimento inicial, menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização cumulativa de qualquer diferença entre esse montante na maturidade, usando o método da taxa de juro efectiva, de qualquer diferença entre essa quantia inicial e a quantia na maturidade, e menos qualquer redução (directamente ou por meio do uso de uma conta de abatimento) quanto à imparidade ou incobrabilidade.



Os activos e passivos financeiros ao custo ou ao custo amortizado incluem: clientes, outras contas a receber, fornecedores, outras contas a pagar e financiamentos obtidos. O custo amortizado é determinado através do método do juro efectivo, sendo a taxa de juro efectiva a taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro no valor líquido contabilístico do activo ou passivo financeiro.

Desreconhecimento de activos e passivos financeiros:

São desreconhecidos activos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram ou quando transfere para outra entidade os activos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os activos financeiros transferidos relativamente aos quais são retidos alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido. Os passivos financeiros são desreconhecidos apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

Instrumentos de capital próprio

Um instrumento financeiro é classificado como sendo um instrumento de capital próprio, quando o mesmo evidencia um interesse residual nos activos de uma entidade após dedução de todos

os seus passivos. Os custos directamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital próprio são registados como uma dedução ao valor da emissão.

As distribuições aos detentores dos instrumentos de capital próprio apenas são reconhecidas como um passivo e debitadas directamente no capital próprio da entidade, no exercício em que essas distribuições são aprovadas pelos accionistas.

Reconhecimento de gastos e perdas e de rendimentos e ganhos

Os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que dizem respeito, de acordo com o princípio da especialização de exercícios, independentemente da data/momento em que as transacções são facturadas. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Passivos contingentes e activos contingentes

Os activos contingentes são possíveis activos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade. Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade mas são objecto de divulgação quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Os passivos contingentes são definidos como:

(i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afecte benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade, sendo os mesmos objecto de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objecto de divulgação.

Juizados de valor, estimativas e pressupostos críticos

Na preparação das demonstrações financeiras, foram adoptados certos pressupostos e estimativas que afectam os activos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assumpções realizadas pelo órgão de gestão foram efectuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transacções em curso. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento e complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras, são as seguintes:

a) Mensuração de propriedades de investimento: As propriedades de investimento mensurados

GIATUL – ACTIVIDADES LÚDICAS, INFRAESTRUTURAS E RODOVIAS E.M. S.A.

pelo justo valor, são objecto de avaliações independentes realizadas de forma regular. As referidas avaliações foram realizadas de acordo com metodologias combinando os seguintes critérios: (i) comparação de mercado; (ii) rendimento; (iii) capitalização directa; e (iv) fluxos de caixa descontados.

b) As Vidas úteis dos activos fixos tangíveis: a determinação das vidas úteis dos activos, bem como o método de amortização, é essencial para determinar o montante de amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados. Estes parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento da Administração para os activos e negócios em questão, podendo, no entanto, virem a ser alterados se a prática do sector, para situações idênticas, apontar para um *benchmark* diferente.

Acontecimentos após a data do balanço

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, quando materialmente relevantes, são divulgados nas demonstrações financeiras.

5. SISTEMA DE INFORMAÇÃO CONTABILÍSTICO

A Demonstração dos Resultados por Funções não é objecto de preparação em SNC porque a empresa optou por não a elaborar.

NOTAS DISCRIMINATIVAS E EXPLICATIVAS

6. VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

Detalhe das Vendas e Prestação de Serviços dos exercícios:

	2014	2013
Vendas de produtos acabados	322.667,54	123.477,71
Prestação de Serviços - Contratos de Construção	3.646.012,48	4.050.343,90
Vendas e serviços prestados na DRN SNC	3.968.680,02	4.173.821,51

As Prestações de Serviços ocorreram apenas no mercado interno.

7. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

Detalhe do custo das mercadorias vendidas nos exercícios:

	2014	2013
Existências Iniciais	45.198,05	55.028,25
Compras de matérias, subsidiárias e de consumo no período	645.494,03	439.790,22
Existências Finais	29.878,50	45.198,05
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas na DRN SNC	660.813,58	449.620,42

269
W
QD**8. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS**

Os Fornecimentos e Serviços Externos dos exercícios, foram os seguintes:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Subcontratos	1.072.479,10	1.078.586,80
Trabalhos especializados	185.201,03	164.432,12
Publicidade e propaganda	22.537,81	3.085,63
Vigilância e segurança	70.649,61	98.361,51
Honorários	3.220,10	35,00
Comissões	843,75	3.426,42
Conservação e reparação	74.898,82	47.951,16
Serviços Bancários	29.178,43	48.451,68
Outros Serviços	60,00	45,00
Ferramentas e Utensílios	19.366,71	6.966,42
Livros e documentação técnica	1.022,92	636,32
Material de escritório	5.237,68	5.534,42
Artigos para oferta	0,00	175,00
Electricidade	91.172,91	105.335,00
Combustíveis	168.666,66	136.472,40
Água	24.521,30	33.083,22
Lubrificantes	2.567,83	539,07
Deslocações e estadas	4.398,42	3.851,95
Rendas a alugueres	48.371,47	59.305,73
Comunicação	15.793,98	17.624,47
Seguros	27.200,80	25.520,86
Contencioso e notariado	0,00	1.285,37
Despesas de representação	69,30	4.697,93
Limpeza, higiene e conforto	26.950,48	25.646,90
Fornecimentos e serviços externos na DRN SNC	1.894.409,11	1.871.102,56

A

9. GASTOS COM PESSOAL

Detalhe dos Gastos com o Pessoal nos exercícios:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Remunerações dos órgãos sociais	0,00	0,00
Remunerações do pessoal	721.466,55	863.450,10
Encargos sobre remunerações para a segurança social	158.048,01	186.710,55
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	19.617,61	12.431,09
Indemnizações e acordos de rescisão	5.347,92	60.000,00
Outros gastos com o pessoal	29.910,72	35.158,54
Gastos com pessoal na DRN SNC	934.390,81	1.157.750,28

O número médio de funcionários em 2014 foi de 58, sendo 9 do Parque de Campismo.

10. IMPARIDADE DE DÍVIDAS A RECEBER (PERDAS/REVERSÕES)

Desdobramento dos ajustamentos e imparidades ocorridas nos exercícios:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Aumentos de ajustamentos de valor em outros devedores	0,00	0,00
Aumentos de ajustamentos de valor em clientes	14.560,78	38.632,73
Imparidade de dívidas a receber na DRN SNC	14.560,78	38.632,73

Os ajustamentos para Clientes foram feitos tendo em conta a antiguidade dos saldos dos mesmos.

11. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Detalhe dos Outros Rendimentos dos exercícios:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Ganhos em Inventários		232,00
Rendimentos e Ganhos em investimentos não financeiros	110.137,76	113.950,97
Correções imputáveis a períodos anteriores	151,52	23.728,78
Imputação de Subsídios para investimento	19.747,71	19.747,71
Outros não especificados	34.458,89	34.390,48
Outros rendimentos e ganhos na DRN SNC	164.495,08	192.049,94

A 01/11/2010 foi celebrado um contrato de arrendamento de um imóvel com a "Tarawa-kiribati", que gerou um rendimento no montante de 108.000,00 euros, no exercício de 2014.

12. SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Subsídios à exploração	97.936,45	96.445,00
Outros rendimentos e ganhos na DRN SNC	97.936,45	96.445,00

Na rubrica de Subsídios à Exploração foram reconhecidos rendimentos referentes ao contrato celebrado em 2014 entre a Giatul e o Instituto do Turismo de Portugal. Esta última concedeu um incentivo financeiro não reembolsável no montante de 96.445,00 para implementação do plano de "Promoção e Animação Turística do Município de Mafra para 2014", conforme se discrimina:

Eventos 2014	2014	2013
1. Participação em feiras - BTL 2014 e FIA 2014	80.000,00	90.000,00
2. Material de informação e divulgação turística	10.000,00	1.445,00
3. Ericeira - Reserva Mundial de Surf	6.445,00	5.000,00
Soma	96.445,00	96.445,00

Neste exercício, o valor previsto do Instituto do Turismo de Portugal foi totalmente recebido.

Nesta rubrica de Subsídios à Exploração também foram reconhecidos rendimentos no valor de 1.491,45 referentes a um contrato de estágio com o Instituto do Emprego e Formação Profissional, tendo como objectivo promover a inserção de jovens no mercado de trabalho.

13. OUTROS GASTOS E PERDAS

Detalhe de Outros Ganhos e Perdas dos exercícios:

	2014	2013
Impostos indirectos	20.354,68	17.177,18
Impostos directos	1.333,95	781,81
Correcções de Exercícios Anteriores	3.876,16	51.048,82
Taxas	6.205,77	6.506,33
Multas e penalidades	495,73	2.055,62
Outros gastos e perdas	581,35	474,31
Outros gastos e perdas na DRN SNC	32.847,64	78.044,07

14. GASTOS / REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO

Movimento das Amortizações dos Activos Tangíveis e Intangíveis, dos exercícios:

	2014	2013
Amortizações de activos fixos tangíveis:		
Edifícios e outras construções	23.518,42	32.149,33
Equipamento básico	288.411,73	362.352,58
Equipamento de transporte	16.304,17	25.267,65
Equipamento administrativo	3.680,18	1.563,28
Outros activos fixos tangíveis	1.994,96	2.667,82
Propriedade Industrial	200.000,04	200.000,04
Gastos de depreciação e de amortização na DRN SNC:	533.909,50	624.000,70

15. JUROS OBTIDOS E OUTROS RENDIMENTOS

Detalhe dos juros bancários obtidos.

	2014	2013
Juros obtidos de depósitos	374,85	268,32
Juros obtidos de aplicações de tesouraria		
Juros obtidos de clientes		
Juros obtidos de outras entidades		
Rendimentos de participadas valorizadas ao custo		
Diferenças cambiais favoráveis		
Outros rendimentos e ganhos		
Juros e rendimentos similares obtidos na DRN SNC	374,85	268,32

16. JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS

Detalhe dos encargos financeiros suportados nos exercícios:

	2014	2013
Juros contraídos com empréstimos bancários	183.377,71	259.723,88
Juros contraídos em locações financeiras	1.157,70	3.014,57
Juros de mora e compensatórios em impostos	5,64	1.632,87
Outros gastos financeiros	0,00	1.676,18
Juros e gastos similares suportados na DRN SNC	184.541,05	266.047,50

17. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Movimento ocorrido nos Activos Fixos tangíveis:

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo Final
Terrenos e recursos naturais	420.691,21				420.691,21
Edifícios e outras construções	485.780,74				485.780,74
Equipamento básico	6.015.941,99	51.338,65	- 581,25		6.066.866,89
Equipamento de transporte	376.871,60	26.000,00			402.871,60
Ferramentas e utensílios					
Equipamento administrativo	84.886,50	11.996,48			96.882,98
Outros activos fixos tangíveis	73.068,99				73.068,99
Depreciações acumuladas	-4.976.095,18		-167,50		-4.976.262,68
Perdas por imparidade acumuladas	0,00				0,00
Total	2.481.145,85	89.335,13	-581,25		2.569.899,73

Totais das variações do ano sem depreciações

Aquisições	Alienações
89.335,13	581,25

No que respeita ao valor reconhecido em “Terrenos e recursos naturais” corresponde ao terreno denominado “Vale da Póvoa de Cima”, localizado no concelho de Mafra. Encontra-se mensurado pelo valor de aquisição.

18. ACTIVOS INTANGÍVEIS

Movimento ocorrido nos Activos Intangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, nos exercícios seguintes:

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Alienações	Transferências e abates (a)	Saldo Final
Activos Intangíveis					
Goodwill	0,00				
Projectos de desenvolvimento	0,00				
Programas de computador	0,00				
Propriedade industrial	10.912.307,80				10.912.307,80
Outros activos intangíveis	5.110,14				5.110,14
Amortizações acumuladas	-1.900.000,13	-200.000,04			-2.100.000,17
Perdas por imparidade acumuladas	0,00				
Total	9.017.417,81	-200.000,04	0,00		8.817.417,77

Discrimina-se o valor da rubrica por item.

Descrição	Ano Aquisição	Valor Reconhecido	Tipo de Direito
Avenida - Ericeira / Limites Ericeira	30/04/2007	2 422 372,88	50 anos Direitos Superf
Fonte Boa da Brincosa - Carvoeira	30/04/2007	421 956,08	50 anos Direitos Superf
Primeiro Quinhão Casal da Estrada / Piscinas	30/04/2007	565 619,09	50 anos Direitos Superf
Limites do Marco - Azueira	30/04/2007	320 462,17	50 anos Direitos Superf
As Pedoeiras ou Campo do Tojo - Igreja Nova	30/04/2007	288 732,28	50 anos Direitos Superf
Charneca - Venda do Pinheiro	21/11/2007	212 801,30	50 anos Direitos Superf
Pateira - Santo Estevão Galés	21/11/2007	272 283,08	50 anos Direitos Superf
Quinta da Princesa - Enxara do Bispo	21/11/2007	305 108,52	50 anos Direitos Superf
Monte Godel - Santo Isidoro	19/03/2008	313 317,44	50 anos Direitos Superf
Mafra - Salgados	29/05/2008	651 381,20	50 anos Direitos Superf
Dir superf terreno Abrunheira	31/12/2008	138 273,76	50 anos Direitos Superf
Contrato-programa do Parque de Campismo.	29/06/2004	2.899. 999,83	Cessão Exploração
Base dados de Imagens Concelho de Mafra - Marca M		5.110,14	
Soma		8.817.417,77	

O Parque de campismo é o único item que se encontra sujeito a depreciação, uma vez que os valores dos restantes, estão suportados por uma avaliação independente realizada em Dezembro de 2014.

19. DIFERIMENTOS

O desdobramento dos diferimentos registados no Activo Corrente é o seguinte:

(Activo corrente)	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Diferimentos:		
Juros a reconhecer	33.850,29	38.686,05
Gastos a Reconhecer	4.379,28	9.004,64
Outras contas a pagar no balanço SNC	38.229,57	47.690,69

O desdobramento dos diferimentos registados no Passivo Corrente, é o seguinte:

(Passivo Corrente)	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Rendimentos a Reconhecer (Proveitos Diferidos)	609.546,00	640.179,00

20. OUTRAS CONTAS A RECEBER

Detalhe das Outras Contas a Receber:

<u>OUTRAS CONTAS A RECEBER</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
(Activo corrente)		
Devedores por acréscimo de Rendimentos	167.408,75	61.170,91
Outros devedores	0,00	249.177,92
Outras contas a receber no balanço SNC	167.408,75	310.088,09

Na rubrica de Devedores por acréscimo de rendimentos encontram-se reconhecidos 28.317,00 Euros de valores facturados em 2015 correspondente a serviços de alojamento no Parque de Campismo ocorridos em 2014.

21. INVENTÁRIOS

Valor das existências finais:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Mercadorias		
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	29.878,50	45.198,05
Inventários reclassificados de acordo com a NCRF 3	29.878,50	45.198,05

263

V. J. J. J.

22. CLIENTES

Saldos da Conta Clientes nos exercícios:

	2014	2013
Clientes C/C - Mercado Nacional	438.391,57	182.934,02
Clientes C/C – Títulos a Receber	0,00	17.000,00
Clientes - Factoring	794.375,00	1.127.500,00
Clientes no balanço SNC	1.232.766,57	1.327.434,02

23. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS (ACTIVO)

Detalhe dos saldos devedores da conta Estado, nos exercícios:

	2014	2013
IRC Capitais	0,00	0,00
IRC Prediais	40.935,76	29.685,76
IRC Juros Bancários	93,33	67,11
Pagamento Especial por Conta	9.147,64	11.733,18
Pagamento por Conta	6.901,44	6.130,98
IVA a Recuperar	114.520,96	17.786,69
Estado e outros entes públicos no balanço SNC	171.599,13	65.403,72

24. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Detalhe da conta caixa e seus equivalentes:

	2014	2013
Caixa	3.148,37	4.508,38
Depósitos imediatamente mobilizáveis	255.549,87	99.353,05
Depósitos a Prazo	2.500,00	102.500,00
Caixa e depósitos bancários no balanço SNC	261.198,24	206.361,43

25. CAPITAL REALIZADO

Composição do Capital:

	2014	2013
Capital realizado no balanço SNC	900.000,00	900.000,00

O "Município de Mafra" detém 100% do capital social da Giatul, EM. SA.

26. RESERVAS LEGAIS

Composição da Reserva legal:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Reservas legais	356.800,25	356.800,25
Reservas legais no balanço SNC	356.800,25	356.800,25

27. OUTRAS RESERVAS

Composição das Outras Reservas (Reservas Livres):

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Reservas livres	425.027,06	425.027,06
Outras reservas no balanço SNC	425.027,06	425.027,06

28. AJUSTAMENTOS DE ACTIVOS FINANCEIROS

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Ajustamentos de aplicação do MEP	-6.925,00	-6.925,00
Ajustamentos em activos financeiros no balanço SNC	-6.925,00	-6.925,00

29. RESULTADOS TRANSITADOS

Detalhe da evolução dos Resultados Transitados nos exercícios:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Resultados Transitados	3 800 917,31	3 783 169,30
Resultados transitados no balanço SNC	3 800 917,31	3 783 169,30

30. ESTADO E OUTROS ENTES PUBLICOS (Passivo)

Desdobramento das Contas com o Estado:

	2014	2013
(Passivo corrente)		
Iva a Pagar	0,00	0,00
CGA e ADSE a pagar	3.593,30	3.411,80
Segurança social a pagar	14.476,84	16.547,77
IRS a pagar	6.641,31	8.065,30
IRC a Pagar	19.224,11	30.804,78
Estado e Outros Entes Públicos no balanço SNC	43.935,56	58.829,65

Não existem quaisquer dívidas em mora às Finanças nem à Segurança Social.

31. OUTRAS CONTAS A PAGAR

Detalhe das Outras Contas a Pagar:

	2014	2013
(Passivo corrente)		
Credores Diversos	178.218,39	202.706,54
Retenções para ATAM e Cofre Previdência F.A. Estado	0,00	32,59
Impostos diferidos	20.731,82	25.668,75
Outras contas a pagar no balanço SNC	198.950,21	228.407,88

32. FORNECEDORES

Desdobramento das contas de Fornecedores:

	2014	2013
Fornecedores C/C	654.702,29	583.373,74
Fornecedores C/ garantias	193.655,65	209.895,72
Fornecedores C/ Confirming	0,00	0,00
Fornecedores no balanço SNC	848.357,94	793.269,46

33. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Detalhe dos Financiamentos obtidos nos exercícios:

	2014	2013
(Passivo não corrente)		
Dívidas a mais de um ano a instituições de crédito nacionais	5.857.688,71	6.256.937,84
Financiamentos obtidos no balanço SNC	5.857.688,71	6.256.937,84
(Passivo corrente)		
Dívidas a menos de um ano a instituições de crédito nacionais	100.000,00	272.839,26
Financiamentos obtidos no balanço SNC	100.000,00	272.839,26

34. GARANTIAS E OUTRAS RESPONSABILIDADES PRESTADAS

Os empréstimos de financiamento obtidos junto da Caixa Geral de Depósitos estão sujeitos a uma garantia que consiste nas receitas previstas no contrato-programa entre a empresa e a CM Mafra e as relativas às comparticipações, dotações, subsídios e indemnizações compensatórias a que aludem os artigos 27º e 31º da Lei 58/98, de 18/08.

35. SALDOS ENTRE EMPRESAS DO GRUPO E ASSOCIADAS

Detalhe dos saldos com associadas:

	2014	2013
Saldos em outras contas a receber		
Câmara Municipal de Mafra	299.142,97	73.211,35
Saldos em contas a pagar		
Câmara Municipal de Mafra	39.820,76	84.801,36

36. TRANSACÇÕES ENTRE EMPRESAS DO GRUPO E ASSOCIADAS

Detalhe das transacções ocorridas com associadas:

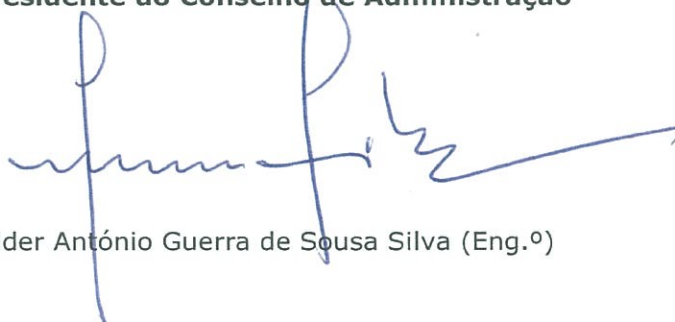
	<u>2014</u>	<u>2013</u>
<u>Réditos</u>		
Câmara Municipal de Mafra	2.838.626,13	2.624.715,19
<u>Fornecimentos e serviços externos</u>		
Câmara Municipal de Mafra	127.556,12	132.116,01

219737428

67159

Mafra, 13 de Março de 2015

O Presidente do Conselho de Administração



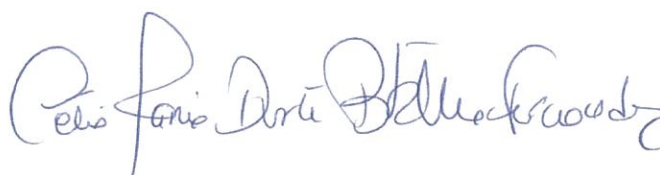
Hélder António Guerra de Sousa Silva (Eng.º)

Vogal do Conselho de Administração



Joaquim Francisco da Silva Sardinha (Dr.º)

Vogal do Conselho de Administração



Célia Maria Duarte Batalha Fernandes (Dr.ª)



Giatul – Atividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias E.M. S.A.

6 – Demonstração Individual das Alterações no Capital Próprio

Giatul-Actividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, EM, SA
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

UNIDADE MONETÁRIA: EUROS

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital												Interesses minoritários	Total do Capital Próprio
		Capital realizado	Ações (quotas) próprias	Prestações suplementares e outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2014	6	900.000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	356.800,25 €	425.027,06 €	3.783.169,30 €	-6.925,00 €	0,00 €	102.675,02 €	17.748,01 €	5.578.494,64 €	0,00 €	5.578.494,64 €
ALTERAÇÕES NO PERÍODO															
Primeira adopção de novo referencial contabilístico															
Alterações de políticas contabilísticas															
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras															
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis															
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações															
Ajustamentos por impostos diferidos															
Outras alterações reconhecidas no capital próprio						0,00 €	0,00 €	17.748,01	0,00 €		-19.747,71 €	-17.748,01 €	-19.747,71 €		-19.747,71 €
	7	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	17.748,01 €	0,00 €	0,00 €	-19.747,71 €	-17.748,01 €	-19.747,71 €	0,00 €	-19.747,71 €
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8											71.172,92 €	71.172,92 €		71.172,92 €
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8											53.424,91 €	51.425,21 €		51.425,21 €
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO															
Realizações de capital															0,00 €
Realizações de prémios de emissão															0,00 €
Distribuições															0,00 €
Entradas para cobertura de perdas															0,00 €
Outras operações															0,00 €
	10	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2014	11=6+7+8+10	900.000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	356.800,25 €	425.027,06 €	3.800.917,31 €	-6.925,00 €	0,00 €	82.927,31 €	71.172,92 €	5.629.919,85 €	0,00 €	5.629.919,85 €

Técnico Oficial de Contas nº 67159

219737428

67159



Conselho de Administração

7 – Certificação Legal das Contas

Giatul – Atividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias E.M. S.A.

8 – Relatório e Parecer do Fiscal Único



**MATADOURO
REGIONAL
de MAFRA**

Relatório de Gestão 2014

Mafra, 29 de Janeiro de 2015



**MATADOURO
REGIONAL**
de **MAFRA**

Relatório de Gestão 2014

Objecto:

- Comércio e indústria transformadora de gado, carnes verdes e produtos provenientes do abate.

Conselho de Administração:

Presidente	Eng.º Hélder António Guerra de Sousa Silva
Vogal	Dr. Joaquim Francisco da Silva Sardinha
Vogal	Dr. Hugo Manuel Moreira Luis

Sociedade Anónima matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Mafra, sob o nº 02684
Capital Social: 750.000,00 Euros – Contribuinte: PT – 505004232 – CAE Principal: 10110



RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Accionistas,

De acordo com o que determina a lei e o disposto no contrato social da Sociedade, submete-se à apreciação de V. Exas. o Relatório, Balanço, Demonstração de Resultados, Demonstração de Fluxos de Caixa, Demonstração das Alterações de Capitais Próprios e Anexos referentes ao Exercício de 2014.

O Conselho de Administração, em referência aos factos ocorridos e à actividade desenvolvida durante o exercício, considera importante realçar os seguintes aspectos:

I – INTRODUÇÃO

O **Matadouro Regional de Mafra, S.A.**, prestes a atingir os onze anos de actividade, conseguiu alcançar novamente um nível de resultados positivo, que mesmo com uma quebra no número de abates de bovinos a nível nacional, conseguiu superar os objectivos financeiros delineados, para o exercício de 2014. Este resultado, suporta a subida dos indicadores económicos e financeiros da empresa, contrariando o actual momento económico nacional, especialmente neste sector.

Esta situação, apenas foi possível devido à conjugação de vários fatores que continuamos a destacar desde a abertura da unidade, que passa por um esforço na captação de novos clientes e na reafirmação de alguns dos pontos fortes reconhecidos pelo mercado na nossa unidade, nomeadamente, a qualidade do serviço, o posicionamento geográfico, a qualidade dos seus recursos, a capacidade de inovação e a relação isenta e séria constantemente assumida com todos os clientes, fornecedores e colaboradores.

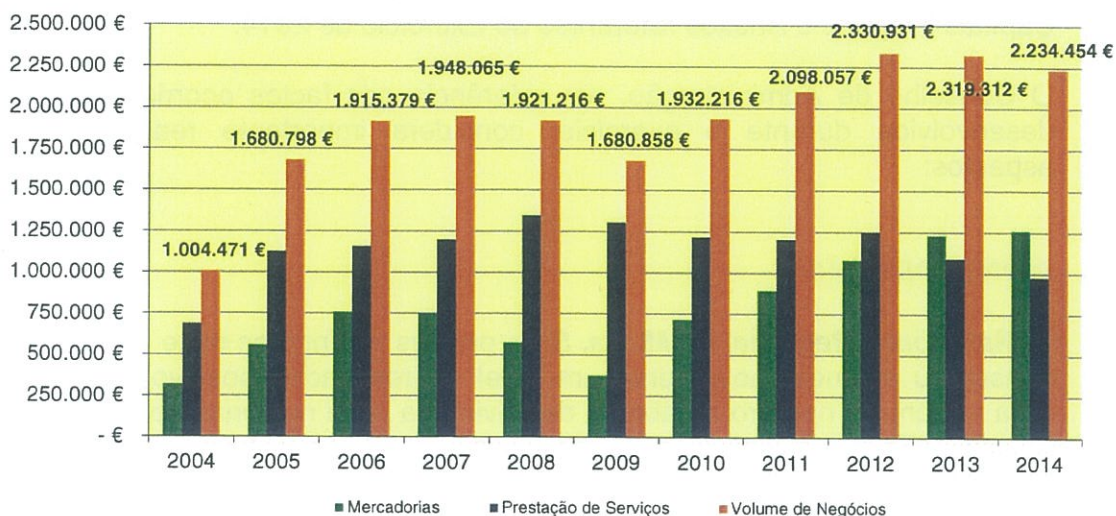
A manutenção de um contexto económico-financeiro nacional muito difícil e sem sinais ainda de melhoria (pelo menos ao nível do sector da pecuária), resultou numa quebra no volume da quantidade abatida na unidade superior a 2%.

O ano de 2014, caracterizou-se por um primeiro semestre fraco (com várias semanas a não ser possível ultrapassar as 78.000Kgs), tendo apenas invertido a partir do mês de Junho, com o arranque do abate de Touros Corridos, mantendo-se depois a níveis razoáveis até ao final do ano.

Foi neste âmbito, que o **Matadouro Regional de Mafra, S.A.**, consolidou a sua posição no mercado da prestação de serviços de abate, destacando-se como uma unidade de referência para o sector e com uma quota de mercado nacional de 5,66%.

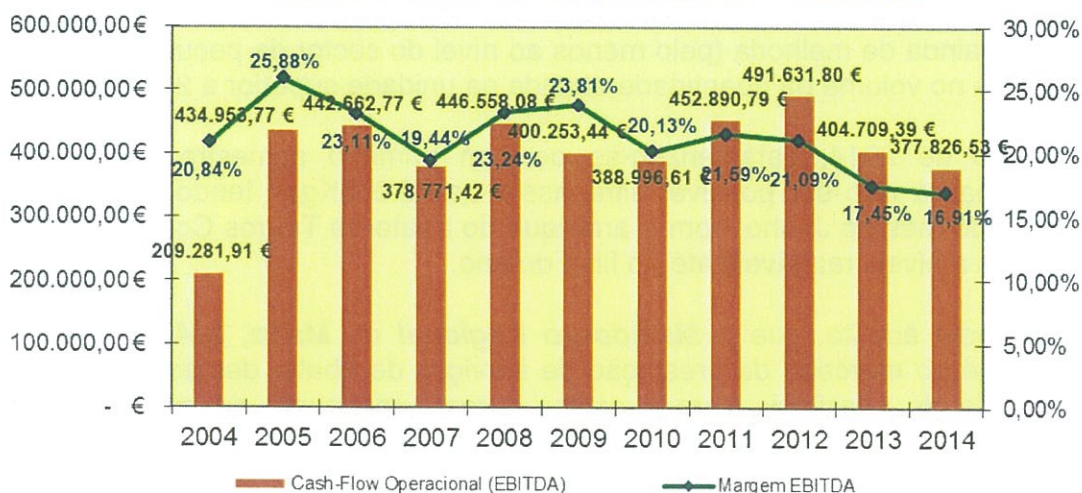
Durante 2014, mesmo com uma redução do número de abates (-7%), foi possível ter apenas uma baixa de 3,66% no valor das Vendas de Mercadorias e da Prestação de Serviços de Abate, permitindo atingir um volume de negócios de 2.234.454€ (Dois milhões, duzentos e trinta e quatro mil, quatrocentos e cinquenta e quatro euros), conforme se poderá verificar no quadro seguinte:

VOLUME DE NEGÓCIOS



Com uma descida do valor na Prestação de Serviços de 10,22% e uma subida no valor das Mercadorias de 2,14%, existiu um decréscimo do valor do *EBITDA* em 6,64%, que atingiu um valor de 377.826,53€ (Trezentos e setenta e sete mil, oitocentos e vinte e seis euros e cinquenta e três cêntimos), proporcionando uma margem de *EBITDA* de 16,91%.

CASH-FLOW OPERACIONAL - EBITDA



II – ENQUADRAMENTO MACRO-ECONÓMICO

A conjuntura em termos internacionais, ficou assinalada pelo crescimento e afirmação dos mercados asiáticos, face a um despertar da economia americana e à procura de um rumo para a política económica na zona euro. A dificultar, assistimos a uma reviravolta nos preços do petróleo, forçando a profundos ajustes na economia mundial e levando a que os principais países dependentes desta fonte energética, nomeadamente os países produtores, ficassem com a política orçamental em “xeque”.

O aprofundamento das relações com os mercados asiáticos manteve-se sustentado em elevados investimentos realizados na compra de divisas e dívida pública e mais mediaticamente, pela entrada nas estruturas accionistas das principais empresas mundiais. Paralelamente, aproveitando a fragilidade das outras zonas do globo, conseguiram alcançar elevadas taxas de crescimento internas, permitindo uma consolidação das suas economias.

Esta vaga de investimentos, veio demonstrar definitivamente um mundo global e assente nas novas tecnologias, obrigando os Estados e as Empresas, a se adaptar a esta realidade, por forma a poderem maximizar os benefícios a retirar deste paradigma.

O mercado americano, após fortes medidas aplicadas na política económica e monetária nos últimos anos, começou a sentir os primeiros sinais de recuperação, culminando designadamente, numa valorização do Dólar face ao Euro de 13% ao longo de 2014.

A somar a esta inflexão cambial, a Europa encontrou-se extremamente inquieta com uma economia em estagnação e com riscos de deflação no horizonte, para além das mudanças de liderança na sua estrutura, do impacto resultante do embargo económico à Rússia, do surgimento de algum extremismo/radicalismo político em certos países membros da comunidade europeia, entre outros factores.

Tanta diversidade de ameaças, dificultaram e colocaram por vezes em causa, a estratégia adoptada nos últimos anos de fortes medidas de restrição orçamental, de modo a garantir uma maior sustentabilidade nos Balanços dos Estados Europeus e do Sector Financeiro.

Em Portugal, manteve-se um cenário de grandes restrições, sustentado pelas medidas impostas à economia nacional e alavancado por uma falta de estratégia e de compromisso nacional entre as principais forças políticas.

Para além do constante despique político, ao longo de 2014, existiram grandes momentos de mudança, que lentamente foram conduzindo a sociedade portuguesa a descobrir uma nova realidade económica e financeira traduzida nomeadamente, pelos seguintes exemplos:

- A saída limpa da TROIKA durante o mês de Junho, apesar das dúvidas que pairaram durante o mês de Março sobre a possibilidade de um novo resgate financeiro;

- O acesso aos mercados financeiros externos em melhores condições e como exemplo, os juros cobrados pelas Obrigações do Estado Português a 10 Anos tiveram uma queda superior a 50%;
- Aumento em 1,9% das Exportações, demonstrando uma capacidade inédita dos empresários portugueses em descobrir novos mercados para os seus bens e serviços;
- Descida da Taxa de Desemprego em quase 15 por cento;
- Desmoronamento do Grupo Espírito Santo (BES) e respectivos impactos no sector financeiro e no tecido empresarial português.

Para além de muitos outros, estes são prova da grande volatilidade que tem sido o dia-a-dia dos portugueses, no que se refere ao contexto económico e financeiro, mostrando que foram criados os passos para uma maior sustentabilidade, assente num maior equilíbrio entre os sectores primário, secundário e terciário, onde assumirão extrema importância, a iniciativa privada, as exportações, o investimento estrangeiro, as sinergias com a comunidade portuguesa espalhada pelo mundo, procurando garantir um melhor país para todos.

III – ENQUADRAMENTO SECTORIAL

De seguida, pretende-se realizar uma breve análise dos principais factores que poderão ter influência no sector, sendo sempre necessário realçar a prudência que se deve utilizar na sua interpretação.

Relativamente ao consumo de carne de bovino, tal como temos destacado nos últimos anos, verificamos que se manteve a tendência de quebra no consumo per/capita, que se deve principalmente pela preferência dada pelo mercado, num período de grandes dificuldades económicas, em adquirir carnes com preços de vendas mais baixos (Porco, Frango, Peru, entre outras).

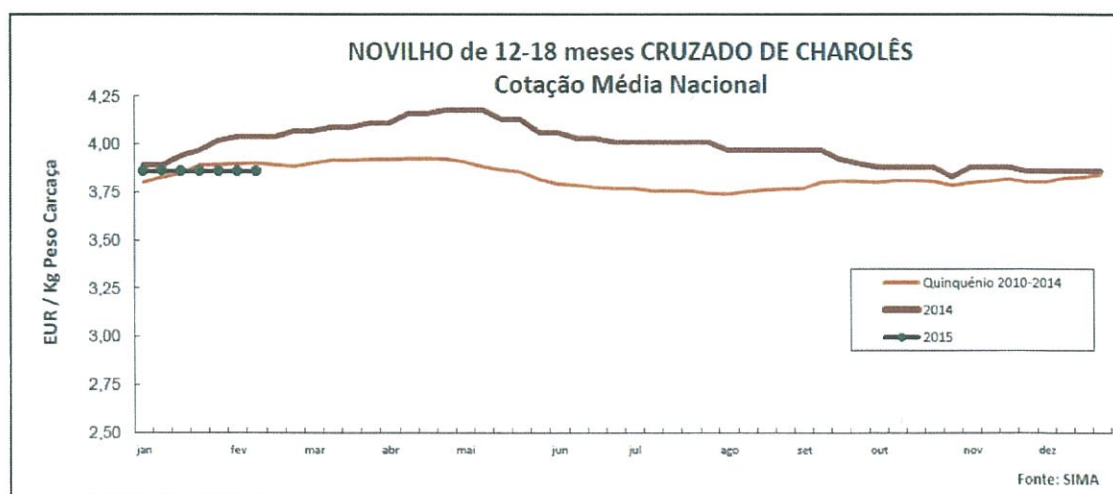
Face ao ano anterior, mantiveram-se as tendências, ou seja, no comércio internacional deu-se um aumento das importações em 9,5% da Carne Fresca/Refrigerada e da Carne Congelada em 8,7%, conforme se poderá verificar na tabela seguinte.

COMÉRCIO INTERNACIONAL - Janeiro a Dezembro

	Unidade: Toneladas					
	ENTRADAS		SAIDAS		Var. % ENTRADAS 14/13	Var. % SAIDAS 14/13
	2014	2013	2014	2013		
Bov. Rep. Raça Pura	895,9	333,5	142,8	37,6	168,7%	279,3%
Outros Bovinos vivos	2772,2	1433,6	14563,0	12448,3	93,4%	17,0%
Carne Fresca/Refrig.	84050,3	76731,2	5057,8	6370,4	9,5%	-20,6%
Carne congelada	11935,3	10981,4	846,1	838,3	8,7%	0,9%
Miudezas	1978,6	2234,5	239,3	480,8	-11,5%	-50,2%
TOTAL	101632,3	91714,2	20849,0	20175,4	10,8%	3,3%

FONTE: I.N.E. (SIMA - dados preliminares)

Este comportamento, em termos de preços de carne nacional, foi provavelmente reflexo de um primeiro semestre onde os preços estiveram a níveis superiores (originando uma oportunidade para o aumento das importações), seguido de uma ligeira baixa de preços ao longo do segundo semestre, conforme é possível constatar no gráfico seguinte:



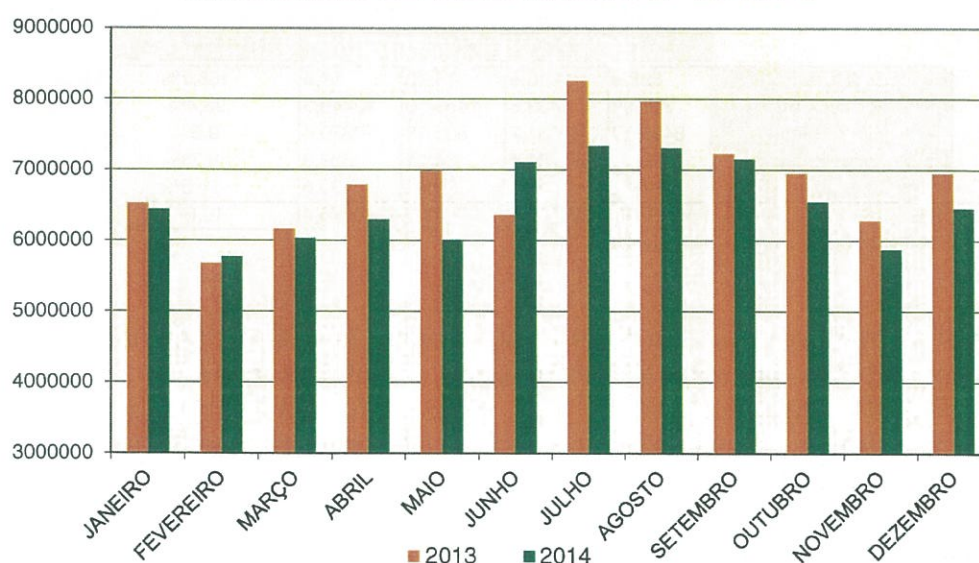
Mais concretamente, verificamos da sua leitura, que a cotação sofreu uma quebra ao longo do ano, mantendo uma tendência de preços alinhada com as médias de cotações dos últimos cinco anos.

O crescimento das importações, continua a demonstrar alguma fragilidade e falta de organização no sector, pois no início do ano, repentinamente existiram sinais de falta de animais para abate, ao mesmo tempo que, se verificava uma saída elevada de vitelos, principalmente para o mercado espanhol, comprometendo novamente de forma séria e gravosa, o mercado nacional de engordadores de bovinos.

A grande dificuldade, é que com a procura elevada de vitelos dos mercados externos, os preços dispararam e os produtores nacionais, ficaram sem condições para os acompanhar, comprometendo a rentabilidade nas engordas.

Apesar da ligeira melhoria no segundo semestre, o abate de bovinos a nível nacional sofreu uma quebra anual de aproximadamente 5,9% nas quantidades abatidas.

QUANTIDADES ABATIDAS NACIONAL - BOVINOS



Relativamente aos factores de produção na pecuária, deve-se realçar a manutenção dos preços em níveis elevados da energia, da água, mão-de-obra e impostos, e uma ligeira correcção dos preços da alimentação animal, bem como, dos combustíveis.

A agravar, mantém-se o elevado nível de exigências normativas às explorações, nomeadamente ao nível do seu licenciamento (denominado REAP – Regime de Exercício da Actividade Pecuária), aliado às constantes alterações orgânicas na estrutura do MAMAOT (Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território) e da DGAV (Direcção Geral de Alimentação e Veterinária), que provocam uma instabilidade no dia-a-dia dos operadores do sector.

É visível ainda, que toda a política da PAC – Política Agrícola Comum, está a ser desenvolvida numa perspectiva denominada de “Greening”, ou seja, pela promoção de práticas agrícolas benéficas para o clima e o ambiente, promovendo uma maior sustentabilidade ambiental. Apesar da importância, por vezes dá origem a mediatismos, que em muito influenciam a escolha dos consumidores, dificultando ainda mais a actividade diária dos operadores.

Tal como já foi referido, verificamos o acentuar das dificuldades em conseguir garantir animais em número suficiente e com as características que os operadores da nossa região estão habituados a trabalhar (com uma média de pesos mais elevada), confirmando a tendência que já tínhamos destacado, de desinvestimento na criação de animais.

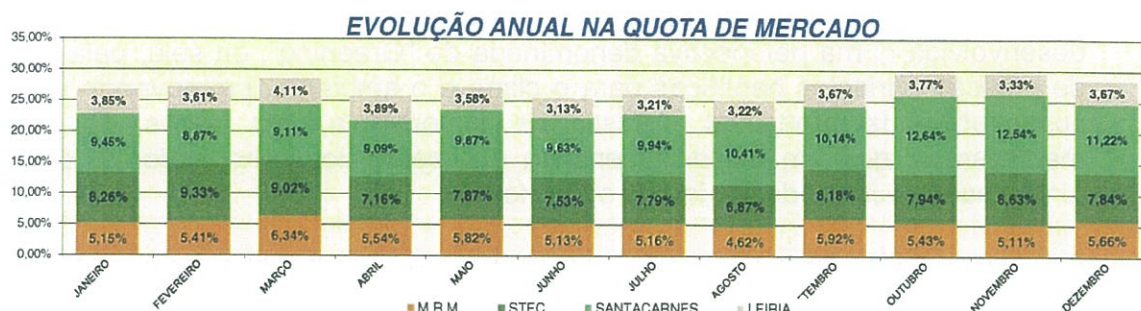
Esta situação, acentuada pelo momento económico nacional, demonstra a falta de investimento no sector e evidencia que o sector está bastante descapitalizado.

Relativamente ao **Matadouro Regional de Mafra, S.A.**, verificou-se a partir do segundo semestre uma grande alteração na estrutura de preços dos subprodutos, provocando um aumento brutal dos custos relacionados com a destruição destas matérias. Resultado do embargo económico com a Rússia e da forte desvalorização do petróleo (comprometendo a utilização do biocombustível e respectivamente da gordura animal), os operadores deixaram de ter destino para estas matérias, sendo obrigados a reflectir esta realidade nos preços.

Tivemos ainda a aprovação do Regulamento Taurino, que veio impor uma série de exigências que os operadores do mercado, dificilmente as conseguem praticar, provocando um menor interesse e consequente desvalorização deste segmento de mercado.

Neste sentido, à que salientar ainda, a dificuldade que mantemos ao nível de preços de abate, resultante em parte, dos preços praticados pelas unidades mais próximas. Na tentativa, de aumentar os seus volumes de actividade, estão constantemente a proporcionar descidas nos preços, gerando uma maior pressão e dificultando a fidelização de clientes.

Continua-se a verificar, que apesar de algumas unidades continuarem no mercado com esta estratégia, não têm conseguido capitalizar em volumes de abate, pois analisando as respectivas quotas, verifica-se uma grande variação da actividade, consoante pratiquem preços mais baixos ou não. Assim, se continua a comprovar, que a melhor forma de fidelização dos clientes não pode ser assente exclusivamente no preço, mas em outros factores de diferenciação mais intangíveis, nomeadamente na prestação de um serviço de qualidade e personalizado, apenas possível com uma equipa de trabalho estável e muito motivada.



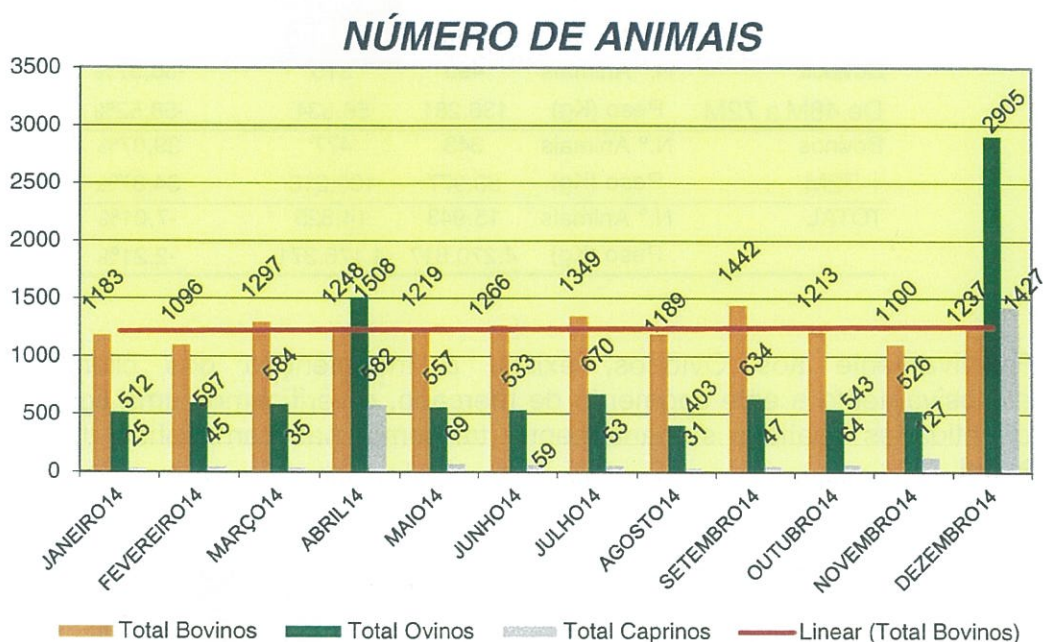
É neste contexto, que finalizamos o ano com uma elevada utilização da capacidade instalada do **Matadouro Regional de Mafra, S.A.** e que foi possível consolidar a quota de mercado nacional na prestação de serviço de abate de bovinos num valor próximo dos 5,66%.



IV – EVOLUÇÃO DA ACTIVIDADE

O número de animais abatidos na espécie Bovino, manteve uma tendência de crescimento ao longo do ano, apesar de termos sentido uma grande volatilidade semanal. Estas diferenças semanais, obrigam a uma grande capacidade de adaptação e de planeamento de trabalho, implicando automaticamente um maior custo de operação.

Relativamente aos Ovídeos, verificou-se a manutenção dos clientes, que conseguiram uma ligeira melhoria nos abates de regularidade semanal e nas épocas da Páscoa e do Natal, conforme se poderá verificar no gráfico seguinte:



Em termos quantitativos, o ano de 2014 teve um decréscimo de 7% em número de bovinos abatidos. No entanto, verificou-se uma inversão na tendência dos pesos médios de abate (+5,5%), pelo que em termos ponderais a descida foi de apenas 2,2%.

		2013	2014	Variação
Vitelos	N.º Animais	273	183	-32,97%
De 0 a 08M	Peso (Kg)	49.505	32.727	-33,89%
Vitelões	N.º Animais	2.538	2.146	-15,45%
De 08 a 12M	Peso (Kg)	576.925	496.864	-13,88%
Bovinos	N.º Animais	10.557	10.452	-0,99%
De 12 a 24M	Peso (Kg)	3.036.465	3.129.963	3,08%
Bovinos	N.º Animais	785	728	-7,26%
De 24 a 30M	Peso (Kg)	186.236	199.997	7,39%
Bovinos	N.º Animais	952	624	-34,45%
De 30M a 48M	Peso (Kg)	204.428	151.070	-26,10%
Bovinos	N.º Animais	495	215	-56,57%
De 48M a 72M	Peso (Kg)	136.281	56.534	-58,52%
Bovinos	N.º Animais	343	477	39,07%
+ 72M	Peso (Kg)	80.977	109.216	34,87%
TOTAL	N.º Animais	15.943	14.825	-7,01%
	Peso (Kg)	4.270.817	4.176.371	-2,21%

Relativamente aos Ovídeos, existiu a manutenção dos clientes dedicados exclusivamente a este segmento de mercado, e verificamos uma ligeira subida nas quantidades abatidas semanalmente, tal como, nas campanhas da Páscoa e de Natal.

		2013	2014	Variação
Cordeiros	N.º Animais	3.365	2.967	-11,83%
	Peso (Kg)	20.675	18.104	-12,44%
Borregos	N.º Animais	5.133	6.693	30,39%
	Peso (Kg)	64.752	81.955	26,57%
Ovinos Adultos	N.º Animais	152	288	89,47%
	Peso (Kg)	3.952	6.476	63,87%
Cabritos de Leite	N.º Animais	2.446	2.422	-0,98%
	Peso (Kg)	13.298	13.262	-0,27%
Cabritos	N.º Animais	49	67	36,73%
	Peso (Kg)	526	684	30,04%
Caprinos Adultos	N.º Animais	55	105	90,91%
	Peso (Kg)	1.435	2.012	40,21%
TOTAL	N.º Animais	11.200	12.542	11,98%
	Peso (Kg)	104.638	122.493	17,06%

Resumidamente e conforme já referido, no ano de 2014 existiram reduções nas médias semanais da espécie Bovino e um incremento nas espécies de Ovídeos.

MÉDIAS SEMANAIS

N.º ANIMAIS											
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Bovinos	183	256	288	291	328	322	324	311	350	307	285
Δ	N/A	39,66%	12,43%	1,06%	12,75%	1,37%	-2,51%	-3,81%	12,53%	-12,48%	-7,01%
Ovinos	111	159	140	198	125	114	183	143	191	166	191
Δ	N/A	43,39%	-11,98%	41,52%	-36,80%	-8,89%	60,32%	-21,61%	32,88%	-12,74%	15,01%
Caprinos	28	31	31	46	27	28	39	47	72	49	50
Δ	N/A	8,58%	-0,25%	49,94%	3,70%	4,99%	38,46%	19,82%	54,90%	-32,25%	1,73%
N.º KGS											
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Bovinos	53850	74322	82068	83411	97524	93733	89792	88032	94490	82131	80315
Δ	N/A	38,02%	10,42%	1,64%	16,92%	-3,89%	-4,21%	-1,96%	7,34%	-13,08%	-2,21%
Ovinos	1005	1697	1712	2249	1413	1178	1876	1466	2020	1719	2049
Δ	N/A	68,87%	0,87%	31,39%	-37,17%	-16,63%	59,21%	-21,84%	37,78%	-14,89%	19,19%
Caprinos	95	140	183	264	148	164	223	260	417	293	307
Δ	N/A	46,92%	30,85%	44,31%	-43,83%	10,60%	35,98%	16,45%	60,71%	-29,68%	4,58%

É de salientar, que a partir do mês de Maio iniciou-se a prestação de serviços de abate para a espécie Equina, tendo sido abatidos até ao final do ano, 111 animais com um peso de 20.516Kgs. Por não existir histórico para comparação, estes valores não se encontram nas tabelas anteriores.

Em termos de distribuição geográfica dos clientes e dos fornecedores de gado, mantêm-se praticamente os registos dos anos anteriores, ou seja, que a grande maioria está sediada no Distrito de Lisboa, estando em ambas situações o Concelho de Mafra na primeira posição. De seguida, e conforme se pode verificar na tabela dos clientes, destacam-se os concelhos de Sintra, Lisboa e Torres Vedras. Do lado dos fornecedores de gado, a situação é diferente, destacando-se o concelho de Torres Vedras seguido pelo Sobral de Monte Agraço.



Clientes

Concelhos	%
Mafra	56%
Sintra	19%
Lisboa	10%
Torres Vedras	9%
Vila Franca de Xira	3%
Sobral de Monte Agraço	2%
Cadaval	1%
Lourinhã	0%
Loures	0%

Fornecedores de Gado

Concelhos	%
Mafra	50%
Torres Vedras	24%
Sobral Monte Agraço	12%
Alenquer	6%
Lourinhã	4%
Loures	1%
Sintra	1%
Arruda dos Vinhos	1%
Cadaval	1%

V – INVESTIMENTO

Neste exercício, realizamos investimentos num valor superior a 14.500,00€ (Catorze mil e quinhentos euros), mantendo sempre uma perspectiva selectiva e traduzindo-se na aquisição de equipamentos de processo, na realização de melhorias na ETARI, na nave de abate e na abegoaria.

Na nave de abate, substituíram-se alguns equipamentos para melhorar a operacionalidade, nomeadamente o trimmer de gordura, a máquina de preparação de cabeças e verificou-se ainda uma grande reparação do guincho da sangria. Existiram ainda algumas reparações nos pavimentos, nas câmaras das miudezas e nas protecções das paredes da nave.

Na abegoaria, colocamos um piso de conforto na zona do cais, por forma, a melhorar a operacionalidade e o manuseamento dos animais na abegoaria, proporcionando mais um forte contributo para a melhoria do bem-estar animal.

Foi ainda necessário, a substituição de alguns computadores na linha de abate, nomeadamente na leitura do brinco e no posto de pesagem, fruto do elevado desgaste que estes equipamentos têm, obrigando periodicamente à sua actualização.

VI – RESULTADO DAS OPERAÇÕES

Neste exercício, existiu uma quebra nos Rendimentos Operacionais de 3,88%, justificada principalmente pela descida do número de abates, embora tenha sido ligeiramente compensada pela subida das Vendas, devido à manutenção da cotação dos Couros e Peles em valores altos.

- Valores em Euros -

Análise dos Rendimentos	2014	2013	Δ
Rendimentos Operacionais	2.247.035,75 €	2.337.619,12 €	-3,88%
Rendimentos Financeiros	4.000,97 €	3.894,29 €	2,74%

- Valores em Euros -

Análise dos Rendimentos	2014	2013	Δ
71 - Vendas	1.258.282,39 €	1.231.961,88 €	2,14%
72 - Prestação de Serviços	976.171,18 €	1.087.350,09 €	-10,22%
78 - Outros Rendimentos e Ganhos	12.582,18 €	18.307,15 €	-31,27%
79 - Juros, Dividendos e outros Rendimentos	4.000,97 €	3.894,29 €	2,74%

Mesmo com a quebra do número de abates já referida, as Vendas atingiram valores positivos, pois no seguimento do ano anterior, os Couros e Peles mantiveram uma boa valorização. Apenas assim, foi possível acomodar a tendência de desvalorização que tivemos nos outros subprodutos (Ossos, Masséteres e Vergas), tendo sido mesmo muito acentuada na Gordura, que desvalorizou mais de 60% (em consequência do embargo económico à Rússia associada a uma posterior desvalorização do petróleo). Relativamente à Prestação de Serviços, existiu uma descida de 10,22%, associado a um menor volume de abates e a uma concentração dos abates nos grandes clientes, obrigando automaticamente a uma redução do preço médio de venda.

Continuamos a assistir, a uma forte diminuição de actividade dos pequenos retalhistas e dos pequenos produtores, derivado provavelmente da situação económica que o país ainda se encontra a atravessar, adicionado da concorrência das grandes superfícies e da cada vez maior exigência burocrática do Estado.

Durante 2014, continuou-se a verificar uma diminuição no abate de animais com idades superiores a 30 meses (que obrigam à prestação de outros serviços, nomeadamente da remoção da coluna vertebral), nomeadamente dos Touros Corridos, que chegaram ao final da época com cerca de 250 animais. A aposta neste segmento de mercado, é de grande importância, pois para além de aumentar o número de abates, permite também ampliar a venda cruzada de outros serviços.

Devido à depreciação contabilística total da maior parte do equipamento básico instalado inicialmente na unidade, os Outros Rendimentos e Ganhos continuaram a sofrer uma forte diminuição dos seus réditos, pois os valores do subsídio não reembolsável da candidatura do IFADAP, estão associados à depreciação das instalações e dos equipamentos.

Na análise dos Gastos, verifica-se uma variação de 3,45% em termos Operacionais e por outro lado, uma redução superior a 42% em termos Financeiros.

- Valores em Euros -

Análise dos Gastos	2014	2013	Δ
Gastos Operacionais	2.027.157,87 €	2.099.584,84 €	-3,45%
Gastos Financeiros	874,59 €	1.530,30 €	-42,85%

- Valores em Euros -

Análise dos Gastos	2014	2013	Δ
61 - CMVMC	811.494,53 €	839.949,58 €	-3,39%
62 - FSE's	451.924,44 €	471.350,01 €	-4,12%
63 - Gastos com Pessoal	590.900,94 €	597.396,06 €	-1,09%
64 - Gastos de Dep. e Amortizações	153.834,93 €	164.900,49 €	-6,71%
65 - Perdas por Imparidade	4.113,72 €	1.774,62 €	131,81%
68 - Outros Gastos e Perdas	14.889,31 €	24.214,08 €	-38,51%
69 - Gastos e Perdas de Financiamento	874,59 €	1.530,30 €	-42,85%

Destaca-se em termos de valores a descida em 3,39% da rubrica de CMVMC (Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas), proporcional à quebra das quantidades abatidas.

Relativamente à rubrica de FSE's, existiu uma importante descida de valores (-4,12%) em praticamente todas as rubricas, derivado da redução da actividade operacional e da aposta contínua na racionalização dos gastos da unidade. Devem-se destacar, as descidas nos gastos com combustíveis (-6,59%), gás (-20,14%) e da Conservação e Reparação (-21,75%). Em sentido contrário, evidencia-se a subida da electricidade (+4,81%), da água (+10,15%) e principalmente dos subcontratos relacionados com os subprodutos (+36,95%), em consequência do aumento abrupto verificado no segundo semestre.

Na rubrica de Gastos com Pessoal existiu uma variação negativa de 1,09%, demonstrando a grande estabilidade existente na gestão de pessoal e que se deveu principalmente, à redução do valor do Prémio de Produtividade, pois o valor do EBITDA da empresa foi menor face ao ano anterior.

A rubrica dos Gastos de Depreciação e de Amortização, nos últimos anos tem assumido uma importância enorme para os resultados operacionais da sociedade, pois com o decorrer do calendário, grande parte do investimento, mais concretamente, do Equipamento Básico, vai ficando totalmente amortizado, pelo que neste exercício, voltou a existir uma forte redução, mais concretamente de 6,71%. Esta alteração relevante, vai permitindo à empresa uma maior ligeireza da sua estrutura de gastos fixos, garantindo uma maior capacidade concorrencial para o futuro.

Relativamente às Perdas por Imparidade, existiu um reforço de valores apesar destes serem todos anteriores ao ano de 2014. Felizmente durante este exercício, não existe nenhuma situação que consideremos que possa vir a criar constrangimentos na cobrança dos devidos créditos.

A rubrica de Gastos Financeiros, fechou o ano com uma diminuição de 42,85%, sendo o valor registado praticamente inerente às despesas bancárias pela disponibilidade das contas caucionadas contratualizadas.

- Valores em Euros -

Indicadores Económicos	2014	2013	Δ
Volume de Negócios	2.234.453,57 €	2.319.311,97 €	-3,66%
Mercadorias	1.258.282,39 €	1.231.961,88 €	2,14%
Prestação de Serviços	976.171,18 €	1.087.350,09 €	-10,22%
Cash-Flow Operacional (EBITDA)	377.826,53 €	404.709,39 €	-6,64%
Margem EBITDA	16,91%	17,45%	-3,10%
Resultados Operacionais	219.877,88 €	238.034,28 €	-7,63%
Resultados Líquidos	169.386,21 €	178.151,83 €	-4,92%

Em termos económicos, destaca-se a redução do Passivo em 66.351,11€ (Sessenta e seis mil, trezentos e cinquenta e um euros e onze centimos), a subida da Autonomia Financeira para 75,66% e a ligeira descida da Margem do EBITDA para 16,91%, resultando num Cash-Flow Operacional (EBITDA) de 377.826,53€ (Trezentos e setenta e sete mil, oitocentos e vinte seis euros e cinquenta e três centimos).

Indicadores Financeiros	2014	2013	Δ
Prazo Médio de Recebimentos (Dias)	63	60	5,36%
Prazo Médio de Pagamentos (Dias)	67	68	-1,44%

Em termos financeiros, existiu um ligeiro aumento do Prazo Médio de Recebimentos, pois apesar de um elevado esforço nas cobranças, o difícil momento económico já referido em ponto anterior, provocou automaticamente um maior saldo médio na conta corrente dos clientes. Em sentido contrário, esteve o Prazo Médio de Pagamentos, com o ganho de 1 dia, justificando uma grande vontade da sociedade de liquidar no mais curto espaço de tempo possível, as responsabilidades para com os seus fornecedores.

Deve-se destacar, o empenho que se incute na execução das obrigações assumidas, tal como no constante acompanhamento da carteira de clientes, por forma a mantermos, tanto quanto possível elevados níveis de cumprimento, mesmo tendo em consideração, as elevadas dificuldades financeiras com que o mercado se depara.

VII – RECURSOS HUMANOS

O **Matadouro Regional de Mafra, S.A.**, desde o seu arranque sempre procurou ter uma equipa de colaboradores com níveis técnicos de referência do sector, tendo feito uma seleção cuidada e investido constantemente em formação, tanto ao nível do posto de trabalho, como ao nível colectivo.

Acresce, que para a especificidade da nossa actividade, foi considerado estratégico garantir estabilidade na equipa de trabalho, pois seria um garante de realizar uma prestação de serviços diferenciadora, tal como o mercado tem sabido reconhecer, pelo que as entradas e saídas de pessoal, assumem apenas um carácter pontual.

Como se poderá verificar pela leitura do quadro seguinte, destaca-se a idade média dos trabalhadores e o número de horas de formação dada por entidades externas.

Recursos Humanos	2014	2013	2012	2011	2010	2009	2008
Número de trabalhadores no final do período	30	30	32	29	30	30	30
Idade média dos trabalhadores	46	47	46	45	44	43	42
Antiguidade média dos trabalhadores	7,58	7,58	7,8	7,5	6,5	5,7	4,9
Horas de formação totais	84	87,5	72	106,5	193	111	166
Média de horas de formação por trabalhador	2,8	2,9	2,3	3,7	6,4	3,7	5,5
Gastos com o pessoal	590.900,94 €	597.396,06 €	554.947,38 €	549.898,07 €	557.696,66 €	554.556,20 €	540.609,31 €
Total de acidentes de trabalho	0	1	4	3	1	3	6
Média de acidentes de trabalho por trabalhador	0,00	0,03	0,13	0,10	0,03	0,10	0,20

Tendo em conta, a importância dos recursos humanos no desempenho operacional da unidade, é com bastante regularidade que se realizam reuniões com todo o pessoal, onde são analisadas em pormenor, todas as questões relacionadas com a actividade, clientes e meio envolvente.

VIII – MATÉRIAS AMBIENTAIS

A preocupação com a área ambiental, sempre assumiu grande importância, traduzindo-se numa constante prevenção em minimizar os impactos da nossa actividade.

Passando pela recolha diária de subprodutos, pela aquisição de equipamentos que cumpram os normativos ambientais, pelo correcto armazenamento das matérias subsidiárias (combustíveis, detergentes, etc.) e ainda, pela monitorização analítica da água (à entrada e à saída), das emissões gasosas e das descargas da ETARI.

Em simultâneo, procuramos a melhoria na eficiência energética e na optimização dos consumos de matérias subsidiárias, que para além de contribuírem para uma maior sustentabilidade ambiental, traduzem-se directamente em ganhos económicos para a sociedade.

Como exemplo, mantemos o reaproveitamento da água tratada da ETARI, nas pré-lavagens da abegoaria, que nos permite obter uma poupança mensal de aproximadamente 120 metros cúbicos.

Apesar de todas estas preocupações, deve-se destacar a dificuldade em conseguir responder a todas as exigências legais. É de realçar os valores analíticos obtidos na ETARI, que em 2014, atingiram a melhor média de registos, face aos valores limites de emissão exigidos para este sector.

IX – DÍVIDAS À SEGURANÇA SOCIAL

Declara-se, para os devidos efeitos, que a sociedade não possui quaisquer dívidas à Segurança Social.

SEGURANÇA SOCIAL
DECLARAÇÃO

Nome da entidade contribuinte: MATADOURO REGIONAL MAFRA S A
Firma/denominação: MATADOURO REGIONAL MAFRA S A
Número de Identificação de Segurança Social: 20003500405
Número de Identificação Fiscal: 606004232
Número de Declaração: 10068488
Data de emissão: 04-11-2014

Declara-se que a entidade contribuinte acima identificada tem a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social.

A presente declaração não constitui instrumento de quitação de dívida de contribuições e ou de juros de mora, nem prejudica ulteriores apuramentos e é válida pelo prazo de quatromeses, a partir da data de emissão.

Assinatura válida

Digitally signed by INSTITUTO DE INFORMATICA, I.P.
Date: 2014.11.04 10:13:19 +0000

DECLARAÇÃO EMITIDA AUTOMATICAMENTE PELO SERVIÇO SEGURANÇA SOCIAL DIRECTA

Mod. GC 1-0G58 versão: www.ssg-social.pt

X – DÍVIDAS EM MORA AO ESTADO

Declara-se, para os devidos efeitos, que a sociedade não possui quaisquer dívidas às Finanças.



Serviço de Finanças de MAFRA - [1546]

CERTIDÃO

Humberto Pereira Martins, Chefe do Serviço de Finanças de MAFRA.

CERTIFICA, face aos elementos disponíveis no sistema informático de gestão e controlo de processos de execução fiscal, que MATADOURO REGIONAL DE MAFRA S.A., NIF 505004232, tem a sua situação tributária regularizada, uma vez que não é devedor perante a Fazenda Pública de quaisquer impostos, prestações tributárias ou acréscimos legais.

A presente certidão é válida por três meses, nos termos do disposto no nº 4 do artigo 24º do Código de Procedimento e de Processo Tributário.

Por ser verdade e por ter sido solicitada, emite-se a presente certidão em 8 de Janeiro de 2015.

O Chefe de Finanças

(Humberto Pereira Martins)

Elementos para validação

Nº Contribuinte: 505004232

Cód. Validação: SKB9WH2X57ZN

Para validar esta certidão aceda ao site www.portaldasfinancas.gov.pt, seleccione a opção "Validação Doc." e introduza o nº de contribuinte e código de validação acima mencionados. Verifique que o documento obtido corresponde a esta certidão.

XI – EVOLUÇÃO PREVISIVEL DA SOCIEDADE

Em consequência, das alterações que se deram no sector e que já referimos em ponto anterior, o ano de 2015 apresenta-se com uma grande dificuldade na sua previsibilidade.

Acresce, o momento económico nacional, que apesar dos indicadores positivos darem sinais de que o pior já passou, o que é certo, é que ainda não verificamos o mesmo tipo de comportamento relativamente ao consumo per capita de carne.

No sector, continua-se a verificar as empresas concorrentes cada vez mais dependentes das grandes superfícies e a trabalhar com grandes oscilações de produção, repercutindo-se directamente na rentabilidade do sector.

Continuamos diariamente com a preocupação em manter a fidelização dos clientes, principalmente os com maior volume de abates, pois estão constantemente a ser alvos de ofertas de preços mais baixos. Prosseguimos a melhoria na distribuição de abates ao longo da semana, que insistentemente o mercado continua a preferir e a sufocar o início da semana.

É de referir, as diligências realizadas pelo accionista maioritário para se adaptar à legislação sobre a Actividade Empresarial Local, nomeadamente, a segunda tentativa de hasta pública realizada durante Março de 2014, onde voltou a não comparecer nenhum interessado na alienação integral ou parcial (no mínimo de 44,33%) da participação no capital social desta sociedade. O Conselho de Administração analisa outras soluções para este imperativo, mas fundamentando sempre a importância que a sociedade tem para a região e as particularidades inerentes ao seu negócio e à fileira.

É neste ambiente, de grande incerteza, que apenas poderemos contrapor com a melhoria da prestação de serviços e cimentando o reconhecimento da qualidade do **Matadouro Regional de Mafra, S.A..**

XII – PROPOSTA DE APLICAÇÃO E DE DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS

Com base nestes considerandos, a Sociedade Anónima **Matadouro Regional de Mafra, S.A.** apresenta no exercício de 2014 resultados positivos no valor de 169.386,21€ (Cento e sessenta e nove mil, trezentos e oitenta e seis euros e vinte e um cêntimos).

Nesta sequência, propomos realizar a seguinte aplicação:

- Reservas Legais.....28.207,87€
- Reservas Livres.....141.178,34€

Em simultâneo, por forma a garantir adequada remuneração aos accionistas da sociedade e tendo em consideração:

1. Que o valor a distribuir não irá condicionar a normal actividade da sociedade;
2. Que se manterá intacta a capacidade financeira para execução dos investimentos previstos;
3. Que os Capitais Próprios somado aos Resultados do Exercício de 2014 da sociedade, apresenta reservas livres de 630.355,91€ e reservas legais de 150.000,00€;
4. Que o valor das reservas é muito superior ao mínimo legal e estatutariamente exigível;
5. Que é admissível a distribuição dessas reservas livres sem que o capital próprio da sociedade, tal como resulta das contas apresentadas, fique inferior à soma do capital social e das reservas cuja distribuição aos accionistas não é permitida por lei e pelos estatutos.

O Conselho de Administração da Sociedade Anónima Matadouro Regional de Mafra, S.A. propõem que os Accionistas deliberem proceder à distribuição de reservas livres no montante de 300.000,00€ (Trezentos mil euros), equivalente ao valor bruto por acção de 2,00€, a distribuir pelos Accionistas, na proporção das suas participações, excluindo-se acções próprias em carteira, ao dia 31 de Dezembro de 2014.

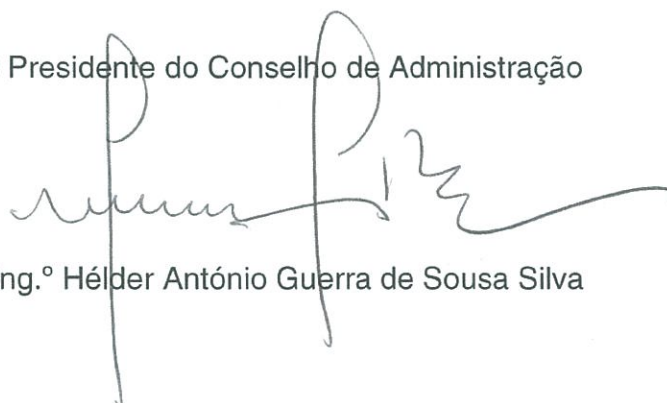
VII – AGRADECIMENTOS

O Conselho de Administração reitera os seus agradecimentos a todos os que manifestaram confiança e preferência pela empresa, em particular aos clientes, fornecedores e credores, porque a eles se deve muito do nosso crescimento, desenvolvimento e a imagem que alcançamos no nosso mercado.

Aos colaboradores deixamos uma mensagem de apreço pelo seu profissionalismo e empenho, fundamental no bom funcionamento da empresa.

Mafra, 29 de Janeiro de 2015

O Presidente do Conselho de Administração



Eng.º Hélder António Guerra de Sousa Silva

Vogal do Conselho de Administração



Dr. Joaquim Francisco da Silva Sardinha

Vogal do Conselho de Administração



Dr. Hugo Manuel Moreira Luis

Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

UNIDADE MONETÁRIA: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2014	2013
Vendas e Serviços Prestados			
Mercadorias	(11)	1.085.906,72 €	1.036.226,93 €
Produtos	(11)	172.375,67 €	195.734,95 €
Prestação de Serviços	(11)	976.171,18 €	1.087.350,09 €
Subsídios à exploração		0,00 €	0,00 €
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		0,00 €	0,00 €
Variação nos inventários da produção		0,00 €	0,00 €
Trabalhos para a própria entidade		0,00 €	0,00 €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			
Mercadorias	(12)	-797.316,93 €	-822.952,63 €
Matérias	(12)	-14.177,60 €	-16.996,95 €
Fornecimento e serviços externos		-451.924,44 €	-471.350,01 €
Gastos com o pessoal		-590.900,94 €	-597.396,06 €
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		0,00 €	0,00 €
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	(13)	-4.113,72 €	-1.774,62 €
Provisões (aumentos/reduções)		0,00 €	0,00 €
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00 €	0,00 €
Aumentos/reduções de justo valor		0,00 €	0,00 €
Outros rendimentos e ganhos		12.582,18 €	18.307,15 €
Outros gastos e perdas		-14.889,31 €	-24.214,08 €
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		373.712,81 €	402.934,77 €
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(4)	-153.834,93 €	-164.900,49 €
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00 €	0,00 €
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		219.877,88 €	238.034,28 €
Juros e rendimentos similares obtidos		4.000,97 €	3.894,29 €
Juros e gastos similares suportados		-874,59 €	-1.530,30 €
Resultados antes de impostos		223.004,26 €	240.398,27 €
Imposto sobre o rendimento do período		-53.618,05 €	-62.246,44 €
Resultado líquido do período		169.386,21 €	178.151,83 €

Conselho de Administração

Técnico Oficial de Contas nº 40261

168814099

40261/2015

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

UNIDADE MONETÁRIA: EUROS

Rubricas		2014	2013
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS - MÉTODO DIRECTO:			
Recebimento de clientes	+	2.228.632,07 €	2.286.715,24 €
Pagamentos a fornecedores	-	-1.354.181,38 €	-1.374.009,59 €
Pagamentos ao pessoal	-	-596.371,01 €	-597.396,06 €
Caixa gerada pelas operações	+/-	278.079,68 €	315.309,59 €
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-/+	6.256,11 €	2.034,94 €
Outros recebimentos/pagamentos	+/-	-32.089,01 €	-23.090,96 €
Fluxos das actividades operacionais	[1]	252.246,78 €	294.253,57 €
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis	-	-27.496,72 €	-59.567,15 €
Activos intangíveis	-	0,00 €	0,00 €
Investimentos Financeiros	-	0,00 €	0,00 €
Outros activos	-	0,00 €	0,00 €
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis	+	0,00 €	0,00 €
Activos intangíveis Investimentos financeiros	+	0,00 €	0,00 €
Outros activos	+	0,00 €	0,00 €
Subsídios ao investimento	+	0,00 €	0,00 €
Juros e rendimentos similares	+	4.000,97 €	650,45 €
Dividendos	+	0,00 €	0,00 €
Fluxos das actividades de investimento	[2]	-23.495,75 €	-58.916,70 €
FLUXOS DE CAIXA DE ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos Obtidos	+	0,00 €	0,00 €
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	+	0,00 €	0,00 €
Cobertura de prejuizos	+	0,00 €	0,00 €
Doações	+	0,00 €	0,00 €
Outras operações de financiamento	+	0,00 €	0,00 €
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos Obtidos	-	0,00 €	-141.400,00 €
Juros e gastos similares	-	-874,59 €	-1.530,30 €
Dividendos	-	0,00 €	0,00 €
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	-	0,00 €	0,00 €
Outras operações de financiamento	-	0,00 €	0,00 €
Fluxos das actividades de financiamento	[3]	-874,59 €	-142.930,30 €
Variação de caixa e seus equivalentes	[1] + [2] + [3]	227.876,44 €	92.406,57 €
Efeitos das diferenças de câmbio	+/-	- €	- €
Caixa e seus equivalentes no início do período	+/-	212.146,73 €	119.740,16 €
Caixa e seus equivalentes no fim do período	+/-	440.023,17 €	212.146,73 €

Conselho de Administração

Técnico Oficial de Contas nº 40261

168814099

40261/2014

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital												Interesses minoritários	Total do Capital Próprio
		Capital realizado	Ações (quotas) próprios	Prestações de serviços e outros em nome do capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de reavaliação	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2014	6	750.000,00 €	-5.000,00 €	0,00 €	0,00 €	86.161,76 €	346.656,11 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	129.189,47 €	178.151,83 €	1.485.159,17 €	0,00 €	1.485.159,17 €
ALTERAÇÕES NO PERÍODO															
Primeira adopção de novo referencial contabilístico															0,00 €
Alterações de políticas contabilísticas															0,00 €
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras															0,00 €
Realização do excedente de reavaliação de activos fixos tangíveis e intangíveis															0,00 €
Excedentes de reavaliação de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações															0,00 €
Ajustamentos por impostos diferidos															0,00 €
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	(2)					35.630,37 €	142.521,46 €				-12.465,46 €	-178.151,83 €	-12.465,46 €		-12.465,46 €
	7	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	35.630,37 €	142.521,46 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-12.465,46 €	-178.151,83 €	-12.465,46 €	0,00 €	-12.465,46 €
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8											169.386,21 €	169.386,21 €		169.386,21 €
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8											-8.765,62 €	156.920,75 €		156.920,75 €
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO															
Realizações de capital															0,00 €
Realizações de prémios de emissão															0,00 €
Distribuições															0,00 €
Entradas para cobertura de perdas															0,00 €
Outras operações															0,00 €
	10	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2014	11=6+7+8+10	750.000,00 €	-5.000,00 €	0,00 €	0,00 €	121.792,13 €	489.177,57 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	116.724,01 €	169.386,21 €	1.642.079,92 €	0,00 €	1.642.079,92 €

Conselho de Administração

Técnico Oficial de Contas nº 40261

168814099

40261/2/2014

ANEXO

NOTA 1 – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

- 1.1. Denominação Social:** MATADOURO REGIONAL DE MAFRA, S.A.
- 1.2. Sede:** RUA DO MATADOURO, N.º1, FONTAINHAS, 2644 – 002 SÃO MIGUEL DE ALCAINÇA
- 1.3. Natureza da actividade:** COMÉRCIO E INDÚSTRIA TRANSFORMADORA DE GADO, CARNES VERDES E PRODUTOS PROVENIENTES DO ABATE
- 1.4. N.º de Identificação Colectiva:** 505 004 232
- 1.5. Capital Social:** 750.000,00€ (Setecentos e cinquenta mil euros)
- 1.6. Matriculada em:** Conservatória do Registo Comercial de MAFRA, sob o número 02684

Indicações gerais:

- Os valores indicados são expressos, salvo indicação em contrário, em euros.
- As notas que não constam do presente anexo não são aplicáveis à empresa no presente exercício.

Nota 2 – REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. - As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) previstas pelo Sistema de Normalização Contabilístico (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, com as rectificações da Declaração de Rectificação n.º 67-B/2009, de 11 de Setembro, e com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010, de 23 de Agosto. O SNC é regulado pelos seguintes diplomas:

- Aviso n.º 15652/2009, de 7 de Setembro (Estrutura Conceptual);
- Portaria n.º 986/2009, de 7 de Setembro (Modelos de Demonstrações Financeiras);
- Portaria n.º 1011/2009, de 9 de Setembro (Código das Contas);
- Aviso n.º 15655/2009, de 7 de Setembro (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro);
- Aviso n.º 15654/2009, de 7 de Setembro (Norma contabilística e de relato financeiro para pequenas entidades);
- Aviso n.º 15653/2009, de 7 de Setembro (Normas Interpretativas).

Nota 3 – PRINCIPAIS POLITICAS CONTABILISTICAS***Activos Fixos Tangíveis***

- Modelo do custo: custo, menos as depreciações acumuladas e quaisquer perdas por imparidades acumuladas.

Participações Financeiras

- Modelo do custo.

Inventários

- As existências estão valorizadas ao preço de custo.

Imposto sobre o rendimento

- Quantia que se espera que seja paga (recuperada de) às autoridades fiscais, usando as taxas fiscais (e leis fiscais) aprovadas à data do balanço (método dos impostos diferidos).

Custo dos empréstimos obtidos

- Deverão ser considerados como gastos do período.

Nota 4 – ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

4.1. – Divulgações sobre activos fixos tangíveis

Os movimentos ocorridos nas rubricas dos activos fixos tangíveis constantes do balanço e as respectivas depreciações e ajustamentos, são discriminados no quadro seguinte:

UNIDADE MONETÁRIA: EUROS

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

Activos fixos tangíveis		Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções		Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso	Totais
			Terrenos	Edifícios							
Em 31.12.2012	Quantias brutas escrituradas	133.443,62 €	0,00 €	1.786.159,85 €	1.463.257,67 €	41.609,92 €	62.541,92 €	0,00 €	75.143,57 €	14.801,29 €	3.576.957,84 €
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	0,00 €	0,00 €	-739.875,41 €	-1.168.294,39 €	-25.967,83 €	-49.960,74 €	0,00 €	-73.341,60 €	0,00 €	-2.057.439,97 €
	Quantias líquidas escrituradas	133.443,62 €	0,00 €	1.046.284,44 €	294.963,28 €	15.642,09 €	12.581,18 €	0,00 €	1.801,97 €	14.801,29 €	1.519.517,87 €
Adições				1.974,19 €	48.950,15 €	0,00 €	5.695,80 €	0,00 €	2.685,70 €	0,00 €	59.305,84 €
Revalorizações											0,00 €
Transferências										-14.801,29 €	-14.801,29 €
Reclassificações para activos não correntes detidos para venda											0,00 €
Alienações, sinistros e abates											0,00 €
Outras alterações					811,71 €						811,71 €
Depreciações				-87.225,42 €	-62.933,82 €	-5.032,32 €	-4.090,25 €	0,00 €	-5.618,68 €	0,00 €	-164.900,49 €
Perdas por imparidade											0,00 €
Em 31.12.2013	Quantias brutas escrituradas	133.443,62 €	0,00 €	1.788.134,04 €	1.513.019,53 €	41.609,92 €	68.237,72 €	0,00 €	77.829,27 €	0,00 €	3.622.274,10 €
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	0,00 €	0,00 €	-827.100,83 €	-1.231.228,21 €	-31.000,15 €	-54.050,99 €	0,00 €	-78.960,28 €	0,00 €	-2.227.511,10 €
	Quantias líquidas escrituradas	133.443,62 €	0,00 €	961.033,21 €	281.791,32 €	10.609,77 €	14.186,73 €	0,00 €	-1.131,01 €	0,00 €	1.394.763,00 €
Adições				2.525,27 €	10.063,71 €	0,00 €	1.287,20 €	0,00 €	0,00 €	14.801,29 €	28.677,47 €
Revalorizações											0,00 €
Transferências										-14.801,29 €	-14.801,29 €
Reclassificações para activos não correntes detidos para venda											0,00 €
Alienações, sinistros e abates											0,00 €
Outras alterações											0,00 €
Depreciações				-87.358,96 €	-53.443,69 €	-5.032,32 €	-3.807,88 €	0,00 €	-4.192,08 €	0,00 €	-153.834,93 €
Perdas por imparidade											0,00 €
Em 31.12.2014	Quantias brutas escrituradas	133.443,62 €	0,00 €	1.790.659,31 €	1.523.083,24 €	41.609,92 €	69.524,92 €	0,00 €	77.829,27 €	0,00 €	3.636.150,28 €
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	0,00 €	0,00 €	-914.459,79 €	-1.283.860,87 €	-36.032,47 €	-57.858,87 €	0,00 €	-83.151,68 €	0,00 €	-2.375.363,68 €
	Quantias líquidas escrituradas	133.443,62 €	0,00 €	876.199,52 €	239.222,37 €	5.577,45 €	11.666,05 €	0,00 €	-5.322,41 €	0,00 €	1.260.786,60 €

4.2. – Existência e quantias de restrições de titularidade de activos fixos tangíveis dados como garantia de passivos:

UNIDADE MONETÁRIA: EUROS

Activos fixos tangíveis cuja titularidade está restringida e/ou dados como garantia de passivos		Activos fixos tangíveis cuja titularidade está restringida		Activos fixos tangíveis dados como garantia de passivos			
		Naturezas das restrições	Quantias escrituradas	Formas das garantias	Quantias escrituradas dos activos dados como garantia	Passivos garantidos	
						Naturezas dos passivos	Quantias escrituradas dos passivos
31.12.2014	Terreno e Instalações	Garantia Hipotecária	2.320.000,00 €				
	Totais		2.320.000,00 €		0,00 €		0,00 €

Conta Cauçionada associada à Conta n.º 10020 – Até ao montante de 400.000,00€ (Quatrocentos mil euros), com garantia hipotecária do terreno e instalações, conforme escritura celebrada no Cartório Notarial de Mafra em 26 de Março de 2003. A 31.12.2014 não existia nenhum valor utilizado.

4.3. – Depreciação acumulada no final do período.

UNIDADE MONETÁRIA: EUROS

Depreciações de activos fixos tangíveis	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros activos fixos tangíveis	Totais
Acumuladas em 31.12.2012	739.875,41 €	1.168.294,39 €	25.967,83 €	49.960,74 €	0,00 €	73.341,60 €	2.057.439,97 €
Reforços	87.225,42 €	62.933,82 €	5.032,32 €	4.090,25 €	0,00 €	5.618,68 €	164.900,49 €
Reversões							0,00 €
Revalorizações							0,00 €
Transferências							0,00 €
Reclassificações para activos não correntes detidos para venda							0,00 €
Alienações							0,00 €
Sinistros							0,00 €
Abates							0,00 €
Outras alterações							0,00 €
Acumuladas em 31.12.2013	827.100,83 €	1.231.228,21 €	31.000,15 €	54.050,99 €	0,00 €	78.960,28 €	2.222.340,46 €
Reforços	87.358,96 €	53.443,69 €	5.032,32 €	3.807,88 €	0,00 €	4.192,08 €	153.834,93 €
Reversões							0,00 €
Revalorizações							0,00 €
Transferências							0,00 €
Reclassificações para activos não correntes detidos para venda							0,00 €
Alienações							0,00 €
Sinistros							0,00 €
Abates							0,00 €
Outras alterações							0,00 €
Acumuladas em 31.12.2014	914.459,79 €	1.283.860,87 €	36.032,47 €	57.858,87 €	0,00 €	83.151,68 €	2.375.363,68 €

Nota 5 – PARTICIPAÇÕES NÃO RELEVANTES NOUTRAS EMPRESAS

- Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Mafra – 1.000,00€ (Mil euros)

Sede: Terreiro D. João V – 2640 Mafra

Nota 6 – VALOR GLOBAL DAS DÍVIDAS DE COBRANÇA DUVIDOSA

- Clientes – 52.370,63€ (Cinquenta e dois mil, trezentos e setenta euros e sessenta e três cêntimos).

Nota 7 – COMPOSIÇÃO DOS DIFERIMENTOS

Valores Diferidos	
Seguros	2.640,67 €
Juros e Outros Rendimentos	371,11 €
	3.011,78 €

Nota 8 – FLUXOS DE CAIXA

Rubricas	2014	2013
Numerário		
Caixa	1.553,55 €	1.236,01 €
Depósitos bancários mobilizáveis		
Depósitos à ordem	28.469,62 €	10.910,72 €
Depósitos a prazo	410.000,00 €	200.000,00 €
Outros depósitos	- €	- €
Equivalentes a caixa	- €	- €
Descobertos Bancários	- €	- €
Titulos Negociáveis	- €	- €
Caixa e seus equivalentes	440.023,17 €	212.146,73 €
Outras disponibilidades	- €	- €
Disponibilidades do Balanço	440.023,17 €	212.146,73 €

Nota 9 – CAPITAL SOCIAL

Totalmente realizado no valor de 750.000,00 Euros (Setecentos e cinquenta mil euros), dividido em 150.000 acções nominativas no valor de 5€ (Cinco euros) ao portador, distribuído da seguinte forma:

- Câmara Municipal de Mafra (CMM)700.000,00€ (93,32%)
- Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Mafra..... 30.000,00€ (4,00%)
- Associação de Agricultores do Concelho de Mafra..... 5.000,00€ (0,67%)
- Associação de Defesa Sanitária do Concelho de Mafra..... 5.000,00€ (0,67%)
- Coop. de Produtores e Comerciantes Agro-Pecuários Concelho de Mafra, C.R.L. 5.000,00€ (0,67%)
- Matadouro Regional de Mafra, S.A. – Acções Próprias..... 5.000,00€ (0,67%)

Nota 10 – OUTRAS CONTAS A PAGAR – CREDORES POR ACRÉSCIMO DE GASTOS

Acréscimo de Gastos	
Impostos a liquidar - IMI	4.622,43 €
Água a liquidar	977,00 €
Electricidade a liquidar	5.970,71 €
Telecomunicações a liquidar	303,54 €
Remunerações a liquidar	68.328,36 €
Prémio Produtividade não regular	48.211,05 €
Outros acréscimos	40.615,47 €
	169.028,56 €

Existe um valor a liquidar ao pessoal de 68.328,36 € (Sessenta e oito mil, trezentos e vinte e oito euros e trinta e seis centimos), respeitantes a encargos com férias e subsídio de férias e um outro respeitante ao prémio de produtividade de 48.211,05 € (Quarenta e oito mil, duzentos e onze euros e cinco centimos).

Nota 11 – REPARTIÇÃO DAS VENDAS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS

Mercado	Valor
Mercado Interno	2.227.432,97 €
Mercado Externo	
CE	7.020,60 €
Fora da CE	0,00 €
	2.234.453,57 €

Nota 12 – DEMONSTRAÇÃO DO CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

	Mercadorias	Matérias primas, subsidiárias e de consumo
Existências Iniciais	0,00 € -	547,26 €
Compras	- 797.316,93 € -	13.630,34 €
Regularização de Existências	0,00 €	0,00 €
Existências Finais	0,00 €	0,00 €
	- 797.316,93 € -	14.177,60 €

Nota 13 – IMPARIDADES DE DIVIDAS A RECEBER E MOVIMENTOS OCORRIDOS NO EXERCÍCIO

Contas	Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
21 - Clientes				
219 - Perdas por imparidades acumuladas	47.062,21 €	4.113,72 €	0,00 €	51.175,93 €

Conselho de Administração

Técnico Oficial de Contas nº 40261

168814099

40261/2015

Certificação Legal de Contas




Municípiia[®]

localização é valor!

Relatório e Contas 2014



ÍNDICE

	pág.
1 - ÓRGÃOS SOCIAIS	2
2 - RELATÓRIO DE GESTÃO	3
Mensagem do Diretor Geral	
Atividade Desenvolvida	
Política da Qualidade	
Certificações Técnicas	
Investimentos	
Recursos Humanos	
Evolução Económico-financeira	
Proposta de aplicação de resultados	
3 - CONTAS DO EXERCÍCIO	66
Balanço	
Demonstração de Resultados por Naturezas	
Demonstração de Resultados por Funções	
Demonstração das Alterações no Capital Próprio	
Demonstração de Fluxos de Caixa	
4 - ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	74
5 - RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO E CLC	86

289
h
de
J

Relatório e Contas 2014

1 - ÓRGÃOS SOCIAIS

ASSEMBLEIA GERAL

Dr. Joaquim dos Santos Silva*	Presidente
-------------------------------	------------

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Dr. Fernando do Nascimento Trigo <small>Rep. CM Oeiras</small>	Presidente
--	------------

Arq. José Alberto de Castro Cardoso <small>Rep. CM Oeiras</small>	Administrador
---	---------------

Dr. João Pedro Brito da Silva <small>Rep. CMVN Gald</small>	Administrador
---	---------------

FISCAL ÚNICO

Dr. Joaquim dos Santos Silva	Membro Efetivo
em representação da Diz, Silva & Duarte, SROC	SROC nº 118

*Por ausência do Presidente da Mesa da Assembleia Geral

32
h
A.

RELATÓRIO DE GESTÃO



Mensagem do Presidente
Atividade Desenvolvida
Política da Qualidade
Certificações Técnicas
Investimentos
Recursos Humanos
Evolução Económico-Financeira
Proposta de Aplicação de Resultados

- 299-
F 24

2 - RELATÓRIO DE GESTÃO

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, submete-se à apreciação dos Senhores Acionistas o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração de Resultados e respetivo Anexo, referentes ao exercício de 2014.

2.1. MENSAGEM DO DIRETOR GERAL

Senhores Acionistas,

Após um exercício económico devastador como foi o ano de 2013, o ano que agora findou, caracterizou-se como um ano de viragem na história da Município.

O ano de 2014, revelou-se um ano generoso em termos de trabalho, quer em território nacional, quer fora deste.

No mercado nacional, o projeto Sinergic, destaca-se dos demais, face ao volume de negócios gerado, dimensão e recursos que faz movimentar.

O referido projeto, que decorre em Oliveira do Hospital e Seia, envolve mais de uma centena de pessoas, meia centena de viaturas e um conjunto de ferramentas tecnológicas, que têm contribuído para o bom ritmo de execução do projeto, contribuindo com 38% do total da faturação.

Este projeto-piloto de cadastro espera-se que venha a ser estendido a todo o território nacional, com assinaláveis vantagens para os proprietários e para os gestores do território (Autarquias e Administração Central).

A este projeto juntaram-se as habituais homologações de cartografia (em que a Município é líder de mercado).

No mercado externo, o reconhecimento da qualidade técnica dos nossos serviços, permitiu prestar serviços às Nações Unidas de Cabo Verde, no âmbito dos riscos (Proteção Civil), para Timor, onde estamos a prestar serviços de Desenvolvimento Aplicacional para o cadastro digital do território.

1235
A.

Relatório e Contas 2014

Também em Marrocos, foi possível desenvolver um projeto de levantamento de fachadas em 3D, recorrendo integralmente à nossa tecnologia de laser terrestre e aos nossos conhecimentos.

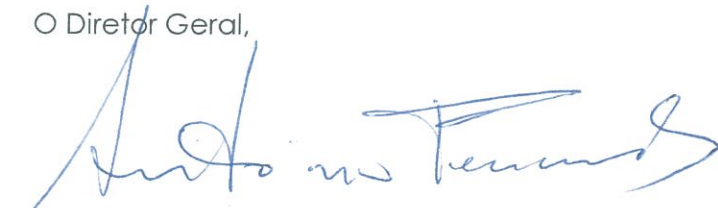
Apesar da nossa presença em Marrocos, Cabo Verde e Timor, foram ainda efetuadas prospeções de negócio no Brasil, México e Moçambique, que darão resultados nos próximos anos.

A reestruturação efetuada em 2013, as adjudicações alcançadas em 2014, o reinício do Sinergic, a prospeção efetuada no exterior, a parceria estabelecida com a Ceres para a América Latina (exceto Brasil), tudo isto em 2014, permite-nos enfrentar os próximos anos com otimismo e confiança.

É com esta mensagem de esperança e com resultados positivos em 2014, que preparamos os próximos anos, sempre ao serviço dos Municípios.

Oeiras, 26 de janeiro de 2015.

O Diretor Geral,



(António Fernandes)

2.2. ATIVIDADE DESENVOLVIDA

Departamento de Cartografia

O ano de 2014 apresentou-se como um ano em que as consultas ao mercado da cartografia voltaram com um maior ênfase.

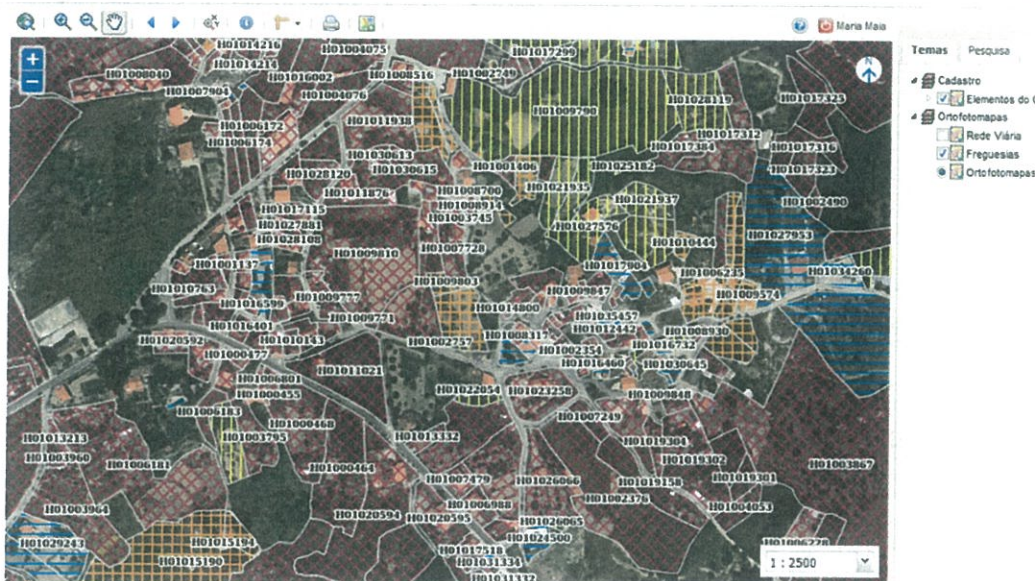
No total foram realizadas 263 propostas na área da fotografia aérea, cartografia, ortofotomapas, cadastro e também no cadastro de infraestruturas. Existem projetos novos de cartografia e ortofotomapas que já foram adjudicados mas iniciar-se-ão apenas em fevereiro de 2015, uma vez que estão dependentes da execução da fotografia aérea.

O projeto Sinergic "a aquisição de dados do Cadastro Predial de Oliveira do Hospital e Seia " arrancou em maio e terminará em outubro de 2015.

O projeto consta de uma enorme logística uma vez que existem 38 Gabinetes de Atendimento instalados nos dois concelhos, 48 viaturas e um enorme conjunto de equipamento topográfico. Durante o ano de 2014 recebeu-se cerca de 38.000 Declarações de Titularidade em Oliveira do Hospital e de 26.000 em Seia.

Este projeto dará um Curriculum à Município na área do Cadastro Predial que permitirá concorrer a concursos tanto nacionais como internacionais.

R 35
H.



Exemplo – Cadastro Predial Oliveira do Hospital

A ação comercial, em países em vias de desenvolvimento, onde ainda não existem infraestruturas de dados é de grande importância estratégica para a continuidade do trabalho do Departamento.

DIVISÃO DE FOTOGRAFIA AÉREA

O ano de 2014 pautou pelo aumento da rentabilidade dos projetos, apesar da manutenção dos números operacionais.

O regresso às coberturas aerofotográficas nos Açores impactaram significativamente, e de forma positiva, os resultados da Divisão. Os difíceis voos nos arquipélagos foram desde o início da nossa atividade encarados com um profissionalismo extremo e uma capacidade de resposta ao nível das exigências dos clientes locais. Estas características traduziram-se sempre em bons resultados.

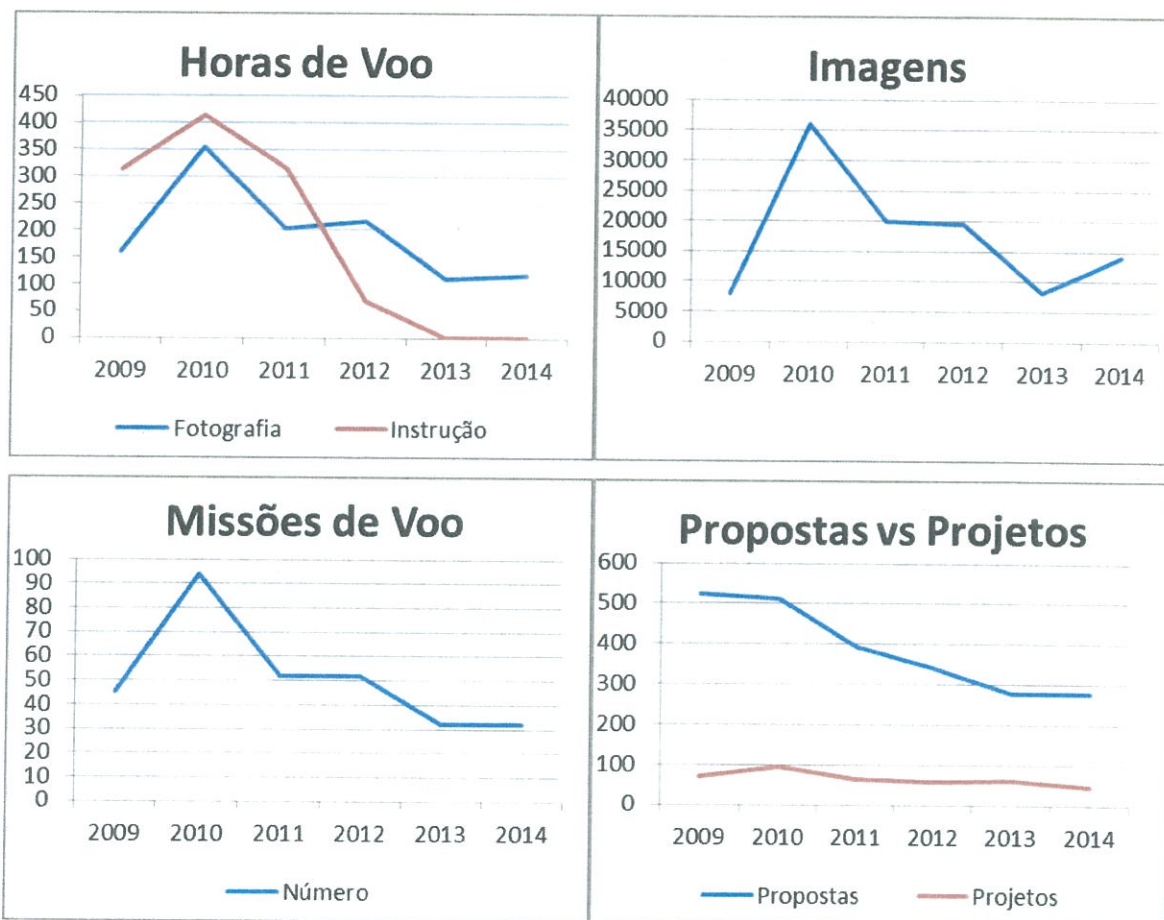
Acresceu a este marco a possibilidade de voo simultâneo das coberturas para o Cadastro Português, resultando em eficácias bastante positivas nos dois projetos.

Em 2014 foram realizadas 118 horas de voo em fotografia, um aumento de 8% relativamente a 2013, realizadas em 26 missões (menos 6 que em 2013).

202
K 32
JA

Relatório e Contas 2014

Mantêm-se a tendência de redução no número de projetos, mas agora acompanhada de um aumento do número de imagens produzidas. Realizaram-se 14.005 imagens em 2014, mais 72% que em 2013.



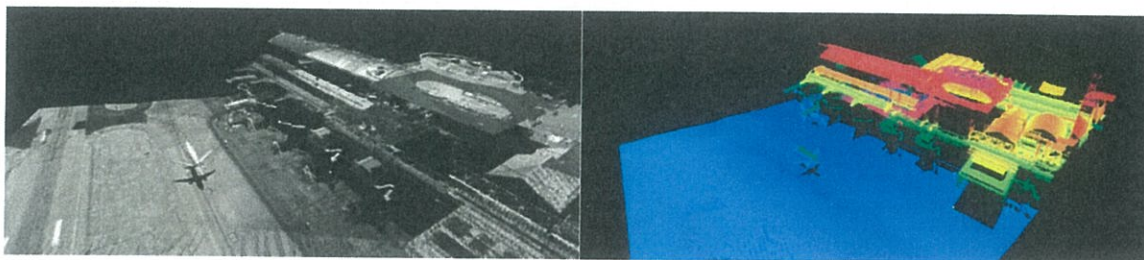
Em 2014 a eficácia média dos projetos foi muito satisfatória, com valores a rondar os 14%, devido à proximidade das coberturas efetuadas e à possibilidade de conjugação de vários trabalhos numa mesma missão. Para o sucesso desta combinação faltou aumentar em número os projetos angariados.

Nesta conjuntura destacam-se entre os projetos realizados os seguintes, relevantes pelo volume de negócios, pela produtividade alcançada ou pelo contributo para a introdução de novos produtos:

R
32
Jr.

Relatório e Contas 2014

- Voo LIDAR e Imagem Digital do Aeroporto de Lisboa com GSD7cm e densidade de 6pnt-m2 – projeto que marca a introdução de uma nova atividade na Divisão: Os levantamentos por laser aerotransportado;



- Voos Digitais para o projeto de cadastro SINERGIC - BLOCOS D e F - GSD10cm;
- Voos Digitais nos Açores – Aeroporto, Lagoa e Vila Franca do Campo.



Em termos de futuro, a aposta segue no sentido de aproveitar o conhecimento adquirido na execução do complicado projeto de levantamento LIDAR no aeroporto de Lisboa, para replicar a produção de dados em outras infraestruturas semelhantes e abordar novos mercados.

Na sequência do sentido descendente do mercado europeu, as empresas com capacidade técnica na área dos levantamentos aéreos vêm unindo esforços, fortalecendo parcerias e construindo estratégias comuns.

A Municípia está incluída nessa rede de parceiros e alinhada com os maiores produtores europeus de dados adquiridos por plataformas aerotransportadas, estando junto às oportunidades que possam surgir.

Mantém-se a proximidade ao dinâmico setor agrícola, com duas parcerias comerciais na atividade de fornecimento de sementes e equipamentos,

Relatório e Contas 2014

sublinhando-se em 2014 o relevante projeto de mapeamento de vigor efetuado para a SOGRAPE.

O mercado internacional ocupa grande parte das investidas comerciais realizadas, e continuará para 2015 a ser o principal foco de investimento, na tentativa de chegar aos novos consumidores de Tecnologias de Informação Geográfica.

Esta é claramente a aposta da Unidade para 2015.

A internacionalização continua na ordem do dia, estando já programadas novas investidas no mercado marroquino, com visitas direcionadas agora para a exploração de Informação Geográfica.

DIVISÃO DE FOTOGRAMETRIA

Em 2014, a Divisão de Fotogrametria (DF) fez 4.866 horas nos projetos do Departamento de Cartografia, das quais 1.038 horas foram executadas por operadores de outras divisões.

A DF participou nos seguintes projetos apresentados na Tabela seguinte:

NP	DESCRIÇÃO	Nº HORAS	% Horas	Nº Hectares
E/00002	Gestão DF e desenvolvimento de novos projetos	832	17.1%	0
P/02396	Projeto SINERGIC - Cartografia Suporte Seia	538	11.1%	50.900
P/02891	Cartografia 5K de Tábua	335	6.9%	19.978
P/03028	Atualização Chaves 10K	1.069	22.0%	59.122
P/03638	Cart. 2K e 10K da Cova da Beira	1.048	21.5%	9.577
P/03824	Cart. 2K de Aljezur	3	0.1%	22
P/03936	Ortos 5 cm área A+B - Aberta Nova	38	0.8%	825
P/04069	Cálculo de Volumes - Seixal - Baía Tejo	18	0.4%	6
P/04079	Cart. 10K Felgueiras	218	4.5%	13.270
P/04108	DR várias Quintas 578ha - SOGRAPE	5	0.1%	578
P/04248	C.A. e produção de Ortos para AMCB 10K	300	6.2%	556.719
P/04286	Deteção Remota - Carcavelos 21ha (2014)	1	0.0%	21
P/04290	Cart. 5K Ponta Delgada	38	0.8%	786
P/04291	Proj. Cartog. 1k ANA Aeroportos	354	7.3%	1.280
P/04299	Lev. Topográfico 1:500 Quinta Chantre	1	0.0%	15

h 32

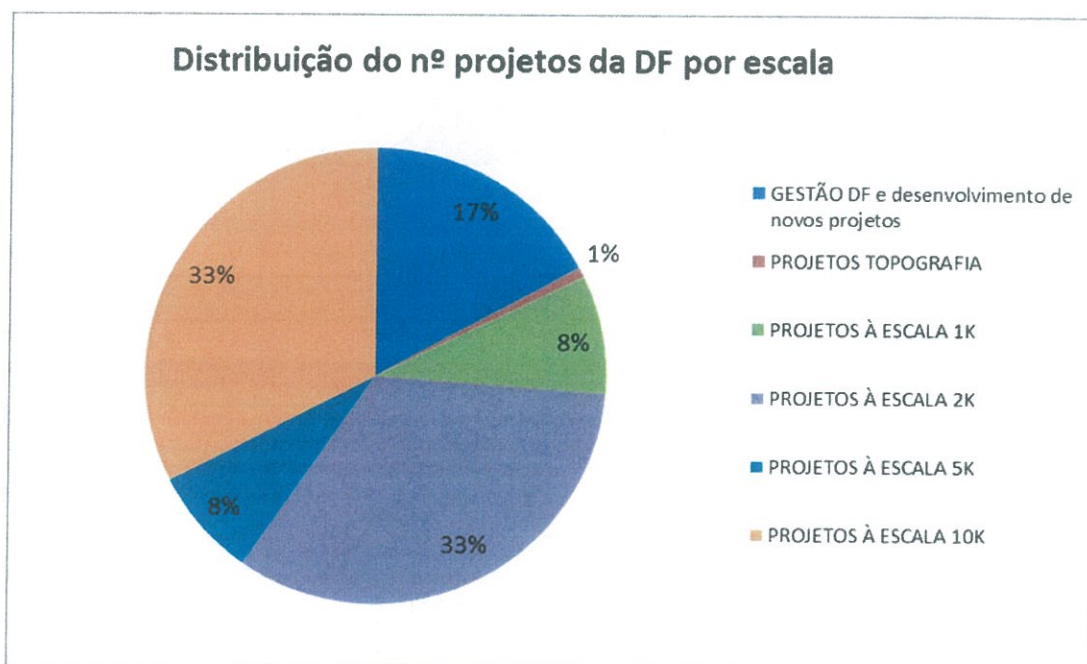
Relatório e Contas 2014

P/04372	P/04372 Levantamento Edifício Lapa	33	0.7%	0
P/04502	P/04502 Cartografia PPLejana 2K	39	0.8%	63
	TOTAL DF	4866	100%	N.A.

Nota: N.A.: Não aplicável.

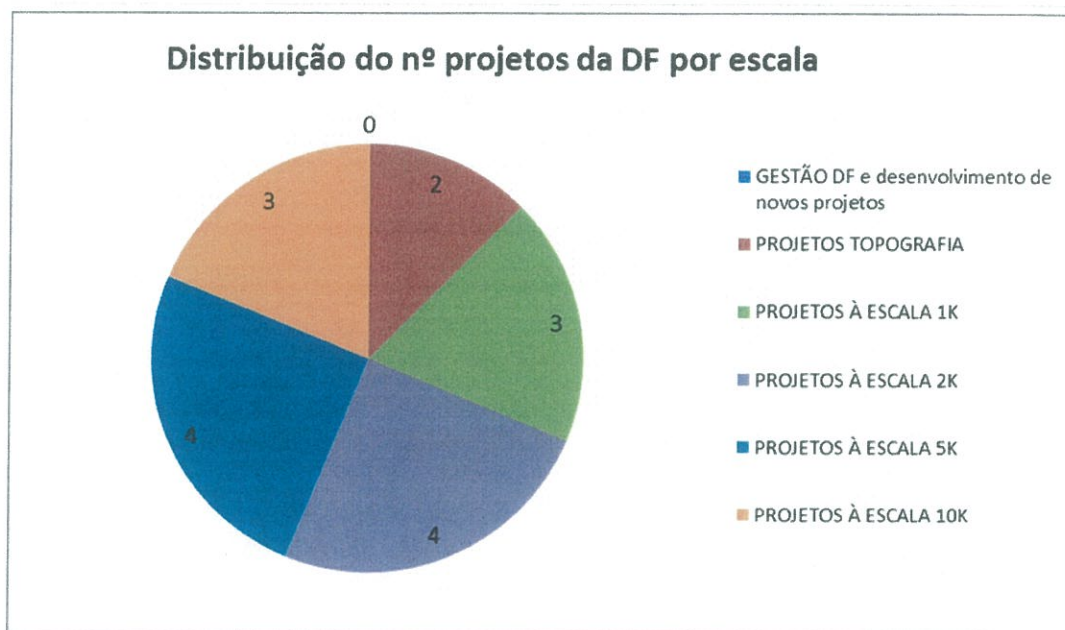
Durante o ano de 2014, a DF trabalhou em 16 projetos diferentes:

- 29% do total das horas para finalização de projetos iniciados em 2013 (4 projetos);
- 54% do total das horas em execução integral de 12 novos projetos;
- Em curso decorrem 2 projetos, cartografia 1:10.000 (556.719 hectares) da Associação de Municípios da Cova da Beira e cartografia, Lidar e Ortofotomapas à escala 1:1.000 para ANA Aeroportos.
- 17% do total das horas foram gastas na gestão dos projetos.



R 302
14.

Relatório e Contas 2014

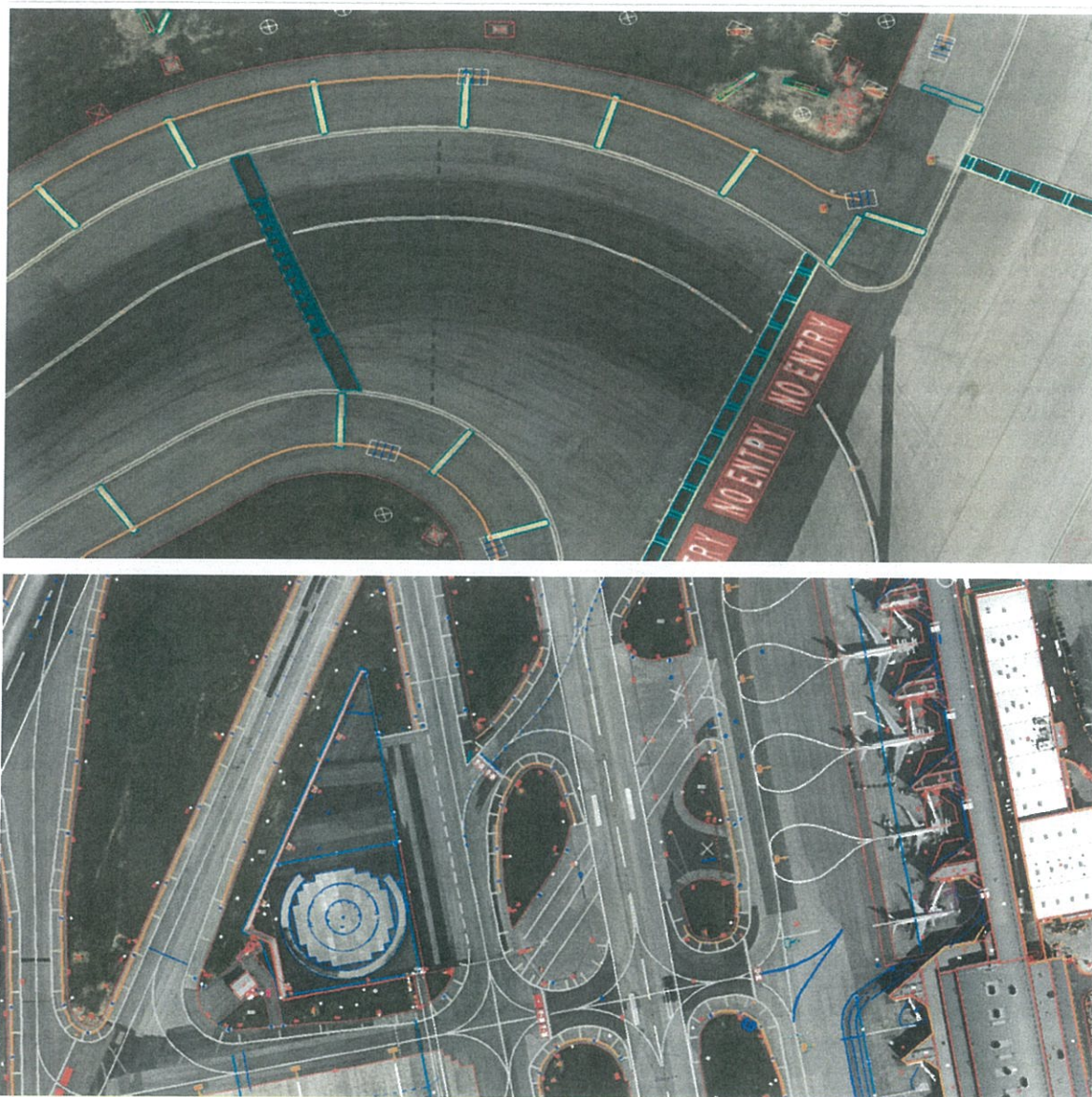


Durante o ano de 2014, a Divisão de Fotogrametria destaca a sua participação no projeto de produção de Cartografia 1:1.000 e Determinação do Dados Aeronáuticos e LIDAR, para o Aeroporto de Lisboa, projeto este que envolveu um esforço adicional de todos os técnicos face à complexidade do conjunto de elementos a adquirir em ambiente fotogramétrico.

A aquisição de toda a sinalização luminosa das pistas, identificação de todos os obstáculos à navegação aérea, a representação de toda sinalização horizontal, e de todo um conjunto de elementos que irão permitir a representação muito próxima da realidade que servirá de suporte à gestão diária do aeroporto da Portela em Lisboa.

Exemplos de ortofotomapas do aeroporto com os dados aeronáuticos adquiridos:

R 22
H.

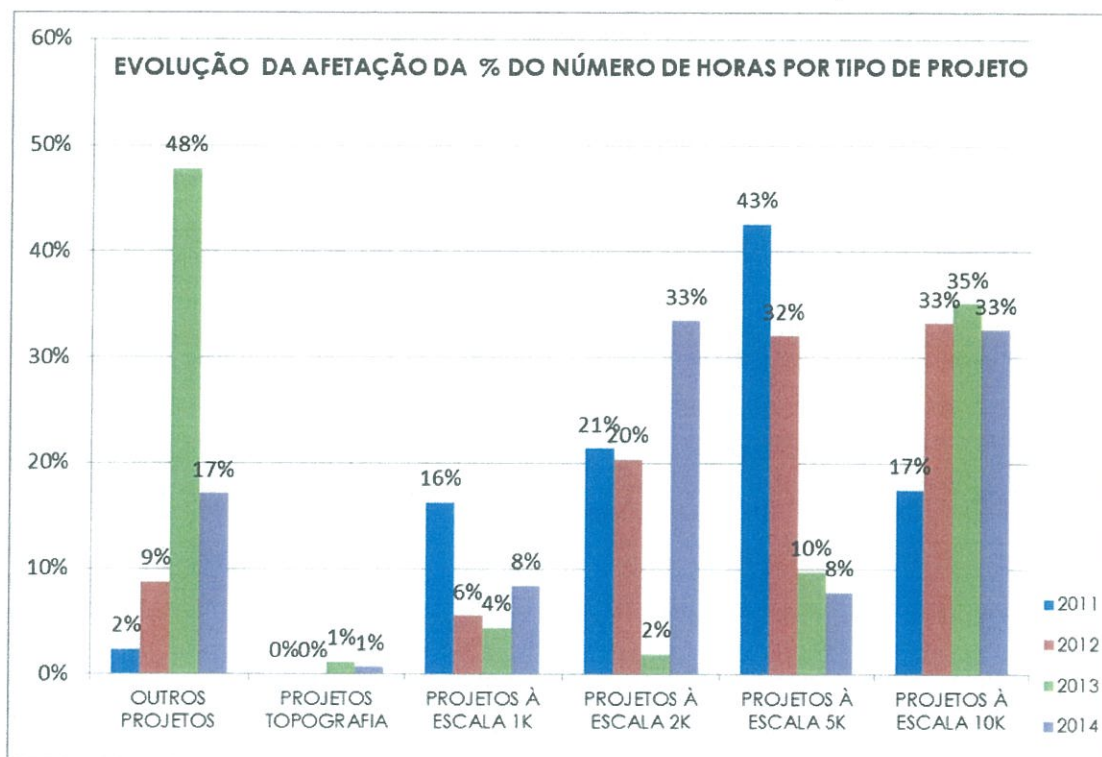


Elaborando uma pequena análise ao histórico dos últimos 4 anos, em função da percentagem de horas consumidas por escala de projetos, identificamos claramente uma tendência de continuidade para projetos à escala 1:10.000, e uma variação menos uniforme para as restantes escalas de trabalho, sendo as escalas grandes (escala 1:1.000 e 1:2.000), as que se realçaram positivamente tanto em ocupação horária, como em número de projetos no ano de 2014.

Rz
Jp.

Relatório e Contas 2014

A área da topografia continua a ser uma área de atividade com muito pouca expressão, podendo vir a ser mais desenvolvida num futuro próximo.



DIVISÃO DE PRODUÇÃO

Neste relatório pretende-se fazer uma breve análise ao ano de 2014 da Divisão de Produção (DP), onde se poderá observar a distribuição horária e a execução dos projetos por escala.

Distribuição das horas nos projetos da DP:

NP	DESCRIÇÃO	HORAS	% HORAS	HECTARES
E/00001	Gestão DP e desenvolvimento de novos projetos	1.441,50	15,3%	0
P/02396	Projeto SINERGIC - Cartografia Suporte Seia	880	9,3%	0
P/02700	Cartografia 10K Fafe	9,5	0,1%	0

R 35
At.

Relatório e Contas 2014

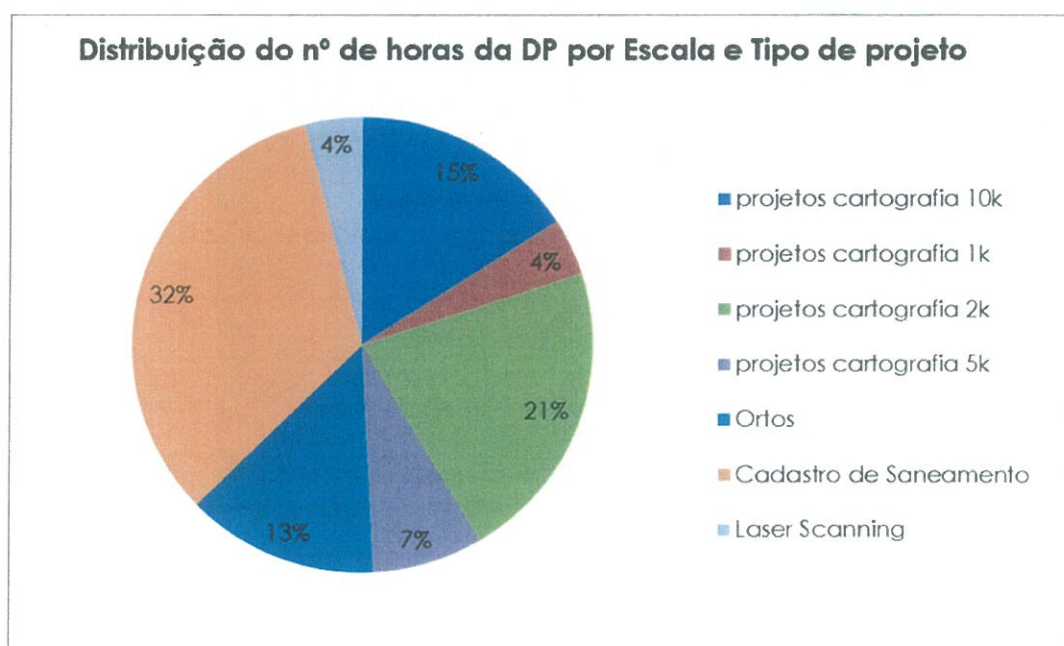
P/02891	Cartografia 5K de Tábua	563	5,9%	19.978
P/02908	Cart.5K PU do Areal Gordo Faro	7	0,07%	136
P/02964	Levantamento Cadastral Saneamento SMAS	336	3,6%	0
P/03028	Atualização Chaves 10K	1.046	11,1%	59.122
P/03314	SMAS - Oeiras Amadora CCTV	4	0,04%	0
P/03515	Cart. 1K Quinta da Azenha e Varziela	21	0,2%	460
P/03638	Cart. 2K e 10K da Cova da Beira	1.710	18,1%	9.577
P/03824	Cart. 2K de Aljezur	3	0,03%	21,8
P/03936	Ortos 5 cm área A+B - Aberta Nova	17	0,2%	825
P/03965	Criação de Modelo de Dados - Montijo	305	3,2%	0
P/04022	Lev. 3D Banhos Árabes - Loulé	40	0,4%	0
P/04079	Cart. 10K Felgueiras	232,5	2,5%	13.270
P/04104	Lev. Cadastral das Redes de Saneamento	937	9,9%	0
P/04108	DR Várias Quintas - SOGRAPE	2	0,02%	578
P/04194	Lev. Cadastral das Redes de Saneamento Amadora	931	9,9%	0
P/04195	Lev. Laser do Hospital em Rabat	218	2,3%	0
P/04248	C.A. e produção de Ortos para AMCB 10K	155,5	1,7%	556.719
P/04286	Deteção Remota - Carcavelos 21ha (2014)	7	0,07%	21
P/04290	Cart. 5K Ponta Delgada	55	0,6%	786
P/04291	Proj. Cartog. 1k ANA Aeroportos	303,5	3,2%	400
P/04332	Inspeção CCTV nas redes Dom. e res. Oeiras	66,75	0,7%	0
P/04335	Inspeção CCTV nas redes Dom. e res. Amadora	118	1,3%	0
P/04383	Formação Laser Scan	9	0,1%	0
P/04502	Cartografia PPLejana 2K	34	0,4%	63
	TOTAL	9.452	100%	N.A.

Nota: N.A.: Não aplicável.

RZE
J

Na tabela anteriormente apresentada, os projetos com o maior número de horas foram o da cartografia 1:2.000 da Cova da Beira com 18% e o projeto de atualização da cartografia de Chaves à escala 1:10.000 com 11%.

De grande importância foram também os projetos de cadastro de saneamento, na sua totalidade ocuparam 28,5% das horas, o que demonstra que o mercado está carente deste tipo de informação.



Neste quadro pretende-se analisar a distribuição do número de horas por tipo de projeto, verificamos que a cartografia, englobando as várias escalas, tem uma ocupação de quase 50% da atividade da divisão.

O cadastro de Saneamento representou um montante considerável (32%), prevendo-se que esta atividade continue com um ritmo ainda maior para 2015.

De registar a evolução dos projetos de Laser scanning (4%). Neste ano executou-se um projeto muito interessante em Rabat (Marrocos), que contemplou a aquisição de uma nuvem de pontos de um antigo hospital (Hospital Marie Feuillet) que tem como objetivo a sua recuperação.

Handwritten signature and initials in blue ink.

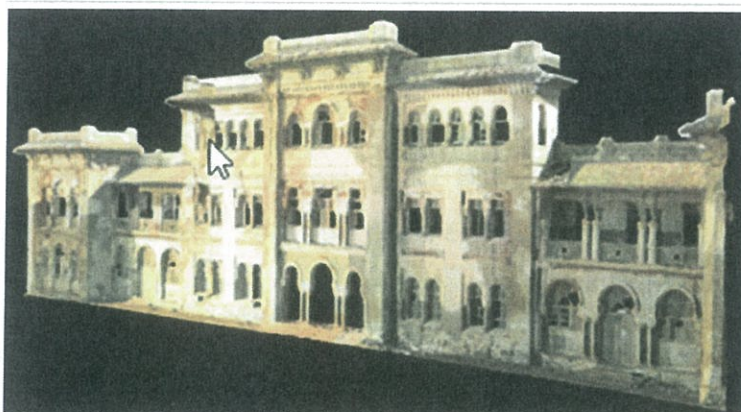
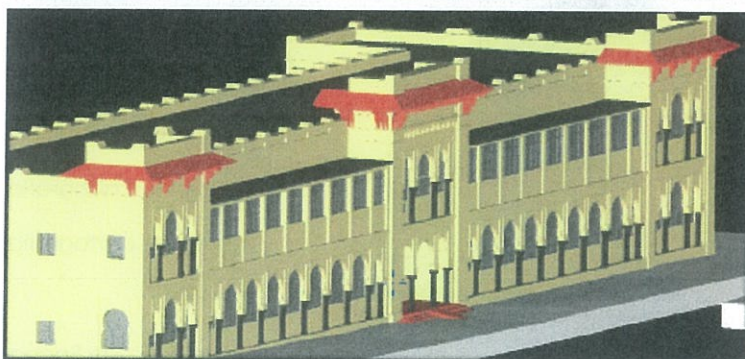
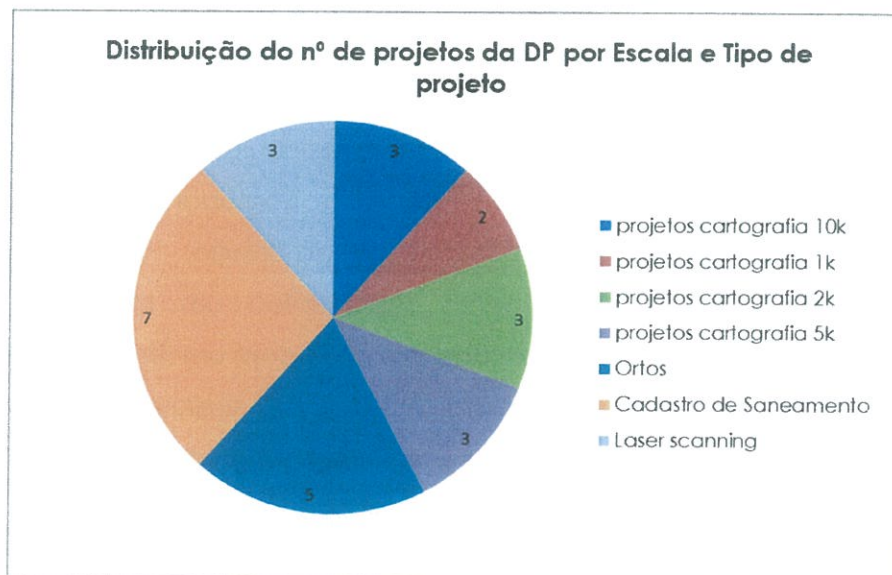


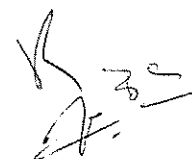
Imagem da nuvem de pontos



Desenho do hospital a partir da nuvem de pontos

Apresenta-se no esquema seguinte o número de projetos por tipologia, incluem-se todos os projetos em que a Divisão de Produção participou durante 2014.





Relatório e Contas 2014

Este esquema é representativo do número de projetos em que a Divisão de Produção participou, sendo de muita relevância os projetos de cadastro de saneamento e de CCTV inspeção nas redes domésticas e residuais.

Relativamente à cartografia continua a tendência para projetos a escalas grandes, tal como a 1:1.000 e 1:2.000, consequência da necessidade dos clientes precisarem de cartografia para os planos de pormenor, industriais ou outros.

A Divisão de Produção tem continuado a participar na execução de ortofotomapas (RGBI) para a análise e cálculo do NDVI (índice de vigor das plantas), tendo executado 3 projetos no ano de 2014.

O projeto da Ana Aeroportos, execução da Cartografia 1:1.000 e os respetivos dados aeronáuticos, representam um grande desafio para a divisão, devido aos conhecimentos específicos que a equipa teve que obter para produzir e caracterizar a informação para o projeto.

O projeto transita para o ano de 2015 tendo sido atingido no ano de 2014 uma execução perto dos 30 %.

Kze
St

Relatório e Contas 2014

Departamento de Sistemas de Informação Geográfica

DIVISÃO DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA

O ano de 2014 ficou marcado pela execução do Plano Regional de Emergência de Proteção Civil da Região Autónoma da Madeira para o Serviço Regional de Proteção Civil da RAM e a Análise e Cartografia de Perigosidade para Cabo Verde para o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.



Em ambos os casos tratou-se de projetos de elevada complexidade devido à extensão do trabalho e ao número de equipas envolvidas. Os dois projetos foram apresentados publicamente no dia 11 de novembro no Funchal e 9 de dezembro na cidade da Praia.



No domínio da consultoria foram prestados serviços de consultoria em sistemas de informação geográfica pelos consultores da DIG aos municípios do Cadaval, Proença-a-Nova e Oeiras. Relativamente à área de formação foram desenvolvidas

- 288
R 32
J.

Relatório e Contas 2014

56 horas de formação presencial aos funcionários da Câmara Municipal de Oeiras e da empresa SOGRAPE.

Relativamente à situação do mercado, caracteriza-se pela procura de serviços no domínio do planeamento de emergência, com preços de referência baixos e onde o critério de adjudicação é o preço mais baixo o que tem dificultado a angariação de mais projetos. No entanto, mantêm-se em aberto alguns concursos nesta área onde se esperam desenvolvimentos em 2015.

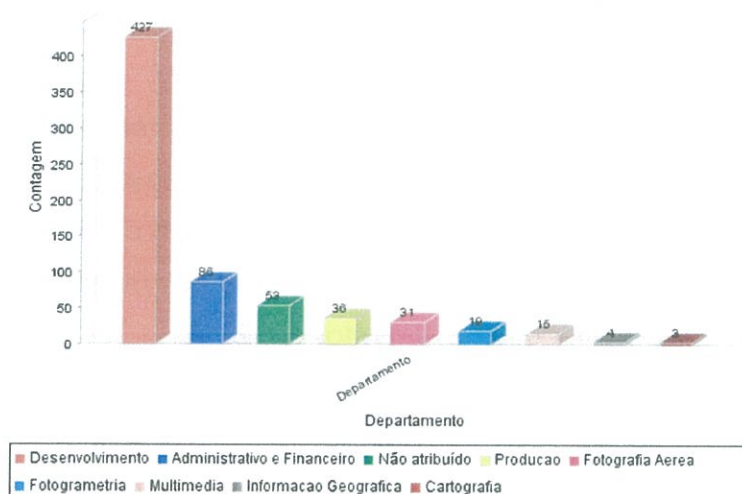
DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO

As atividades desenvolvidas pela Divisão de Desenvolvimento (DD) durante o ano de 2014 dividiram-se em dois tipos de projetos: internos e externos.

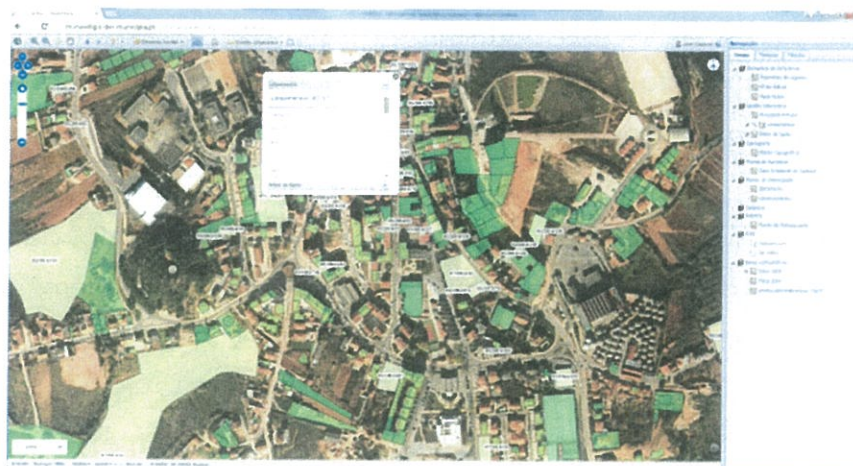
Os projetos internos visam manter o normal funcionamento da Município e apoiar tecnicamente as restantes divisões. Em termos de afetação de recursos estes projetos corresponderam a cerca de 50% dos recursos totais da DD, tal como em 2013. Refira-se que em 2012 este valor foi de 45%, em 2011 de 39%, em 2010 de 40%, em 2009 de 46%, em 2008 de 38% e em 2007 de 25%. Estas tarefas dividiram-se em Manutenção do Site da Município, Apoio à Plataforma de Gestão do Sistema de Gestão da Qualidade (uebeq); em Helpdesk às diversas divisões, em auditoria e manutenção da infraestrutura de suporte às atividades da Município, no apoio ao SAP e no desenvolvimento e análise de soluções requisitadas pelas restantes divisões. Este ano, em particular, o projeto SINERGIC teve uma afetação de recursos da DD em Helpdesk de 1.378 horas, ou seja, cerca de 19% das horas totais.

Relativamente às atividades de Helpdesk, o sistema implementado em 2011 permite efetuar uma análise rápida destas atividades. Assim, durante o ano de 2014 foram efetuados 674 pedidos (664 em 2013 e 652 em 2012) pela plataforma. A distribuição pelos departamentos pode ser vista no gráfico seguinte.

[Handwritten signature]



Dentre os projetos externos, vocacionados para a resposta a serviços contratados por clientes, ou desenvolvidos no âmbito de projetos de investimento com a perspectiva de rentabilização futura, podemos destacar a continuação dos projetos de consultoria e desenvolvimento de aplicações no âmbito do projeto de implementação de uma Infraestrutura de Dados Espaciais para Cadaval e Proença-a-Nova, projetos estes que continuarão em 2015.



h 3/2
H.

Relatório e Contas 2014

Os projetos que mereceram mais destaque ao nível do desenvolvimento aplicacional foram a plataforma de suporte ao projeto SINERGIC de Seia e a plataforma de Aquisição e Gestão cadastral do Sistema Nacional de Cadastro de Timor-Leste.

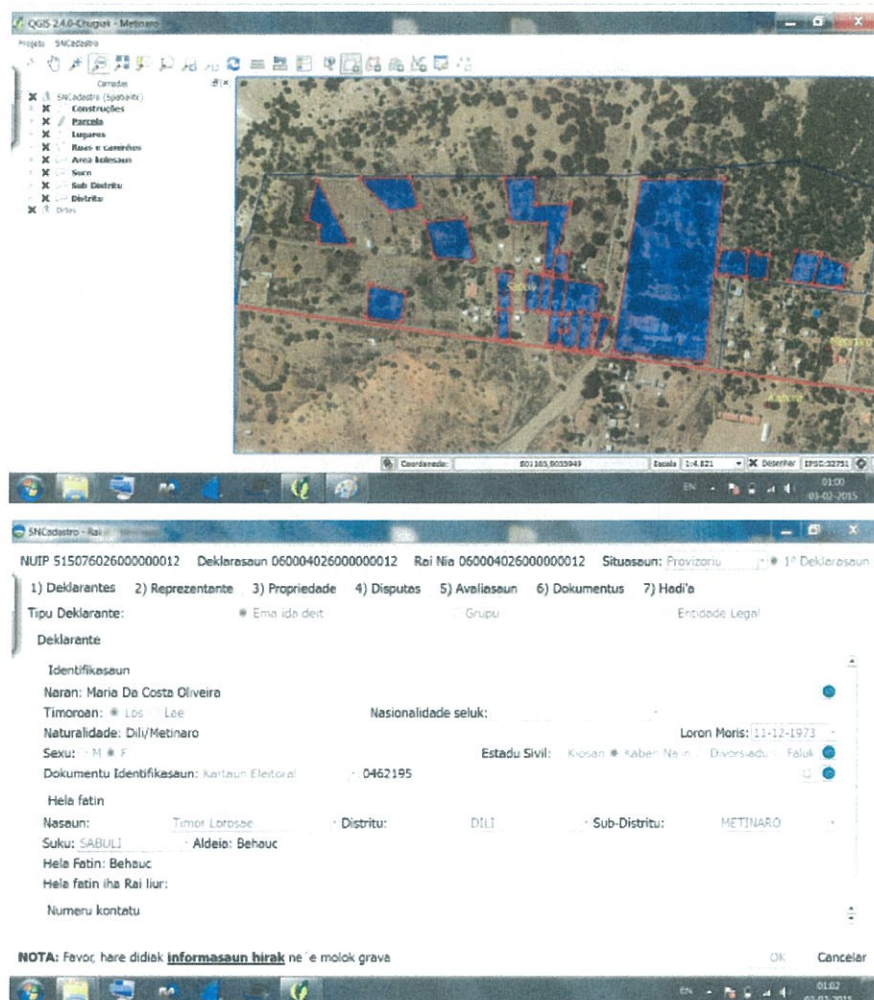


h z
f.



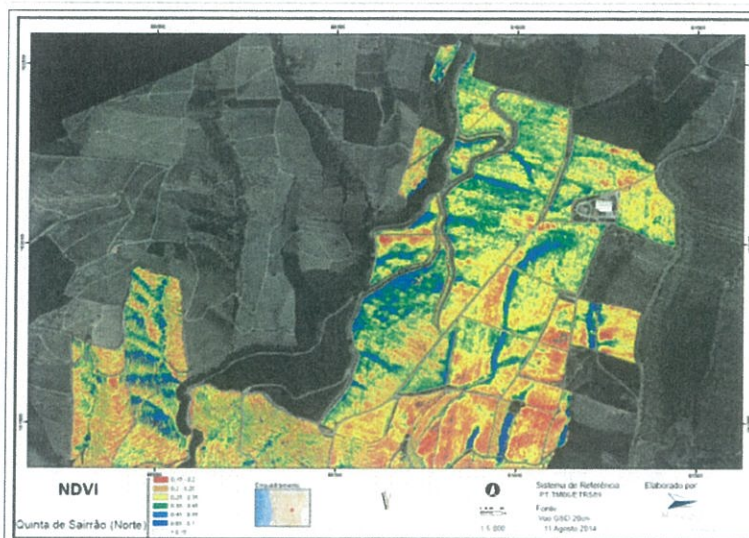
Handwritten signature and initials.

Relatório e Contas 2014



Quanto aos projetos de Detecção Remota, em conjunto com a DFA, destacamos a produção de Cartas de Vigor de Vinha para a empresa SOGRAPE. Este projeto, que vem na sequência dos trabalhos desenvolvidos em 2012 e 2013, pelo seu carácter inovador e pelo relativo baixo custo de produção, podem ter potencial de mercado quer na Vinha quer no Milho, onde nos encontramos a explorar possíveis parcerias com a Quinta da Lagoalva e com a Pionner para potenciar a venda deste produto.

[Handwritten signature]



Para o ano de 2015, existem em curso a continuação da implementação das IDE de Cadaval e Proença-a-Nova, e a conclusão dos projetos de Cadastro SINERGIC e SNC de Timor-Leste. Adicionalmente perspectiva-se a consolidação dos projetos de Deteção remota e a implementação de mais soluções de Infraestruturas de Dados Espaciais, nomeadamente em Moçambique, na Administração Nacional de Estradas.

DIVISÃO MULTIMÉDIA

Na Divisão Multimédia (DM) o ano de 2014 foi dominado, em termos de recursos afetos, pelo projeto de Gestão de Frotas e pelo Cadastro de Iluminação Pública. Este ano, a área da Iluminação Pública teve uma forte relevância para a Divisão. Após a elaboração e apresentação (dezembro de 2013, em Coimbra) do **Manual de Boas Práticas para o Cadastro da Iluminação Pública** por parte do CPI (Centro Português de Iluminação) e que contou na equipa de trabalho com 3 elementos da Município, ocorreram durante o 1º trimestre deste ano, mais 5 apresentações do Manual.

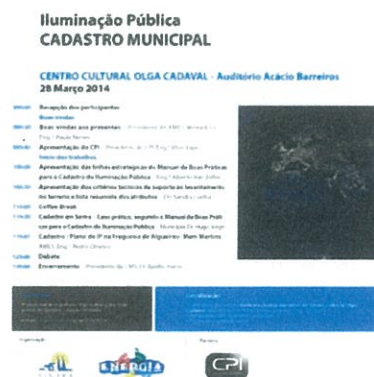
R 72
Jh.

Relatório e Contas 2014

Estas apresentações contaram sempre com pelo menos um elemento da Municípa entre os oradores e ocorreram nos seguintes locais e datas:

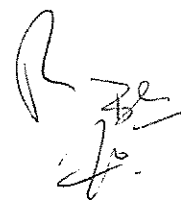
- UTAD (Vila Real) – 8 de janeiro;
- Câmara Municipal de Matosinhos – 13 de fevereiro;
- Câmara Municipal de Ourique – 6 de março;
- Câmara Municipal de Lagos – 20 de março;
- Câmara Municipal de Sintra – 28 de março.

Destaque para a Apresentação que ocorreu em Sintra, onde foi apresentado o projeto-piloto que a Municípa desenvolveu para este concelho.



Neste projeto-piloto foi possível colocar em prática toda a teoria que o Manual defende, para posterior apresentação deste mesmo trabalho.





Relatório e Contas 2014

Em 2013 já tinha existido um projeto nesta área, nomeadamente com o município de Oliveira do Hospital, com a Aplicação de Gestão de Iluminação Pública.

Em 2014 tivemos a adjudicação do Cadastro de Iluminação Pública para o município de Alvito. Este projeto iniciou-se no 4º trimestre de 2014, com previsível término durante o 1º trimestre de 2015.

Tendo em conta a ação comercial desenvolvida neste ano de 2014 perspetiva-se que em 2015 possam surgir mais alguns projetos nesta área.

Ainda na área da Energia, deve-se destacar a 1ª adjudicação de Certificações Energéticas que a Município conseguiu obter.

No que concerne ao projeto que nos últimos anos tem tido mais visibilidade na Divisão, o projeto referente ao Sistema de Gestão de Frotas, e apesar de continuar a existir alguma contração no mercado, continuou a ser alvo de bastantes adjudicações.

Durante o ano de 2014, foram adjudicados à Município 74 contratos, num valor total que ascende a cerca de 235.000 euros.

Deve-se evidenciar, que alguns dos contratos realizados neste ano, foram renovações que aconteceram após o término do período do 1º contrato ou ampliações aos contratos já existentes, o que significa que o produto é extremamente funcional e que as entidades tiram proveito do mesmo.

A relação com o nosso parceiro nesta área, a Cartrack, tem-se mantido forte, mesmo com alguma mudança de política interna. Esta relação tem permitido que a Município acompanhe de perto todos os desenvolvimentos do produto, sendo expectável que, finalmente em 2015, irão existir novidades interessantes no produto, que nos permitirá responder a todos os requisitos e necessidades de atuais e potenciais clientes.

Este será um ano bastante importante em termos de renovações, uma vez que 25 entidades terminam durante este ano, o seu contrato com a Município.

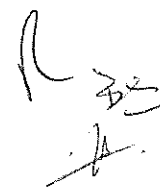
A Energia continuará a ser uma aposta para o ano de 2015 na Divisão Multimédia, apesar dos escassos resultados atingidos nos últimos anos.



Relatório e Contas 2014

Acreditamos que o trabalho de "semear" efetuado nos últimos três anos começará a obter os seus frutos mais significativos no ano de 2015.

A Iluminação Pública, como referido anteriormente, será o principal enfoque da Divisão neste segmento.



Atividade Comercial

1. ENVOLVENTE

O ano de 2014 revelou-se um ano particularmente difícil, o que se refletiu no número de adjudicações registado.

Se por um lado foi moroso o processo de redefinição interna das chefias municipais dos nossos clientes, o controlo financeiro dos municípios veio empolar as suas expectativas de utilização das verbas que iriam ser disponibilizadas por via do QREN e dos seus sucedâneos e derivados, adiando muitos processos de adjudicação.

2. AÇÕES MAIS IMPORTANTES

Para além do trabalho de promoção regular dos serviços e produtos da empresa, destacaram-se as seguintes áreas:

2.1. Parcerias

Para além da parceria com a INOVA+ (Gestão de fundos comunitários para ações de inovação e apoio ao empreendedorismo), que se manteve, foram estabelecidas mais duas parcerias que, para além do interesse da utilização dos seus produtos pelos municípios, facilitaram a nossa aproximação aos executivos municipais:

2.1.1. Projeto STOPERDAS

Parceria com a RSS e a TECNILAB, visando a redução de perda de água de baixa pressão, uma área de grande preocupação financeira dos municípios.

2.1.2. Projeto MOBILE MAPPING

Parceria com a TOPCON, visando a aquisição de dados georreferenciados de todas as entidades físicas visíveis através de um sistema de laser móvel.

2.2. Comunicação

A área da comunicação continuou a ser desenvolvida:

2.2.1. Facebook

- Reforço da presença nos Social Media
- Elaboração de Dossier de Imprensa

2.2.2. Suporte a Eventos e workshops

- Conferência - Cadastro de Infraestruturas
- Jornadas Lusófonas de Ciências e Tecnologias de Informação Geográfica
- AGROGLOBAL - Feira das Grandes Culturas
- Apresentação regional do Manual de Iluminação Pública

2.2.3. Suporte a ações de comunicação interna e a projetos em execução

- Projeto SINERGIC

3. Indicadores

<i>Indicadores Comerciais</i>	2013	2014	Δ% 13-14
Km realizados	51.517	64.166	24,6%
N.º Visitas realizadas	234	234	0%
Km/Visita	220	274	24,5%
Valor Propostas Adjudicadas (€)	710.400	185.108	-73,9%

DESEMPENHO DO GESTOR COMERCIAL POR SEGMENTO

Propostas Emitidas Gestor de Conta	Propostas adjudicadas	Total propostas entregues	% Adjudicadas
GEODATA	0	49	0%
GEOSOLUTIONS	1	16	6%
GEOCONSULTING	1	3	33%
GESTÃO FROTAS	39	100	39%
ENERGIA	0	0	0%
TOTAL	41	168	24%

NB: Neste quadro não estão considerados os resultados do trabalho com as parcerias neste momento ativas, devido aos termos da parceria, ou ao facto das nossas propostas surgirem uma fase mais tardia do processo:

Gestor de Conta	Adjudicações	Entidades contactadas	% Adjudicações
STOPERDAS	0	59	0%
MOBILE MAPPING	0	27	0%
FUNDOS PARA INOVAÇÃO	3	21	14,3%
TOTAL	3	107	2,8%

CONCURSOS

O quadro e gráfico seguinte espelham o resultado das propostas apresentadas no contexto do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, bem como as propostas apresentadas espontaneamente ou através de consulta, por todos os Departamentos da Município, ao longo do ano de 2014:

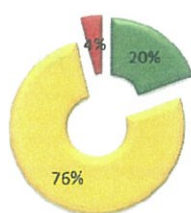
Handwritten signature and initials

Relatório e Contas 2014

Propostas	Nº Propostas 2013	Valor em 2013	Nº Propostas 2014	Valor em 2014	Δ% Propostas 13-14	Δ% Valor 13-14
Propostas adjudicadas	129	1.580.935,10	148	1.822.115,70	14,7%	15,3%
Propostas em aberto	503	100.005.308,84	281	19.938.584,68	-44,1%	-80,1%
Propostas recusadas	25	1.013.593,07	30	254.979,45	20,0%	-74,8%
Total de Propostas Apresentadas	657	102.599.837,01	459	22.015.679,83	-30,1%	-78,5%

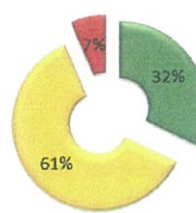
Unidade: euros

Propostas apresentadas em 2013



■ Propostas adjudicadas
■ Propostas em aberto
■ Propostas recusadas

Propostas apresentadas em 2014



■ Propostas adjudicadas
■ Propostas em aberto
■ Propostas recusadas

Constata-se através da leitura do quadro anterior, que a empresa apresentou ao longo do ano de 2014, 459 propostas, o que reflete em média 38 propostas por mês, o que representa em média 2 propostas a cada dia útil. Verificou-se uma variação positiva de 15%, quer em número de propostas adjudicadas, quer em valor.

Importa ainda referir quais os clientes que mais contribuíram para a atividade da Município em 2014 e que se descrevem seguidamente por ordem de importância:

Relatório e Contas 2014

Top 10 Clientes

	VALOR	PESO RELATIVO NO TOTAL DA FATURAÇÃO
DIREÇÃO GERAL DO TERRITÓRIO	930.000	37,8%
SIMAS DE OEIRAS E AMADORA	194.539	7,9%
GMN-H/ARM APPRIZE TIMOR	151.680	6,2%
ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA COVA DA BEIRA	142.400	5,8%
NAÇÕES UNIDAS CABO VERDE	90.247	3,7%
MUNICÍPIO DE OEIRAS	72.512	2,9%
MUNICÍPIO DE TÁBUA	62.630	2,5%
MUNICÍPIO DO FUNCHAL	57.555	2,3%
ANA AEROPORTOS	56.021	2,3%
ARTOP	46.830	1,9%

Unidade: Euro

O quadro anterior é elaborado com base no valor total da faturação em euros e sem IVA.

TIPOLOGIA DOS CLIENTES

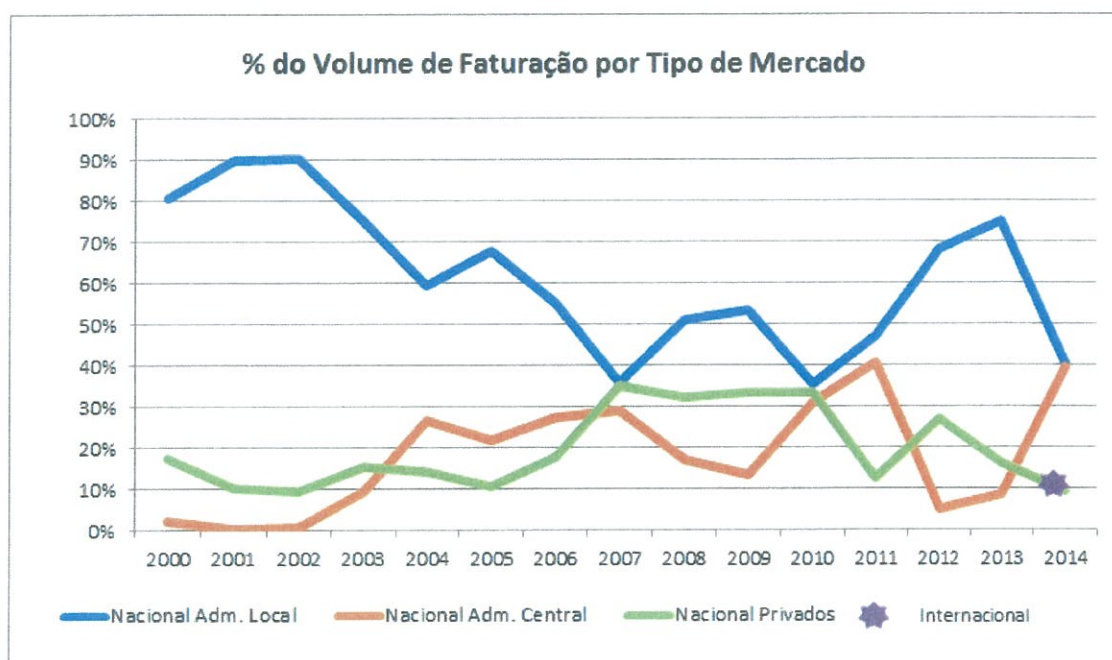
A Administração Pública (Central e Local) continua a ser o setor preferencial de atuação da Município, ficando em 2014 com registos equivalentes (perto dos 40%).

Como novidade, já há muito esperada, temos o despontar da faturação para mercados externos, representando 11% do total da faturação.

Relatório e Contas 2014

Faturação	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Nacional Adm. Local ⁽¹⁾	59,55%	67,89%	55,09%	35,91%	51,06%	53,26%	35,51%	46,83%	68,41%	75,14%	40,70%
Nacional Adm. Central	26,45%	21,68%	27,32%	28,92%	16,77%	13,32%	31,12%	40,55%	4,78%	8,50%	39,27%
Nacional Privados	14,00%	10,43%	17,59%	35,17%	32,17%	33,42%	33,37%	12,63%	26,81%	16,36%	9,26%
Internacional	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	10,77%

Nota (1): Por mercado Administração Local para efeitos do presente quadro, consideram-se Autarquias, Corporações de Bombeiros, Misericórdias (atividades de natureza local sem fins lucrativos)



A faturação Internacional, superou a faturação nacional a privados, o que por um lado resulta do reconhecimento da marca Município além-fronteiras evidenciando o retorno dos investimentos comerciais iniciados anteriormente.

2.4. INVESTIMENTOS

No ano de 2014, face ao ano transato, verificou-se um aumento de 315% nos investimentos efetuados, conforme se demonstra no quadro seguinte:

	2012	2013	Var % (12-13)	2014	Var % (13-14)
Ativos Intangíveis	42.390	7.249	-83%	0	-100%
Ativos Fixos Tangíveis	1.942	61.936	3.089%	287.005	363%
Total	44.332	69.185	56%	287.005	315%

Unidade: Euro

Os **Ativos Intangíveis** em 2014, tiveram um registo nulo.

Quanto ao **Ativo Fixo Tangível**, este registou um incremento de 363%, originado pelo investimento de 287.005 euros, repartido essencialmente por equipamento básico e de transporte, e dos quais se destacam os mais revelantes:

- 48 viaturas usadas para o projeto Sinergic no montante de 196.717,89 euros;
- Aquisição de GPS's no montante de 74.985 euros;
- Aquisição de equipamentos de ar condicionado para o Datacenter no montante de 7.970,73 euros;
- Aquisição de equipamentos informáticos no montante de 7.331,49 euros;

2.5. POLÍTICA DA QUALIDADE

A Política da Qualidade visa traçar os diferentes vetores de atuação na Município, capazes de garantir uma melhoria da eficácia do Sistema de Gestão, melhoria contínua de processos e procedimentos, tendo em vista a satisfação dos requisitos colocados pelos nossos clientes e pelo próprio mercado.

Para que tal aconteça definimos 5 vetores fundamentais de atuação:

- **O Cliente**
- **Os Colaboradores**
- **Os Fornecedores**
- **Acionistas**
- **Utilidade Pública**

Através dos questionários observados, continuamos a verificar que o subindicador custo do serviço continua a ter avaliações muito baixas (2,5 numa escala de 1 a 4, sendo o 4 o mais elevado), em virtude dos nossos clientes consideram os nossos preços elevados face à concorrência, contudo o reconhecimento da Município advém da qualidade dos serviços prestados, como comprova o indicador de satisfação de 3,52 (numa escala de 1 a 4, sendo o 4 o mais elevado).

Para 2015, apostaremos no mesmo objetivo de 3,7 no grau de satisfação dos clientes.

Ano após ano, a Administração continua a proceder à reestruturação de custos, de forma a permitir uma maior competitividade da Município, quer no mercado nacional, quer internacional.

132

2.6. CERTIFICAÇÕES TÉCNICAS E MARCAS REGISTRADAS

CERTIFICAÇÕES TÉCNICAS





A Município tem as seguintes Certificações:

Âmbito	Entidades Certificadoras
ISO 9001	 SGS certificação acreditada IRAC
Alvará para o exercício de atividades no domínio do cadastro predial nº 01/2003 CD	 INSTITUTO GEOGRÁFICO PORTUGUÊS
Declaração para o exercício da atividade de produção de cartografia topográfica ou temática de base topográfica	 INSTITUTO GEOGRÁFICO PORTUGUÊS
Entidade formadora nas áreas de informática (480) e informática na ótica do utilizador (482)	 DGERT

Handwritten signature/initials

Relatório e Contas 2014

MARCAS REGISTRADAS

Nome da Marca		Modalidade	Tipo de Sinal
MUNICÍPIA ®		MARCA NACIONAL / LOGOTIPO	MISTO
GUIA DE PORTUGAL ®		MARCA NACIONAL	MISTO
RPAD REDE PORTUGUESA DAS AUTARQUIAS DIGITAIS ®		MARCA NACIONAL	VERBAL
RPAD ®		MARCA NACIONAL	MISTO
GP-PROCURA?AQUI ENCONTRA!!! ®		MARCA NACIONAL	VERBAL
BNE-BASE NACIONAL DE ENDEREÇOS ®		MARCA NACIONAL	VERBAL
GEOSTAT ®		MARCA NACIONAL	VERBAL
MUNICIPIA ENERGY ®		MARCA NACIONAL	MISTO
WHERE ARE YOU FLYING ®		MARCA NACIONAL / LOGOTIPO	MISTO
WHERE ARE YOU ®		MARCA NACIONAL	VERBAL

2.7. RECURSOS HUMANOS

ATIVIDADE

Após a reestruturação que a Município sofreu no final do ano transato, ficou o quadro da Município, a partir de janeiro de 2014, reduzido a 33 efetivos. Os efetivos que permaneceram, tiveram que se reajustar à nova realidade da empresa.

Durante o ano de 2014, com o acréscimo de atividade exigido pelo projeto SINERGIC (concurso público n.º CP008/DSIC/2009 para aquisição de serviços de execução do Cadastro Predial), foi necessário recrutar pessoal para a execução das tarefas daí advindas, o que originou um incremento para 55 trabalhadores em 31.12.2014, sendo 31 efetivos e 24 com contratos de trabalho a termo.

EVOLUÇÃO DO EFETIVO

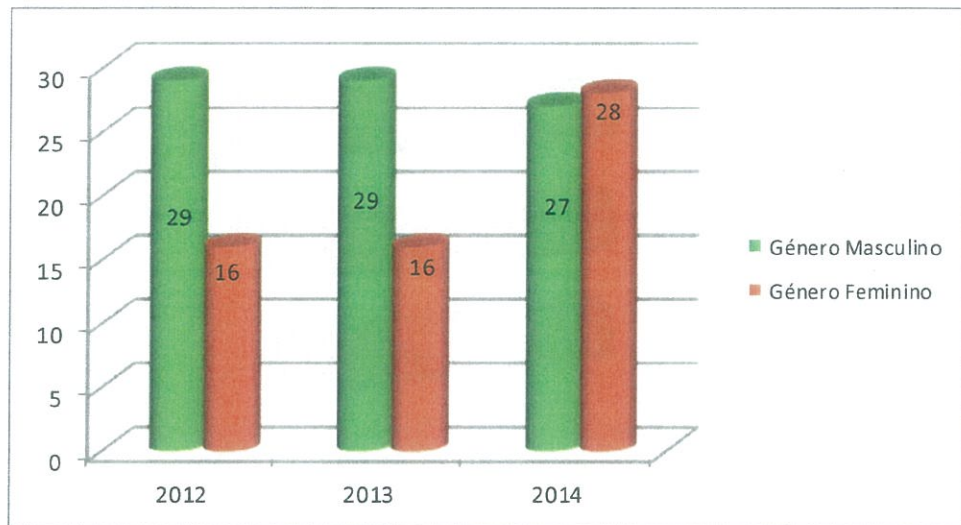
Conforme se pode verificar no quadro em baixo, e após o explanado, verifica-se, em 2014, um aumento do número de efetivos.

EVOLUÇÃO RH	2012	2013	2014
N.º de efetivos	45	45	55

Da estrutura humana da Município saíram durante o ano de 2014, 35 funcionários e foram admitidos 45 com contrato a termo certo. Assim, o capital humano da empresa no final de dezembro de 2014 era constituído por 55 elementos. Desses, 28 eram do género feminino e 27 do masculino.



Relatório e Contas 2014



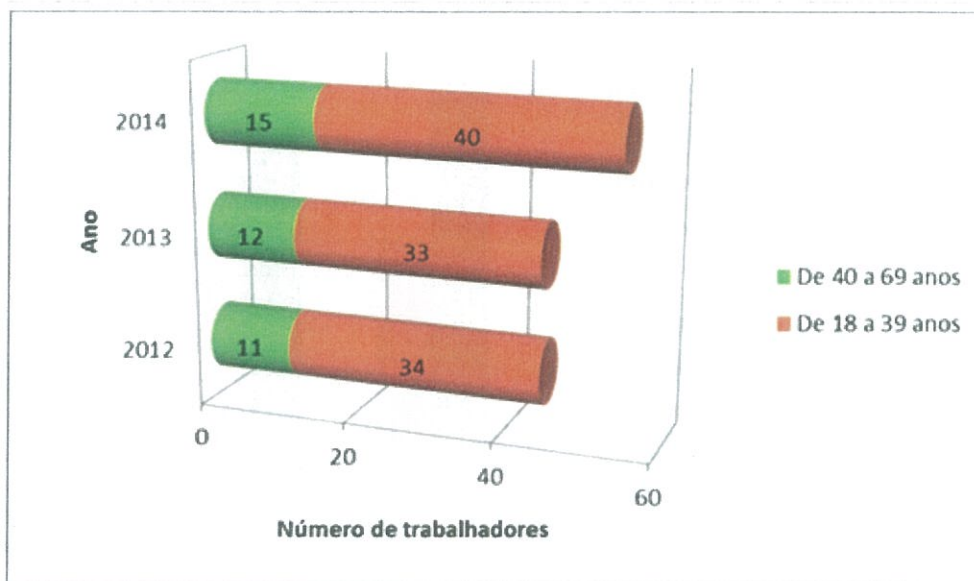
ESTRUTURA ETÁRIA

Em 2014 a média etária dos trabalhadores era de 38 anos.

Embora se observe uma evolução na estrutura etária que indica um ligeiro envelhecimento, isso poderá traduzir também um ganho maior de experiência e de adesão e identificação com as políticas da empresa.

ESTRUTURA ETÁRIA	2012	2013	2014
De 40 a 69 anos	11	12	15
De 18 a 39 anos	34	33	40

[Handwritten signature]



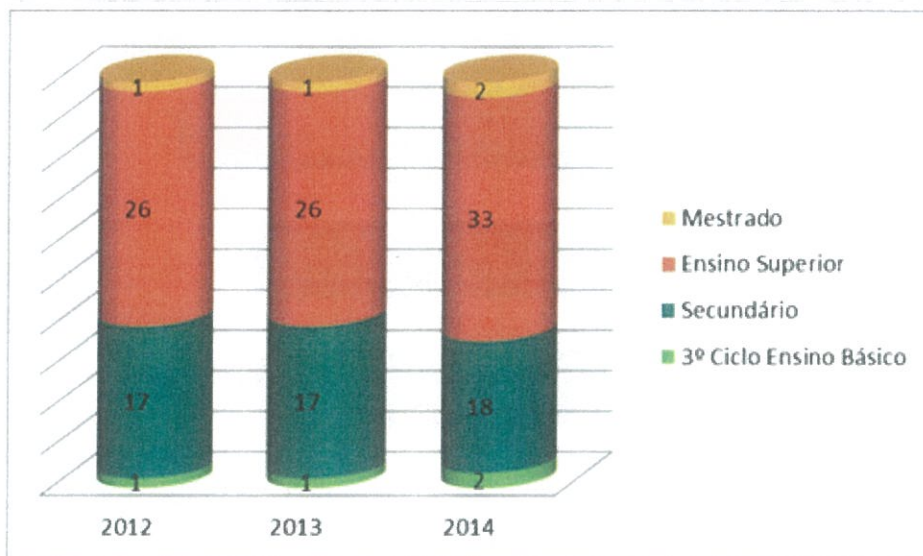
ESTRUTURA DE NÍVEIS DE HABILITAÇÃO

O nível de habilitação do conjunto dos trabalhadores da Município está espelhado no quadro em baixo e apresenta as seguintes características:

HABILITAÇÕES LITERÁRIAS	2012	2013	2014
Mestrado	1	1	2
Ensino Superior	26	26	33
Ensino Secundário	17	17	18
3º Ciclo Ensino Básico	1	1	2
Total	45	45	55

Com um nível de habilitação igual ao 3º ciclo do ensino básico temos 4% do total dos trabalhadores, com um nível de habilitação equivalente ao ensino secundário temos 33% dos trabalhadores, com habilitações de ensino superior temos 60% e 4% dos trabalhadores possuem um mestrado.

Relatório e Contas 2014

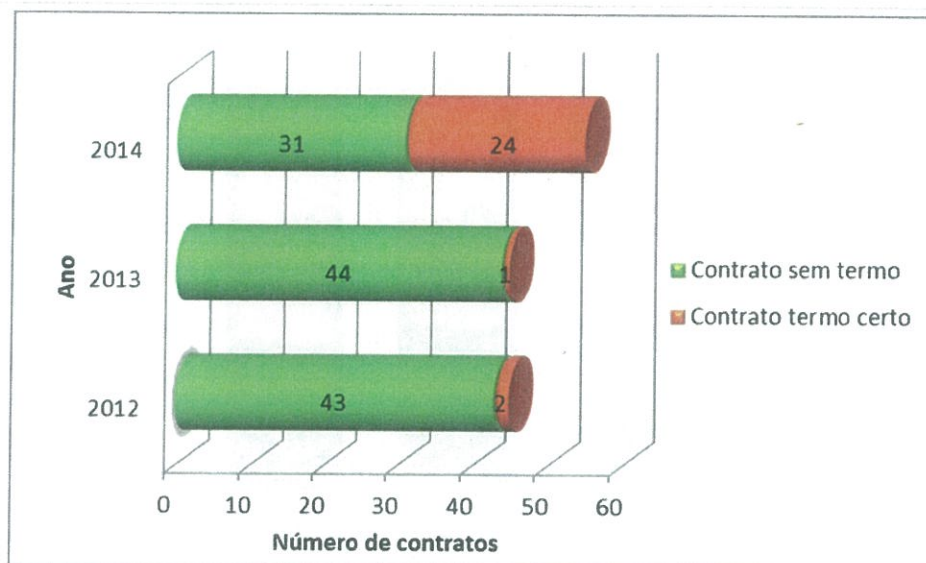


VÍNCULO CONTRATUAL

O quadro e gráfico que se seguem, registam o número de efetivos distribuídos pelos vários tipos de vínculo contratual. Verifica-se que 56% têm com a Empresa um vínculo contratual "sem termo" e 44% têm um contrato a "termo certo".

TIPO DE VÍNCULO CONTRATUAL	2012	2013	2014
Contrato sem termo	43	44	31
Contrato termo certo	2	1	24
Σ dezembro	45	45	55

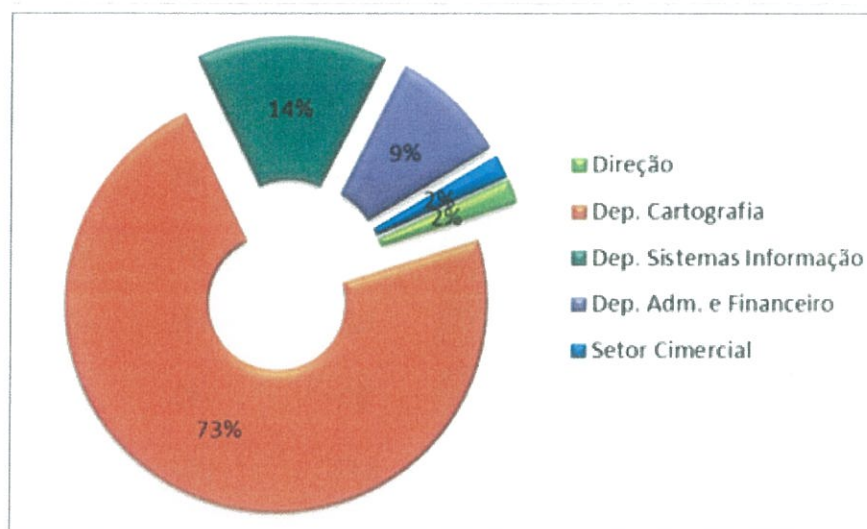
Handwritten signature



Em termos de unidades orgânicas da empresa os efetivos estão assim distribuídos:

- o Departamento de Cartografia tem 40 elementos;
- o Departamento de Sistemas de Informação tem 8;
- o Departamento Administrativo e Financeiro tem 5 elementos;
- o Setor Comercial tem 1 elemento;
- a Direção tem 1 elemento.

Relatório e Contas 2014



ABSENTISMO

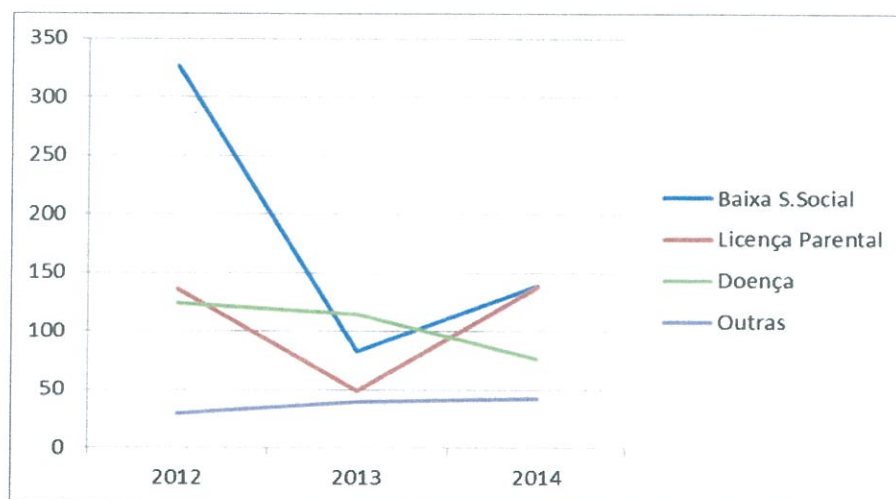
Como podemos verificar no quadro seguinte os números mais significativos no absentismo estão relacionados com as ausências por Baixa emitida pela Segurança Social. Concorre para esta tipologia de ausência a baixa por doença, a baixa de risco e a assistência a familiares. Na tipologia "Doença" estão incluídas as consultas médicas e ausências por indisposições.

TIPOS DE ABSENTISMO	BAIXA S. SOCIAL	LIC. PARENTAL	DOENÇA	OUTRAS				TOTAL
				CASAMENTO ELITO	OBRI. LEGAIS	DESLOCAÇÃO A ESCOLA	AUTOR. APROVADA EMPREGADOR	
Σ EM DIAS	139	138	76	33	3	4	3	396
PESO RELATIVO	35%	35%	19%	8%	1%	1%	1%	100%

Confrontando os números de 2014, com o ano anterior, verifica-se um ligeiro aumento do absentismo, motivado essencialmente por gravidez e natalidade. Há uma redução de 34% de ausências por doença, enquanto que a rubrica residual outras regista uma subida de 8%.

R-32
4.

TIPOS DE ABSENTISMO	2012	2013	$\Delta\%$ 2012-2013	2014	$\Delta\%$ 2013-2014
BAIXA S. SOCIAL	327	83	-75%	139	67%
LICENÇA PARENTAL	136	49	-64%	138	182%
DOENÇA	124	115	-7%	76	-34%
OUTRAS	30	40	33%	43	8%
TOTAL AUSÊNCIAS	617	287	-53%	396	38%



ESTÁGIOS

Torna-se notória a diminuição do número de estagiários o que se justifica pelos moldes em que estes estágios são feitos. Dado que os estágios são de curta duração e as tarefas a realizar durante a aprendizagem são tecnicamente difíceis e requerem um certo tempo de adaptação e treino, torna-se quase impossível aos estagiários, na sua grande maioria, produzirem um trabalho de qualidade em tão



Relatório e Contas 2014

curto espaço de tempo. Durante o ano de 2014 a empresa acolheu no Departamento Administrativo e Financeiro um estagiário.

ESTÁGIOS CONCEDIDOS	2012	2013	2014	MÉDIA
Σ DE ESTÁGIOS POR ANO	1	4	1	2
Σ DE ESTÁGIOS	6			

FORMAÇÃO PROFISSIONAL

A Empresa continua a não descuidar a formação como componente importante da área dos Recursos Humanos, sabendo que só assim os seus efetivos podem manter os padrões de desempenho.

O quadro seguinte apresenta o resumo da formação realizada nos últimos anos:

INVESTIMENTO EM FORMAÇÃO	2012	2013	Δ% 2013/2012	2014	Δ% 2014/2013
N.º DE FORMANDOS	15	20	33%	32	60%
N.º DE AÇÕES	25	38	52%	18	-53%
HORAS DE FORMAÇÃO	286	455	59%	1333	193%

Mesmo mantendo-se a política de contenção de custos, 58% dos trabalhadores tiveram a possibilidade de frequentar ações de formação, utilizando como recurso a frequência de *workshop*, palestras, conferências e formação interna nas suas áreas de intervenção. Das 1333 horas, 1236 horas (93%) foram de formação interna e 97 horas (7%) foram despendidas em *workshop*, palestras e conferências.

R-35
74.

Relatório e Contas 2014

GASTOS COM REMUNERAÇÕES

No quadro seguinte, demonstram-se os valores registados na conta de Gastos com o Pessoal e Administração, estando estas remunerações também descritas no anexo. O peso de cada rubrica na estrutura destes gastos e as respetivas variações entre 2012 a 2014, em termos percentuais, são as que se descrevem, em seguida:

<i>Natureza</i>	2012	2013	2014	Peso % no total	Var. 12-13	Var. 13-14
Remunerações, subs. férias e natal	721.413	864.138	930.265	71,77%	20%	8%
Subsídio de alimentação	64.228	61.671	75.003	5,79%	-4%	22%
Horas extra	1.849	660	738	0,06%	-64%	12%
Sanção de presença	5.550	6.572	2.664	0,21%	18%	-59%
Encargos patronais	158.818	202.451	218.753	16,88%	27%	8%
Seguro Acci. de trabalho e Seguro de saúde	33.184	35.386	25.261	1,95%	7%	-29%
Formação	5.299	2.166	1.474	0,11%	-59%	-32%
Cultura	1.005	1.550	2.400	0,19%	54%	55%
Higiene e Seg. Trabalho	2.431	2.307	2.970	0,23%	-5%	29%
Ajudas Custo/Guilemeiro	16.142	28.705	16.823	1,30%	78%	-41%
Costos de formação	1.964	141.022	19.740	1,52%	7.082%	-86%
TOTAL	1.011.883	1.346.626	1.296.091	100,00%	33%	-4%

Unidade: Euro

Remunerações, subsídio de férias e natal – esta rubrica não se apresenta comparável com os anos transatos, em virtude das saídas de funcionários, registadas após 31.12.2013, terem sido superadas pela admissão de pessoal a

Relatório e Contas 2014

termo, para assegurar o funcionamento dos Gabinetes de Atendimento do projeto do Cadastro.

Com esta ressalva efetuada, verifica-se um incremento de 8% de custos face ao ano transato, o mesmo acontecendo com os **Encargos Patronais** e pelas mesmas razões anteriormente elencadas.

Subsídio de alimentação - esta rubrica também registou um incremento, neste caso de 22%, tendo este incremento a mesma origem da rubrica anterior.

A rubrica de **horas extra** apresenta um valor residual, ficando-se a dever a missões de fotografia aérea e trabalhos realizados de apoio, em maio e agosto. Este valor representa 0,06% do total dos gastos registados.

Senhas de presença – o valor registado é relativo a senhas de presença pagas ao longo de 2014 e revela um decréscimo acentuado face aos anos transatos (-59%).

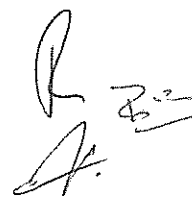
Os gastos com os **prémios de seguros**, sofrem uma redução substancial, originados pela redução de prémios a pagar no âmbito do seguro de saúde, uma vez que os prémios relativos a acidentes de trabalho, são obrigatórios e indexados à massa salarial, que subiu.

Formação – esta rubrica verifica uma redução de 32% face a 2013 e que se justifica pela quebra generalizada de inovação no setor, face ao que se assistia por exemplo em 2009, onde se investia 10 vezes mais em formação.

A rubrica **outras** registou um incremento de 850 euros face a 2013, e está relacionado essencialmente com o jantar de natal e cuidados de saúde preventivos, tendo em conta as deslocações a países que comportam riscos.

Os gastos relacionados com **Higiene e Segurança no Trabalho**, sofreram um incremento, tendo em consideração o incremento do pessoal ao serviço da empresa, no âmbito do Sinergic.

Ajudas de Custo e Quilómetros – esta rubrica, que registou uma redução de 41%, apresenta 95% dos seus gastos relacionados com as ajudas de custo e devem-se



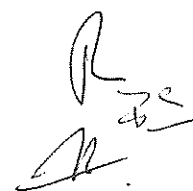
Relatório e Contas 2014

essencialmente à prospeção de mercado e à concretização de projetos no estrangeiro, bem como a ajudas de custo no âmbito do Sinergic.

A última rubrica de **Créditos de formação e outras compensações** deve-se essencialmente ao último acordo de rescisão que apenas ficou materializado em junho de 2014.

Conclusão

Apesar do acréscimo de recursos (a termo) contratados em 2014, os gastos com pessoal foram inferiores ao ano transato, registando uma redução de 4%.



Relatório e Contas 2014

2.8. Evolução Económico-Financeira

O relato financeiro que se segue, visa explicar as tendências do desempenho financeiro da Município, tendo em conta valores comparáveis dos últimos exercícios.

Apesar deste relato se basear em valores históricos, o que permite verificar a progressão/desempenho da sociedade nos últimos anos, também permitirá perspetivar o futuro da Município, através de Indicadores que medem a performance da empresa.

Em seguida, resumem-se as principais rubricas do desempenho económico da Município nomeadamente, através da análise da Demonstração de Resultados Total de Ganhos e Gastos, dos Resultados Operacionais, dos Resultados Financeiros, dos Resultados Antes de Impostos e dos Resultados Líquidos, dos Indicadores de Atividade, de Gestão, de Tesouraria, de Equilíbrio Financeiro e dos Indicadores Legais, ao longo dos últimos três exercícios.

Handwritten signature and initials

Relatório e Contas 2014

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS SÍNTESE

No quadro seguinte, pretende-se evidenciar a evolução dos Ganhos e Gastos registados no último triénio, bem como a sua variação nesse período.

	2012	2013	Var.% (12-13)	2014	Var.% (13-14)	2015
Ganhos Operacionais						
Serviços Prestados	2.306.078	1.212.511	-47%	2.743.915	126%	2.087.501
Subsídios à Exploração	0	0	0%	5.278	100%	1.759
Ganhos imputados de subsidiárias	405	0	-100%	0	0%	135
Reversões de Imparidades	0	0	0%	92.892	100%	30.964
Outros Rendimentos ou Ganhos	184.017	30.645	-83%	35.189	15%	83.283
Total dos Ganhos Operacionais	2.490.500	1.243.156	-50%	2.877.273	131%	2.203.643
Gastos Operacionais						
Perdas imputados de subsidiárias	0	872	100%	0	-100%	291
FSE	1.173.156	870.426	-26%	1.223.119	41%	1.088.900
Gastos com Pessoal	1.011.883	1.346.626	33%	1.296.091	-4%	1.218.200
Imparidade de dívidas a receber	30.352	24.608	-19%	0	-100%	18.320
Outros gastos e perdas	53.979	31.510	-42%	29.363	-7%	38.284
Gastos/reversões de depreciações	143.371	155.621	9%	201.565	30%	166.852
Total dos Gastos Operacionais	2.412.742	2.429.663	1%	2.750.138	13%	2.530.847
Resultados Operacionais	77.758	-1.186.507	-1.626%	127.135	111%	-327.204
Ganhos Financeiros						
Juros e rendimentos similares obtidos	84.041	6.080	-93%	27.812	357%	39.311
Gastos Financeiros						
Juros e gastos similares suportados	85.045	56.396	-34%	97.677	73%	79.706
Resultados Financeiros	-1.004	-50.316	4911%	-69.865	-39%	-40.395
Resultados Antes de Imposto	76.754	-1.236.823	-1.711%	57.271	105%	-367.599

Unidade: Euro



Relatório e Contas 2014

GANHOS OPERACIONAIS

O **volume de serviços prestados** em 2014, superou o valor alcançado em 2012 e mais do que duplicou, o registado no ano passado.

A variação em termos absolutos, face a 2013, foi de 1.531.404 euros, ou seja mais 126%.

Este incremento, teve origem não só no crescimento da nossa faturação em território nacional, onde se destaca claramente o Sinergic, como também na faturação relacionada com os projetos em Timor, Cabo Verde e Marrocos.

Quanto aos **subsídios à exploração**, em 2014, integrados num consórcio composto por 15 entidades europeias, estes resultam de um projeto que paulatinamente se iniciou em 2014 e onde foram reconhecidos 5.278 euros.

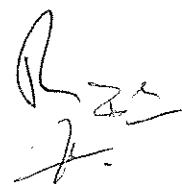
No presente exercício, foi possível recuperar 92.892 euros relativos a **reversões de imparidades**. Para esse valor concorreram os acordos de pagamento estabelecidos, com clientes cujo risco de incobrabilidade havia sido considerado em anos anteriores.

A rubrica de **Outros Rendimentos e Ganhos** apresentou um incremento de 15% face ao ano transato e resulta essencialmente de juros cobrados, diferenças de câmbio, correções de exercícios anteriores, mas o que se destaca é o arrendamento parcial das instalações na sede, que permitiram a partir de julho um rendimento adicional.

Os Ganhos Operacionais ascenderam a 2.877.273 euros, ou seja, mais 131% do que o valor alcançado em 2013.

GASTOS OPERACIONAIS

Os **Gastos com Fornecimentos e Serviços Externos**, registaram um incremento de 41% comparativamente ao exercício anterior, justificado pelo aumento do número e volume de projetos em 2014.



Relatório e Contas 2014

Para esta variação, contribuíram maioritariamente a subcontratação, as deslocações, resultado de projetos no exterior e prospeção de mercado.

Os **gastos com pessoal**, diminuíram 4%, mesmo considerando a contratação a termo de pessoal, no âmbito do projeto Sinergic, nomeadamente para assegurar o funcionamento de gabinetes de atendimento, nas freguesias de Oliveira do Hospital e Seia.

A rubrica de **outros gastos e perdas**, sofreu um decréscimo de 7%, face a 2013. Para o valor registado em 2014, de 29.363 euros, concorreu maioritariamente o imposto de selo relativo a contratos.

No que concerne aos **gastos / reversões de depreciações**, verificou-se um incremento de 30% face ao período anterior.

Este incremento, fica-se exclusivamente a dever aos investimentos efetuados no âmbito do Sinergic, nomeadamente em 48 viaturas em estado de uso, GPS e algum equipamento informático.

RESULTADOS OPERACIONAIS

Após a reestruturação operada no exercício anterior e com o incremento de projetos em carteira, os resultados apareceram com maior naturalidade.

Os ganhos operacionais gerados, ascenderam a 2.877.273 euros, o que determinou uma variação positiva de 131% face ao exercício de 2013.

Quanto aos gastos operacionais, também cresceram face ao exercício anterior, mas apenas 13%, o que proporcionou um resultado operacional positivo de 127.135 euros.

<i>Exercício/Rubrica</i>	2012	2013	VAR. % (12/13)	2014	VAR. % (13/14)
GANHOS OPERACIONAIS	2.490.500	1.243.156	-50%	2.877.273	131%
GASTOS OPERACIONAIS	2.412.742	2.429.663	1%	2.750.138	13%
RESULTADOS OPERACIONAIS	77.758	-1.186.507	-1.626%	127.135	111%

Unidade: Euro

GASTOS DE FINANCIAMENTO LÍQUIDO

A rubrica de **Gastos de Financiamento Líquido**, comporta essencialmente os **Ganhos** provenientes de juros debitados a clientes, decorrente dos pagamentos em atraso, e **Gastos** provenientes de financiamento bancário.

Relativamente aos **Juros e Gastos** decorrentes de financiamento bancário, registou-se um incremento de 73%, face ao ano transato, justificados pelas necessidades de financiamento para os investimentos realizados e juros pela utilização das contas correntes caucionadas, comissões bancárias e garantias bancárias.

Em termos de **Gastos de Financiamento Líquido**, obtivemos os seguintes resultados:

	2012	2013	VAR. % (12/13)	2014	VAR. % (13/14)
JUROS E RENDIMENTOS	84.041	6.080	-93%	27.812	357%
JUROS E GASTOS	85.045	56.396	-34%	97.677	73%
GASTOS DE FINANCIAMENTO (LÍQUIDOS)	-1.004	-50.316	4.911%	-69.865	39%

Unidade: Euro

Os **Resultados Antes de Impostos** são a consequência dos Resultados Operacionais e Resultados Financeiros, cujas explicações foram dadas anteriormente, tendo em 2014, alcançado um desempenho positivo, com 57.271 euros.

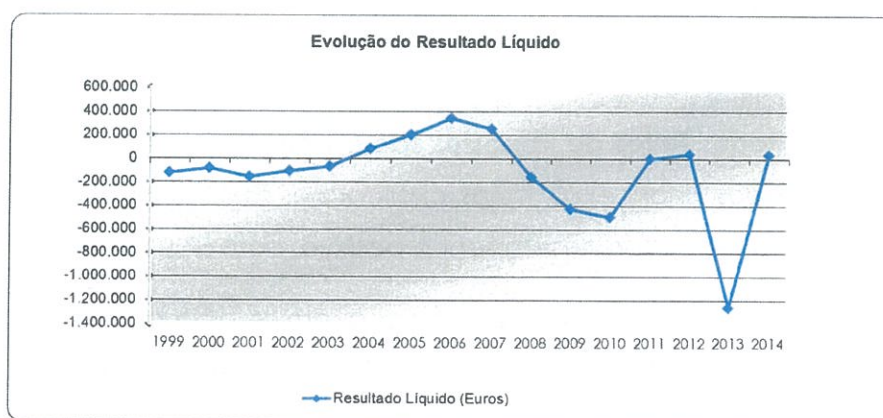
Aos **Resultados Antes de Impostos**, seguem-se os impostos, neste caso de 20.583,79 euros, o que permitiu alcançar em 2014 um **Resultado Líquido** positivo de 36.686,81 euros.

11 32
J

RESULTADOS LÍQUIDOS

De forma a obtermos uma imagem dos resultados líquidos alcançados pela sociedade desde a sua constituição, podemos observar o quadro e gráficos seguintes:

Exercício	RLE	Variação %
1999	-120.560	n.a.
2000	-79.615	34%
2001	-151.965	-91%
2002	-104.053	32%
2003	-61.238	41%
2004	89.791	247%
2005	205.745	129%
2006	347.733	69%
2007	257.180	-26%
2008	-153.789	-160%
2009	-419.737	-173%
2010	-491.754	-17%
2011	5.566	101%
2012	41.347	643%
2013	-1.259.227	-3.146%
2014	36.687	103%
Média	-116.118	



Relatório e Contas 2014

INDICADORES DE ATIVIDADE

<i>Atividade</i>	2012	2013	2014	Média	Var 12-13	Var 13-14
Volume de Negócios	2.306.078	1.212.511	2.743.915	2.087.501	-47%	126%
Rentabilidade das Vendas	1,79%	-103,85%	1,34%	-33,57%	-5.892%	101%
EBIT (Resultado Operacional)	77.758	-1.186.507	127.135	-327.204	-1.626%	111%
Resultado Líquido	41.347	-1.259.227	36.687	-393.731	-3.146%	103%
Cash Flow Líquido	215.070	-1.078.998	238.252	-208.559	-602%	122%

Unidade: Euro

Volume de Negócios – Este indicador voltou a obter um bom registo em 2014, em contraste com o verificado no ano transato.

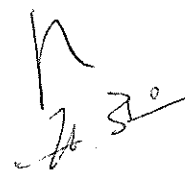
O acréscimo, face ao exercício económico de 2013, foi em termos absolutos de 1.531.404 euros, o que permitiu mais do que duplicar o valor alcançado em 2013 e superar o registo alcançado em 2012, em 437.837 euros.

Como já foi relatado anteriormente, este desempenho, ficou-se a dever ao projeto Sinergic, bem como a projetos internacionais (Cabo Verde, Marrocos, Timor).

Rentabilidade das Vendas (RL/VN) – Este rácio confirma uma rentabilidade das vendas positiva, situação que nos últimos 4 anos ocorreu 3 vezes.

EBIT (ganhos antes de impostos e juros) – O registo de 127.135 euros é revelador do excelente comportamento operacional da sociedade, explicado essencialmente, pelo incremento dos serviços prestados, controlo de custos com pessoal e reversão de imparidades.

Os **Resultados Líquidos** – o registo de 36.687 euros positivos, premeia um ano de muito empenho da equipa da Município, que se desdobrou entre os serviços prestados em território nacional e além-fronteiras.



Relatório e Contas 2014

Entre 2011 e 2014, foi possível alcançar em 3 anos, resultados líquidos positivos, o que é demonstrativo da capacidade de gestão, mesmo em anos de austeridade e crise generalizada.

O **Cash Flow** – registou uma subida considerável, alicerçado nos resultados positivos alcançados de 36.687 euros, a que se somou 201.565 euros de amortizações, que subiram face aos investimentos realizados no presente exercício económico.

INDICADORES DE GESTÃO

Gestão	2012	2013	2014	Média	Var. 12-13	Var. 13-14
Volume de Negócios por Trabalhador - euros	50.132	26.945	49.889	42.322	-46%	85%
Prazo Médio de Pagamentos (PMP) - dias	62	73	83	73	-18%	-14%
Prazo Médio de Recebimentos (PMR) - dias	299	141	85	175	53%	40%

Unidade: Euro

O **Volume de Negócios por Trabalhador (VN/Nº Pessoas)** – o incremento acentuado do volume de negócios alcançado em 2014, superou em proporção, o incremento do número de funcionários contratados para assegurar o normal funcionamento do Sinergic, o que permitiu, alcançar um valor idêntico ao registado em 2012 e quase a duplicação do registo do exercício transato.

Prazo Médio de Pagamento (PMP) – a sociedade demora em termos médios 83 dias a satisfazer os seus compromissos de curto prazo.

Prazo Médio de Recebimento (PMR) – este indicador revela-nos uma melhoria, ano após ano, dos prazos de recebimento, atingido no presente exercício 85 dias em média para que os nossos clientes satisfaçam as suas obrigações.

Esta melhoria, fica-se a dever a dois fatores, um endógeno e outro exógeno. O primeiro, deriva da estratégia implementada desde 2010, em que os clientes em mora são notificados mais cedo, podendo o seu incumprimento originar processos de contencioso. Muitas vezes, estas comunicações resultam em acordos de pagamento. O segundo fator deriva das consequências geradas pela lei dos compromissos, que tem vindo a disciplinar os prazos de pagamento, dos clientes públicos.

Estes dois fatores conduziram a uma diminuição do prazo de pagamento, de 2013 para 2014, de 40%.

INDICADORES TESOURARIA

Liquidez Geral (AC/PC) – Verificou-se uma ligeira descida deste indicador, que resulta da manutenção dos valores dos Ativos Correntes face ao ano transato (2.261.528 euros em 2013 e 2.227.650 euros em 2014) e do incremento necessário das obrigações de curto prazo em 236.573 euros.

Esta variação, resulta do incremento de dívidas a fornecedores e à banca, na mesma proporção, estando intimamente ligado ao (re)início do projeto Sinergic e às contrações necessárias ao seu re(início) e que teve como consequência uma degradação de 21% deste indicador.

Apesar desta diminuição, o ativo de curto prazo, duplica o passivo elegível, no mesmo período.

<i>Tesouraria</i>	2012	2013	2014	Média	Var. 12-13	Var. 13-14
Liquidez Geral	4,8	2,4	1,9	3,04	-49%	-21%

Unidade: Unidade

INDICADORES DE EQUILÍBRIO FINANCEIRO

<i>Equil. Financeiro</i>	2012	2013	2014	Média	Var. 12-13	Var. 13-14
Autonomia Financeira	73,60%	66,80%	60,70%	67,03%	-9,2%	-9,1%
Solvabilidade	3,41	2,49	2,07	265,67%	-27,0%	-16,9%
Rentabilidade dos Capitais Próprios	1,10%	-38,38%	1,11%	-12,06%	-3.581,3%	102,9%

- 313
R
3^e

Autonomia Financeira (CP/AT) – este indicador registou um decréscimo idêntico (9%) ao registado no ano transato, felizmente por razões opostas às verificadas em 2013.

Se em 2013, se constatou uma diminuição dos capitais próprios por força dos resultados alcançados, o que implicou a degradação deste indicador, já em 2014, o incremento substancial do ativo (em mais de meio milhão de euros) e o incremento do capital próprio apenas alicerçado no Resultado Líquido de 36.686 euros, fez com que praticamente os mesmos capitais, financiassem um incremento de 11% no ativo total da sociedade, contribuindo para que o rácio de autonomia se situe nos 61%.

Solvabilidade (CP/ (Passivo Total-Proveitos Diferidos)) – A capacidade da sociedade solver as suas dívidas, diminuiu 17%, tendo em conta que o capital próprio não sofreu acréscimo significativo, enquanto que o passivo, tanto de curto como de médio prazo aumentou para fazer face aos investimentos necessários.

O total do passivo (exceto proveitos diferidos), observou um incremento de 285.208 euros, face ao exercício económico transato, justificativo desta forma a descida deste indicador de 2,49 para 2,07.

Como nota importante, regista-se que o incremento do passivo total de 285.208 euros, é idêntico aos investimentos realizados (ver capítulo 2.4. – Investimentos) com 287.005 euros.

Daqui se conclui, que a capacidade da empresa solver os seus compromissos mantém-se, uma vez que o capital próprio duplica o total dos compromissos assumidos.

Rentabilidade dos Capitais Próprios (RL/CP) – O registo alcançado em 2014 é idêntico ao verificado em 2012, ou seja, é uma rentabilidade de 1,10%, baixa mas positiva, para os detentores do capital.

INDICADORES LEGAIS

A sociedade, mesmo em anos de crise acentuada e onde as restrições orçamentais dos clientes naturais (setor público) da Município, tem conseguido nos últimos 4 exercícios alcançar Resultados Antes de Impostos positivos, à exceção do ano de reestruturação de 2013, como se verifica no quadro seguinte:

Unidade: Euro

Legais	Lei 53-F/2006	Lei 50/2012		
	2011	2012	2013	2014
Regra do Equilíbrio de Contas	28.421	76.454	-1.236.823	57.270

Do exercício económico de 2014, não resultará qualquer transferência de reequilíbrio, em conformidade com o nº 2 do artigo 40º da Lei 50/2012, em consequência dos Resultados Antes de Impostos se terem traduzido em 57.270,60 euros.

Em seguida, apresentamos a relação dos atuais acionistas, com referência a 31.12.2014, bem como a situação de transferências em dívida em conformidade com a Lei 53-F/2006 de 29 de dezembro e a atual Lei 50/2012 de 31 de agosto.

Refira-se ainda a aquisição residual de ações próprias no montante de 1,31%, aos ex-acionistas Município de Abrantes, Município de Vila de Rei, Município de Ferreira do Zêzere e Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo.

12-31 319

Relatório e Contas 2014

Acionistas

	Número de ações	Valor da particip. €	% da part. inicial	Consolidação Financeira				
				2008	2009	2010	2013	2011/2012/2014
Mun. de Oeiras	367.840	1.835.521,60	56,71%	0,00	0,00	0,00	701.402,67	0,00
Mun. de Vila Nova de Gaia	31.002	154.699,98	4,78%	9.246,50	28.657,97	30.952,54	59.115,07	0,00
Mun. de Mala	30.100	150.199,00	4,64%	0,00	0,00	0,00	57.395,12	0,00
Mun. da Figueira da Foz	15.000	74.850,00	2,31%	4.473,83	13.865,86	14.976,07	28.602,22	0,00
Mun. de Mafra	15.000	74.850,00	2,31%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Sesimbra	15.000	74.850,00	2,31%	0,00	0,00	0,00	28.602,22	0,00
Mun. de Viseu	14.000	69.860,00	2,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Com. Intermun. da Lezíria do Tejo	10.995	54.865,05	1,70%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Portimão	5.010	24.999,90	0,77%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assoc. Mun. Reg. Autónoma Açores	5.000	24.950,00	0,77%	1.491,28	4.621,95	4.992,02	9.534,07	0,00
Assoc. para o Des. do Balxo Guadiana	5.000	24.950,00	0,77%	0,00	4.621,95	4.992,02	9.534,07	0,00
Mun. de Ansião	5.000	24.950,00	0,77%	1.491,28	4.621,95	4.992,02	9.534,07	0,00
Mun. de Bragança	5.000	24.950,00	0,77%	1.491,28	4.621,95	4.992,02	9.534,07	0,00
Mun. do Carregal do Sal	5.000	24.950,00	0,77%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Castelo Branco	5.000	24.950,00	0,77%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. da Covilhã	5.000	24.950,00	0,77%	1.491,28	4.621,95	4.992,02	9.534,07	0,00
Mun. de Ílhavo	5.000	24.950,00	0,77%	1.491,28	4.621,95	4.992,02	9.534,07	0,00
Mun. de Lagoa	5.000	24.950,00	0,77%	1.491,28	4.621,95	4.992,02	9.534,07	0,00
Mun. de Leiria	5.000	24.950,00	0,77%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Loulé	5.000	24.950,00	0,77%	1.491,28	4.621,95	4.992,02	9.534,07	0,00
Mun. de Monchique	5.000	24.950,00	0,77%	1.491,28	4.621,95	4.992,02	9.534,07	0,00
Mun. de Oliveira de Frades	5.000	24.950,00	0,77%	1.491,28	4.621,95	4.992,02	9.534,07	0,00
Mun. de Paços de Ferreira	5.000	24.950,00	0,77%	1.491,28	4.621,95	4.992,02	9.534,07	0,00
Mun. da Serã	5.000	24.950,00	0,77%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Silves	5.000	24.950,00	0,77%	0,00	0,00	0,00	9.534,07	0,00
Mun. de Tavira	5.000	24.950,00	0,77%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Vale de Cambra	5.000	24.950,00	0,77%	0,00	0,00	0,00	9.534,07	0,00
Mun. de Vila do Conde	5.000	24.950,00	0,77%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

14.35

Relatório e Contas 2014

Acionistas

	Número de ações	Valor da particip. €	% da part. inicial	Consolidação Financeira				
				2008	2009	2010	2013	2011/ 2012/ 2014
Mun. de Botlicas	1.998	9.970,02	0,31%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assoc. de Mun. do Vale do Douro Norte	1.202	5.997,98	0,19%	358,50	1.111,12	1.200,08	2.291,99	0,00
Mun. de Albergaria-a-Velha	1.004	5.009,96	0,15%	0,00	0,00	0,00	1.914,44	0,00
Mun. de Ponte da Barca	1.004	5.009,96	0,15%	299,45	928,09	1.002,40	1.914,44	0,00
Assoc. de Mun. do Douro Superior	1.002	4.999,98	0,15%	0,00	0,00	1.000,40	1.910,63	0,00
Assoc. de Mun. PEFICA	1.002	4.999,98	0,15%	0,00	0,00	0,00	1.910,63	0,00
Mun. de Alvalázere	1.002	4.999,98	0,15%	298,85	926,24	1.000,40	1.910,63	0,00
Mun. do Fundão	1.002	4.999,98	0,15%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Sintra	1.002	4.999,98	0,15%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Com. Intermun. Alentejo Central	1.000	4.990,00	0,15%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de São João da Madeira	1.000	4.990,00	0,15%	298,26	924,39	998,4	1.906,81	0,00
Assoc. de Mun. da Região de Leiria	999	4.985,01	0,15%	0,00	0,00	0,00	1.904,91	0,00
Com. Interm. do Alto Alentejo	999	4.985,01	0,15%	297,96	923,47	997,41	1.904,91	0,00
Mun. de Aguiar Beira	999	4.985,01	0,15%	0,00	0,00	0,00	1.904,91	0,00
Mun. de Arganil	999	4.985,01	0,15%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Barcelos	999	4.985,01	0,15%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Cabecelas de Basto	999	4.985,01	0,15%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Góis	999	4.985,01	0,15%	297,96	923,47	997,41	1.904,91	0,00
Mun. de Gouveia	999	4.985,01	0,15%	0,00	0,00	0,00	1.904,91	0,00
Mun. da Guarda	999	4.985,01	0,15%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Idanha-a-Nova	999	4.985,01	0,15%	0,00	0,00	0,00	1.904,91	0,00
Mun. de Lamego	999	4.985,01	0,15%	297,96	923,47	997,41	1.904,91	0,00
Mun. de Mangualde	999	4.985,01	0,15%	297,96	923,47	997,41	1.904,91	0,00
Mun. de Mourão	999	4.985,01	0,15%	297,96	923,47	997,41	1.904,91	0,00
Mun. de Oihão	999	4.985,01	0,15%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Oliveira do Hospital	999	4.985,01	0,15%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Paredes	999	4.985,01	0,15%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Penacova	999	4.985,01	0,15%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Penamacor	999	4.985,01	0,15%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

12
A.31

Relatório e Contas 2014

Acionistas

	Número de ações	Valor da particip. €	% da part. inicial	Consolidação Financeira				
				2008	2009	2010	2013	2011/2012/2014
Mun. de Ponta Delgada	999	4.985,01	0,15%	0,00	0,00	0,00	1.904,91	0,00
Mun. de Portalegre	999	4.985,01	0,15%	297,96	923,47	997,41	1.904,91	0,00
Mun. de Santa Marta Penaguião	999	4.985,01	0,15%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Santiago do Cacém	999	4.985,01	0,15%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de São Pedro do Sul	999	4.985,01	0,15%	297,96	923,47	997,41	1.904,91	0,00
Mun. de Sernancelhe	999	4.985,01	0,15%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Sever do Vouga	999	4.985,01	0,15%	0,00	0,00	0,00	1.904,91	0,00
Mun. de Sines	999	4.985,01	0,15%	0,00	0,00	0,00	1.904,91	0,00
Mun. de Trofa	999	4.985,01	0,15%	0,00	0,00	0,00	1.904,91	0,00
Mun. de Vieira do Minho	999	4.985,01	0,15%	0,00	0,00	0,00	1.904,91	0,00
Mun. de Vila Nova de Poiares	999	4.985,01	0,15%	0,00	0,00	997,41	1.904,91	0,00
Ex acionista em plano de pagamento	8.497	42.400,03	1,31%	0,00	0,00	0,00	6.668,13	0,00
TOTAL	648.633	3.236.678,67	100%	31.973,91	103.719,41	114.021,79	1.051.871,38	0,00

Síntese	2008	2009	2010	2013	2011/2012/2014	Total
Valores Liquidados	161.484	495.871	533.576	184.952	0	1.375.883
Valores em Dívida	31.974	103.719	114.022	1.051.871	0	1.301.586
Total	193.458	599.590	647.598	1.236.823	0	2.677.470



Relatório e Contas 2014

2.9. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração, propõe que o resultado apurado no exercício de 2014, no valor de 36.686,81 euros, seja 5% destinado a Reservas Legais (1.834,34 euros), transferindo-se o remanescente de 34.852,47 euros para a conta de "Resultados Transitados", em conformidade com o código das sociedades comerciais.

NOTAS FINAIS

Uma nota de apreço aos membros dos restantes órgãos sociais, Dr. Emídio António Baptista, como Presidente da Mesa da Assembleia Geral, e o senhor Dr. Santos Silva como Fiscal Único, pela disponibilidade e colaboração prestadas.

Finalmente, o registo do reconhecimento aos acionistas pela sua disponibilidade e contributo, bem como o agradecimento a todos os colaboradores pelo empenho evidenciado no progresso da Municípia, Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A..

Oeiras, 26 de janeiro de 2015

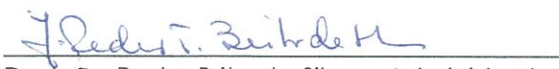
O Conselho de Administração,



Dr. Fernando do Nascimento Trigo – Presidente



Arq. José Alberto de Castro Cardoso – Administrador



Dr. João Pedro Brito da Silva – Administrador

CONTAS DO EXERCÍCIO



Balanço
Demonstração de Resultados
Demonstração de Fluxos de Caixa
Demonstração de Resultados por Funções



Relatório e Contas 2014

3 – CONTAS DO EXERCÍCIO

- Balanço
- Demonstração de Resultados por Naturezas
- Demonstração de Resultados por Funções
- Demonstração das Alterações no Capital Próprio
- Demonstração de Fluxos de Caixa



Entidade:
MUNICÍPIA,SA
BALANÇO

Período findo em 31-12-2014

Contas Individuais

Montantes expressos em Euros

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2014	31-12-2013
ATIVO			
Ativo não corrente:			
Ativos fixos tangíveis	7	2.374.296,07	2.271.464,85
Propriedades de investimento		0,00	0,00
Goodwill		0,00	0,00
Ativos intangíveis	6	6.351,56	23.742,59
Ativos biológicos		0,00	0,00
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial		0,00	0,00
Participações financeiras - outros métodos		0,00	0,00
Acionistas/sócios		0,00	0,00
Outros ativos financeiros		1.393,95	0,00
Ativos por impostos diferidos	14	143.076,13	143.076,13
		2.525.117,71	2.438.283,57
Ativo corrente:			
Inventários		0,00	0,00
Ativos biológicos		0,00	0,00
Clientes		772.424,87	574.894,89
Adiantamentos a fornecedores		54.921,39	35.969,23
Estado e outros entes públicos		8.571,69	15.259,09
Acionistas/sócios		1.301.586,48	1.513.482,20
Outras contas a receber	3/12	715.452,29	209.478,08
Diferimentos		75.875,99	108.345,36
Ativos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
Outros ativos financeiros		0,00	0,00
Ativos não correntes detidos para venda		0,00	0,00
Caixa e depósitos bancários	4	12.875,46	13.577,28
		2.941.708,17	2.471.006,13
Total do ativo		5.466.825,88	4.909.289,70

Handwritten signatures:
- *[Signature]*
- *[Signature]*
- *[Signature]*



Entidade:
MUNICÍPIA,SA
BALANÇO

Período findo em 31-12-2014

Contas Individuais

Montantes expressos em Euros

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2014	31-12-2013
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital Próprio			
Capital próprio:			
Capital realizado		3.236.678,67	3.236.678,67
Ações (quotas) próprias		-84,97	-9,99
Outros instrumentos de capital próprio		2.677.470,48	2.677.470,48
Prémios de emissão		0,00	0,00
Reservas legais		47.646,35	47.646,35
Outras reservas		0,00	0,00
Resultados transitados		-2.570.899,52	-1.311.672,53
Ajustamentos em ativos financeiros		0,00	0,00
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Outras variações no capital próprio		-109.987,00	-109.987,00
Resultado líquido do período		36.686,81	-1.259.226,99
		0,00	0,00
Total do capital próprio		3.317.510,82	3.280.898,99
Passivo			
Passivo não corrente:			
Provisões		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	8/9	440.702,08	392.066,26
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		0,00	0,00
Passivos por impostos diferidos		0,00	0,00
Outras contas a pagar		0,00	0,00
		440.702,08	392.066,26
Passivo corrente:			
Fornecedores		343.508,50	214.141,37
Adiantamentos de clientes		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos		77.372,34	102.343,98
Acionistas/sócios		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	8/9	451.914,86	330.845,77
Outras contas a pagar		290.431,37	279.323,45
Diferimentos	3	545.385,91	309.669,88
Passivos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
Outros passivos financeiros		0,00	0,00
Passivos não correntes detidos para venda		0,00	0,00
		1.708.612,98	1.236.324,45
Total do passivo		2.149.315,06	1.628.390,71
Total do capital próprio e do passivo		5.466.825,88	4.909.289,70

Handwritten signatures:
- *[Signature]*
- *[Signature]*
- *[Signature]*



Período findo em 31-12-2014

Contas Individuais

Montantes expressos em Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2014	31-12-2013
Vendas e serviços prestados	+ 12	2.743.914,61	1.212.511,39
Subsídios à exploração	+ 13	5.278,36	0,00
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendim	+/-	0,00	-871,87
Variação nos inventários da produção	+/-	0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade	+	0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-	0,00	0,00
Fornecimentos e serviços externos	-	-1.223.119,29	-870.426,14
Gastos com o pessoal	- 5.2	-1.296.091,29	-1.346.625,54
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	-/+	0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-/+ 11	92.891,64	-24.607,81
Provisões (aumentos/reduções)	-/+	0,00	0,00
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perda	-/+	0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor	+/-	0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	+	35.188,85	30.644,93
Outros gastos e perdas	-	-29.362,58	-31.510,41
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e imposi	=	328.700,30	-1.030.885,45
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-/+ 6/7/10	-201.564,92	-155.621,14
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/re	-/+	0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos	=	127.135,38	-1.186.506,59
Juros e rendimentos similares obtidos	+	27.811,82	6.079,66
Juros e gastos similares suportados	-	-97.676,60	-56.395,93
Resultado antes de impostos	=	57.270,60	-1.236.822,86
Imposto sobre o rendimento do período	-/+ 14	-20.583,79	-22.404,13
Resultado líquido do período	=	36.686,81	-1.259.226,99

Resultado das ativ. descontinuadas (líquido de impostos) incluído no RL período		0,00	0,00
---	--	------	------

		0,00	0,00
		0,00	0,00
		0,00	0,00
Resultado por ação básico	=	0,06	-1.94

- Lernstoff
- Infos. ~~am~~
- F. jeder Zeit der



Entidade:

MUNICÍPIA,SA**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES**

Período findo em 31-12-2014

Contas Individuais

Montantes expressos em Euros

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2014	31-12-2013
Vendas e serviços prestados	+ 12	2.743.914,61	1.212.511,39
Custo das vendas e dos serviços prestados	-	-2.433.120,91	-1.961.759,41
Resultado bruto	=	310.793,70	-749.248,02
Outros rendimentos	+	133.358,85	30.644,93
Gastos de distribuição	-	-65.772,01	-34.650,45
Gastos administrativos	-	-221.882,58	-376.262,96
Gastos de investigação e desenvolvimento	-	0,00	0,00
Outros gastos	-	-29.362,58	-56.990,09
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	=	127.135,38	-1.186.506,59
Gastos de financiamento (líquidos)	-	-69.864,78	-50.316,27
Resultados antes de impostos	=	57.270,60	-1.236.822,86
Imposto sobre o rendimento do período	-/+ 14	-20.583,79	-22.404,13
Resultado líquido do período	=	36.686,81	-1.259.226,99

Resultado das actividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado		0,00	0,00
--	--	------	------

		0,00	0,00
		0,00	0,00
=		0,00	0,00

- *[Handwritten signature]*

- *[Handwritten signature]*

- *[Handwritten signature]*

[38.737182, -9.304986]



GUIA DO PORTUGAL



Entidade: MUNICÍPIA, SA
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO N-1: 2013

Período findo em 31.12.2014
Montantes expressos em Euros

DESCRIÇÃO	POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO N-1	ALTERAÇÕES NO PERÍODO	Primeira adopção de novo referencial contabilístico	Alterações de políticas contabilísticas	Diferenças de conversão de demonstrações financeiras	Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis	Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respect. variaç	Ajustamentos por impostos diferidos	Outras alterações reconhecidas no capital próprio	Σ	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	RESULTADO INTEGRAL	OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO	Realizações de capital	Realizações de prémios de emissão	Distribuições	Entradas para cobertura de perdas	Outras operações	Σ	POSICÃO NO FIM DO PERÍODO N-1
Total da Capital Próprio	3.750.351,22		0,00	-447.038,11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-447.038,11	-1.259.226,99	-1.706.265,10	1.236.812,87	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.236.812,87	3.280.898,99
	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	3.750.351,22		0,00	-447.038,11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-447.038,11	-1.259.226,99	-1.706.265,10	1.236.812,87	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.236.812,87	3.280.898,99
Result. líquido período	41.346,69		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-41.346,69	-41.346,69	-1.259.226,99	-1.300.573,68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-1.259.226,99
Outras variações no CP	-109.987,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-109.987,00
Excedent. revalorização	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajust. em ativos financeir.	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	-903.913,78		0,00	-447.038,11	0,00	0,00	0,00	0,00	39.279,36	-407.758,75	0,00	-407.758,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-1.311.672,53
Outras reservas	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas legais	45.579,02		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.067,33	2.067,33	0,00	2.067,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	47.646,35
Prémios de emissão	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros instr. de CP	1.440.647,62		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			1.236.822,86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.236.822,86	2.677.470,48
Ações (quotas próprias)	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			-9,99	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-9,99	-9,99
Capital realizado	3.236.678,67		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.236.678,67

NOTAS

1

2

3

4+2+3

5

6+1+2+3+5



localização é variável

[Handwritten signature]

[38.737182, -9.304986]



www.municipia.pt

GUIA PORTUGAL



Entidade: MUNICIPIA, SA
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO N: 2014

Período findo em 31-12-2014
Mostrando expressos em Euros

DESCRIÇÃO	POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO N	ALTERAÇÕES NO PERÍODO N	Primeira adoção de novo referencial contabilístico	Alterações de políticas contabilísticas	Diferenças de conversão de demonstrações financeiras	Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis	Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respect.variaç	Ajustamentos por impostos diferidos	Outras alterações reconhecidas no capital próprio	Σ	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	RESULTADO INTEGRAL	OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO	Realizações de capital	Realizações de prémios de emissão	Distribuições	Entradas para cobertura de perdas	Outras operações	Σ	POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO N
Total da Capital Próprio	3.280.898,99		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	36.686,81	36.686,81	-74,98	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-74,98	3.317.510,82
	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	3.280.898,99		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	36.686,81	36.686,81	-74,98	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-74,98	3.317.510,82
Result. líquido período	-1.259.226,99		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.259.226,99	1.259.226,99	36.686,81	1.295.913,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	36.686,81
Outras variações no CP	-109.987,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-109.987,00
Excedent. revalorização	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajust. em activos financeiros.	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	-1.311.672,53		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-1.259.226,99	-1.259.226,99	0,00	-1.259.226,99	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-2.570.899,52
Outras reservas	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas legais	47.646,35		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	47.646,35
Prémios de emissão	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros instr. de CP	2.677.470,48		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.677.470,48
Ações (quotas próprias)	-9,99		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			-74,98	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-74,98	-84,97
Capital realizado	3.236.678,67		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.236.678,67
NOTAS	6									7	8	9=7+8							10	6+7+9+10

NOTAS

6

7

8

9+7+8

10

6+7+8+10

Municipia

localização é valor!



Res
P

2020



Entidade:
MUNICÍPIA,SA
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

Contas Individuais

Período findo em 31-12-2014

Montantes expressos em Euros

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2014	31-12-2013
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes	+	2.763.456,97	2.933.376,91
Pagamentos a fornecedores	-	-1.326.647,27	-1.108.743,17
Pagamentos ao pessoal	-	-919.693,05	-754.033,65
Caixa gerada pelas operações	+/-	517.116,65	1.070.600,09
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-/+	-16.094,07	-16.128,21
Outros recebimentos/pagamentos	+/-	-578.035,74	-1.052.292,74
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	+/-	-77.013,16	2.179,14
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
<u>Pagamentos respeitantes a:</u>			
Ativos fixos tangíveis	-	-287.005,11	-19.546,43
Ativos intangíveis	-	0,00	-49.639,02
Investimentos financeiros	-	0,00	0,00
Outros ativos	-	0,00	0,00
<u>Recebimentos provenientes de:</u>			
Ativos fixos tangíveis	+	4.687,56	4.687,56
Ativos intangíveis	+	0,00	0,00
Investimentos financeiros	+	0,00	0,00
Outros ativos	+	0,00	0,00
Subsídios ao investimento	+	0,00	0,00
Juros e rendimentos similares	+	27.811,82	6.079,66
Dividendos	+	0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	+/-	-254.505,73	-58.418,23
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
<u>Recebimentos provenientes de:</u>			
Financiamentos obtidos	+	1.290.704,91	245.000,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	+	211.895,72	61.194,23
Cobertura de prejuízos	+	0,00	0,00
Doações	+	0,00	0,00
Outras operações de Financiamento	+	0,00	0,00
<u>Pagamentos respeitantes a:</u>			
Financiamentos obtidos	-	-1.121.000,00	-210.177,81
Juros e gastos similares	-	-50.708,58	-35.789,80
Dividendos	-	0,00	0,00
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	-	-74,98	-9,99
Outras operações de financiamento	-	0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	+/-	330.817,07	60.216,63
		0,00	0,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	+/-	-701,82	3.977,54
Efeito das diferenças de câmbio	+/-	0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	13.577,28	9.599,74
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	12.875,46	13.577,28



[38.737182, -9.304986]

B
A
F.



ANEXO ÀS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



136
24

4 – Anexo às Demonstrações Financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2014

1 – Identificação da Entidade

A Município – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A. é uma E.M., Sociedade Anónima, enquadrada no setor empresarial local, com sede no Taguspark, na Avenida Professor Cavaco Silva, Edifício Ciência II, nº 11 – 3º B – 2740-120 Porto Salvo, regulada pela Lei 50/2012 de 31 de agosto.

A sociedade tem por objeto a produção de cartografia, topografia e ortofotomapas; a conceção e gestão de sistemas de informação geográfica; a produção e comercialização de dados; o desenvolvimento e gestão de projetos de Internet e Intranet; a conceção, edição e comercialização de publicação nas áreas da sua atividade social; consultoria em sistemas de informação geográfica e, em geral, de sistemas de informação, Trabalho aéreo, Formação nas áreas da sua atividade social (formação profissional), Prestação de serviços energéticos, nomeadamente de consultadoria, auditoria, inspeção, certificação, racionalização energética e gestão de eficiência energética, Soluções ambientais, Comercialização de sistemas e equipamentos, serviços de gestão e planeamento da sua manutenção, Em qualquer dos casos com vista à promoção do desenvolvimento local e regional em cumprimento das atribuições das autarquias titulares de função acionista.

2 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com a legislação em vigor, entre outras, o Sistema de Normalização Contabilística (aprovado pelo Decreto-Lei 158/2009 de 13 de julho), a Estrutura Conceitual do IASB constante do anexo 5 do regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de julho, publicado pela Comissão Europeia em novembro de 2003, com base nos Modelos de Demonstrações Financeiras, nas Normas Interpretativas, nas NCRF quando aplicável ou omissa. As Demonstrações Financeiras, foram ainda



Relatório e Contas 2014

preparadas na base da continuidade das operações, em conformidade com princípios de prudência, especialização do período, consistência e substância sobre a forma.

3 – Principais políticas contabilísticas

3.1. -As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as bases de apresentação, com relevância para as seguintes:

- a) De acordo com os pressupostos da continuidade das operações e do regime do acréscimo (periodização económica das transações).
- b) De acordo com as características qualitativas das informações financeiras, designadamente quanto aos princípios da prudência, substância sob a forma, da materialidade e comparabilidade.

3.2. - Sobre os métodos e critérios de mensuração relevam-se os seguintes:

- a) Os ativos tangíveis estão valorizados ao custo de aquisição, que inclui o preço de compra acrescido das despesas diretas suportadas e necessárias até à sua entrada em funcionamento, deduzido das depreciações acumuladas e de eventuais imparidades existentes.
- b) Os ativos intangíveis adquiridos estão valorizados ao custo de aquisição em termos semelhantes aos ativos tangíveis.
- c) No cálculo da depreciação dos ativos tangíveis e intangíveis, é considerado um período de vida útil fixo definido de acordo com os critérios fiscais, sendo que o mesmo se adequa à depreciação real dos bens.
- d) No custeio dos serviços prestado é utilizado o custo de produção, que compreende os gastos de aquisição de materiais e serviços utilizados acrescidos dos gastos de transformação calculados com gastos/hora teóricos.
- e) Na valorimetria, para efeitos do reconhecimento dos ganhos e gastos das obras em curso, utilizou-se o critério do grau de acabamento, Da aplicação deste critério resultou ao reconhecimento no balanço dos seguintes ativos e passivos:



Relatório e Contas 2014

Na conta 281- Gastos diferidos, o valor de 75.875,99 euros, essencialmente relativo a projetos a realizar e seguros a considerar em anos seguintes.

Na conta 282 - Ganhos diferidos, o valor de 545.385,91 euros, essencialmente relativo a projetos faturados e não realizados.

Na conta 2721 - Devedores por acréscimos, constante do balanço em outras contas a receber, o valor de 715.452,29 euros, relativos a ganhos com projetos realizados e não faturados.

Na conta 2722 - Credores por acréscimos de gastos, incluído no balanço na rubrica Outras contas a pagar, o valor de 291.483,92 euros, essencialmente relativos a remunerações e taxas de saneamento a liquidar.

f) Foram reconhecidos impostos diferidos ativos no montante de 143.076,13 euros, tendo por base uma estimativa de obtenção de lucro para os próximos anos.

g) Os valores em moeda estrangeira são contabilizados ao câmbio da data de aquisição e, quando aplicável, revalorizados ao câmbio corrente da data do balanço.

h) Os ativos relativos à cobertura pelos acionistas dos prejuízos reconhecidos no período de 2008 a 2010, estão calculadas de acordo com as regras do equilíbrio financeiro constantes do art.º 31,º da lei 53-F/2006, enquanto que a cobertura de acionistas em 2013, foi determinada em conformidade com número 2 do artigo 40º da Lei nº 50/2012 de 31 de agosto. No presente exercício e em conformidade com a legislação, constante na Lei nº 50/2012 de 31 de agosto, os resultados anuais previstos no seu número 2 do artigo 40º estão equilibrados, em virtude do Resultado Antes de Impostos se apresentar positivo.

i) As Imparidades de dívidas a receber, reportam-se a perdas estimadas na cobrança de clientes e estão fundamentadas com base na mora dos créditos e no conhecimento na situação financeira dos mesmos.

4 – Fluxos de caixa - Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Rubrica	Montante
Caixa	454,29
DO Caixa Geral de Depósitos	233,03
DO Banco Espírito Santo	12.188,14
Total	12.875,46

Unidade: Euros

5 – Partes relacionadas:

5.1 – Relacionamentos com empresas-mãe

A Municípa é detida diretamente em 56,71%, pela Câmara Municipal de Oeiras.

5.2 – Remunerações do pessoal chave da gestão

As senhas de presença, as despesas de representação e as remunerações, da Administração e a remuneração do Diretor Geral, totalizam 176.963,91 euros, distribuídas em remunerações fixas no total de 102.878,22 euros e variáveis no total de 74.085,69 euros.

Relativamente ao Fiscal Único o montante auferido foi de 6.480 euros.

5.3. – Transações entre partes relacionadas

Parte Relacionada	Natureza do Relacionamento	Valor das Transações	Saldos Pendentes a 31.12.2014
Câmara Municipal de Oeiras	Empresa-mãe	72.512,10	17.407,49

Unidade: Euro

6 – Ativos intangíveis

Nos **Ativos Intangíveis** não se registou nenhum investimento no ano de 2014.

Ativos Intangíveis	Valores Bruto						
	Saldo Inicial	Adições	Alienações	Tr.p/ delid.p venda	Reval. J.Valor	Transferências	Saldo Final
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Proj. desenvolvimento	435.848,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	435.848,00
Programas de comp.	745.058,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	745.058,80
Propriedade industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos intangíveis	1.180.906,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.180.906,80
Ativos intang. Curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiant.p/conta Ativo intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Unidade: Euro

Ativos Intangíveis	Amortizações				
	Saldo Inicial	Amortizações	Alienações	Tr.p/ delid.p venda	Saldo Final
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador	1.157.164,21	17.391,03	0,00	0,00	1.174.555,24
Propriedade industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos intangíveis	1.157.164,21	17.391,03	0,00	0,00	1.174.555,24
Ativos intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiant. p/conta Ativo intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Unidade: Euro

329
325
A.

Relatório e Contas 2014

Ativos intangíveis	Imparidades					
	Saldo Inicial	Amortizações	Alienações	Tr.p/ detid.p venda	Saldo Final	Valor Líquido
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	435.848,00
Programas de computador	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-429.496,44
Propriedade industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.351,56
Ativos intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiant. p/conta Ativo intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
						6.351,56

Unidade: Euro

Bases de mensuração, Métodos de depreciação usados, Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas: Ver ponto 3.

7 – Ativos fixos tangíveis

No **Ativo Fixo Tangível** registou-se um investimento de 287.005 euros, repartido essencialmente por equipamento básico (aquisição de GPS's, de equipamentos de ar condicionado para o Datacenter e de equipamentos informáticos) e de transporte (viaturas usadas para o projeto Sinergic).

Foi abatida uma impressora em virtude de se encontrar obsoleta. Deste modo, os ativos fixos tangíveis diminuíram em 820 euros.

hze
A.


Relatório e Contas 2014

Ativos Fixos Tangíveis	Valores Brutos							
	Saldo Inicial	Adições	Alienações	Tr.p/ delid.p venda	Reval. J.Valor	Abates	Transf.	Saldo Final
Terrenos e recursos naturais	389.467,39	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	389.467,39
Edifícios e outras construções	1.198.292,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.198.292,09
Equipamento básico	2.187.286,31	82.316,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.269.602,80
Equipamento de transporte	28.940,60	196.717,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	225.658,49
Equipamento administrativo	119.178,29	5.700,00	0,00	0,00	0,00	-820,00	0,00	124.058,29
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos fixos tangíveis	445,00	2.270,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.715,73
Ativos fixos tangíveis	3.923.609,68	287.005,11	0,00	0,00	0,00	-820,00	0,00	4.209.794,79
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiant.p/conta Ativo tang.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Unidade: Euros

Ativos Fixos Tangíveis	Amortizações						
	Saldo Inicial	Amortizações	Alienações	Tr.p/ delid.p venda	Abates	Transf.	Saldo Final
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	332.436,83	23.780,58	0,00	0,00	0,00	0,00	356.217,40
Equipamento básico	1.179.915,18	119.162,44	0,00	0,00	0,00	0,00	1.299.077,62
Equipamento de transporte	24.724,88	38.524,08	0,00	0,00	0,00	0,00	63.248,96
Equipamento administrativo	114.748,10	2.125,16	0,00	0,00	-820,00	0,00	116.053,26
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos fixos tangíveis	319,84	581,64	0,00	0,00	0,00	0,00	901,48
Ativos fixos tangíveis	1.652.144,83	184.173,89	0,00	0,00	-820,00	0,00	1.835.498,72
Ativos fixos tang. em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiant. p/conta Ativo tang.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Unidade: Euros

- 330


Relatório e Contas 2014

Ativos Fixos Tangíveis	Imparidades						Valor Líquido
	Saldo Inicial	Amortizações	Alienações	Tr.p/ defid.p venda	At. Revaloriz.	Saldo Final	
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	389.467,39
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	842.074,69
Equipamento básico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	970.525,18
Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	162.409,53
Equipamento administrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.005,06
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos fixos tangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.814,25
Ativos fixos tangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.374.296,07
Ativos fixos tang. em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiant. p/conta Ativo tang.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
							2.374.296,07

Unidade: Euros

Bases de mensuração, Métodos de depreciação usados, Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas: Ver ponto 3,

8 – Locações Financeiras

Locação financeira

BEM	LOCADOR	INÍCIO PRAZO	FIM PRAZO	VALOR CONTRATADO	VALOR ACUMULADO LIQUIDADO	VALOR EM DÍVIDA
Máquina Digital DMC	BES Leasing e Factoring	2009	2019	862.500,00	470.396,63	392.103,37

Unidade: euros

Valor de ativo registrado

BEM	VALOR DE AQUISIÇÃO	DEPRECIAÇÕES	VALOR ACUMULADO LÍQUIDO
Máquina Digital DMC	862.500,00	395.562,36	466.937,64

Unidade: euros

R
A. B.

9 – Gasto de Empréstimos Obtidos

Em 31 de dezembro de 2014, estavam utilizados 203.000 euros de contas correntes caucionadas, sendo gerado os seguintes encargos financeiros para cada tipologia de financiamento:

Descrição	Montante
Juros da aquisição da DMC	9.574,56
Juros das contas correntes caucionadas	28.594,26
Juros dos financiamentos dos ativos para Sinergic	7.580,21

Unidade: Euros

10 – Gastos / reversões de depreciação e de amortização

O montante de 201.564,92 euros, diz respeito ao valor das amortizações efetuadas.

11 – Imparidade de Ativos e Reversões / Justo Valor

Descrição	Clientes
Saldo inicial a 1-01-2014	738.715,11
Reversão	-94.173,92
Utilizações	-70.330,19
Imparidade do exercício	1.282,27
Saldo final a 31-12-2014	575.493,27

A reversão teve origem nos acordos alcançados, as utilizações resultam da emissão de notas de crédito, enquanto que a imparidade resulta do risco de incobrabilidade identificado sobre um cliente.

- 331
R
Z
J

12 – Rédito

No ano de 2014, o valor da prestação de serviços aos nossos clientes foi de 2.743.914,61 euros.

Neste valor estão incluídos 715.452,29 euros de serviços realizados e ainda não faturados e estão também incluídos 508.058,32 euros de serviços faturados e ainda não reconhecidos.

As prestações de serviços dos projetos em curso a 31 de dezembro de 2014, são reconhecidas no rédito com base no critério da percentagem de acabamento.

13 – Subsídios do Governo e apoios do Governo

A Município beneficiou da transferência de subsídios no montante de 34.403,18 euros provenientes do acordo assinado entre a Comissão Europeia e GISIG – *Geographical Information Systems International Group Associazione*, para o projeto "Open geo-data for innovative services and user applications towards Smart Cities". No entanto, para 2014 apenas reconheceu o montante de 5.278,36 euros, atendendo ao grau de realização.

14 – Impostos sobre o rendimento

Prejuízos Fiscais por utilizar:

ANOS	MONTANTE	Matéria Coletável utilizada			Saldo por utilizar
		2011	2012	2014	
2008	193.213,20	20.630,21	80.755,58	91.827,41	0,00
2009	492.216,34	0,00	0,00	0,00	492.216,34
2010	620.665,49	0,00	0,00	620.665,49	0,00
2013	1.209.521,53	0,00	0,00	0,00	1.209.521,53
2014	44.355,02	0,00	0,00	0,00	44.355,02
TOTAL	2.559.971,58	20.630,21	80.755,58	712.492,90	1.746.092,89

Unidade: Euros

Os prejuízos fiscais com referência aos exercícios de 2008 e 2010, perderam-se em 2014, com a inexistência de resultados tributáveis.

Valores para estimativa de impostos diferidos:

ANOS	MONTANTE
2013	622.070,13
TOTAL	622.070,13

Impostos diferidos acumulados para próximos exercícios relacionados com prejuízos fiscais dedutíveis: 143.076,13 euros.

Impostos diferidos utilizados no período de 2014, referente a exercícios anteriores relacionados com prejuízos fiscais dedutíveis: 0,00 euros.

Tributações autónomas de 2014: 20.583,79 euros.

PEC perdidos no final de 2014: 3.040,67 euros

Derrama: 0,00 euros

Imposto do exercício: 20.583,79 euros

PEC - Pagamento Especial por Conta por utilizar

ANOS	MONTANTE
2013	70,94
2012	7.344,72
2011	4.802,76

Unidade: Euros

15 - Outras informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados:

As cotações a 31.12.2014: Um dólar americano (USD) = 0,82262 euros

O número médio de funcionários ao serviço da empresa em 31 de dezembro de 2014 foi de 55 pessoas.

Em 31.12.2014, não existiam dívidas em situação de mora ao Estado e outros Entes Públicos.

Em julho de 2014, arrendou-se aproximadamente 15% do espaço da Município, pelo valor mensal de 1.500 euros mais IVA, não tendo sido registado em propriedades de investimento, face ao valor residual do espaço.

A 31.12.2014 encontrava-se por liquidar por parte dos acionistas:

Legais	Lei 53-F/2006 2008	Lei 53-F/2006 2009	Lei 53-F/2006 2010	Lei 53-F/2006 2011/12	Lei 50/2012 2013	Lei 50/2012 2014
Regra do Equilíbrio de Contas	31.974	103.719	114.022	0	1.051.871	0

Unidade: Euros

Oeiras, 26 de janeiro de 2015

O Técnico Oficial de Contas

 Dr. Nuno Miguel Gonçalves Marques

O Conselho de Administração,


 Dr. Fernando do Nascimento Trigo – Presidente


 Arq. José Alberto de Castro Cardoso – Administrador


 Dr. João Pedro Brito da Silva – Administrador

**RELATÓRIO E PARECER
DO
CONSELHO FISCAL E CLC**

--

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO
de
MUNICÍPIA, Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, SA

Senhores Accionistas,

1- Nos termos legais e na a qualidade de fiscal único de MUNICÍPIA, Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, SA, submetemos à apreciação de V. Exas. o relatório da nossa actividade bem como o nosso parecer sobre o relatório de gestão e as demonstrações financeiras apresentados pelo Conselho de Administração, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2014.

2 - Acompanhamos com regularidade as actividades desenvolvidas pela empresa durante 2014 e efectuamos as análises e as verificações necessárias ao exercício das funções que nos estão cometidas, recorrendo-se para o efeito às informações de gestão e aos esclarecimentos prestados pela Administração e seus colaboradores, de quem obtivemos o apoio considerado necessário.

3- O relatório de gestão satisfaz os preceitos legais e reflecte de forma detalhada as actividades desenvolvidas durante o exercício de 2014.

4 - Relativamente às demonstrações financeiras que nos foram apresentadas, releva-se o seguinte :

- Estão elaboradas em conformidade com o Sistema Normalização Contabilístico (SNC) e restante legislação e normativos aplicáveis.
- Os critérios e métodos de valorimetria são consistentes, satisfazem os adequados preceitos técnicos e legais e adequam-se às características da actividade empresa.

5 - Do exposto anteriormente e tomando em consideração a certificação legal das contas, é nosso parecer que o relatório de gestão e as contas de 2014 reflectem adequadamente as actividades desenvolvidas e a situação económica e financeira de MUNICÍPIA, SA, e, nessa conformidade propomos a V. Exas., que aproveis :

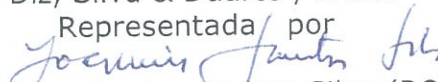
- o relatório de gestão e contas de 2014.
- a proposta de aplicação de resultados que integra o relatório de gestão.

Lisboa, 04 de Março de 2015

O Fiscal Único

Diz, Silva & Duarte, SROC

Representada por


 Joaquim dos Santos Silva (ROC n.º 383)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

1- INTRODUÇÃO

Examinamos as contas de MUNICÍPIA , Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, SA, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2014 que evidencia um total de 5 466 826 euros e um total de capital próprio de 3 317 511 euros, incluindo um resultado de exercício positivo de 36 687 €, as Demonstrações de resultados por naturezas e por funções, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data , e os correspondentes Anexos.

RESPONSABILIDADES

2- É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação das demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de critérios e políticas contabilísticas adequadas e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3- A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4- O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão /Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas , as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o respectivo exame incluiu:

- . a verificação, numa base de amostragem , do suporte das quantias constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em critérios e juízos definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação ;

- . a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias.

- . a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e

. a apreciação sobre se é adequada , em termos globais , a apresentação das demonstrações financeiras.

5 -O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6-Entendemos que o exame proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7- Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes a posição financeira de MUNICÍPIA, Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, SA, em 31 de Dezembro de 2014 e o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as normas constantes do Sistema de Normalização Contabilística português e restante legislação e/ou normas aplicáveis.

RELATO DE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8- É também nosso parecer que as matérias do relatório de gestão relacionadas com as demonstrações financeiras são no essencial concordantes com as mesmas.

Lisboa, 04 de Março de 2015

Diz , Silva & Duarte, SROC

Representada por


Joaquim dos Santos Silva, ROC n.º 383



ÍNDICE

2014

[Handwritten signatures and initials]

MENSAGEM DO PRESIDENTE	4
A EMPRESA	5
SÍNTESE DE INDICADORES	6
PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS	8
ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	11
1. INTRODUÇÃO	13
2. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	13
3. ENQUADRAMENTO DO SETOR	15
4. REGULAÇÃO	17
5. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA	21
6. ATIVIDADE OPERACIONAL	26
6.1 Investimentos	26
6.2 Exploração	30
6.3 Manutenção	40
6.4 Laboratórios	41
6.5 Qualidade e Responsabilidade Social	42
6.6 Comunicação e Educação Ambiental	43
6.7 Investigação & Desenvolvimento e Inovação	44
7. OBJETIVOS DE GESTÃO	53
8. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS	57
9. FACTOS RELEVANTES APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO	60
10. SUCURSAIS DA SOCIEDADE	60
11. CONSIDERAÇÕES FINAIS	60
12. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	61
13. ANEXO AO RELATÓRIO	61
14. RELATÓRIO DOS ADMINISTRADORES NÃO EXECUTIVOS	62
B - CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2014	63
DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA	64
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS	65
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	67
1. ATIVIDADE ECONÓMICA DA SIMTEJO, S.A.	68
1.1. Introdução	68
1.2. Atividade	68
1.3. Acionistas	68
1.4. Aprovação das Demonstrações financeiras	68
2. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS	69
2.1 Bases de apresentação	69
2.2 Conversão cambial	73
2.3 Atividade regulada – reconhecimento de ativos e passivos regulatórios	74
2.4 Atividade concessionada – IFRIC 12	75
2.5 Ativos fixos tangíveis	77
2.6 Ativos intangíveis	78
2.7 Ativos e passivos financeiros	78
2.8 Clientes e outras contas a receber	80
2.9 Inventários	80
2.10 Caixa e equivalentes de caixa	80
2.11 Imparidade	80
2.12 Capital	81
2.13 Dividendos a pagar	81
2.14 Subsídios do governo	81
2.15 Provisões, ativos e passivos contingentes	81
2.16 Fiscalidade	82
2.17 Rédito	82
2.18 Prestação de serviços	82
2.19 Trabalhos para a própria empresa	83
2.20 Gastos e perdas	83
2.21 Eventos subsequentes	83

Handwritten signatures and initials in blue ink, including the year 2014.

3	POLÍTICAS DE GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO.....	83
3.1	Fatores de risco	83
3.2	Risco de crédito.....	83
3.3	Risco de liquidez	85
3.4	Risco de fluxos de caixa e de justo valor associado à taxa de juro.....	85
3.5	Risco de capital.....	85
3.6	Risco regulatório.....	86
4	ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS.....	86
4.1	Provisões.....	86
4.2	Ativos tangíveis e intangíveis.....	87
4.3	Imparidade.....	87
5	INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA	88
6	ATIVOS INTANGÍVEIS.....	89
6.1	Movimentos do período.....	89
6.2	DUI – movimentos do período.....	90
7	INVESTIMENTOS FINANCEIROS.....	90
8	IMPOSTOS DIFERIDOS	90
9	INVENTÁRIOS.....	91
10	CLIENTES.....	92
11	ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS.....	94
12	OUTROS ATIVOS CORRENTES.....	94
13	CAIXA E BANCOS	95
14	CAPITAL	95
15	PROVISÕES	96
16	EMPRÉSTIMOS.....	96
17	ACRÉSCIMOS DE CUSTOS DE INVESTIMENTO CONTRATUAL	98
18	SUBSÍDIOS AO INVESTIMENTO	98
19	FORNECEDORES CORRENTES	98
20	OUTROS PASSIVOS CORRENTES	99
21	IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO.....	100
22	VENDAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	102
23	CUSTO DAS VENDAS.....	103
24	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	103
25	GASTOS COM PESSOAL	104
26	DEPRECIAÇÕES, AMORTIZAÇÕES E REVERSÕES DO EXERCÍCIO.....	105
27	PROVISÕES E REVERSÕES DO EXERCÍCIO	105
28	PERDAS POR IMPARIDADES E REVERSÕES	105
29	SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO	105
30	OUTROS GASTOS OPERACIONAIS.....	106
31	OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS OPERACIONAIS	106
32	GASTOS FINANCEIROS.....	107
33	RENDIMENTOS FINANCEIROS.....	107
34	TRANSAÇÕES COM ENTIDADES RELACIONADAS.....	108
35	COMPROMISSOS	109
36	ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES.....	111
37	INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS	111
38	RENDIMENTO GARANTIDO	112
39	EVENTOS SUBSEQUENTES	113
	RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL.....	114
	CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS.....	115

Mensagem do Presidente

Caros Acionistas, Clientes, Parceiros,

A SIMTEJO prosseguiu em 2014 uma consistente rota de melhoria contínua, com particular destaque para a eficiência operacional e para a incorporação de boas práticas e consolidou um trabalho que dá particular atenção à investigação e desenvolvimento, cujo resultado é uma performance reconhecida a nível nacional e internacional.

A redução do consumo de energia por metro cúbico tratado, em 6%, quando duas grandes instalações foram objeto de investimentos de equipamentos de desodorização, com consumos elevados de energia, está de entre os factos a destacar na área de eficiência operacional, estando a SIMTEJO envolvida na certificação da ISO 50001.

Os constrangimentos colocados às empresas do Setor Empresarial do Estado, limitam sobretudo uma mais adequada gestão de recursos humanos, quer no que respeita à natural renovação de colaboradores, com as saídas naturais que ocorrem em cada ano, quer no que respeita a uma política de incentivos que premeie o mérito e desempenho, apesar dessa situação, foi possível manter a compreensão e o empenhamento de todos, única forma de assegurar a nossa missão com adequado desempenho ambiental, económico e responsabilidade social.

Os recursos humanos são uma área crítica para o sucesso e excelência no cumprimento da nossa missão, a SIMTEJO apresenta um rácio de pessoal que a coloca abaixo do limite inferior do intervalo de referência da ERSAR, situação que determina uma avaliação menos abonatória, que apesar de tudo essa avaliação é contrariada pela performance da empresa. Estamos cientes que esse desempenho global resulta do esforço dos colaboradores. Acompanhamos com interesse o pedido de autorização da AdP SGPS junto das tutelas do Ambiente e Finanças, que poderá alterar a situação crítica na operação e manutenção.

Em 2014 a SIMTEJO ultrapassou os 50 milhões de euros de volume de negócios, com um resultado líquido do exercício superior a 6 milhões de euros, ao mesmo tempo que se reduziu a dívida financeira e o total do passivo. A dívida de clientes conheceu uma alteração de tendência, reduzindo-se em mais de 25% e com fortes sinais de se manter essa trajetória positiva.

A aprovação de aditamentos a novas candidaturas ao Fundo de Coesão relativas a investimentos de 42 milhões de euros constituiu um reforço de tesouraria, que vai ter consequências positivas na capacidade de prosseguir o plano de investimentos.

O volume de águas residuais tratadas atingiu o máximo histórico de 135 milhões de metros cúbicos, sendo de destacar que os resultados analíticos de controlo da rejeição das águas residuais tratadas atingiram 99,5% de resultados conformes, o que corresponde aos melhores resultados de sempre. Neste domínio importa, ainda, destacar a conclusão da maioria das obras do sistema da Foz do Lizandro, que vai entrar em funcionamento no ano de 2015, contribuindo para o aumento de caudais tratados e da população servida.

O interesse que as nossas atividades despertam na comunidade política, técnica e científica, determinaram um vastíssimo número de visitas às nossas instalações, com destaque para a ETAR de Alcântara, que se assume como um caso de referência nacional e internacional.

Em articulação com os municípios e com as comunidades escolares temos desenvolvido um vasto conjunto de iniciativas de formação, sensibilização e educação ambiental.

Quero expressar um profundo agradecimento à equipa da SIMTEJO pelos resultados obtidos, aos nossos acionistas pelos apoios sempre manifestado e pela compreensão nos momentos de maior dificuldade, a todos os membros dos órgãos sociais pelo seu empenho em contribuir para um resultado articulado de vontades, ao revisor oficial de contas e à entidade reguladora onde sempre encontramos espaço para um diálogo relevante para defender os interesses da SIMTEJO e do sector.

O Presidente do Conselho de Administração
Eng.º Carlos Martins

337
2014

[Handwritten signatures and initials]

A Empresa

Acionistas

O sistema multimunicipal de saneamento do Tejo e Trancão foi criado através do Decreto-Lei nº 288 – A/2001, de 10 de novembro, tendo como objetivo operacional a recolha, tratamento e rejeição de efluentes dos Municípios da Amadora, Lisboa, Loures, Mafra, Odivelas e Vila Franca de Xira e como objetivo estratégico a redução dos níveis de poluição no estuário do Tejo, nas bacias do rio Trancão, ribeiras dos Municípios de Mafra e de Vila Franca de Xira.

O citado diploma legal estabeleceu que o exclusivo de exploração e gestão do sistema era adjudicado pelo Estado Português, em regime de concessão, à SIMTEJO – Saneamento Integrado dos Municípios do Tejo e Trancão, por um prazo de 30 anos, a qual foi posteriormente prolongada para 43 anos, através de Aditamento ao Contrato de Concessão inicial, celebrado em 2009.

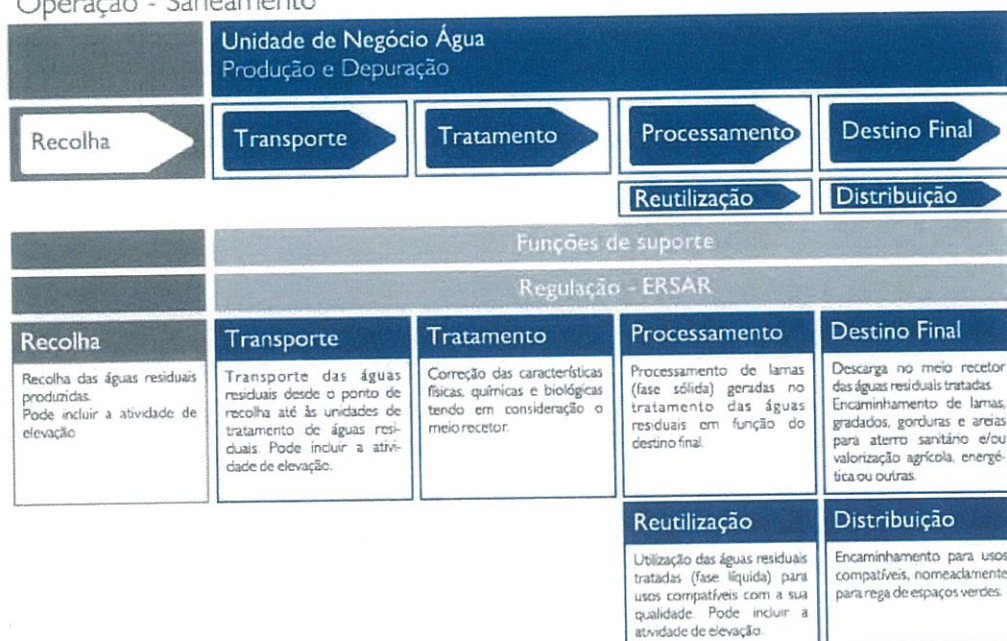
O Capital Social da Simtejo é de 38,7 milhões de euros, repartido pelo Grupo Águas de Portugal e pelos Municípios de Lisboa, Loures, Vila Franca de Xira e Amadora, Mafra e Odivelas com a seguinte distribuição:

Águas de Portugal, SGPS, SA	50,5%
Câmara Municipal de Lisboa	23,5%
Câmara Municipal de Loures	11,5%
Câmara Municipal de Vila Franca de Xira	4,0%
Câmara Municipal de Amadora	3,5%
Câmara Municipal de Mafra	3,5%
Câmara Municipal de Odivelas	3,5%

Cadeia de Valor

Ainda que a Operação seja a atividade mais visível da Simtejo, a Empresa atua numa extensa e complexa cadeia de valor, agregando um conjunto interdependente de competências, que vão desde a identificação de mercados potenciais até à entrega do produto final ao cliente, contribuindo deste modo, quer para a criação de valor ao capital acionista, quer no cumprimento dos elevados parâmetros de desempenho exigidos. Na representação gráfica que a seguir se apresenta expõe-se a visão sistémica da cadeia de valor do negócio, bem como a especificação das atividades de operação.

Operação - Saneamento



Handwritten signatures and initials, including 'G' and '2014'.

Síntese de Indicadores

Indicadores financeiros

	2011	2012	2013	2014
Volume de negócios	46.597.059	47.810.816	49.237.741	50.454.179
Tarifa (Eur/m ³)	0,4850	0,4850	0,4899	0,4899
EBITDA	31.813.705	29.311.901	28.861.149	30.321.481
Resultados financeiros	(3.604.120)	(1.088.594)	(2.469.741)	(1.680.023)
Resultado líquido do exercício	7.735.259	8.924.383	5.236.957	6.008.668
Investimento bruto acumulado	324.525.054	342.649.926	355.107.303	359.896.828
Dívida de clientes	37.815.810	65.574.808	67.739.873	50.851.213
Total do ativo	372.610.945	391.265.810	381.413.889	382.177.054
Dívida financeira	171.819.229	182.029.416	159.714.788	153.360.546
Total do passivo	309.332.591	324.412.044	313.589.470	312.174.518
Capital próprio	63.278.354	66.853.766	67.824.419	70.002.536

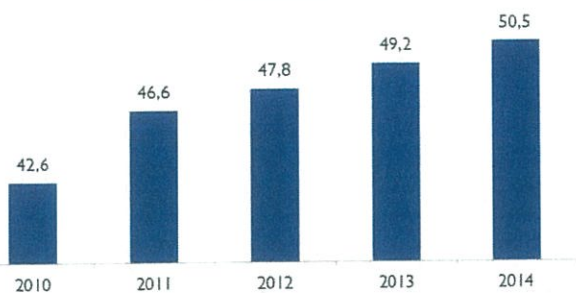
Rácios financeiros

	2011	2012	2013	2014
Solvabilidade (capital próprio/passivo)	20,5%	20,6%	21,6%	22,4%
Autonomia Financeira (capital próprio/ativo)	17,0%	17,1%	17,8%	18,3%
Endividamento (passivo/ativo)	83%	83%	82%	82%
Estrutura do Endividamento (passivo corrente/passivo)	10,0%	11,6%	4,5%	3,4%
Liquidez Geral (ativo corrente)/(passivo corrente)	2,29	1,85	2,83	6,29
Prazo médio de recebimentos	199	373	124	206
Prazo médio de pagamentos	37	75	84	40

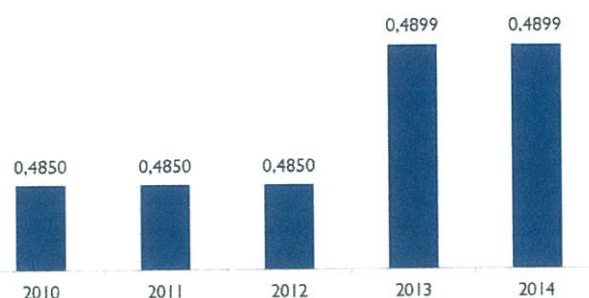
Indicadores de atividade

	2011	2012	2013	2014
Volume de efluente recolhido	118.332	111.974	123.100	135.710
Volume de efluente tratado	118.067	111.763	122.891	135.133
Volume de efluente faturado	97.662	98.329	100.292	100.968
População abrangida	1.276.976	1.276.976	1.280.664	1.280.664
População servida	1.225.897	1.247.280	1.252.356	1.269.297

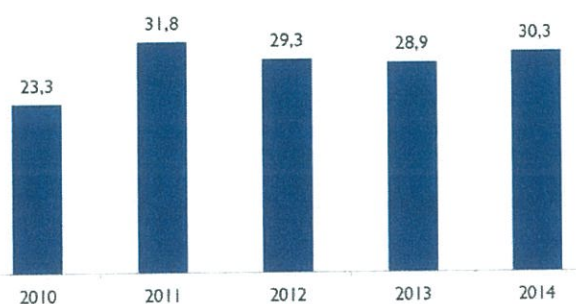
Volume de negócios
(milhões de eur)



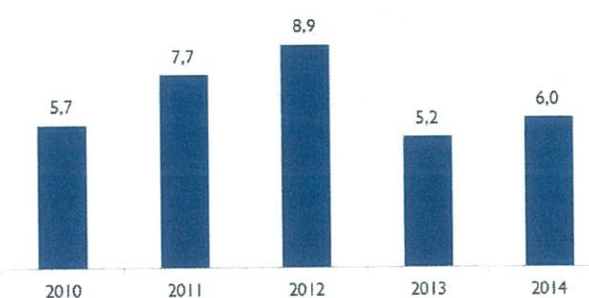
Tarifa
(eur/m³)



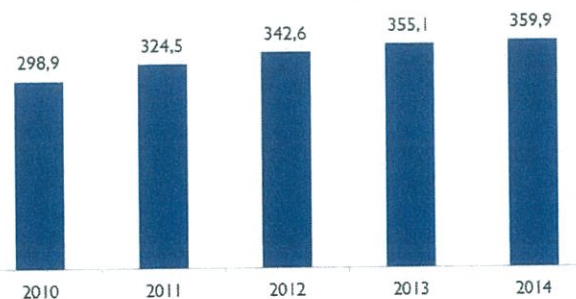
EBITDA
(milhões de eur)



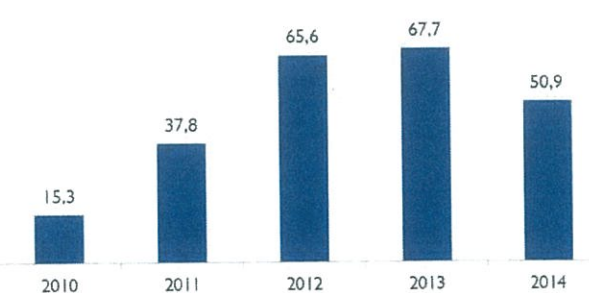
Resultado líquido do exercício
(milhões de eur)



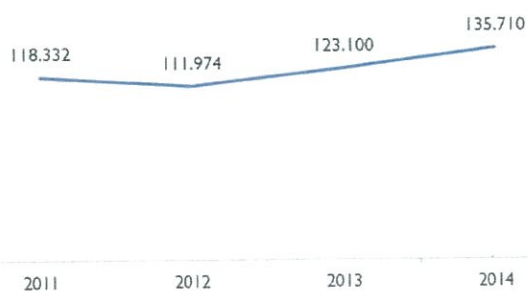
Investimento bruto acumulado
(milhões de eur)



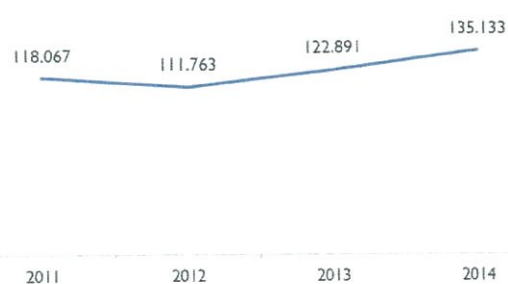
Dívida de clientes
(milhões de eur)



Volume de efluente recolhido
(milhares de m³)



Volume de efluente tratado
(milhares de m³)



Principais acontecimentos

Destacam-se os aspetos considerados mais relevantes no exercício de 2014 da Simtejo (que serão desenvolvidos em rúbricas subsequentes deste Relatório):

Evolução geral do investimento e cobertura do serviço

- Receção Provisória Final da Empreitada de Conceção/construção da adaptação e completamento da ETAR de Alcântara;
- Conclusão da Construção do emissário da Praça do Império e lançamento do concurso do emissário da Praça do Império-Fase II;
- Intervenções de Reparação no Caneiro de Alcântara, execução no- Braço de Sete Rios/Twin Towers e lançamento de concurso no Parque Urbano da Quinta do José, respetivamente;
- Execução de Benfeitorias nos sistemas elevatórios de Alcântara – fase I;
- Construção da duplicação da Ribeira da Falagueira
- Conclusão da maioria das empreitadas relativas ao sistema da Foz do Lizandro;
- Realização ou desenvolvimento de várias intervenções de reabilitação das ETAR de Beirolas, Chelas, Frielas, S. João da Talha, Vila Franca de Xira, Malveira/Venda do Pinheiro,
- Remodelação do sistema de desinfecção da ETAR de Frielas
- Conversão global do reator biológico 6 da ETAR de Frielas em reator Nereda TM
- Realização de várias intervenções nos sistemas de telegestão de Alverca, Frielas, S. João da Talha, Ericeira
- Conclusão da Beneficiação e Ampliação dos subsistemas de Igreja Nova, Cheleiros e Encarnação;
- Lançamento do concurso de Conceção/Construção para a Remodelação da ETAR da Póvoa da Galega;
- Obtenção de 99% da cobertura do serviço prevista no Contrato de Concessão;
- Recuperação da realização do investimento em relação aos anos anteriores, com a realização de investimentos no valor de 11 milhões de euros;
- Aprovação de aditamentos às novas candidaturas ao Fundo de Coesão relativas a investimentos de 42 milhões de euros;

Operação

- A Simtejo tratou cerca de 135 milhões de metros cúbicos, o que corresponde a uma média diária de mais de 370 mil m³ tendo-se registado vários máximos históricos, designadamente o maior caudal mensal (15.023.097 m³/mês em janeiro) e o maior caudal médio diário (530.729 m³/dia em fevereiro)
- Resultados analíticos positivos, tendo-se atingido a maior percentagem de resultados conformes de sempre (99,5%)
- Continuação da implementação do Plano de Eficiência Energética com redução em 6% do consumo de energia por metro cúbico, mesmo num cenário em que as duas instalações com maior consumo viram entrar em serviço sistemas de desodorização com consumos energéticos elevados

339
2014
[Handwritten signatures and initials]

Manutenção

- Continuação do permanente esforço de manutenção, com inúmeras intervenções pontuais

Laboratórios

- Realização de mais de 41 mil análises
- Realização de trabalhos de investigação
- Taxas relevantes de prazos de execução e de disponibilização de dados
- Manutenção da acreditação nos parâmetros químicos e microbiológicos

Medição de Caudais

- Otimização do tratamento de dados do sistema da medição de caudais para fins de faturação
- Manutenção específica dos medidores de caudal e dos udómetros instalados

Investigação & Desenvolvimento

- Desenvolvimento de vários projetos de reutilização de águas residuais
- Colaboração no projeto Aquasafe, destinado à integração dos sistemas de informação numa ferramenta de gestão operacional
- Conclusão do projeto Envitejo, cujo objetivo é integrar o conhecimento, a informação e as ferramentas relevantes para a gestão e monitorização do estuário do Tejo
- Colaboração no projeto SW4E, relativo ao desenvolvimento de um sistema inteligente para a gestão energética das ETAR
- Desenvolvimento do Projeto Odowatch, relativo à caracterização de eventos de odor ocorridos

Recursos Humanos

- Redução do quadro de pessoal para 204 efetivos
- Qualificação crítica da ERSAR quanto ao rácio número de colaboradores/volume de caudais tratados, por o número de colaboradores ser muito inferior ao intervalo de referência considerado como adequado pela ERSAR
- Continuidade do esforço coletivo, em geral com muita entrega e qualidade, apesar das condições adversas decorrentes da inexistência de promoções, das reduções salariais e da manutenção das expectativas negativas sobre a evolução salarial em 2015

Evolução económica

- Situação económica estável
- Acréscimo do volume de negócios de 1,2 milhões de euros, para mais de 50 milhões de euros.

Handwritten signatures and the year 2014.

- Resultados, no exercício, operacionais de 11,8 milhões de euros e líquidos de 6 milhões de euros
- Rácio, para a atividade comparável, de Fornecimentos e Serviços Externos sobre Volume de Negócios idêntico ao de 2013 e mais favorável do que os dos outros exercícios anteriores

Evolução financeira

- Cumprimento pelos Municípios de Lisboa, Loures e Odivelas dos Acordos de Pagamento efetuados
- Criação de condições para recebimento das dívidas municipais mais relevantes, com normalização da situação dos pagamentos à Simtejo
- Realização no final de 2014 de contrato de cessão de créditos referente a acordo de pagamentos celebrado em maio de 2013 com o Município de Lisboa
- Criação de condições para extinção, no fim do exercício, do endividamento bancário (com exclusão dos empréstimos BEI)

Qualidade, Segurança e Responsabilidade Social

- Continuidade do trabalho no Sistema Integrado de Gestão correspondente às NP EN ISO 9001:2008 (Qualidade), ISO 14001:2004 (Ambiente) e OHSAS 18001:2007 (Segurança e Saúde no Trabalho) e preparação do alargamento a novos subsistemas
- Realização de vários estágios para distintos níveis de ensino e integração profissional

Comunicação e Educação Ambiental

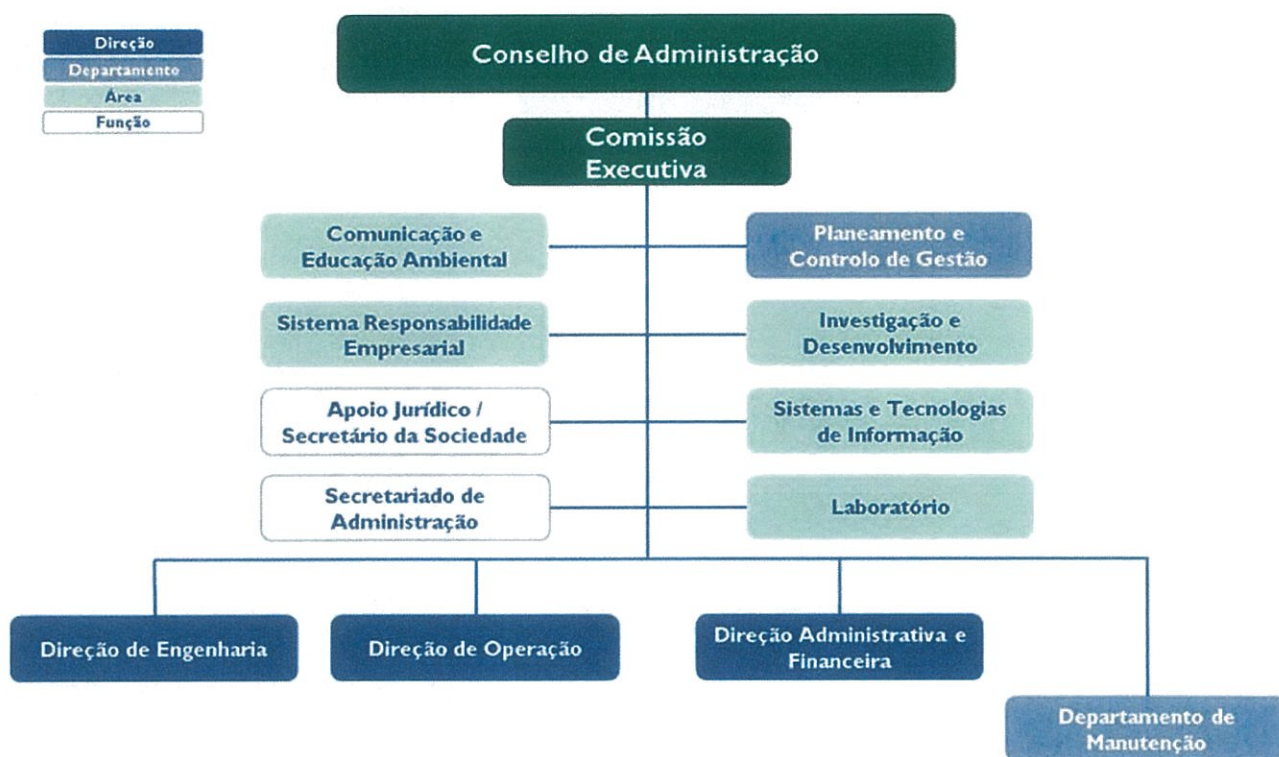
- Continuação do Programa “Ama a Água” 2014/2015
- Desenvolvimento da Hidrobox no Dia Mundial da Água
- Participação no projeto “Ciência Viva no Verão”
- Organização da receção de inúmeras visitas nacionais e internacionais a instalações da Simtejo

340
2014

[Handwritten signatures and initials]

Estrutura Organizacional

Para o correto exercício das suas funções, a Simtejo dispõe de um conjunto de órgãos funcionais, para apoio à gestão da Empresa. Estes órgãos operacionais e de *staff*, apresentam a seguinte afetação, não estando atualmente preenchidas o Apoio Jurídico (interno):



✓
AB
MX
X
Z

A – RELATÓRIO DE GESTÃO



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'G' and '2014'.

I. Introdução

No âmbito da sua missão, a Simtejo – Saneamento Integrado dos Municípios do Tejo e Trancão, SA, procede à recolha, tratamento e rejeição de águas residuais geradas nas áreas dos Municípios de Amadora, Lisboa, Loures, Mafra, Odivelas, Vila Franca de Xira e algumas áreas limítrofes, visando a prestação de um serviço de qualidade, com respeito pelos aspectos essenciais de ordem social e ambiental, bem como a disponibilização das suas capacidades ao serviço do interesse nacional.

No cumprimento da sua missão, a Simtejo assume os seguintes princípios da Política da Qualidade, Ambiente e Segurança:

- A importância social da sua actividade é suportada por objectivos, metas e processos relevantes, claramente orientados para as necessidades de clientes, cidadãos, colaboradores e acionistas;
- A preocupação de organização, simplificação e optimização dos processos e recursos, através de uma gestão transversal, é o suporte da melhoria contínua do desempenho do Sistema de Gestão Integrado, com o objectivo de maior eficiência e qualidade, sempre com a preocupação de uma redução de custos;
- O desenvolvimento do conhecimento e a disponibilidade do pleno potencial de todos os colaboradores, ao nível do indivíduo e das equipas, é condição essencial ao desenvolvimento da Política e da eficácia dos processos;
- A avaliação periódica da satisfação e necessidades do Cliente, conjugada com a resposta adequada a áreas de melhoria identificadas, é um objectivo de todos;
- A actividade da Simtejo desenvolve-se de acordo com os requisitos e a legislação aplicável, com uma postura de aposta na prevenção, nomeadamente da poluição e dos acidentes.

2. Enquadramento Macroeconómico

Global

À semelhança dos últimos dois anos, em 2014 a economia mundial apresenta níveis de crescimento moderados, aproximadamente 3,5% (3,0% em 2013; 3,1% em 2012). Os Estados Unidos da América apresentam um crescimento baixo, em linha com o do ano anterior (2,4% vs 2,2%), embora apresente uma muito ligeira melhoria, suportado por um crescimento relevante dos níveis de emprego e igualmente do mercado imobiliário. O crescimento das economias emergentes (China, Índia, Brasil, Rússia, México, Indonésia, Malásia, Filipinas, países africanos, etc.) permanece muito acima dos países desenvolvidos (4,4% em 2014), embora a níveis reduzidos quando comparados com anos recentes. Três grandes fatores explicam este arrefecimento: (i) os níveis de investimento na China diminuíram com impacto nas economias asiáticas; (ii) as vulnerabilidades da economia russa, como consequência do colapso dos preços do petróleo e das tensões geopolíticas, e (iii) a diminuição dos preços de algumas commodities, que representam uma fatia relevante das receitas económicas de alguns países emergentes.

União Europeia

O ano de 2014 ficou marcado pelo fraco crescimento económico na Zona Euro, justificado pelo aumento dos conflitos geopolíticos, especialmente as tensões com a Rússia, a par do enfraquecimento de algumas economias desenvolvidas e emergentes, com relações estreitas com os países do centro da Europa. Neste ponto, realce para as três principais economias, Alemanha, França e Itália, cujo desempenho económico foi determinante para o fraco crescimento na área do euro, contrariamente a outros países, como Irlanda, Espanha, Portugal e Grécia, cujo crescimento foi melhor que o esperado.

As melhorias registadas no mercado de trabalho foram modestas, em linha com o crescimento económico, que não foi suficientemente robusto para alavancar a formação de emprego. A taxa de desemprego deverá ter sido de 11,6% em 2014 de acordo com a Comissão Europeia, melhor do que em 2013 (11,9%), resultado das melhorias registadas nos países mais vulneráveis. As diferenças entre Estados-Membros continuaram a ser significativas em 2014, variando entre 5,1% na Alemanha e 26,8% na Grécia. As fracas melhorias registadas no mercado de trabalho tiveram impacto limitado no consumo privado, que se espera que tenha crescido 0,7% em 2014, um aumento face a 2013, quando a variável diminuiu 0,6%. A pesar neste crescimento reduzido esteve a incerteza sobre os rendimentos futuros e o processo lento de desalavancagem no sector das famílias. Apesar de ter sido afectado pelo processo de desalavancagem, num contexto de baixa inflação e de fraca procura, o investimento em 2014 parece ter iniciado uma recuperação face ao decréscimo de 2,4% observado em 2013, crescendo 0,6%. A inflação continuou bem abaixo do objetivo dos 2% (a inflação previsional em Dezembro, de acordo com o Eurostat, foi de -0,2%, e espera-se que no total do ano a inflação tenha sido de 0,4%), influenciada pela queda dos preços da energia e da alimentação, assim como pelo frágil ambiente económico da Zona Euro. A balança corrente na Zona Euro tem verificado excedentes, registando, em 2014, 2,5% do PIB. Curiosamente, este excedente não se deve ao fortalecimento das exportações, mas antes à vulnerabilidade da procura interna, que afectou desfavoravelmente as importações.

Handwritten signatures and the year 2014.

Portugal

A economia portuguesa deverá registar um crescimento de aproximadamente 0.9% em 2014. A procura interna acabou por contribuir mais do que se esperava para o crescimento anual, enquanto a procura externa líquida contribuiu negativamente, com uma dimensão significativa: um contributo de cerca de -1.1 pontos percentuais para um crescimento que se projecta em torno de 0.9%. Caso se confirme, o contributo desfavorável das exportações líquidas só encontra paralelo em 2010 ou nos anos imediatamente anteriores à crise financeira internacional.

As exportações desiludem e as importações aumentam acima do previsto. Vários factores concorreram para este comportamento. Do lado das exportações, o encerramento temporário da unidade de refinação de petróleo nos primeiros meses de 2014, justificou um comportamento pior que o esperado. De facto, a venda de combustíveis refinados ao exterior fora responsável por cerca de 60% do crescimento das exportações de bens em 2013, pelo que esta paragem teve efeitos significativos. Nos primeiros dez meses do ano, as exportações de combustíveis registavam um decréscimo de cerca de 22%, gerando um contributo negativo de 2.2 p.p. para o total. Deste modo, a actual projecção aponta para um aumento das exportações (em volume) em torno de 2.5%, que contrasta com +3.5% antecipados no início de 2014. Do lado das importações, verificou-se também um aumento acima do esperado, reflectindo a retoma mais acentuada da procura interna e a satisfação de alguma procura pendente, nomeadamente de bens duradouros.

Depois de alguma recuperação que se registou em meados de 2013, tem-se registado uma estabilização do PIB em níveis mais baixos. Todavia, analisando os contributos das principais componentes para a geração de riqueza, verifica-se que em 2014 o padrão de comportamento foi mais equilibrado que nos anos de vigência plena do PAEF. Efectivamente, depois de três anos consecutivos de retracção, a procura interna voltou a aumentar, embora bem menos que em 2010 ou em anos anteriores à eclosão da crise financeira internacional. As exportações (sem combustíveis), registam um comportamento assinalável, com um crescimento até Novembro de 4.7%. Mais, os contributos foram bastante uniformes, pontuando os bens de consumo, bens industriais, bens de capital ou alimentação e bebidas. A análise por destinos, denota também bom desempenho em diversos mercados, com destaque para o Reino Unido, Alemanha, França e Espanha. Nos países fora da União Europeia, o comportamento das exportações é também favorável, denotando-se diversificação por produtos e destinos, com destaque para os mercados dos EUA, Angola e China. Nota para os serviços que representam actualmente cerca de 33% das exportações totais, reforçando o seu posicionamento ao longo das últimas décadas (em 2014, foram as exportações de serviços de turismo que mais adicionaram às exportações de serviços, gerando um contributo de cerca de 75% e um acréscimo no ano estimado em 16%).

Desde Julho de 2014, a inflação regista níveis inferiores a zero, reflectindo em grande parte o movimento de quedas dos preços de bens energéticos, mas também fragilidade da procura interna e efeitos do esforço de melhoria da competitividade da economia portuguesa. A informação até agora conhecida aponta para que no conjunto do ano, a inflação média se situe em -0.3%.

Relativamente às contas públicas é previsível uma redução do défice do Estado para 6.42 mil milhões de euros nos primeiros onze meses de 2014 (numa base de caixa). Esta evolução reflecte o bom desempenho da receita fiscal, +6.2% face ao ano anterior, enquanto que a despesa registou um crescimento de apenas 0.8% no mesmo período e põe em evidência o esforço de consolidação das contas públicas levado a cabo nos últimos anos, dando suporte ao desenho de uma trajectória de melhor sustentabilidade da dívida pública.

A taxa de desemprego terá ficado, aproximadamente, nos 13,1% em 2014.

Fonte: FMI world economic outlook; BPI Research; Boletim económico do Banco Portugal; Eurostat; INE.

342
2014

[Handwritten signatures and initials]

3. Enquadramento do Setor

Em 2014 assistiu-se à concretização de algumas das medidas traçadas para os setores das águas e dos resíduos, definidas pelas linhas orientadoras do Programa do XIX Governo Constitucional:

- Reorganizar o setor do abastecimento de água e saneamento de águas residuais, com prioridade para a sua sustentabilidade económico-financeira;
- Prosseguir a identificação e resolução do défice tarifário, a revisão do sistema de tarifas, maior abertura à participação de entidades privadas na exploração e gestão dos sistemas, a promoção da eficiência, a integração vertical e a agregação de sistemas exigentes, a adequada manutenção de redes e equipamentos antigos e a prevenção da construção de capacidade desnecessária;
- Autonomizar o subsector dos resíduos no seio do Grupo Águas de Portugal e implementar as medidas necessárias à sua abertura ao setor privado.

As atividades desenvolvidas durante o ano de 2014 deram lugar a três eventos representativos dos esforços desenvolvidos nos setores das águas e resíduos desde 2012:

- a) A apresentação da estratégia integrada de reestruturação do setor das águas pelo senhor Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e da Energia, em outubro de 2014;
- b) A assinatura, em novembro de 2014, do contrato de compra e venda da participação da AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A. no capital social da EGF – Empresa Geral do Fomento, S.A., ao agrupamento SUMA, vencedor do concurso público internacional;
- c) A conclusão dos trabalhos de elaboração dos novos planos estratégicos para os serviços urbanos de águas, PENSAAR 2010 – Uma nova estratégia para o setor de abastecimento de água e saneamento de águas residuais, e para os serviços de gestão de resíduos, PERSU 2020 – PI
- d) ano estratégico de resíduos sólidos urbanos, que definem as metas e objetivos do Estado para cada um dos setores.

No seguimento das alterações legislativas verificadas em 2013, de que se destacam a Lei n.º 35/2013, de 11 de junho, o Decreto-Lei n.º 92/2013, de 11 de julho e Decreto-Lei 96/2014, de 25 de junho, foram publicados em 2014 os seguintes diplomas legais:

- Lei n.º 10/2014, de 6 de março, que aprova os novos estatutos da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), reforçando os seus poderes e independência;
- Lei n.º 12/2014, de 6 de março, que aprova a fatura detalhada para os serviços de águas e resíduos;
- Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de março, que aprova o processo de reprivatização da EGF – Empresa Geral do Fomento, S.A..

Estratégia integrada de reestruturação do setor das águas

Considerada essencial para garantir a continuidade, a universalidade, a qualidade e a sustentabilidade na prestação destes serviços públicos, a reestruturação do setor das águas, assenta em quatro eixos fundamentais:

- 1- Assegurar maior equidade territorial e coesão social, diminuindo a disparidade tarifária resultante das especificidades dos diferentes sistemas e regiões do país;
- 2- Aumentar a eficiência dos sistemas de abastecimento de águas e saneamento de águas residuais urbanas com o objetivo de reduzir os gastos associados;
- 3- Garantir a disponibilidade dos meios financeiros para investimento;
- 4- Garantir a sustentabilidade económico-financeira das entidades gestoras, com rigor e transparência na fixação das tarifas.

Esta estratégia foi objeto de consulta e pronúncia por parte dos municípios até ao final de 2014.



A estratégia integrada de reestruturação do setor das águas materializa-se nos seguintes instrumentos:

- **PENSAAR 2020** - que, em articulação com um pacote de instrumentos financeiros alinhado com o crescimento verde e num quadro regulatório adequado, orienta a política pública de prestação de serviços de qualidade a um preço sustentável;
- **POSEUR** - Programa Operacional para a Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos, consubstanciando os instrumentos financeiros de apoio a investimentos alinhados com o crescimento inteligente, sustentável e inclusivo e com vista a promover o desenvolvimento do setor numa ótica de eficiência e de sustentabilidade e a permitir o atingimento dos objetivos nacionais e comunitários;
- **Regulação Económica** - criação de um novo quadro regulatório, focado na melhoria da eficiência e da qualidade dos serviços, através do reforço dos estatutos da entidade reguladora e da criação de um regulamento tarifário que consubstancie o novo modelo regulatório para o setor, da implementação da fatura detalhada. Em dezembro de 2014, a ERSAR apresentou ao seu Conselho Consultivo, uma primeira proposta de regulamento tarifário para o setor das águas.
- **Reorganização do setor de titularidade Estatal** - materializada na reestruturação territorial e corporativa do grupo AdP tendo em vista a obtenção de ganhos de eficiência, que resultem em benefícios tarifários futuros. No que respeita aos processos de agregação de sistemas multimunicipais de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais, registaram-se importantes desenvolvimentos, quer na componente de desenvolvimento dos estudos e modelos económicos e operacionais quer na componente de articulação com os diferentes stakeholders.

Reprivatização do setor dos resíduos

Quanto ao processo de reprivatização do setor dos resíduos, que a 31 de dezembro de 2014 se encontrava a aguardar a pronúncia das Autoridades da Concorrência, iniciou-se com a publicação do Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de março, tendo o respetivo caderno de encargos sido aprovado em 8 de abril, pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 30/2014.

O anúncio do concurso público foi publicado no Jornal Oficial da União Europeia, JO/S 882, de 26 de abril de 2014, sob o n.º 2014/S 082-143174 e no Diário da República n.º 71, 2.ª série, de 10 de abril de 2014, através do Anúncio de Procedimento n.º 1988/2014.

O prazo de apresentação de propostas não vinculativas terminou a 20 de maio, tendo sido recebidas sete propostas não vinculativas, tendo a Resolução de Conselho de Ministros n.º 36-A/2014, de 5 de julho, determinado todos concorrentes como admitidos a apresentar proposta vinculativa.

No dia 31 de julho, data limite de entrega das propostas vinculativas, foram apresentadas quatro propostas, tendo o vencedor sido escolhido, nos termos do concurso, por decisão do Conselho de Ministros, em 18 de setembro, conforme Resolução de Conselho de Ministros n.º 55-B/2014.

O processo de privatização foi acompanhado, ainda, pela aprovação e homologação de um regulamento tarifário para os serviços de gestão de resíduos, Deliberação n.º 928/2014 da ERSAR, homologada pelo Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e da Energia e publicada em Diário da República, 2.ª série, em 15 de abril.

Planos estratégicos para os setores das águas e dos resíduos

Os planos estratégicos para os setores das águas e dos resíduos (PENSAAR 2020 e PERSU 2020, respetivamente) desenvolveram-se em articulação com o Acordo de Parceria 2014-2020, submetido por Portugal à Comissão Europeia para efeitos do Quadro Estratégico Comum (QEC), concluído em julho de 2014, que norteia a aplicação dos fundos europeus da Política de Coesão, da Política Agrícola Comum, da Política Comum das Pescas e da Política dos Assuntos do Mar.

Os planos aprovados e os instrumentos de financiamento associados, cujos respetivos programas operacionais foram apresentados já no decorrer de 2015, evidenciam os novos desafios decorrentes de uma mudança de paradigma do setor e as posições recentes da Comissão Europeia, visando a sustentabilidade e a eficiência, para além do incremento de exigências ambientais e reforço dos mecanismos de acompanhamento, patente na previsão de um conjunto de importantes condicionalismos ex-ante e ex-post.

343
2014
[Handwritten signatures and initials]

Sem prejuízo de corresponder ao cumprimento das exigências ambientais patentes na posição dos serviços da Comissão Europeia, com especial incidência no domínio dos resíduos, às intervenções de cariz infraestrutural sucede agora uma tipologia de investimento de melhoria, de consolidação e de reforço dos ativos existentes. Acresce que, em paralelo com o investimento, haverá que criar condições para que as entidades gestoras possam também evoluir para níveis organizacionais mais eficientes e capacitados.

4. Regulação

As atividades de abastecimento de água, saneamento de águas residuais e gestão de resíduos urbanos desenvolvidas pelo grupo AdP são serviços de interesse económico geral, indispensáveis ao bem-estar das populações, ao desenvolvimento das atividades económicas e à proteção do meio ambiente.

A exploração e gestão dos sistemas está assente nos princípios da prossecução do interesse público, do carácter integrado dos sistemas, da eficiência e da prevalência da gestão empresarial.

No ano de 2014 verificaram-se alterações significativas em matéria regulatória nos sectores onde atuam as empresas que integram o grupo AdP, quer ao nível das formas de atuação e organização das empresas do sector quer ao nível dos poderes da Entidade Reguladora.

Das alterações mais impactantes nas formas de atuação e organização das empresas do sector, destacam-se a privatização do sector dos resíduos em curso, permitida pela Lei n.º 35/2013, de 11 de junho, que acarreta a revisão do regime jurídico das concessões da exploração e gestão, em regime de serviço público, dos sistemas multimunicipais de resíduos urbanos, e a possibilidade de agregação e reorganização territorial de sistemas multimunicipais de serviços de abastecimento público de água e saneamento de águas residuais.

Em 6 de março, foi publicada a Lei n.º 10/2014, que aprovou os novos Estatutos da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR). Esta publicação vem no decurso da Lei n.º 67/2013, de 28 de agosto, que aprovou a lei-quadro das entidades administrativas independentes com funções de regulação da atividade económica dos setores privados, público e cooperativo.

De acordo com os novos estatutos, a ERSAR viu aumentada a sua independência de atuação (artigo 2.º), expandido o universo de entidades sujeitas a regulação (artigo 4.º) e reforçados os seus poderes e atribuições sobre as entidades reguladas (artigos 5.º, 9.º, 10.º e 11.º).

Em face das alterações em concretização nos sectores das águas e dos resíduos, o reforço dos poderes da ERSAR constitui um desafio significativo quer para a entidade reguladora quer para as entidades reguladas.

É expectativa do grupo AdP que, com este reforço de poderes da ERSAR, o sector integre uma agenda consentânea com a fase de desenvolvimento em que se encontra, colocando-se o enfoque na sustentabilidade de forma integrada, nas vertentes económica, social e ambiental.

Durante o ano de 2014, em concretização do novo poder regulamentar da ERSAR, o regulamento tarifário do serviço de gestão de resíduos urbanos, deliberação n.º 928/2014, foi publicado em Diário da República, 2.ª série, de 15 de abril, cuja produção de efeitos se prevê para 1 de janeiro de 2016. Este regulamento acarreta uma alteração do modelo regulatório em vigor, passando de um modelo de custo de serviço (cost plus) para um modelo de proveitos permitidos (revenue cap), que remunera uma base de ativos ao custo de capital eficiente e permite a recuperação dos gastos operacionais num cenário de eficiência produtiva.

Na última reunião do Conselho Consultivo da ERSAR, realizada em dezembro de 2014, a entidade reguladora apresentou uma proposta de regulamento tarifário dos serviços de águas. Este documento não é público, e nos termos dos artigos 37.º e 12.º, respetivamente, deverá ser ainda sujeito a parecer do Conselho Tarifário da ERSAR e sujeito a consulta pública, nos termos da lei.

A gestão do risco regulatório, pelo impacto que a atuação deste passa a poder ter na esfera patrimonial das empresas reguladas, torna-se uma matéria ainda mais fulcral para estas e para a AdP SGPS.

A atuação da Simtejo, concessionária da exploração e da gestão do sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais urbanas está sujeita ao disposto no Decreto-Lei 162/96, de 4 de setembro, na redação que lhes é dada pelo Decreto-Lei n.º 195/2009, de 20 de agosto.

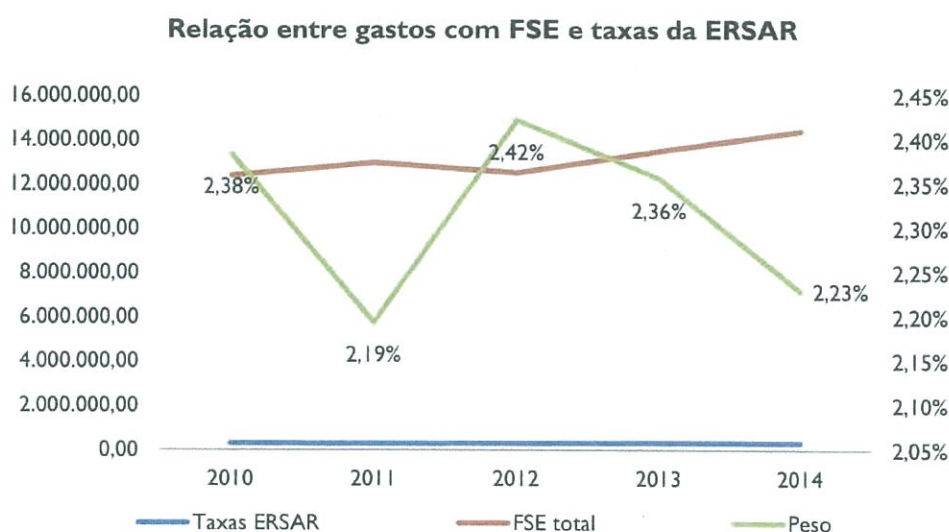
No caso da Simtejo, concessionária da exploração e da gestão do sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais urbanas, durante o ano de 2014 densificaram-se os estudos e soluções necessários para a concretização das disposições contantes do Decreto-Lei n.º 92/2013, de 11 de julho.

A linha de atuação projetada pelo Governo no Decreto-Lei n.º 92/2013, de 11 de julho, assenta, designadamente, na promoção do equilíbrio tarifário, na resolução dos défices tarifários, na implementação de estratégias de integração vertical dos sistemas municipais e, em última análise, na agregação dos sistemas multimunicipais existentes em sistemas novos de maior dimensão, mantendo a natureza pública das respetivas concessionárias.

Nos termos dos seus estatutos, a ERSAR é financiada através da cobrança de taxas de regulação estrutural, económica e qualidade de serviço e da qualidade da água para consumo humano às entidades gestoras reguladas independente do modelo de gestão.

Nesse contexto, a Simtejo tem vindo ao longo dos anos a efetuar o pagamento respetivo destas taxas. Em 2014, apesar da continuação do esforço de contenção de gastos operacionais, nomeadamente com os FSE, verifica-se que o peso dos gastos suportados com as taxas da ERSAR (um gasto fixo) assume uma importância relativamente mais expressiva no total dos gastos incorridos pela Simtejo.

No gráfico seguinte apresenta-se a relação entre a evolução dos FSE suportados pela Simtejo e as taxas ERSAR em percentagem desses gastos com os FSE, desde 2010.



Regulação económica

Nos termos do disposto no contrato de concessão em vigor, o ciclo regulatório anual inicia-se com a apresentação ao Concedente e à Entidade Reguladora das propostas de orçamento e projeto tarifário para o ano seguinte. O Decreto-Lei n.º 195/2009, de 20 de agosto, procedeu à harmonização dos prazos de aprovação das propostas para todos os sistemas multimunicipais, em 60 dias.

O ciclo orçamental de 2014, iniciado em 30 de setembro de 2013, estendeu-se até 13 de março de 2014, sendo que após a emissão do projeto de parecer pela Entidade Reguladora e o exercício de contraditório por parte da Simtejo, a tarifa foi aprovada pelo Concedente.

O Decreto-Lei 195/2009, de 20 de agosto, determina que os tarifários aplicados aos utilizadores produzem efeitos a partir do início do exercício económico a que dizem respeito, independentemente da sua data de aprovação, o que permite um mais adequado balanceamento entre os proveitos e os encargos de prestação dos serviços.

Em setembro de 2014 iniciou-se o ciclo orçamental para 2015, tendo sido remetida pela ERSAR à Simtejo em janeiro de 2015 Projeto de decisão sobre a Proposta de Orçamento e Projeto Tarifário oportunamente remetida e tendo a Simtejo exercido o contraditório.

As propostas de orçamento e tarifa para 2014 e para 2015 foram apresentadas nos termos da Portaria n.º 269/2011, de 19 de setembro como dispõem os novos estatutos da ERSAR.

De acordo com o modelo regulatório vigente na maioria das entidades gestoras de sistemas multimunicipais e parcerias Estado-Autarquias, custo do serviço (cost plus) em cenário de eficiência produtiva, e nos termos dos contratos celebrados, podem gerar-se diferenças entre o volume de rendimentos necessário à cobertura da totalidade dos encargos incorridos pela entidade gestora, incluindo os impostos sobre os resultados da empresa e a remuneração dos capitais próprios, e o volume de rendimentos efetivamente gerado em cada um dos exercícios económicos. Estas diferenças denominam-se de desvios tarifários ou desvios de recuperação de gastos.

Estes desvios podem assumir uma natureza deficitária, quando os rendimentos gerados são inferiores aos necessários, ou excedentária (superavit), quando os rendimentos gerados são superiores aos necessários, salvaguardados os montantes relativos a ganhos de produtividade ou eficiência nos termos dos contratos de concessão.

Nas demonstrações financeiras consolidadas do grupo AdP para 2014 estão relevados os desvios tarifários ou desvios de recuperação de gastos. Esta informação encontra-se detalhada no Relatório e Contas consolidado de 2014 do grupo AdP.

A Entidade Reguladora apresentou, durante o ano de 2010, uma proposta legislativa para o reconhecimento e recuperação dos desvios tarifários (défice e superavit) ou desvios de recuperação de gastos relativos a cada sistema multimunicipal, bem como dos procedimentos para a distribuição dos ganhos de produtividade contratuais, uma vez que estes não se encontravam suficientemente detalhados nos contratos de concessão e na legislação aplicável.

A sustentabilidade das entidades gestoras e do setor, em estrito cumprimento da legislação vigente e dos contratos de concessão, exigem que não se adie por mais tempo o exposto reconhecimento e densificação do modelo regulatório de recuperação de gastos preconizado nos contratos, designadamente da definição do montante dos desvios tarifários ou desvios de recuperação de gastos das entidades gestoras, assegurando a recuperação dos desvios de recuperação de gastos gerados no âmbito da concessão, cujas regras de ressarcimento urge clarificar.

A concretização das soluções preconizadas no Decreto-Lei n.º 92/2013, de 11 de julho, permitirá, no âmbito das agregações de sistemas multimunicipais, a definição de regras de registo e recuperação dos desvios tarifários.

Regulação da qualidade do serviço

Nos termos dos seus estatutos compete à Entidade Reguladora assegurar a regulação da qualidade de serviço prestado aos utilizadores pelas entidades gestoras, avaliando o desempenho dessas entidades.

Deste modo, a qualidade de serviço no abastecimento público de água, no saneamento de águas residuais urbanas e na gestão de resíduos urbanos prestados pelas entidades gestoras é avaliada anualmente, e atualmente, através da aplicação da 2.ª geração do sistema de avaliação com recurso a de indicadores desempenho de qualidade do serviço. Os resultados deste sistema de avaliação são parte integrante do Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos em Portugal (RASARP).

Em 2014 foi publicado e divulgado o Volume 3 do RASARP com os resultados do sistema de avaliação da qualidade de serviço prestado pelas entidades gestoras para o ano de 2012, referenciados a 31 de dezembro.

Regulação das relações comerciais

Nos termos dos seus estatutos, compete à ERSAR regular as relações comerciais através da definição de regras de relacionamento entre as entidades gestoras em alta e em baixa e entre estas últimas e os respetivos utilizadores, nomeadamente, no que respeita às condições de acesso e contratação do serviço, medição, faturação, pagamento e cobrança e prestação de informação e resolução de litígios, regulamentando os respetivos regimes jurídicos e a proteção dos utilizadores de serviços públicos essenciais.

No âmbito das suas competências, foi emitida pela ERSAR, a Recomendação n.º 1/2010 relativa aos conteúdos que devem constar nas faturas dos serviços públicos de abastecimento de água para consumo humano, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos prestados aos utilizadores finais, pelas entidades gestoras que prestem esses serviços

Handwritten signatures and the year 2014.

Adicionalmente, com a publicação da Lei n.º 12/2014 de 6 de março que procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, modificaram-se os regimes de faturação e contraordenacional das entidades gestoras de sistemas municipais.

O Decreto-Lei n.º 114/2014, de 21 de julho, determina que aquelas entidades gestoras são obrigadas, a partir de 1 de março de 2015, a cumprir, nomeadamente, com a emissão de faturas detalhadas aos clientes finais (utilizadores em baixa) que incluam a decomposição das componentes de custo que integram o serviço prestado a tais utilizadores, seja de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais ou de gestão de resíduos urbanos.

A legislação da “fatura detalhada”, vincula as entidades gestoras de sistemas municipais à obrigação de transferirem 50 % do valor da fatura cobrada de cada um dos serviços de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais ou de gestão de resíduos urbanos, para a entidade gestora do sistema multimunicipal ou intermunicipal e sempre limitado ao valor devido a essa entidade gestora, não podendo o produto da cobrança ser utilizado para qualquer outro fim.

Regulação ambiental

As entidades gestoras dos serviços de águas do grupo AdP estão também sujeitas à intervenção da Agência Portuguesa do Ambiente (APA), o regulador ambiental.

A APA exerce, entre outras, as funções de Autoridade Nacional da Água, cabendo-lhe, nesse âmbito, e entre outras emitir títulos de utilização dos recursos hídricos e fiscalizar o cumprimento da sua aplicação, aplicar o regime económico e financeiro dos recursos hídricos e gerir situações de seca e de cheia, coordenando a adoção de medidas excecionais em situações extremas de seca ou de cheias e dirimir os diferendos entre utilizadores relacionados com as obrigações e prioridades decorrentes da Lei da Água e diplomas complementares.

Handwritten signatures and initials, including 'G' and '2014'.

5. Análise Económica e Financeira

A Simtejo fechou o ano de 2014 com um resultado antes de impostos de 10,1 milhões de euros, tendo os resultados operacionais atingido 11,8 milhões de euros, superiores em 1,1 milhões de euros face ao ano anterior, e os financeiros, apesar de negativos, foram também melhores em 790 mil euros.

A Simtejo fechou assim o ano de 2014 com um resultado líquido positivo de 6 milhões de euros, tendo este sido prejudicado pela correcção dos impostos diferidos, por recálculo da diferença entre amortizações fiscais e contabilísticas que implicou o agravamento do valor de impostos diferidos já reconhecidos em exercícios anteriores, esta situação decorreu de inspeção da Autoridade Tributária aos modelos 22 de 2010 a 2012.

À semelhança de 2013, também o exercício de 2014, principalmente no final do ano, foi bastante beneficiado ao nível da tesouraria. Para além do recebimento das amortizações de capital previstas dos acordos de pagamento celebrados, contribuiu ainda o recebimento antecipado do acordo de pagamentos celebrado com Lisboa, no valor de 23,6 milhões de euros.

Esta nova conjuntura ao nível da tesouraria teve impacto direto e significativo nos prazos médios de recebimentos e de pagamentos, verificando-se uma melhoria significativa da situação das dívidas a fornecedores assim como, a amortização das linhas de financiamento de curto prazo.

Resultados

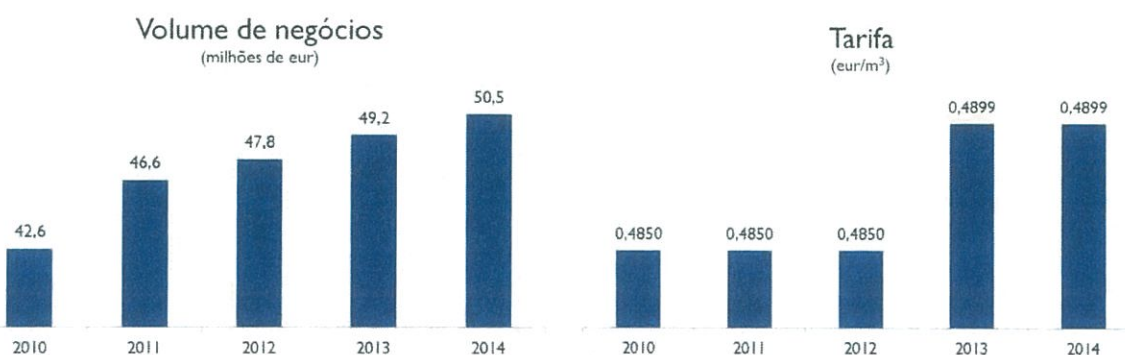
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS	31.12.2014	31.12.2013	Var. %	Var. Eur
Volume de negócios	50.454.179	49.237.741	2%	1.216.439
Custo das vendas/variação dos inventários	(1.918.498)	(1.940.411)	-1%	21.913
Fornecimentos e serviços externos	(14.312.586)	(13.491.891)	6%	(820.694)
Gastos com pessoal	(5.711.539)	(6.389.728)	-11%	678.189
Amortizações, depreciações e reversões do exercício	(18.483.105)	(18.254.520)	1%	(228.585)
Subsídios ao investimento	2.037.585	1.597.051	28%	440.535
Outros (gastos e perdas) rendimentos e ganhos operacionais	(229.000)	(95.613)	140%	(133.387)
Resultados operacionais	11.837.037	10.662.629	11%	1.174.408
Gastos financeiros	(5.777.281)	(5.981.768)	-3%	204.487
Rendimentos financeiros	4.097.258	3.512.027	17%	585.231
Resultados financeiros	(1.680.023)	(2.469.741)	-32%	789.718
Resultados antes de impostos	10.157.015	8.192.888	24%	1.964.127
Imposto do exercício	(6.371.393)	(5.687.512)	12%	(683.882)
Imposto diferido	2.223.047	2.731.581	-19%	(508.534)
Resultado líquido do exercício	6.008.668	5.236.957	15%	771.711

2014

Volume de negócios

Face ao ano anterior o volume de negócios aumentou por via do aumento dos caudais mínimos (EVEF) e pelo facto de se ter reconhecido no exercício de 2014 os rendimentos respeitantes à faturação ao Município de Sintra não só do próprio ano como também os respeitantes a 2013 e a parte de 2012. O contrato de recolha com o Município foi assinado contudo, a Câmara Municipal de Sintra endendeu requerer visto do Tribunal de Contas, situação que só ficou regularizada posteriormente ao fecho de contas.

Quanto à da tarifa, o valor praticado em 2014, foi igual ao do ano anterior.



Gastos operacionais

Gastos operacionais	31.12.2014	31.12.2013	Var. %	Var. Eur
Custo das vendas/variação dos inventários	1.918.498	1.940.411	-1,13%	(21.913)
Fornecimentos e serviços externos	14.312.586	13.491.891	6,08%	820.694
Gastos com pessoal	5.711.539	6.389.728	-10,61%	(678.189)
Amortizações, depreciações e reversões do exercício	18.483.105	18.254.520	1,25%	228.585
Outros gastos e perdas operacionais	408.511	542.901	-24,75%	(134.390)
	40.834.239	40.619.450	0,53%	214.788

Os gastos operacionais de 2014 mantiveram-se idênticos aos de 2013, verificando-se um ligeiro aumento de aproximadamente 215 mil euros.

É contudo de referir o aumento, face ao ano anterior, nos Fornecimentos e Serviços Externos e a diminuição dos gastos com o Pessoal.

Nos Fornecimentos e Serviços Externos, a variação negativa, por mais gastos em 2014 no valor de 820 mil euros deve-se essencialmente a maiores gastos com conservação e reparação de equipamento básico, electricidade e outros fornecimentos e serviços externos.

Considerando a atividade comparável, houve em 2014 uma redução dos Fornecimentos e Serviços Externos em relação a 2009, 2010 e a 2011, bem como uma estabilização em relação a 2012 e 2013.

A diminuição verificada nos gastos com Pessoal relativamente ao ano anterior, em cerca de 678 mil euros, resulta, fundamentalmente da diminuição da rubrica de remunerações do pessoal e consequente diminuição dos encargos sobre as mesmas, assim como do aumento do valor capitalizado desta natureza de gastos, decorrente de um maior volume de investimento. Recorde-se que em 2013 pelo facto de o Tribunal Constitucional ter declarado inconstitucional algumas das matérias previstas na Lei de Orçamento de Estado para 2012 e 2013, nomeadamente o não pagamento de subsídio de férias, originou que o subsídio de férias pago em 2013 mas respeitante a 2012, tenha sido reconhecido em 2013 e não em 2012, como seria habitual, para além do usual reconhecimento do subsídio de férias do ano, a pagar no ano seguinte.

Resultados financeiros

Os gastos financeiros apresentam uma ligeira diminuição face a 2013, situação influenciada por uma menor utilização das linhas de crédito de curto prazo ao longo de 2014, decorrente de uma melhor conjuntura da tesouraria. É ainda de referir uma maior capitalização de gastos financeiros decorrente de um maior volume de investimento, face ao ano anterior.

Nos rendimentos financeiros, há a referir o aumento do valor referente a débito de juros de mora aos clientes da Simtejo que apresentam saldos vencidos em dívida, sendo tal situação, explicada essencialmente por maiores juros aplicados ao Município de Lisboa que durante o ano de 2014 não liquidou qualquer fatura, para além das constantes do Acordo de Pagamentos.

	31.12.2014	31.12.2013
Juros obtidos	481.752	557.703
Juros de mora	3.615.506	2.954.319
Correções relativas a exercícios anteriores	0	5
Total de rendimentos financeiros	4.097.258	3.512.022
	31.12.2014	31.12.2013
Juros suportados	5.168.400	5.126.475
Comissões bancárias	966.205	1.071.349
Outros gastos financeiros	6.163	13.645
	6.140.768	6.211.469
Gastos financeiros capitalizados	(363.487)	(229.701)
Total de gastos financeiros	5.777.281	5.981.768

Situação patrimonial

BALANÇO	31.12.2014	31.12.2013	Var. %	Var. Eur
Ativos intangíveis	271.225.186	271.001.373	0%	223.813
Investimentos financeiros	8.859.593	7.864.911	13%	994.682
Impostos diferidos ativos	29.604.340	29.266.138	1%	338.202
Clientes	50.851.213	67.739.873	-25%	(16.888.660)
Caixa e seus equivalentes	19.151.687	2.022.265	847%	17.129.422
Outros ativos	2.485.035	3.519.330	-29%	(1.034.295)
Total do ativo	382.177.054	381.413.889	0%	763.165
Empréstimos médio e longo prazo	151.336.275	152.868.485	-1%	(1.532.210)
Empréstimos curto prazo	2.024.271	6.846.303	-70%	(4.822.032)
Impostos diferidos passivos	13.476.021	15.360.865	-12%	(1.884.845)
Acrésc. custos do investimento contratual	75.708.513	68.019.809	11%	7.688.704
Subsídios ao investimento	60.940.062	62.959.101	-3%	(2.019.039)
Fornecedores	4.484.993	3.457.667	30%	1.027.326
Outros passivos	4.204.383	4.077.240	3%	127.143
Total do passivo	312.174.518	313.589.470	0%	(1.414.952)
Total do capital próprio	70.002.536	67.824.419	3%	2.178.117
Total do passivo e do capital próprio	382.177.054	381.413.889	0%	763.165

Ativos intangíveis

A variação positiva face ao ano anterior resulta essencialmente do aumento do investimento, por outro lado, com efeito contrário existe o efeito das amortizações do exercício (8,6 milhões de euros) e da transferência de 2,2 mil euros da rubrica de acréscimos de custos do investimento contratual.

Investimento

O investimento do ano correspondeu a 11 milhões de euros. A Empresa retomou o ritmo do investimento, que já tivera em exercícios anteriores, e que havia desacelerado fundamentalmente por limitações de acesso ao crédito e das inerentes orientações de limitação de endividamento, acentuadas pelas dificuldades de tesouraria da Simtejo em anos anteriores.



Investimento financeiro

A variação dos investimentos financeiros resulta do reforço do Fundo de Reconstituição do Capital Social previsto no Contrato de Concessão.

Clientes

As dívidas de clientes municipais a 31 de dezembro estavam assim discriminadas:

Dívidas de Clientes Municipais	vencido	não vencido	acordos	total
Lisboa	27.297.587	4.765.656		32.063.243
Loures	2.125.853	1.377.860	6.763.269	10.266.982
Odivelas	1.873.268	875.766	2.730.063	5.479.097
V.F. Xira		717.532		717.532
Mafra	503.835	334.993		838.829
Amadora		446.261		446.261
Oeiras		95.806		95.806
	31.800.544	8.613.875	9.493.331	49.907.750

Nas contas da Empresa estão classificadas como dívidas não correntes os montantes respeitantes a dívidas de Municípios referentes aos acordos de pagamento celebrados cujo pagamento se estende para além de dezembro de 2015, no montante de 5,8 milhões de euros.

Assim, a dívida dos Municípios de Loures, um dos dois maiores clientes da Simtejo, bem como a do Município de Odivelas, dívidas que determinaram uma deterioração da situação financeira da Simtejo em 2012, foram objeto de acordos que permitem o seu pagamento em quatro anos e meio.

Com o Município de Lisboa foi celebrado no final do ano um Contrato de Cessão de Créditos sobre o Acordo de Pagamentos celebrado em Maio de 2013, o que permitiu à Simtejo o recebimento antecipado do valor do acordo ainda em dívida, no total de 23,6 milhões de euros.

Em termos de dívida corrente, verifica-se uma deterioração face ao ano anterior, mais 10 milhões de euros de dívida, o que decorre, apesar do permanente acompanhamento dos valores em dívida, e dos contactos para estabelecimento de planos de recuperação dos valores vencidos, do acumular da dívida do Município de Lisboa.

Decorrente dos contactos efetuados, que permitiram a antecipação do recebimento do Acordo de Pagamentos celebrado em 2013 com o Município de Lisboa, encontra-se em negociação novo Acordo de Pagamentos com posterior celebração de Contrato de Cessão de Créditos, a efetivar no início de 2015.

Fornecedores

A melhoria da situação financeira da Simtejo permitiu à Empresa honrar os seus compromissos e pagar atempadamente aos seus credores. O aumento verificado nas contas a pagar (fornecedores e outros credores) face a 2013, apenas respeita a faturação corrente e não vencida associada às empreitadas em curso que aumentaram significativamente.

O prazo médio de recebimentos aumentou de 124 para 206 dias, circunstância justificada, como já referido, pelo acumular da dívida do Município de Lisboa, o maior cliente da Simtejo.

O prazo médio de pagamentos passou de 84 para 40 dias, situação devida à melhor situação financeira da Empresa.

	2011	2012	2013	2014
Prazo médio de recebimentos	199	373	124	206
Prazo médio de pagamentos	37	75	84	40

Com ressalva de alguns casos em que houve a necessidade de estabilizar a relação contratual com empreiteiros, a Simtejo procurou evitar a projeção exterior ao Grupo da pendência de pagamentos por prazos superiores ao adequado.

Financiamentos (dívida financeira)

Em 2014 foram amortizadas as linhas de financiamento de curto prazo junto da banca comercial no montante 5,6 milhões de euros.

Durante o ano de 2014, foram ainda amortizadas as prestações previstas do financiamento do Banco Europeu de Investimento no montante de 1,215 milhões de euros.

6. Atividade Operacional

6.1 Investimentos

6.1.1 Estudos e Projetos

Faz-se em seguida a discriminação dos estudos e projetos que durante o ano de 2014 estavam concluídos, em curso ou em concurso.

Subsistema de Alcântara

- Projeto de execução da remodelação do descarregador da Av. Infante Santo (Dcs5/6) (concluído);
- Projeto de execução da remodelação dos descarregadores da Rua Maria Pia e Triste Feia (concluído);
- Projeto de execução da remodelação dos descarregadores da Rua Prior do Crato (antes referida à Rua Vieira da Silva) (concluído);
- Projeto de execução da remodelação do descarregador da Rua Tenente Valadim (concluído);
- Projeto de execução da remodelação dos descarregadores do Cais Sodré (concluído);
- Revisão do projeto de execução dos descarregadores D16 e D17 da frente de drenagem Algés-Alcântara e avaliação hidráulica com simulação dinâmica da sua implementação (concluído);
- Projeto de execução da reparação do Caneiro-Parque Urbano da Quinta do José Pinto (concluído);
- Projeto de execução do Caneiro de Alcântara fase II-Obra D (concluído);
- Adaptação do projeto de execução da Praça do Império - Fase II (concluído);
- Projeto de execução dos coletores da margem direita do Caneiro de Alcântara (em curso);
- Projeto de execução dos coletores da margem esquerda do Caneiro de Alcântara (em curso);

Subsistema de Alverca

- Projeto de execução da Reabilitação do sistema elevatório da Póvoa de Santa Iria – Tamisagem (concluído);
- Projeto de execução da Estação Elevatória da Póvoa de Santa Iria e estudo do comportamento hidráulico do sistema (em curso)

Subsistema de Beirolas

- Projeto de execução da beneficiação da ETAR de Beirolas - Fase I (concluído);
- Projeto de execução Eficiência energética-Beirolas (Difusores) - Fase I (concluído);
- Controlo de controlo caudais pluviais Moscovide (concluído);
- Projeto de execução da reabilitação do Sistema de Espessamento de Lamas da ETAR de Beirolas (concluído);
- Projeto de execução do sistema de drenagem da bacia norte afluente à Estação Elevatória de Sacavém - Intercetores de Camarate, Apelação e Unhos (em curso);

Subsistema de Chelas

- Projeto de execução da Remodelação da Estação Elevatória 7 de Chelas (Calçada do Forte) (concluído)

Subsistema de Frielas

- Elaboração do plano de controlo de caudais pluviais no subsistema de Frielas – Fase I e Fase II (concluído);
- Projeto de execução da remodelação e otimização processual da ETAR de Frielas (concluído);
- Projeto de reabilitação do coletor de Frielas (concluído);
- Adaptação do projeto de execução do emissário de Montemor (concluído);


 2014

Subsistemas do Município de Mafra

- Emissário dos Salgados (concluído);
- Beneficiação da ETAR de Mafra-Fase I (concluído);
- Projeto de execução da Estação Elevatória da Arrifana (em curso).

Subsistema de Vila Franca de Xira

- Projeto de execução da Estação Elevatória do Bairro Atral-Cipan (em curso).

De âmbito geral

- Prestação de serviços de execução de servidões (em curso);
- Prestação de serviços de levantamentos topográficos (em curso);
- Prestação de serviços de consultoria, assessoria técnica e prospeção geológica – geotécnica (em curso);
- Monitorização ambiental dos meios recetores da SIMTEJO (em curso);
- Assessoria Técnica e Acompanhamento Arqueológico no Âmbito do Sistema de Saneamento Integrado dos Municípios do Tejo e Trancão – 2014-2016 (em curso).

6.1.2 Empreitadas

Faz-se em seguida a discriminação das empreitadas que durante o ano de 2014 estavam concluídas, em curso ou em concurso.

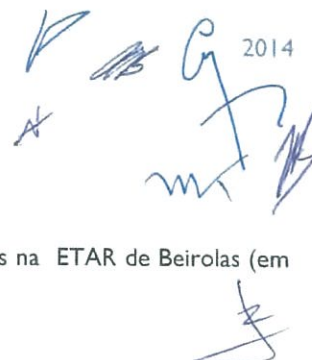
Subsistema de Alcântara

- Conceção/construção da adaptação e completamento da ETAR de Alcântara (concluído);
- Construção do emissário da Praça do Império e descarregadores e infraestruturas associadas das bacias de drenagem D3 a D9 (concluído);
- Execução de caminhos de vigilância e adaptação da cobertura da ETAR de Alcântara (concluído);
- Reparação do Caneiro de Alcântara - Braço de Sete Rios/Twin Towers (em curso);
- Fornecimento e montagem de sistema de aproveitamento de água subterrânea dos furos de captação para o reservatório da água de rega da ETAR de Alcântara (em curso);
- Benfeitorias nos sistemas elevatórios de Alcântara – fase I (em curso);
- Construção da duplicação da Ribeira da Falagueira (em curso);
- Reparação da Comporta Mural e Respetivo Sistema de Comando da Estação Elevatória das Agências (em curso);
- Controlo de caudais pluviais – Alfragide (em curso);
- Remodelação do descarregador da Av. Infante Santo (Dcs 5/6) (em curso);
- Beneficiação dos apoios da conduta elevatória da Estação Elevatória 2 de Alcântara (em curso);
- Remodelação dos descarregadores da Rua Maria Pia e Triste Feia (em curso);
- Remodelação dos descarregadores da Rua Prior do Crato (antes referida à Rua Vieira da Silva) (em curso);
- Beneficiação do sistema de desinfeção por UV da ETAR de Alcântara – Linha A (em concurso);
- Reparação do Caneiro-Parque Urbano da Quinta do José Pinto (em concurso);
- Construção do emissário da Praça do Império – 2ª fase (em concurso);
- Reabilitação do descarregador da Rua Tenente Valadim (Dcs7) (em concurso);

Subsistema de Alverca

- Reabilitação do sistema elevatório da Póvoa de Santa Iria-Conduto elevatória (concluído);
- Centro de supervisão da ETAR de Alverca (concluído);
- Telegestão dos sistemas elevatórios de Alverca (concluído);
- Selagem do furo FRI da ETAR de Alverca (concluído);
- Fornecimento e montagem de um tamisador para reabilitação do sistema elevatório da Póvoa de Santa Iria (em curso);
- Beneficiação da Estação Elevatória da Quinta das Drogas (em curso);

2014



Subsistema de Beirolas

- Fornecimento e Montagem de Grelha Mecânica para a ETAR de Beirolas (concluído);
- Reabilitação do sistema de espessamento da ETAR de Beirolas (em curso);
- Reparação de cobertura metálica na gradagem e substituição de tampas metálicas diversas na ETAR de Beirolas (em curso);
- Fornecimento e montagem de grupo de cogeração na ETAR de Beirolas (em concurso);
- Remodelação da desodorização da fase sólida da ETAR de Beirolas (em concurso);
- Fornecimento e montagem de grade mecânica na Obra de Entrada da ETAR de Beirolas (em concurso);

Subsistema de Chelas

- Fornecimento e montagem de sistema de difusão de ar do tipo “bolha fina” para as ETAR de Chelas e Frielas (concluído);
- Reparação de coberturas na ETAR de Chelas (em curso);
- Adaptação dos intercetores e emissários do subsistema de Chelas aos sistemas unitários-Fase I (em curso);
- Reabilitação do sistema de espessamento da ETAR de Chelas (em curso);
- Instalação de novos quadros elétricos nas Estação Elevatória 9 e Estação Elevatória II de Chelas (em curso);
- Reparação da instalação elétrica da cave do edifício de aquecimento de lamas da ETAR de Chelas (em concurso);
- Reabilitação dos filtros de areia da ETAR de Chelas-2 filtros (em preparação de concurso)

Subsistema de Frielas

- Remodelação do sistema de desinfecção da ETAR de Frielas (em fase de manutenção);
- Fornecimento e Montagem de agitadores para o tanque de equalização da ETAR de Frielas (concluído);
- Adaptação Estrutural do Tanque e Tubagens de Ligação aos Circuitos Hidráulicos Existentes no Reator Biológico 6 da ETAR de Frielas - Construção Civil (concluído);
- Conversão global do reator biológico 6 da ETAR de Frielas em reator Nereda TM (concluído);
- Automação da remodelação do reator biológico n.º 6 da ETAR de Frielas (concluído);
- Instalação elétrica da remodelação do reator biológico nº6 da ETAR de Frielas (concluído);
- Remodelação do sistema de alarmes das Estações Elevatórias da Ericeira e disponibilização para o Aquasafe dos dados das ETAR de S.J. da Talha e de Mafra e das Estações Elevatórias de Frielas (concluído);
- Fornecimento e montagem de sistema de difusão de ar do tipo “bolha fina” para as ETAR de Chelas e Frielas (concluído);
- Montagem de sistema de doseamento de cal nas lamas desidratadas da ETAR de Frielas e respetiva bombagem para os silos existentes (em curso);
- Sistema de doseamento de cal para as lamas desidratadas da ETAR de Frielas (em curso);
- Reparação e substituição de serralharias diversas na ETAR de Frielas (em curso);
- Reparação do intercetor de Frielas (em curso);
- Reparação da ponte raspadora do espessador de lamas da ETAR de Frielas (em curso);
- Controlo de Caudais Pluviais no Subsistema de Frielas-Fase I (em concurso);
- Controlo de Caudais Pluviais no Subsistema de Frielas – Fase II (em concurso);
- Conceção/construção de remodelação e otimização processual da ETAR de Frielas (em concurso);
- Manutenção preventiva de quadros de MT e disjuntores de BT da ETAR de Frielas (em concurso);

Subsistema de S. João da Talha

- Remodelação da iluminação exterior da ETAR de S. João da Talha (em curso);
- Empreitada de reparação dos purificadores de biogás das ETAR de São João da Talha e de Vila Franca de Xira (em curso)
- Fornecimento e montagem de grupo de cogeração para ETAR de S. João da Talha (em curso)
- Reabilitação do gasómetro da ETAR de São João da Talha (em concurso);
- Reparação das pontes raspadoras dos decantadores primários da ETAR de S. João da Talha (em curso)
- Remodelação de vários quadros elétricos na ETAR de S. João da Talha (em preparação de concurso)

Subsistema de Vila Franca de Xira

- Reparação dos purificadores de biogás das ETAR de São João da Talha e de Vila Franca de Xira (em curso);
- Reabilitação do Tanque de Lamas Mistas da ETAR de Vila Franca de Xira (em curso);
- Deslocalização de Selos Líquidos do circuito de biogás da ETAR de Vila Franca de Xira (em concurso).

Subsistema da Foz do Lizandro

- Acabamentos de Construção Civil na ETAR da Foz do Lizandro (concluído);
- Pavimentação da ETAR da Foz do Lizandro (concluído);
- Construção da estação elevatória da Carvoeira-Fase I (concluído);
- Construção dos emissários da Foz do Lizandro – fase I (concluído);
- Equipamentos e Instalações Elétricas da ETAR da Foz do Lizandro (em curso);
- Programação do SBR da ETAR da Foz do Lizandro (em curso).

Outros do Município de Mafra

- Beneficiação e ampliação dos subsistemas de Igreja Nova, Cheleiros e Encarnação (concluído);
- Construção da conduta elevatória da Estação Elevatória 2 de Alcainça (concluído);
- Telegestão das estações elevatórias da Ericeira (concluído);
- Fornecimento e montagem de um novo quadro elétrico na Estação Elevatória 4 da Ericeira (concluído);
- Ampliação e beneficiação do subsistema da Póvoa da Galega – fase I – descarregadores de tempestade (em curso);
- Conceção/Construção para a Remodelação da ETAR da Póvoa da Galega (em concurso);
- Construção da Estação Elevatória 2 de Alcainça (em curso);
- Remodelação do quadro elétrico da Estação Elevatória 4 da Ericeira (em concurso);
- Beneficiação dos descarregadores da Malveira (em curso);
- Beneficiação da obra de entrada da ETAR da Malveira (em curso);
- Fornecimento e montagem de grade mecânica na Obra de Entrada da ETAR da Malveira (em concurso);
- Construção do emissário de Salgados (em concurso);

SIMTEJO (Geral)

- Fornecimento e montagem dos Grupos de Emergência da Estação Elevatória 1 e Estação Elevatória 2 de Alcântara e da Estação Elevatória 9 da Ericeira (concluído);
- Reparações gerais de construção civil e pequenas intervenções na área da Simtejo – 2013/2014 (concluído);
- Beneficiação da Segurança nas Instalações dos Subsistemas de Alverca, Vila Franca de Xira, Mafra, Beirolos e Chelas(em curso);
- Beneficiação da Segurança nas Instalações dos Subsistemas de Frielas e São João da Talha (em curso);
- Reparações e pequenas intervenções em tubagens de sistemas intercetores - 2014/2015 (em curso);
- Reparações e pequenas intervenções de construção civil em ETAR e Estações Elevatórias - 2014/2015 (em curso);
- Reparações e Pequenas Intervenções em Tubagens de Sistemas Intercetores – 2015 (em concurso);
- Fornecimento de grupos eletrobomba para Estações Elevatórias dos Subsistemas de Alcântara, Beirolos e Mafra (em concurso)
- Fornecimento e montagem da instalação elétrica de comando e controlo da centrífuga Guinard D5L na linha 2 da sala de desidratação da ETAR de Frielas (em concurso);
- Reparações de tampas em várias Estações Elevatórias e ETAR (em preparação de concurso);
- Reparações de Serralharias várias em Estações Elevatórias e ETAR (em preparação de concurso);
- Reparações de Poços em várias Estações Elevatórias (em preparação de concurso);
- Reparações de Tanques em várias ETAR (em preparação de concurso)

6.2 Exploração

6.2.1 Análise Global e por Centro Operacional

Em termos globais, os resultados de serviços de exploração prestados pela Simtejo durante o ano de 2014 foram positivos, tendo-se tratado durante o ano um volume global ligeiramente superior a 135 milhões de metros cúbicos de águas residuais, o que representa um novo máximo histórico para a empresa.

Durante o ano de 2014 entrou em serviço, em janeiro, a estação elevatória de Valbom no subsistema da Foz do Lizandro, a bombear caudal para uma ETAR compacta operada pela BE Water e, em março, a estação elevatória de Vila Nova no subsistema de Igreja Nova, o que permitiu desativar a ETAR de Vila Nova. No final de 2014 o conjunto de infraestruturas operadas pela Simtejo incluía 28 ETAR, 80 estações elevatórias e 294 quilómetros de interceptores e condutas elevatórias.

Em 2014 foi registado um bom desempenho processual global, tendo-se registado melhorias na ETAR de Frielas fruto da entrada em serviço pleno da nova instalação de desinfecção. A ocorrência de descargas industriais indevidas, particularmente no subsistema de São João da Talha, continuou a ser a principal condicionante no que diz respeito à garantia de resultados nos sistemas.

Centro Operacional de Alcântara

A ETAR de Alcântara funcionou de forma satisfatória tendo-se concluído o período de testes da responsabilidade do empreiteiro.

A ETAR obteve resultados de tratamento globalmente adequados, sendo que foi necessária a utilização de reagentes no tratamento primário mesmo em tempo seco, resultado da entrada de maré no sistema interceptor com consequente intrusão salina. De referir que um dos principais pontos de entrada de maré no sistema, localizado na Praça do Império, foi eliminado no decorrer de empreitada, que eliminou, também, de forma definitiva, a perda de águas residuais não tratadas junto ao Padrão dos Descobrimentos em Belém.

De referir que no final do ano a ETAR passou a fornecer águas residuais tratadas à Câmara Municipal de Lisboa para utilização em trabalhos de higiene urbana.

Centro Operacional de Alverca

O subsistema de Alverca funcionou em 2014 de modo estável, com um adequado funcionamento de todas as suas infraestruturas. O desempenho da ETAR foi regular e positivo, mesmo tendo em consideração a complexidade das águas residuais a tratar, com forte componente industrial.

Mantiveram-se as diligências, em colaboração com os SMAS de Vila Franca de Xira, no sentido de se sistematizarem procedimentos e de se conhecerem as descargas de águas residuais industriais que, em algumas situações, podem afetar negativamente o tratamento biológico da ETAR, tendo-se efetivado mais algumas ligações de origem industrial.

Centro Operacional de Beirolas

O subsistema de Beirolas teve um bom desempenho, proporcionando um efluente final de excelente qualidade. O funcionamento dos sistemas decorreu de forma normal sem registo de ocorrências negativas.

Subsistema de Chelas

O subsistema de Chelas teve um bom desempenho, proporcionando um efluente final de excelente qualidade. O funcionamento dos sistemas decorreu de forma normal sendo de destacar o incidente na cogeração ocorrido em abril e que fez com que a ETAR estivesse com a digestão anaeróbia parada e sem produção de energia até final do ano.

De referir, pelo impacte que irá ter em termos de eficiência energética, a substituição integral dos difusores do arejamento de um dos reatores biológicos.

Handwritten notes and signatures in blue ink, including the year 2014 and initials.

Centro Operacional de Frielas (subsistemas de Frielas e Bucelas)

A ETAR de Frielas funcionou de forma regular, com um bom desempenho, sendo de destacar os bons resultados obtidos a nível da desinfeção final do efluente resultado do funcionamento estacionário do novo sistema de desinfeção por ultravioletas.

Em 2014 foi concluída, com sucesso, a conversão total de um dos reatores biológicos em Nereda™ (duas linhas), o que permitiu melhorar a fiabilidade dos resultados de tratamento da ETAR (com aumento da sua robustez processual).

De referir, pelo impacte que irá ter em termos de eficiência energética, a substituição integral dos difusores do arejamento de um dos reatores biológicos.

A ETAR de Bucelas manteve a sua fiabilidade e estabilidade processual bem como a qualidade da água tratada, sem registo de situações especiais.

Centro Operacional de São João da Talha

O Subsistema de São João da Talha funcionou com algumas dificuldades pontuais, influenciado negativamente pelas características inadequadas das águas residuais industriais afluentes ao sistema, mantendo a tendência registada em 2013. Continuaram os trabalhos de monitorização da rede de forma a poder antecipar os problemas anteriormente referenciados.

Os grupos de cogeração deixaram de funcionar em abril pelo que, até final do ano a ETAR não produziu energia a partir do biogás. Um novo grupo de cogeração entrará em serviço em janeiro de 2015.

Centro Operacional de Vila Franca de Xira (subsistemas do Município de Vila Franca de Xira com exceção do subsistema de Alverca)

A ETAR de Vila Franca de Xira manteve o desempenho do tratamento com índices de qualidade muito bons, garantindo o cumprimento sistemático dos parâmetros da licença de descarga.

A ETAR continuou a produzir eletricidade a partir do biogás da digestão anaeróbia, sendo esta eletricidade vendida à rede pública em regime de minigeração; os valores produzidos e vendidos aproximam-se do máximo permitido, ou seja, 50% da energia consumida na ETAR e adquirida pela instalação à rede elétrica exterior.

Os pequenos subsistemas do Centro Operacional de Vila Franca de Xira funcionaram de forma estabilizada, com excelentes resultados de tratamento.

Centro Operacional de Mafra (subsistemas do Município de Mafra)

As ETAR geridas pela Simtejo no Município de Mafra tiveram um funcionamento global satisfatório, continuando contudo a registar-se ocorrências de descargas de águas residuais industriais indevidas, com interferências nos desempenhos das ETAR do Barril, do Milharado, de Lagoa, da Encarnação e da Póvoa da Galega. A situação no Barril foi nitidamente melhorada, resultado do trabalho da Simtejo que conduziu à implementação de pré-tratamento na indústria responsável pelas anomalias e que permitiu estabilizar a qualidade do afluente.

A estação elevatória de Valbom no subsistema da Foz do Lizandro entrou em serviço em janeiro, bombeando, contudo, para ETAR compacta da BE Water pelo facto da ETAR da Foz do Lizandro se encontrar em construção. Em março foi desativada a ETAR de Vila Nova e colocada em serviço nova estação elevatória que bombeia para a ETAR de Igreja Nova.

6.2.2 Aspetos específicos

Caudais

A Simtejo tratou nas suas instalações, no ano de 2014, 135.132.699 m³ de águas residuais, o que corresponde a uma média diária de 370.227 m³ e representa um aumento de 10% face a 2013. Em 2014 registaram-se vários máximos históricos, designadamente o maior caudal mensal (15.023.097 m³/mês em janeiro) e o maior caudal médio diário (530.729 m³/dia em fevereiro). Tratando-se de um ano com precipitação superior à do ano anterior, o aumento de caudal ocorreu em praticamente todas as instalações, sendo de referir que os aumentos nas ETAR de maior dimensão foram da mesma ordem de grandeza do aumento global. No caso da ETAR de Cheleiros ocorreu uma redução significativa de caudal tendo em conta a correção de uma infraestrutura que deixava entrar água de uma linha de água, o mesmo acontecendo no caso das ETAR da Quinta de Coutada e de Cachoeiras onde ocorreram reduções importantes provocadas pela redução de problemas da rede em baixa que antes não tinham sido resolvidos pela respetiva entidade gestora (cada uma das ETAR trata cerca de 40 m³/dia).

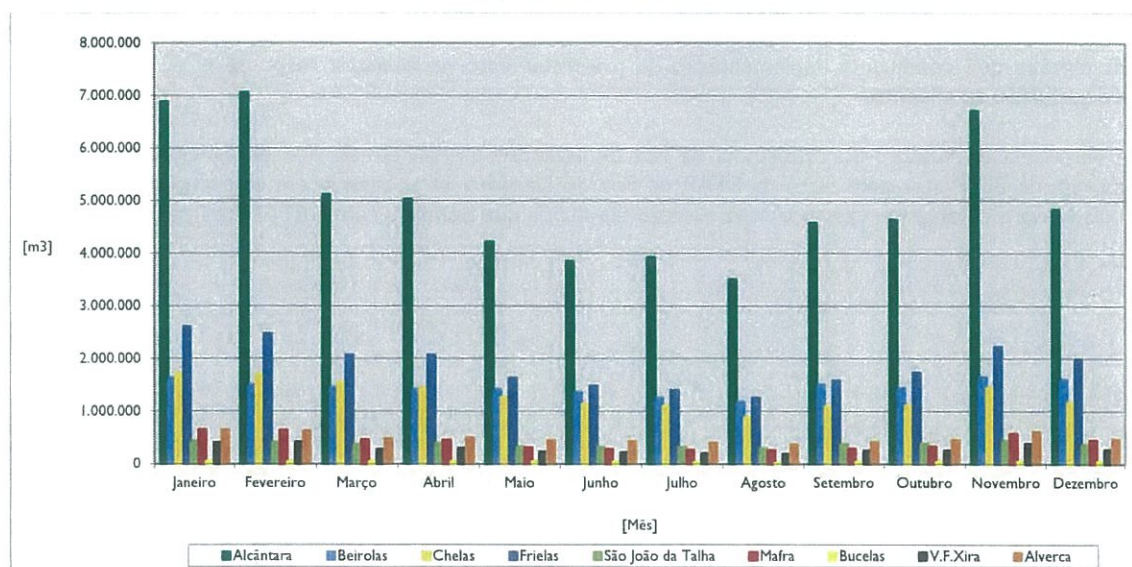
Caudais Afluentes (m³)

Mês	Alcântara	Beirolas	Chelas	Frielas	São João da Talha	Mafra (1)	Bucelas	V.F.Xira (2)	Alverca	Total
Janeiro	6.885.824	1.627.200	1.716.183	2.605.578	433.255	653.173	44.976	403.127	653.781	15.023.097
Fevereiro	7.058.793	1.497.710	1.695.085	2.472.325	407.917	639.263	40.392	414.787	634.130	14.860.402
Março	5.117.402	1.458.680	1.547.810	2.073.756	366.825	460.543	44.778	281.531	484.227	11.835.552
Abril	5.028.084	1.410.513	1.441.214	2.069.537	388.495	451.912	42.779	306.264	498.417	11.637.215
Maior	4.217.123	1.414.042	1.263.915	1.635.260	324.614	309.916	41.632	231.631	449.974	9.888.107
Junho	3.849.363	1.359.327	1.132.562	1.482.020	314.754	279.155	36.263	221.641	432.712	9.107.797
Julho	3.931.179	1.253.083	1.101.979	1.402.800	316.562	267.976	25.293	206.169	401.265	8.906.306
Agosto	3.505.817	1.177.188	889.476	1.250.400	289.479	265.250	20.508	194.665	373.572	7.966.355
Setembro	4.580.250	1.509.769	1.094.644	1.590.640	366.155	292.150	38.892	259.359	420.043	10.151.902
Outubro	4.639.948	1.434.379	1.113.390	1.739.820	385.347	331.938	44.578	263.654	461.177	10.414.231
Novembro	6.716.537	1.656.497	1.439.048	2.232.520	445.296	579.485	47.687	388.925	613.544	14.119.539
Dezembro	4.837.169	1.600.183	1.171.994	1.997.392	362.587	452.357	50.623	275.519	474.372	11.222.196
TOTAL	60.367.489	17.398.571	15.607.300	22.552.048	4.401.286	4.983.118	478.401	3.447.272	5.897.214	135.132.699

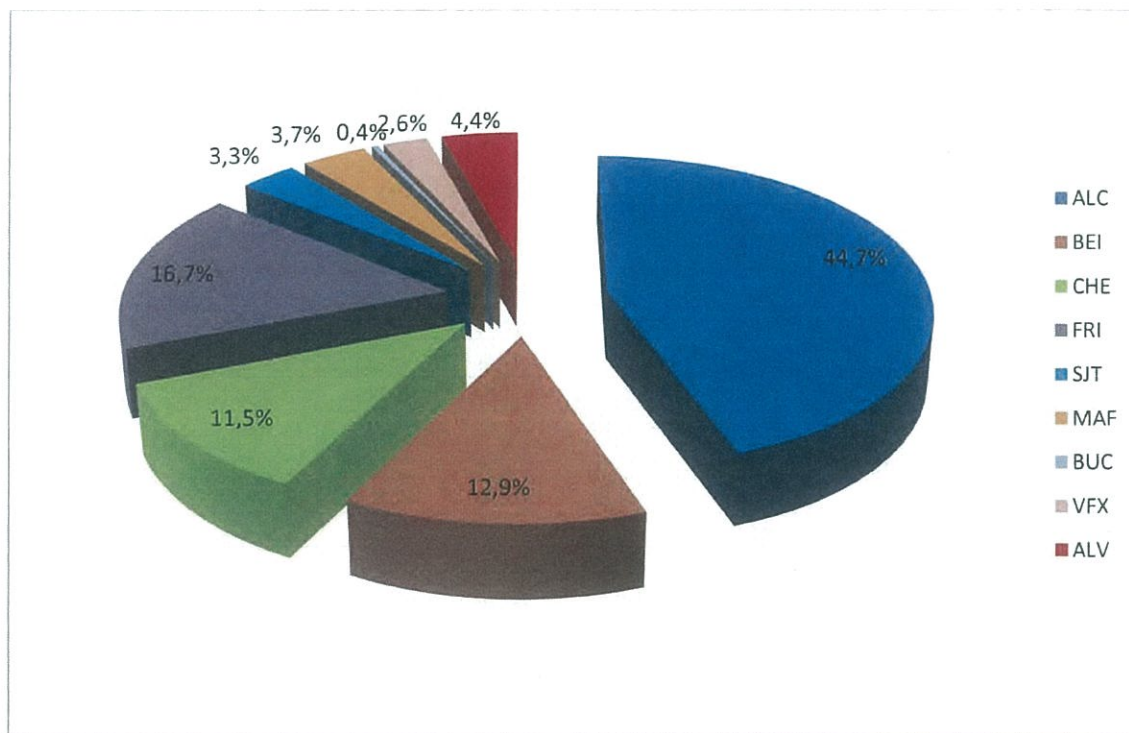
(1) Inclui todos os Subsistemas do Município de Maфра

(2) Inclui todos os Subsistemas do Município de Vila Franca de Xira com exceção do Subsistema de Alverca

Caudais Afluentes (m³)



Repartição de Caudais por Subsistema



Remoção de Areias e Gradados

No ano de 2014 foram removidas das águas residuais tratadas 3.456,1 toneladas de areias e 1.949,2 toneladas de gradados e gorduras, correspondendo, respetivamente, a variações de +21% e 0% face ao ano anterior. Em termos de areias, e no que diz respeito aos subsistemas com maiores produções em termos absolutos, ocorreram diminuições significativas em Alverca (-45,9%, para 57 ton), em Chelas (-11,7%, para 312 ton), em Frielas (-15,6%, para 438 ton), S. J. da Talha (-68%, para 68 ton) e V. F. Xira (-63,7%, para 29 ton), tendo ocorrido aumentos importantes em Alcântara (+56,6%, para 2.189 ton), Beirolas (+20,3%, para 250 ton), Ericeira (+103%, para 23 ton) e Malveira (+94,1%, para 59 ton). No que diz respeito aos gradados, e também no que diz respeito aos subsistemas com maiores produções em termos absolutos, registaram-se diminuições em Chelas (-8,3%, para 182 ton), Frielas (-3,4%, para 322 ton), S. J. da Talha (-17,9%, para 59 ton) e V. F. de Xira (-18,6%, para 66 ton), tendo ocorrido aumentos em Alcântara (+7,1%, para 720 ton) e Beirolas (+6,5%, para 302 ton), tendo-se mantido a produção estável em Alverca (197 ton). Em termos de remoção específica de areias, verifica-se que a ETAR de Alcântara é a que apresenta valores superiores. Na remoção específica de gradados, o valor mais alto continuou a ser registado na ETAR de Bucelas.

Quadro 3 – Remoção de resíduos (kg/m³)

	Alcântara	Beirolas	Chelas	Frielas	São João da Talha	Maфра (1)	Bucelas	Vila Franca Xira (2)	Alverca
Produção Específica de gradados (kg/m ³)	0,036	0,014	0,020	0,019	0,016	0,023	0,000	0,009	0,010
Produção Específica de areias (kg/m ³)	0,012	0,017	0,012	0,014	0,014	0,014	0,063	0,020	0,033

(1) Inclui todos os Subsistemas do Município de Maфра

(2) Inclui todos os Subsistemas do Município de Vila Franca de Xira, exceto o subsistema de Alverca

2014

[Handwritten signature]

Remoção de lamas

A produção de lamas atingiu em 2014 as 93.181 toneladas, o que representa um aumento de 6,1% face aos valores de 2013, mantendo-se Alcântara como o principal produtor com 51% do total, seguido de Frielas com 12,6%. Nas ETAR de maior dimensão, é de destacar o aumento de produção de 13,4% em Frielas, de 6,7% em Alcântara, de 5,9% em Beirolas e de 18,3% em S. J. da Talha e V. F. de Xira. Em Chelas ocorreu uma redução de 5,7%, tendo-se mantido Alverca nos valores do ano anterior. *[Handwritten signature]*

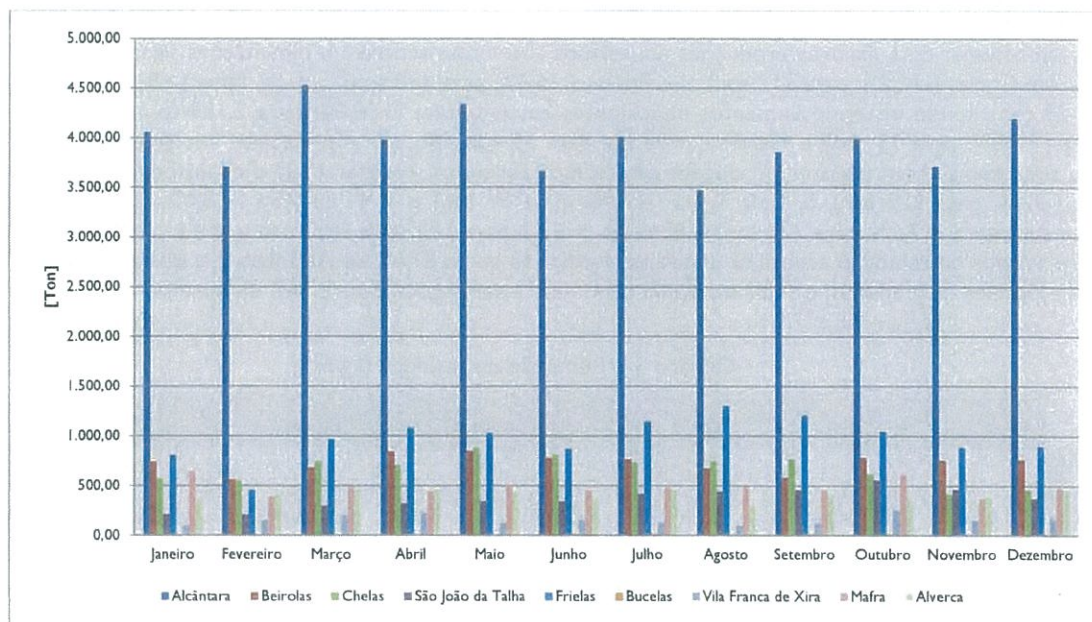
Quadro 4 – Remoção de Lamas

Ton	Alcântara	Beirolas	Chelas	Frielas	São João da Talha	Mafra (1)	Bucelas	Vila Franca de Xira (2)	Alverca	Total
Janeiro	4.058,44	742,78	566,60	809,08	213,44	641,15	0,00	99,72	371,08	7.502,3
Fevereiro	3.708,14	562,44	548,80	459,82	207,84	391,17	0,00	154,14	410,86	6.443,2
Março	4.533,12	682,80	743,62	965,18	296,48	484,06	0,00	199,03	450,80	8.355,1
Abril	3.980,66	845,20	704,08	1.085,90	322,26	443,62	0,00	225,74	465,24	8.072,7
Maió	4.341,92	851,92	879,10	1.032,96	343,60	504,58	0,00	129,67	427,64	8.511,4
Junho	3.666,54	781,36	810,82	871,88	342,90	452,39	17,91	156,03	380,52	7.480,4
Julho	4.013,88	766,54	736,72	1.151,22	417,50	482,54	17,91	127,81	452,38	8.166,5
Agosto	3.471,66	675,76	744,28	1.306,26	443,46	490,55	11,94	103,75	296,88	7.544,5
Setembro	3.858,78	583,48	768,96	1.209,64	458,86	461,83	17,91	125,35	400,08	7.884,9
Outubro	3.991,08	783,10	618,56	1.048,17	559,76	614,97	17,91	254,14	386,44	8.274,1
Novembro	3.711,88	754,86	413,86	883,56	462,50	370,53	0,00	152,38	388,00	7.137,6
Dezembro	4.194,60	763,26	459,06	893,58	370,44	477,15	17,91	174,79	457,58	7.808,4
Total	47.530,7	8.793,5	7.994,5	11.717,3	4.439,0	5.814,5	101,5	1.902,5	4.887,5	93.181,0

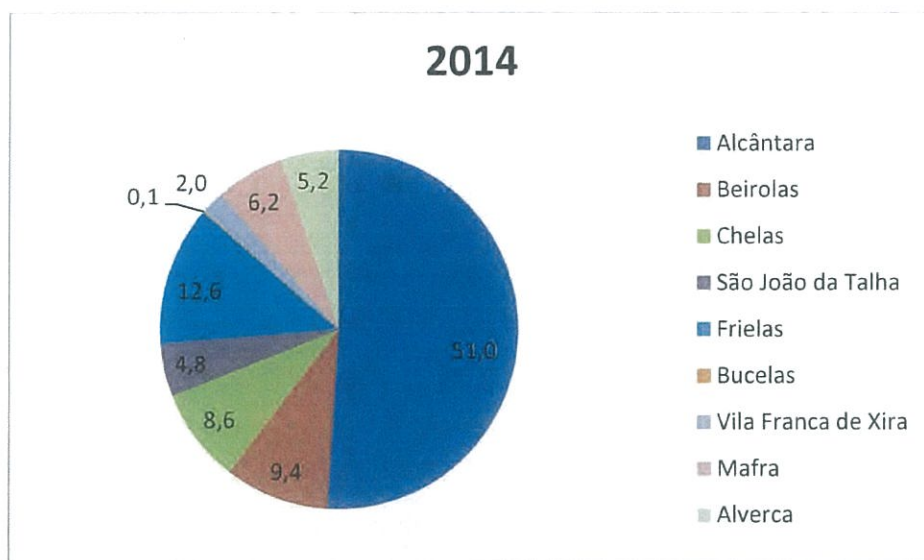
(1) Inclui todos os Subsistemas do Município de Maíra

(2) Inclui todos os Subsistemas do Município de Vila Franca de Xira exceto o Subsistema de Alverca

Remoção de Lamas (Ton)



Repartição da Produção de Lamas


Energia

Em 2014 consumiram-se cerca de 56,6 milhões de kWh, o que traduz num aumento de 3,4% face a 2013. A este aumento de consumo correspondeu um aumento de 1% do custo. Nos sistemas com maiores consumos, e apesar do aumento generalizado de caudal, verificaram-se apenas aumentos em Alcântara (8,2%), Alverca (4,4%) e Frielas (2,2%). Os aumentos de energia em Alcântara e Frielas resultaram de forma muito importante (cerca de 50% em Alcântara e mais do dobro em Frielas, dos valores do aumento registado) da entrada em serviço de novos sistemas de ventilação e desodorização. É de destacar o baixo custo específico do kWh em Vila Franca de Xira, fruto da receita originada pela venda de energia em regime de minigeração.

Energia Consumida (kWh)

kWh	Alcântara	Beirolas	Chelas	Frielas	São João da Talha	Mafra (1)	Bucelas	Vila Franca de Xira (2)	Alverca	Total
Janeiro	1.940.760	504.994	519.597	738.984	270.055	353.869	25.151	164.587	310.399	4.828.396
Fevereiro	2.045.151	457.362	461.005	802.034	250.940	318.945	22.041	152.239	289.055	4.798.772
Março	2.000.473	508.018	499.415	867.523	274.063	270.185	24.823	148.788	296.256	4.889.544
Abril	1.984.979	493.367	467.149	852.590	265.681	291.394	24.971	143.309	298.519	4.821.959
Maior	1.835.425	504.362	482.753	825.490	251.626	262.434	24.327	134.272	305.826	4.626.515
Junho	1.874.236	480.731	429.210	932.272	252.774	261.690	24.945	126.661	317.357	4.699.876
Julho	1.885.318	525.801	499.918	885.267	278.268	271.145	25.387	129.116	300.140	4.800.360
Agosto	1.799.461	462.414	466.842	861.920	284.687	277.308	22.659	119.687	297.504	4.592.482
Setembro	1.883.061	465.742	446.155	827.968	289.065	265.336	24.953	128.472	304.781	4.635.533
Outubro	1.955.076	528.947	413.547	768.419	288.459	278.240	24.200	108.989	317.686	4.395.104
Novembro	2.071.069	433.245	418.551	754.155	265.673	326.502	26.597	151.398	307.353	4.754.543
Dezembro	1.986.367	527.804	446.609	791.168	265.145	271.989	27.899	150.719	307.926	4.775.626
Total	23.261.376	5.892.787	5.550.751	9.907.789	3.236.436	3.449.037	297.953	1.658.237	3.652.802	56.618.709
kWh/m ³	0,385	0,339	0,356	0,439	0,735	0,692	0,623	0,481	0,619	0,419

Energia Consumida nos Subsistemas, incluindo os consumos registados nas Estações Elevatórias; entende-se por Energia Consumida a soma da Energia Adquirida à Rede Elétrica com a Energia Produzida nas instalações de Cogeração e autoconsumida (existentes em Beirolas, Chelas, Frielas, S. J. da Talha e V. F. de Xira)

(1) Inclui todos os Subsistemas do Município de Maфра

(2) Inclui todos os Subsistemas do Município de Vila Franca de Xira exceto o Subsistema de Alverca

2014
 P
 G
 WX
 2014

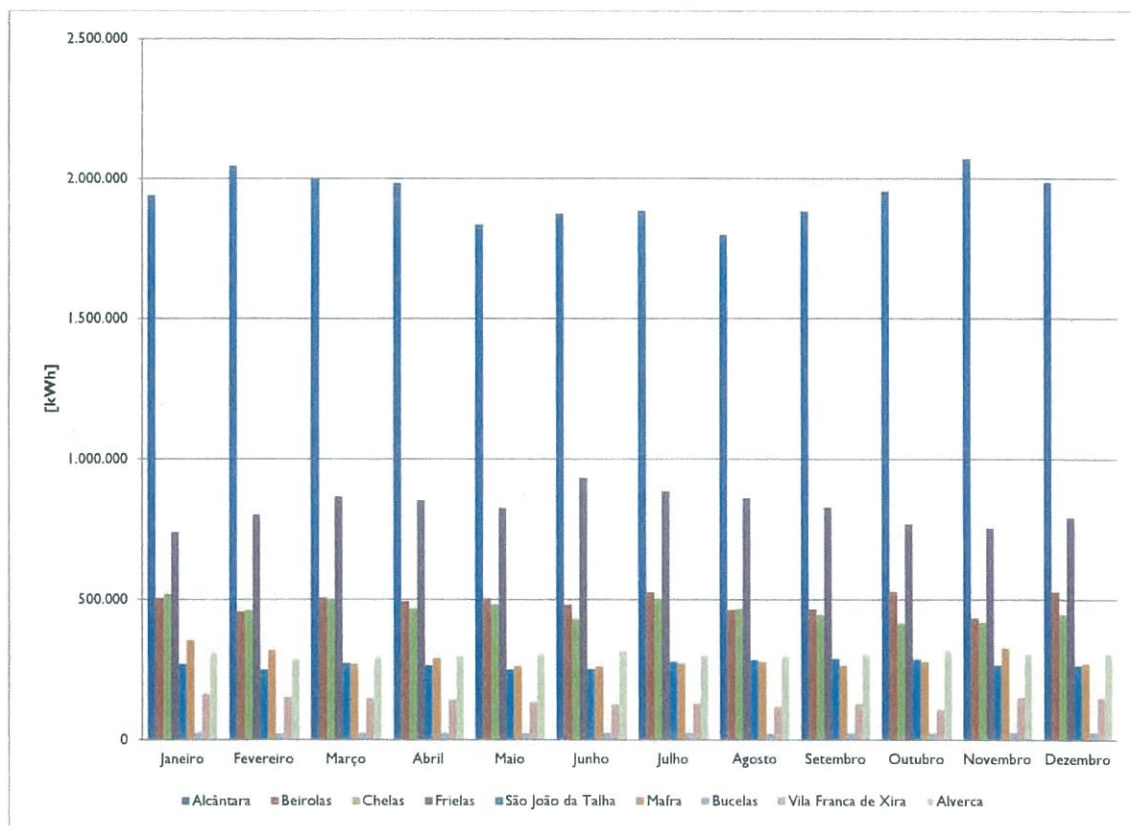
Custo da Energia Consumida (euro)

€	Alcântara	Beirolas	Chelas	Frielas	São João da Talha	Mafra (1)	Bucelas	Vila Franca de Xira (2)	Alverca	Total
Janeiro	192.212,28	38.302,10	45.044,60	69.027,57	18.547,50	43.705,70	2.453,97	11.181,06	30.639	451.113,64
Fevereiro	200.470,91	36.176,02	41.559,75	69.861,05	17.684,65	39.467,05	2.155,40	10.965,47	28.547	446.887,34
Março	198.063,98	36.068,82	41.338,40	60.715,22	17.956,72	33.503,87	2.411,40	9.450,90	29.359	428.867,96
Abril	194.788,30	35.578,54	37.576,80	61.612,75	21.114,16	35.852,84	2.393,27	8.496,95	28.836	426.249,98
Maio	182.835,31	36.328,53	44.436,04	55.365,22	23.307,28	32.390,66	2.346,76	8.186,32	29.989	415.185,35
Junho	181.356,66	33.858,18	40.427,18	65.712,17	22.933,74	31.787,20	2.387,59	7.735,67	30.723	416.921,43
Julho	187.412,25	37.097,27	48.469,85	65.940,98	25.887,57	33.099,53	2.469,36	8.897,36	29.680	438.953,86
Agosto	177.263,64	31.481,72	42.904,16	56.367,84	26.256,89	34.301,88	2.205,34	8.840,15	29.184	408.805,66
Setembro	187.488,28	33.525,17	42.167,55	56.266,10	27.152,02	32.515,21	2.425,96	9.451,10	29.999	420.990,33
Outubro	191.679,13	38.351,53	39.150,21	54.763,06	27.081,70	33.714,43	2.344,92	10.562,14	30.142	427.789,23
Novembro	198.973,80	19.996,20	39.483,52	54.633,73	24.279,98	38.596,57	2.477,00	9.453,87	30.260	418.154,28
Dezembro	187.267,13	24.930,46	41.621,26	60.276,70	24.240,00	32.621,42	2.573,94	8.587,71	29.315	411.433,25
Total	2.279.811,60	401.394,53	504.179,32	730.542,41	276.442,22	421.336,37	28.644,91	111.808,71	356.672,20	5.111.352,31
Euro/kWh	0,0980	0,0682	0,0908	0,0737	0,0854	0,1222	0,0961	0,0674	0,0976	0,0898

Notas: Energia Consumida nos Subsistemas, incluindo os consumos registados nas Estações Elevatórias; entende-se por Energia Consumida a soma da Energia Adquirida à Rede Elétrica com a Energia Produzida nas instalações de Cogeração e autoconsumida (existentes em Beirolas, Chelas, Frielas, S. J. da Talha e V. F. de Xira). Ao custo da energia adquirida em V. F. de Xira é descontado o valor (proveito) da energia vendida no regime de minigeração.

- (1) Inclui todos os Subsistemas do Município de Mafra
- (2) Inclui todos os Subsistemas do Município de Vila Franca de Xira exceto o Subsistema de Alverca

Energia Consumida (kWh)



363
2014
Handwritten signatures and initials

Energia Produzida internamente e respetiva Taxa de Cobertura

Energia	Beirolas		Chelas		Frielas		S.J.Talha		V. F. Xira		
	Produção	Cobertura	Produção	Cobertura	Produção	Cobertura	Produção	Cobertura	Produção (autoconsumo)	Produção (venda)	Cobertura
Produzida	(kWh)	(%)	(kWh)	(%)	(kWh)	(%)	(kWh)	(%)	(kWh)	(kWh)	(%)
Janeiro	139.381	27,6	57.360	11,0	34.045	4,6	72.204	26,7	3.525	41.317	28,7%
Fevereiro	119.340	26,1	33.720	7,3	81.734	10,2	61.667	24,6	2.738	36.003	26,6%
Março	169.520	33,4	58.577	11,7	234.815	27,1	80.579	29,4	3.364	43.148	32,6%
Abril	160.250	32,5	57.360	12,3	199.390	23,4	35.188	13,2	3.549	44.494	35,1%
Maior	158.020	31,3	0	0,0	248.169	30,1	0	0,0	3.262	41.721	35,2%
Junho	157.590	32,8	0	0,0	229.146	24,6	0	0,0	3.006	37.838	33,7%
Julho	160.400	30,5	0	0,0	196.924	22,2	0	0,0	2.701	32.315	28,4%
Agosto	155.120	33,5	0	0,0	262.412	30,4	0	0,0	2.143	27.693	26,2%
Setembro	151.550	32,5	0	0,0	245.701	29,7	0	0,0	2.345	29.831	26,3%
Outubro	159.080	30,1	0	0,0	205.685	26,8	0	0,0	2.676	33.323	35,1%
Novembro	140.210	32,4	0	0,0	184.406	24,5	0	0,0	2.723	33.796	25,3%
Dezembro	169.630	32,1	0	0,0	146.496	18,5	0	0,0	3.208	39.203	29,5%
TOTAL	1.840.091	31,2%	207.017	3,7%	2.268.922	22,9%	249.638	7,7%	35.240	440.682	27,9%

Nota: taxa de cobertura calculada em relação ao consumo de energia do subsistema não apenas da ETAR.

No ano de 2014 registou-se uma redução de 21,1% da energia produzida, num total de 5.041.590 kWh. Esta redução deveu-se, essencialmente, aos problemas ocorridos em Chelas e São João da Talha que fizeram com a produção naquelas duas ETAR tivesse sido suspensa durante o mês de abril e até final do ano. A produção em Frielas aumentou tendo diminuído em Vila Franca de Xira e, muito ligeiramente, em Beirolos.

Reagentes

Em termos globais, verificou-se em 2014 um aumento de 10,6% nos custos com reagentes, motivado, essencialmente, pelo aumento significativo dos consumos na ETAR de Alcântara, que originaram aumentos de custo de 19,1%; este aumento (superior em termos nominais ao aumento global anual da Simtejo – 206 mil euros face a 185 mil euros) aconteceu no tratamento primário da ETAR devido à afluência de cloretos no afluente, que impôs o recurso frequente à adição de cloreto férrico e floculante. Em Beirolos, Chelas e São João da Talha registaram-se reduções de, respetivamente, 6,8%, 22,9% e 20,9%, ao passo que em Frielas, Vila Franca de Xira e Alverca foram registados aumentos de, respetivamente, 13,6%, 15% e 8,6%.

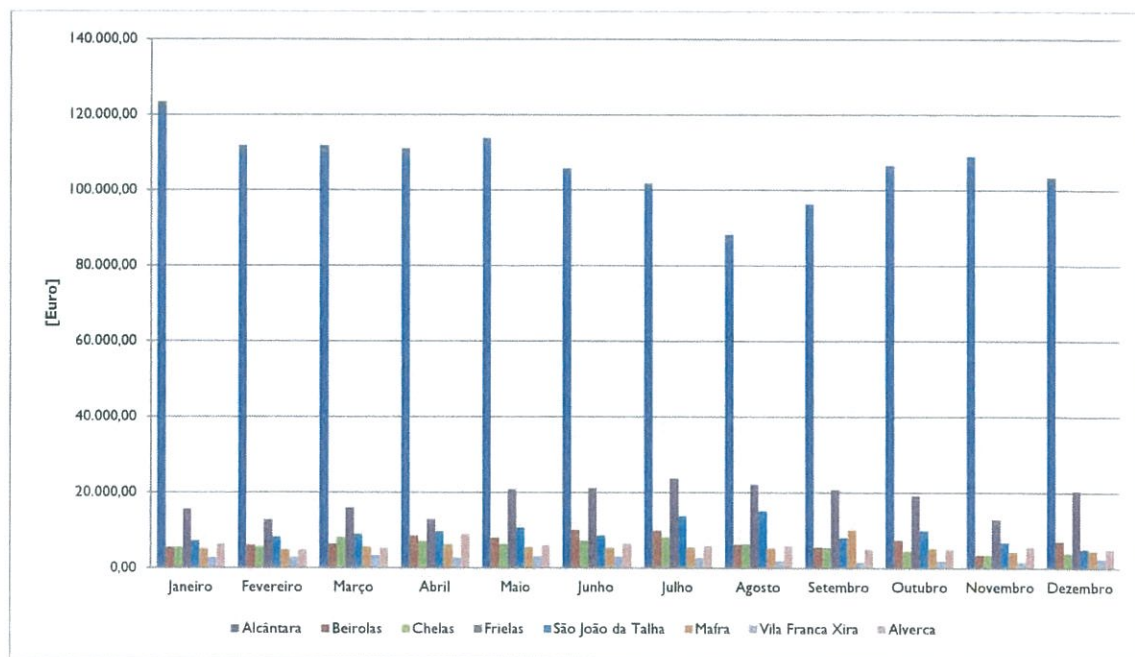
2014

Custo de reagentes (euro)

Euro	Alcântara	Beirolas	Chelas	Frielas	São João da Talha	Mafra (1)	Bucelas	Vila Franca Xira (2)	Alverca	Total
Janeiro	123.371,66	5.445,76	5.493,67	15.632,51	7.252,41	5.130,63	0,00	2.805,18	6.418,94	171.550,77
Fevereiro	111.793,42	6.106,17	5.584,01	12.765,21	8.122,53	4.845,55	0,00	2.781,28	4.865,91	156.864,08
Março	111.823,29	6.384,06	8.039,72	15.953,79	8.933,60	5.598,98	0,00	3.442,26	5.235,41	165.411,11
Abril	111.024,20	8.566,06	7.079,20	12.903,32	9.745,40	6.222,57	0,00	2.693,34	8.932,93	167.167,03
Maio	113.822,33	8.004,03	6.338,54	20.796,79	10.677,93	5.485,23	0,00	3.075,10	5.982,01	174.181,96
Junho	105.775,49	10.130,53	7.254,84	21.172,58	8.610,33	5.314,84	70,31	3.027,07	6.511,24	167.867,24
Julho	101.770,54	9.932,29	8.190,60	23.737,67	13.772,97	5.518,94	0,00	2.723,35	5.935,06	171.581,43
Agosto	88.284,52	6.260,00	6.355,33	22.135,75	15.130,64	5.283,19	51,34	1.972,78	5.938,78	151.412,33
Setembro	96.261,18	5.558,27	5.449,77	20.769,09	8.081,46	10.116,91	75,50	1.551,25	5.048,91	152.912,35
Outubro	106.517,02	7.390,74	4.541,66	19.207,26	9.907,10	5.181,97	78,52	1.961,56	4.999,06	159.784,88
Novembro	109.017,29	3.535,15	3.466,92	12.895,30	6.816,20	4.343,61	0,00	1.724,04	5.714,66	147.513,17
Dezembro	103.376,10	7.092,87	3.950,78	20.477,87	4.999,70	4.591,62	75,50	2.452,56	5.112,21	152.129,21
Total	1.282.837,05	84.405,94	71.745,04	218.447,14	112.050,27	67.634,05	351,17	30.209,77	70.695,13	1.938.375,55

- (1) Inclui todos os Subsistemas do Município de Maфра
 (2) Inclui todos os Subsistemas do Município de Vila Franca de Xira exceto o Subsistema de Alverca

Custo de reagentes (euro)



334
2014

Água Potável

No ano de 2014 manteve-se a tendência de 2013, tendo-se registado nova diminuição (2%) no consumo global no de água potável, a que correspondeu uma diminuição com custos em cerca de 5,4%. As reduções mais significativas em termos de volume ocorreram nos subsistemas de Alcântara (-2.585 m³; -4%) e V. F. Xira (-1.965 m³; -37%), e em termos percentuais (nos subsistemas de maiores consumos), em S. J. da Talha (-22%) e Alverca (-12%). Em sentido contrário foram registados aumentos importantes em Frielas (+2.614 m³; 24%), Ericeira (+444 m³; +41%) e Chelas (+521 m³; +27%).

Custo de água potável (euro)

Mês	Alcântara	Beirolas	Chelas	Frielas	São João da Talha	Mafra (1)	Bucelas	Vila Franca de Xira (2)	Alverca	Total
Janeiro	12.027,96	672,32	1.285,78	3.045,74	190,50	2.558,22	24,27	1.296,65	1.177,39	22.278,83
Fevereiro	11.143,71	852,34	1.066,53	2.628,48	175,28	2.127,41	23,92	1.393,16	1.147,04	20.557,87
Março	12.343,15	1.029,09	964,49	3.813,69	219,37	2.004,51	29,54	1.262,19	1.263,61	22.929,64
Abril	11.853,63	853,71	980,87	4.522,01	200,39	1.926,79	30,59	1.248,42	1.244,81	22.861,22
Maio	12.889,83	860,48	827,16	5.080,22	209,75	2.083,73	24,27	1.275,99	1.287,38	24.538,80
Junho	11.518,14	771,64	802,59	5.357,39	197,19	2.110,83	25,32	1.165,69	1.481,24	23.430,03
Julho	12.800,19	604,20	950,95	11.461,41	190,50	2.326,89	26,03	1.110,54	1.490,90	30.961,62
Agosto	12.758,20	648,17	844,58	6.707,60	193,71	2.725,18	27,78	1.258,75	502,53	25.666,50
Setembro	13.563,29	747,70	1.405,22	5.315,59	165,12	2.735,14	25,32	1.162,26	1.468,05	26.587,69
Outubro	14.320,46	625,65	1.038,58	5.956,99	187,30	1.995,35	24,27	1.162,24	1.823,14	27.133,98
Novembro	12.361,96	698,50	1.145,83	6.361,25	184,36	1.503,10	27,07	1.204,01	1.473,46	24.959,54
Dezembro	12.865,25	629,20	1.181,00	5.365,63	203,33	1.557,27	24,17	1.290,13	1.244,73	24.360,71
Total	150445,76	8993,00	12493,58	65616,00	2316,80	25654,42	312,55	14830,03	15604,28	296266,42

Inclui os consumos da ETAR e das EE de cada subsistema

(1) Inclui todos os Subsistemas do Município de Mafra

(2) Inclui todos os Subsistemas do Município de Vila Franca de Xira exceto o subsistema de Alverca

Resultados analíticos

Os resultados globais de tratamento foram positivos, tendo-se atingido 99,5% de população servida com tratamento satisfatório (indicador ERSAR).

6.3 Manutenção

Durante o ano de 2014, realizaram-se intervenções de manutenção preventiva, corretiva e curativa. No âmbito da manutenção preventiva executaram-se os planos de inspeções e de lubrificações previamente definidos. No âmbito das intervenções de manutenção corretiva e curativa efetuaram-se levantamentos e verificações com vista à renovação e beneficiação de equipamentos e instalações antigas e obsoletas.

Também durante o ano de 2014 se procedeu à renovação da autorização de funcionamento de diversos Equipamentos sob Pressão.

Ainda durante o ano de 2014 procedeu-se à inventariação patrimonial dos ativos existentes. Esta inventariação irá ainda prolongar-se durante o 1º semestre de 2015.

Das reparações e substituições de equipamentos efetuadas destacam-se as seguintes:

Subsistema de Alcântara:

- Substituição de eletrobomba da biofiltração da ETAR
- Reparação da centrífuga G2-115 TAG 211 da ETAR
- Substituição da chumaceira de um parafuso de Arquimedes da ETAR

Subsistema de Beirolas

- Substituição de uma grade mecânica da ETAR
- Revisão dos aparelhos de elevação do subsistema de Beirolas
- Reparação de um parafuso de Arquimedes da elevação inicial
- Revisão dos compressores de ar de processo
- Substituição de eletrobomba na EE13
- Instalação de nova unidade de tratamento de ar novo no Laboratório

Subsistema de Chelas

- Revisão dos aparelhos de elevação do subsistema de Chelas

Subsistema de S. João da Talha

- Reparação de 2 Agitadores do tanque de equalização da ETAR
- Reparação do purificador de biogás da ETAR
- Instalação de novo grupo de cogeração na ETAR

Subsistema da Ericeira

- Automação da extração de lamas primárias da ETAR da Ericeira

Subsistema de Frielas

- Reparação da ponte raspadora de um espessador da ETAR de Frielas

Subsistema de Vila Franca de Xira

- Substituição de eletrobomba na EE de Povos

6.4 Laboratórios

Durante o ano de 2014 foram recebidas 11.371 amostras, das quais 741 foram extra plano, tendo sido realizados no total cerca de 45 017 ensaios, nas duas Unidades Laboratoriais.

O trabalho efetuado, foi desenvolvido no âmbito do cumprimento dos planos analíticos pré-estabelecidos com a Direção de Operação e das solicitações extra, decorrentes da monitorização de descargas atípicas ou da otimização do controlo de processo, sempre que são detetadas situações anómalas nos Centros Operacionais e ainda campanhas de caracterização resultantes de necessidades específicas de funcionamento solicitadas quer pelas diversas áreas, desde ao I&D até à área de Projeto e Obra.

Assume especial relevância o trabalho efetuado em colaboração com a área de I&D nos diversos projetos, designadamente SW4E, Programas de análise para a calibração das diversas sondas em contínuo, e a campanha intensiva de caracterização da ETAR de Alcântara.

São exemplo de trabalhos extra a partir dos centros operacionais a fase final das campanhas do projeto Trust em Beirolas e da avaliação da eficiência da desinfecção da ETAR de Frielas, a monitorização de descargas de fossas sépticas, no Centro Operacional de Mafra e a descarga de efluentes industriais no Centro Operacional de Alverca.

Foram assegurados os trabalhos de caracterização analítica para águas naturais, ao nível dos meios recetores, para as três ETAR cuja título de utilização dos recursos hídricos inclui esta obrigação.

Deu-se continuidade, para o Cliente interno e Administração, ao sistema/procedimento de controlo e emissão de alertas relativos aos valores limite de emissão, associados aos requisitos de qualidade da água tratada, impostos pelos títulos de utilização de recursos hídricos.

Os indicadores de desempenho do laboratório registaram elevados índices mantendo a taxa média de 98,9% de cumprimento para o prazo de execução (TR), com um valor médio <1 dia, nos 1,1 %, de situações de prazo não cumprido e uma taxa de resultados provisórios confirmados (RPM) de 98,0%. Indicadores aferidos a partir da disponibilização dos dados na plataforma IN-LABLims.

No mês de Outubro o laboratório através da área de I&D, integrou, a convite LNEC, a preparação da candidatura a um projeto europeu no âmbito do controlo e tratamento de poluentes emergentes de natureza farmacológica: Projeto "LiFE Impetus - Improving current barriers for controlling pharmaceutical compounds in urban wastewater treatment plants", integrando o grupo de participantes constituído por Águas do Algarve, EHS, EPAL, FCUL, FFUL, SIMTEJO, UAIG.

Foram concluídos os trabalhos no âmbito da colaboração em projetos de doutoramento e mestrado a decorrerem na EPAL e na Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra.

Foram assegurados no âmbito do Grupo de Trabalho para o estudo da Microbiologia das Águas Residuais Hospitalares (CML, DGS, Laboratório do IST, ARSLVT e Hospital Egas Moniz), as duas campanhas de amostragem e programa de analítico associado à caracterização microbiológica das águas residuais de oito hospitais do Município de Lisboa e respetivas ETAR recetoras. Os ensaios foram assegurados pelos Laboratórios da Simtejo, IST e INSA, com o apoio e gestão de amostragem da CML. Este grupo tem como objetivo caracterizar a qualidade microbiológica das águas residuais hospitalares drenadas no município de Lisboa com o vista a decidir parâmetros e níveis de qualidade a prever nas licenças de descarga na rede de drenagem das unidades hospitalares.

O Laboratório foi convidado a integrar o Grupo de Trabalho GT3-Amostragem, da Comissão Sectorial da Qualidade da Água da Relacre, bem como o Grupo de Trabalho CT05 – Metrologia Química, no âmbito da Comissão Técnica RELACRE CTR 04 - METROLOGIA

Foi dada continuidade ao programa de manutenção periódica preventiva dos equipamentos de amostragem aos mesmos e apoio à resolução de avarias, com especial incidência para o trabalho realizado na ETAR de Alcântara.

Foi mantida a acreditação do Laboratório para 23 ensaios na Unidade de Beirolas e 28 ensaios na unidade de Frielas, tendo sido emitido anexo técnico correspondente a 16-12-2014. No âmbito deste ciclo de auditoria foi assegurada a extensão da acreditação para os parâmetros matéria orgânica em lamas (unidade de Beirolas e Frielas), pH em lamas (unidade de Beirolas), como método normativo, de acordo com o imposto no DL 276/2009, possibilitando assim a emissão de resultados para efeitos de avaliação da conformidade legal.

O Laboratório participou ainda em ensaios Interlaboratoriais para todo o âmbito da acreditação, promovidos pelas entidades IELAB e LGC, nos circuitos QWAS e QM (Aquachek) e Relacre tendo o desempenho sido globalmente satisfatório.

O Laboratório manteve-se, durante o ano 2014, integrado como área complementar ou de suporte, no âmbito do processo de Certificação em Qualidade Ambiente e Segurança.

Foi mantido o regime de subcontratação de ensaios, sendo esta efetuada maioritariamente, para efeitos de avaliação da conformidade legal em Lamas, seguido do controlo de processo e controlo de qualidade do biogás. Verificou-se um aumento de 2% no número de amostras em relação ao ano anterior e de 4,9% no total de ensaios.

6.5 Qualidade e Responsabilidade Social

Renovada em 2012 a Certificação do seu sistema integrado da Qualidade (NP EN ISO 9001), Ambiente (NP EN ISO 14001) e Segurança (OHSAS 18001), em 2014 a Simtejo obteve na 2ª Auditoria de Acompanhamento um resultado que permitiu a manutenção da mesma nos 21 subsistemas do seu âmbito.

Com os resultados já obtidos, a receção provisória integral da ETAR de Alcântara efetuada, bem como um conjunto de intervenções muito relevantes na ETAR de Frielas, ficaram criadas as condições para ser requerida a extensão da Certificação para estes dois subsistemas, ficando assim a Simtejo com 23 Sistemas Certificados.

6.6 Comunicação e Educação Ambiental

Em 2014, a estratégia de atuação refletiu-se no seu Plano de Atividades, ao nível interno e externo, onde se pretendeu traduzir e divulgar a missão da Simtejo, desenvolvendo o seu espírito de Grupo e de corpo empresarial. Neste contexto, promoveu-se a evolução quantitativa e qualitativa da Empresa, assim como os seus resultados e as ações que protagoniza. No âmbito da sua responsabilidade social e ambiental, o foco foi centrado no desenvolvimento de atividades de promoção da saúde e de bem-estar e educação ambiental. Para cumprir estes objetivos realizaram-se várias atividades, em que se destacam:

Programa “Ama a Água” 2014/2015

A Simtejo deu continuidade ao Programa Educativo “Ama a Água, em parceria com os Municípios acionistas SIMTEJO, desenvolvendo novos materiais pedagógicos. As escolas já aderentes ao Programa vão receber, ao longo do ano letivo, painéis de exposição, um guia de exploração, um autocolante informativo, e ainda a “História Sensorial da Água”.

O Programa “Ama a Água” tem como objetivo contribuir para a sensibilização e preservação dos recursos hídricos, de forma a consciencializar que a água é um recurso escasso, essencial à vida. O “Ama a Água” pretende alterar para a importância da água, das suas ameaças e das soluções para reduzir a sua poluição e escassez.

Ação Ano Novo, Vida Nova

Como o arranque de 2014, foi lançada uma ação para promover bons hábitos alimentares e de saúde. Foram criados cartazes informativos e uma semana para promover a prática de exercício físico, onde os colaboradores foram convidados para realizar uma aula prática.

“Inspirar para um melhor recomeço”

Foram preparadas um conjunto de visitas a projetos em curso para o público interno da empresa: visitas às obras do Caneiro de Alcântara (reparação / Campolide + Ribeira da Falagueira) e visitas aos novos espaços do Telhado Verde da ETAR de Alcântara.

Dia Mundial da Água

Para comemorar o Dia Mundial da Água, a Hibrobox “História Sensorial da água” – uma peça que utiliza apenas sons, sem imagens ou palavras – este em Vila Franca de Xira para sensibilizar a população em geral para a importância da água.

“Dar Sangue é Salvar Vidas”

A “Ação Dar Sangue é Salvar Vidas” convidou os colaboradores a participarem numa ação solidária de recolha de sangue para o Instituto Português do Sangue.

O Instituto Português do Sangue deslocou-se à sede da Simtejo e recolheu 10 litros de sangue. Esta recolha visou ajudar a manter as reservas de sangue em níveis adequados, evitando uma situação de rutura que poderá interferir com o tratamento de doentes e a realização de cirurgias nos Hospitais.

Iniciativa: adoção de posturas corretas no trabalho

Considerando a importância da adoção de posturas corretas no local de trabalho como forma de maximizar a saúde e o bem-estar físico, bem como minimizar os acidentes de trabalho, foram realizadas várias sessões com vista à correção dos principais erros posturais dos colaboradores.

Numa primeira fase foi efetuada uma análise e registo dos principais erros da postura dos colaboradores, dando-se seguimento a várias sessões de esclarecimento.

“Ciência Viva no Verão”

A Simtejo voltou a participar no Projeto “Ciência Viva no Verão”, disponibilizando as suas ETAR para a realização de 9 visitas com suporte técnico. A destacar nesta iniciativa a “Visita ao Esgotos de Lisboa”, com uma procura que ultrapassou a capacidade da visita.

Participação na iniciativa “Lisboa – Open House” – Trienal de Arquitetura

A ETAR de Alcântara acolheu mais uma vez a iniciativa Open House, no dia 11 de outubro, com a realização de várias visitas guiadas.

Organizado pela Trienal de Arquitetura de Lisboa, este evento internacional abriu as portas ao público geral, em 60 espaços por toda a cidade. Estes espaços, de valor arquitetónico e cultural, foram visitados de forma gratuita durante esse fim-de-semana através de um extenso programa de visitas guiadas.

Decoração de espaços da Sede

Ao longo do ano, o CEA procedeu à colocação de placas de identificação dos gabinetes e dos espaços interiores do edifício e bem como dos parques de estacionamento e zonas exteriores. Foram também desenvolvidos quadros com vista à decoração dos gabinetes e salas de reunião do edifício.

Ginástica Laboral

Sempre fundamental para o bem-estar pessoal e profissional, a Simtejo promoveu uma aula de exercício físico, onde foram dominantes os movimentos corporais que minimizam tensões e lesões ligadas a posturas no trabalho.

Visitas às ETAR

O CEA apoiou a organização e acolhimento das visitas às ETAR da Simtejo. Ao longo do ano, foram realizadas várias visitas nas infraestruturas da Simtejo, quer por entidades governamentais ou empresariais quer por escolas, que procuram informação sobre a atividade e o know-how da Simtejo. A ETAR de Alcântara, dado a sua importância a nível tecnológico e arquitetónico, tem recebido inúmeros visitantes nacionais e estrangeiros.

6.7. Investigação & Desenvolvimento e Inovação

No ano de 2014 consolidaram-se as atividades de Investigação e Desenvolvimento a decorrer dos anos anteriores e iniciaram-se novas atividades e projetos:

Projeto Nereda

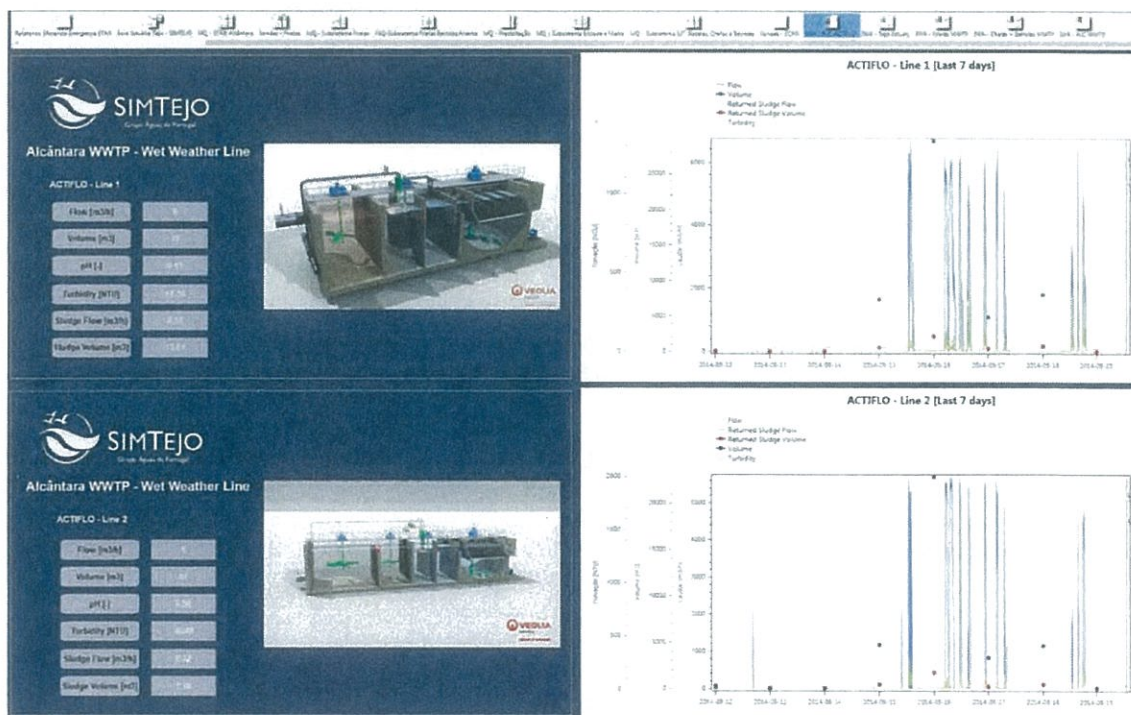
No ano 2014 deu-se início ao arranque do reator biológico 6 da ETAR de Frielas, que atualmente é um reator 100% NEREDA. É expectável a formação de grânulos no primeiro semestre de 2015.

Salienta-se a apresentação em setembro de 2014 no Congresso Mundial da Água da IWA realizado em Lisboa, designadamente, "The First Worldwide Conversion Of A CAS To The Aerobic Granular Biomass Technology: Frielas WWTP".



Projeto Aquasafe

Em 2014 deu-se continuidade ao desenvolvimento do Aquasafe, nomeadamente através da disponibilização de novas funcionalidades, tais como a execução de operações entre séries temporais e agregação temporal e criação de dashboards com tabelas. Estas funcionalidades permitiram o desenvolvimento de workspaces de mais fácil interpretação:



A aplicação do Aquasafe na Simtejo foi apresentada no Stand da AdP no congresso IWA que decorreu em Lisboa em setembro de 2014.

SimT_90

Foi apresentado na Conferência Internacional da Água (IWA 2014) o produto desenvolvido pela Simtejo em parceria com a Hidromod para simulação de microrganismos no estuário do Tejo, meio recetor de seis das maiores ETAR da Simtejo, designadamente, "Operational decision support system for integrated Urban Wastewater systems".

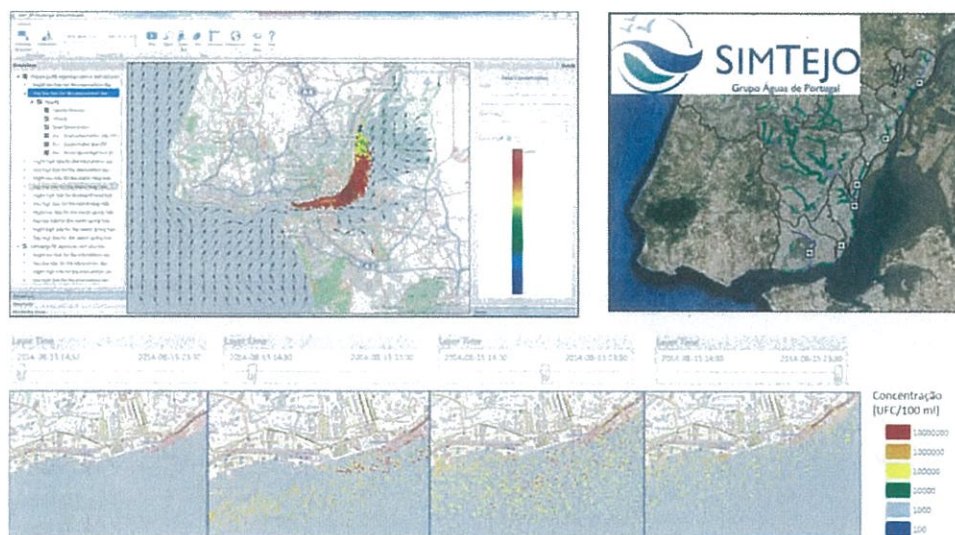
O SIMT90 consiste numa ferramenta intuitiva, fácil de operar e interpretar por não-especialistas e por qualquer técnico das entidades gestoras, que permitisse fazer uma análise de cenários baseada em modelos hidrodinâmicos e de qualidade de água. O SimT_90 tem pré-carregado um conjunto de dados que permite incluir na simulação as seguintes entidades:

- ETAR junto ao Estuário do Tejo;
- Principais EE's com descarregador para o Estuário;
- Pluviais com descarregador para o Estuário.

O produto SimT_90 executa automaticamente um conjunto cenários de forma a combinar diferentes períodos de maré e do dia (devido ao efeito dominante da radiação solar sobre coliformes fecais).

Para análise dos resultados o SimT_90 gera os seguintes outputs:

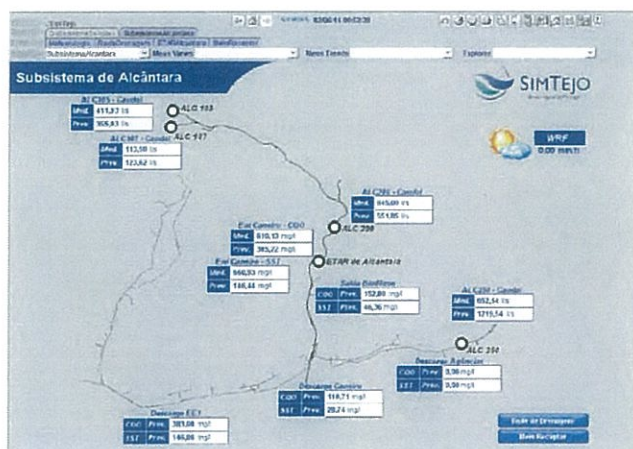
- Mapa com dispersão de coliformes;
- Síntese destes resultados por caixas;
- Relatório excel com indicadores chave de desempenho (KPI) global e por caixa de análise.



2014

Si-GeA

O projeto SI-GeA é um projeto de I&D que tem como objetivo final a criação de um sistema inteligente de apoio à gestão otimizada de sistemas urbanos de águas residuais, baseado em monitorização e simulação em tempo real. A otimização permite integrar toda a informação relevante, tendo em vista, nomeadamente, a redução do risco de inundações, de afluências indevidas e de descargas poluentes nos meios recetores, a custos mínimos.



Conceção do sistema Si-GeA



Manutenção regular da sonda espectrofotométrica S:CAN

A Simtejo, como entidade que gere sistemas desta natureza, teve a seu cargo a definição de orientações de desenvolvimento da solução. O seu papel foi fundamental ao nível da definição dos modelos e rede de monitorização bem como ao nível do teste da solução.

Os resultados do projeto, concluído em 2014, foram:

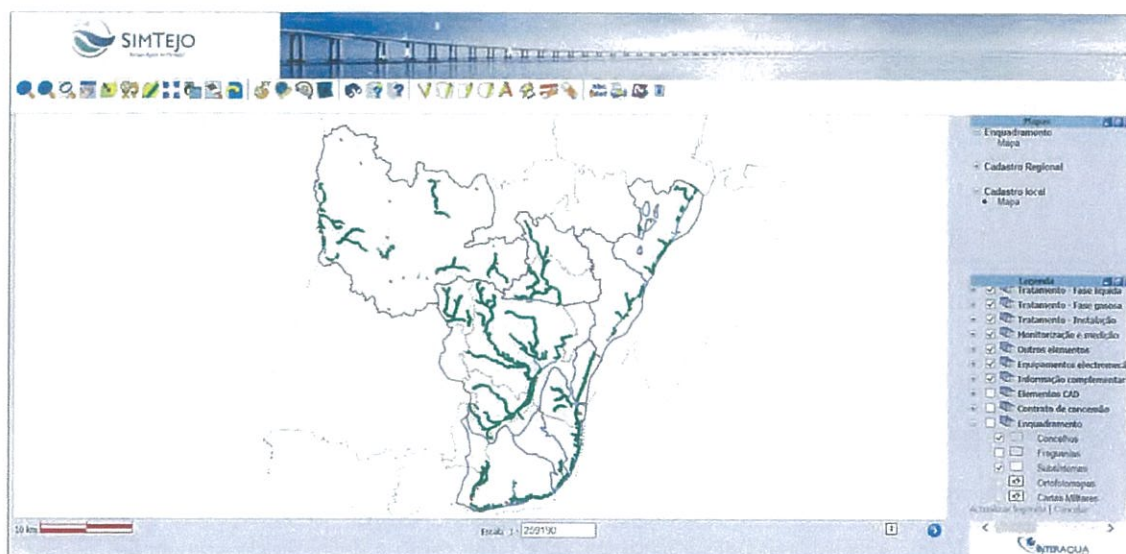
- Desenvolvimento de um sistema de previsão em tempo real que cobre todo o ciclo da drenagem em zonas urbanas, desde a bacia drenante, rede de coletores, ETAR e meio recetor, baseada em modelos avançados, devidamente acoplados para terem em conta as interações entre os vários meios;
- Desenvolvimento de uma plataforma inteligente para gestão diária e de emergência de infraestruturas de águas residuais, baseada na solução XHQ da SIEMENS;
- Demonstração dos produtos acima em modo operacional numa grande infraestrutura urbana: sistema de drenagem Terreiro do Paço-Alcântara.

2014

SIG

Tendo sido finalizada a prestação de serviços com a empresa AQUASIS no que diz respeito à gestão da base de dados do SIG da SIMTEJO em 2013, atualmente todos os carregamentos e edições necessárias a efetuar ao SIG são efetuadas na SIMTEJO.

Após a fase de arranque com a AQUASIS, o SIG encontra-se nesta altura em fase de “exploração” da ferramenta por parte da SIMTEJO.



WebSIG

PROJECTO AQUAVIR

Deu-se continuidade ao Projeto AQUAVIR (FP7-NMP-2013-SMALL-7) liderado pelo Departamento de Micro e Nanotecnologia da Universidade Técnica da Dinamarca (DTU), no qual a Simtejo participa, na qualidade de utilizador final.

Este projeto pretende testar, validar e divulgar um sistema inovador portátil de monitorização de três tipos de vírus entéricos humanos em diferentes locais geográficos e para diferentes aplicações, nomeadamente em águas residuais tratadas durante um período de 36 meses.

MEDIÇÃO DE CAUDAL (MQ)

Em 2014 evoluiu o sistema de medição de caudais para fins de faturação.

Deu-se continuidade aos estudos de caracterização dos caudais entregues na fronteira entre os municípios da Amadora e de Lisboa na bacia de Alcântara, com a execução de campanhas em tempo húmido.

No âmbito da Prestação de Serviços de Manutenção do Sistema de Medição de Caudais da Simtejo, prosseguiu o trabalho de manutenção e verificação dos medidores, essencial para a produção de dados de medição credíveis, e afinaram-se metodologias de verificação dos medidores de caudal ultrassónicos e eletromagnéticos para faturação, localizados nas ETAR do sistema Simtejo.

As alterações no serviço de comunicações da Simtejo, condicionaram a recolhas de dados em alguns pontos de medição no ano de 2014, o que motivou falhas de medição, e exigiram a implementação de novas soluções de comunicação em alguns locais.

Foi concluída a prestação de serviços "avaliação de caudais de infiltração na zona alta de alcântara, incluindo contribuições dos caneiros da Falagueira e Damaia, na Amadora", que inclui os resultados das campanhas de verão e de inverno, em secções dos Caneiros da Damaia e Falagueira, na Amadora, e de Alcântara, junto da ETAR, em Lisboa.

A avaliação da contribuição da infiltração foi efetuada com base em resultados de medição de caudais e razões isotópicas, ao longo do tempo, naquelas secções, e é apresentada em termos de proporção do caudal médio total e do caudal de tempo seco sem infiltração, mas também em termos de caudais unitários ($l/(s.km \text{ de rede})$), e caudais específicos ($m^3/(dia.cm. Km)$) isto é, m^3/dia por cm de diâmetro e por Km de rede, para cada uma das sub-bacias.

EMISSÕES NOX NAS ETAR DA SIMTEJO

A Simtejo irá participar com o Instituto de Biologia Experimental Tecnológica (IBET) num projeto de investigação a realizar no âmbito de um doutoramento, que visa aprofundar o conhecimento sobre estratégias de prevenção de libertação de óxido nitroso (N_2O) em sistemas de lamas ativadas.

O N_2O é um gás com elevado potencial de efeito de estufa, sendo que os principais mecanismos responsáveis pela emissão deste gás nas estações de tratamento de águas residuais (ETARs) ainda são desconhecidos.

O objetivo do plano de doutoramento é "analisar as condições ambientais e operacionais em ETARs, e analisar a sua correlação com a estrutura e atividade da população microbiana (nomeadamente dos microrganismos envolvidos no ciclo do azoto), de forma a perceber em que condições as emissões de N_2O são mínimas."

SmartWater4Energy

O projeto Smart Water 4 Energy (SW4E) é um projeto QREN em co promoção que visa desenvolver um sistema inteligente para gestão energética das ETAR. O SW4E está em desenvolvimento, desde Março de 2013, pelo consórcio Simtejo (Promotor), ISQ e Hidromod. Pretende contribuir para o desafio que o sector de gestão de águas residuais enfrenta, a nível global, de diminuir o consumo energético no processo de tratamento, em simultâneo com a adoção de limites mais exigentes a nível da qualidade do efluente a descarregar nos meios recetores.

O trabalho desenvolvido pelo consórcio durante 2014, incidiu no acompanhamento dos sistemas de monitorização do processo e energia implementados no semestre anterior tendo sido o maior esforço investido no desenvolvimento do Sistema Inteligente de Gestão de Energia em ETAR. Deu-se ainda início à atividade de aplicação da solução nos dois casos de estudo do projeto (ETAR de Alcântara e de Frielas).

Foi realizado um extenso trabalho no que concerne os sistemas de monitorização do processo o qual incidiu em:

- Instalação da sonda ASP-Con e resolução de problemas;
- Manutenção das sondas de qualidade de Frielas;
- Manutenção da sonda SCAN de Frielas;
- Resolução de problemas das sondas SCAN de Alcântara;
- Realização de campanhas analíticas exaustivas na ETAR de Alcântara.

Na atividade 4 do projeto de foi desenvolvida uma plataforma operacional de monitorização de consumos energéticos e de processo. Esta plataforma pode ser decomposta em 3 módulos principais:

- Servidor de dados onde são centralizados todos os dados medidos e modelados;
- Modelação energia/ETAR aplicada já à ETAR de Alcântara;
- Ferramentas de reporting e análise de dados.

Handwritten signatures and date:
2014
[Signatures]



Foram ainda desenvolvidas diversas ações de promoção e divulgação do projeto:

- i) Manutenção do Website do projeto;
- ii) Artigo na revista Indústria e Ambiente- 01-07-2014 (Anexo 6);
- iii) Apresentação do SW4E no Stand do IWA a decorrer em Setembro 2014 em Lisboa.

ARTICA

A candidatura do projeto “A multivariable advanced control product for sustainable performance of nutrient removal urban WWTPs (ARTICA)”, para demonstração da aplicação da tecnologia ARTICA na ETAR de Chelas, ao programa de financiamento Eco-Innovation foi aprovada, tendo-se dado início à realização do projeto (<http://www.artica4nr.eu/>).

O projeto ARTICA tem como objetivo a demonstração da aplicação de um controlador inteligente para ETAR de lamas ativadas com remoção de azoto, tendo em vista a otimização em tempo real da recirculação de lamas, nitratos e caudal de ar de processo, para respetiva redução de custos energéticos.

SIMAI

O projeto de I&D SIMAI foi concluído em 2014 tendo-se atingido os seguintes objetivos específicos:

- contribuir para a divulgação dos sistemas de monitorização e aviso em Portugal (princípios, metodologias e aplicação);
- promover e melhorar a investigação científica diretamente associada à gestão estratégica dos sistemas de drenagem, tendo em conta os riscos envolvidos, contribuindo para o desenvolvimento de estratégias de reabilitação do desempenho dos sistemas de drenagem urbanos e promovendo a criação de ferramentas potencialmente aplicáveis pela comunidade técnica e que contribuam para a resolução dos problemas de gestão daqueles sistemas, em particular os de maior complexidade;
- contribuir para a preservação da saúde pública e da qualidade ambiental. Referem-se ainda, como objetivos do projeto, a realização de estudos experimentais no sentido de implementar um sistema de medição em contínuo da qualidade dos efluentes, nomeadamente baseado em equipamentos de medição por espectrofotometria, que permita avaliar a concentração de parâmetros indicadores de poluição (tais como CBO5, CQO ou SST).

360
2014
[Handwritten signatures and initials]

CANDIDATURAS DE PROJECTOS DE I&D+I

LIFE + 2014

Na sequência da abertura da Call- do Programa LIFE+2014 a Simtejo foi convidada a integrar na qualidade de Parceiro a candidatura do projeto IMPETUS. A candidatura do projeto tem como objetivo o estudo e desenvolvimento de medidas de adaptação das configurações atuais dos sistemas de tratamento das ETAR na remoção de micropoluentes farmacêuticos.

SIFIDE

Na sequência da candidatura da Simtejo ao Sistema de Incentivos Fiscais à Investigação e Desenvolvimento Empresarial (SIFIDE) a Comissão Certificadora emitiu o parecer final referente a 2013, resultando num benefício fiscal líquido para a Simtejo de 236.393 euros.

7. Objetivos de Gestão

A Assembleia Geral de Acionistas da Simtejo, de 17 de junho de 2010, aprovou orientações estratégicas para a administração da Empresa.

Orientações estratégicas gerais

O Despacho n.º 14277/2008, 23 de maio de 2008, do Ministério das Finanças e da Administração Pública, determina que, para efeitos de acompanhamento e controlo financeiro, devem as Empresas públicas não financeiras prestar informação, mediante o envio à Inspeção -Geral de Finanças e à Direção -Geral do Tesouro e Finanças dos seguintes elementos, e segundo os prazos que se seguem:

- Planos de atividades anuais e plurianuais, nos 10 dias subsequentes à sua aprovação;
- Orçamentos anuais, incluindo estimativa das operações financeiras com o Estado, elaborados em conformidade com os referenciais financeiros, os objetivos e as orientações definidas pelo Estado, nos 10 dias subsequentes à sua aprovação;
- Planos de investimento anuais e plurianuais e respetivas fontes de financiamento elaborados em conformidade com os referenciais financeiros, as orientações e os objetivos definidos pelo Estado, acompanhados dos pareceres do órgão de fiscalização, nos 10 dias subsequentes à sua aprovação;
- Documentos de prestação anual de contas individuais e consolidadas, bem como os relatórios produzidos pelos auditores externos, quando disponíveis, e o relatório anual da fiscalização do revisor oficial de contas, com a antecedência mínima de 15 dias em relação à data da assembleia -geral anual;
- Relatórios trimestrais de execução orçamental, acompanhados dos relatórios do órgão de fiscalização, sempre que sejam exigíveis, nos 30 dias subsequentes à data final do período a que respeitam;
- Cópias das atas das assembleias -gerais e das deliberações unânimes por escrito, nos 15 dias subsequentes à sua realização;
- Quaisquer outras informações e documentos solicitados para o acompanhamento da situação da Empresa e da sua atividade, com vista, designadamente, a assegurar a boa gestão dos fundos públicos e a evolução da sua situação económico -financeira, nos 10 dias subsequentes à realização do pedido, salvo indicação de prazo diverso.

Orientações estratégicas específicas

O Despacho conjunto n.º 169/2006, de 10 de fevereiro de 2006, dos Ministros das Finanças e da Administração Pública e do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, estabelece que o Conselho de Administração, no âmbito das suas funções de gestão corrente da Empresa, deve desenvolver a suas atividades tendo por base as seguintes orientações estratégicas:

- Cumprir as metas, as obrigações e as responsabilidades estabelecidas no contrato de concessão e nos contratos de fornecimento de água e recolha de águas residuais;
- Implementar, desenvolver e assegurar:
 - ✓ A conceção, a construção, o financiamento, a exploração e gestão do Sistema Multimunicipal,
 - ✓ A disponibilização, aos seus utilizadores, de um serviço público regular, com o nível adequado e custos socialmente aceitáveis em linha com o previsto no contrato de concessão,
 - ✓ A sustentabilidade económica, financeira e social dos Sistemas através de uma gestão Empresarial exigente e responsável,
 - ✓ A utilização das melhores práticas ambientais e de responsabilidade social,
 - ✓ A otimização da gestão do Sistema e a geração de economias de escala e de gama;
- Garantir o cumprimento dos objetivos de gestão e desempenho definidos pelos acionistas no âmbito do contrato de gestão para a Empresa;

- Colaborar com o Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, enquanto concedente, na adaptação e adequação do contrato de concessão:
 - ✓ Às circunstâncias decorrentes da reestruturação e reorganização das concessões e das medidas de saneamento financeiro das concessionárias que se venham a revelar necessárias,
 - ✓ Aos ajustamentos dos investimentos previstos aos objetivos e à legislação em vigor em cada momento;
- Desenvolver atividades que, com base na estratégia definida para o sector no PEAASAR para o período 2007 – 2013, permitam e possibilitem:
 - ✓ Alargar a outros Municípios e territórios a prestação do serviço público disponibilizado, sempre que as economias daí resultantes o recomendem;
- Garantir o cumprimento dos Planos de Atividades, dos Orçamentos e dos Planos de Investimentos anuais e plurianuais da Empresa;
- Adotar, desenvolver e implementar medidas que, no quadro das orientações estratégicas que venham a ser determinadas, permitam:
 - ✓ A recuperação das dívidas respeitantes ao capital social por parte dos acionistas das Empresas concessionárias,
 - ✓ A cobrança dos serviços prestados pela Empresa aos utilizadores e aos clientes,
 - ✓ A redução das dívidas acumuladas referentes aos serviços prestados,
 - ✓ Assegurar e garantir o cumprimento, por parte dos acionistas e dos utilizadores, de todas as obrigações devidamente contratualizadas;
- Cumprir escrupulosa e atempadamente as obrigações para com o concedente e o regulador, garantindo que as determinações destes são acatadas;
- Cumprir as obrigações ambientais decorrentes do Quadro normativo em vigor, bem como as orientações estratégicas que vierem a ser estabelecidas pelas entidades competentes na área do ambiente e que abranjam a Empresa;
- Promover a realização dos procedimentos que garantam a obtenção das autorizações, licenças e contratos que habilite a Empresa para o exercício das suas atividades;
- Estabelecer prioridades de investimento, incluindo o desenvolvimento e apresentação de propostas de revisão do plano técnico constante do contrato de concessão junto do Concedente, se necessário;
- Promover a elaboração e a implementação de um plano de ação de subcontratação de funções e tarefas relacionadas com a exploração, incluindo a operação e manutenção das infraestruturas integradas no Sistema, tendo em vista contribuir para o reforço do tecido Empresarial nacional neste sector;
- Implementar as medidas tendentes à certificação em Qualidade, Ambiente, Segurança e Responsabilidade Social;
- Reorganizar as suas áreas de intervenção através da associação ou fusão com Sistemas existentes, privilegiando aqueles cujas atividades sejam complementares ou possibilitem a criação de áreas de intervenção com coerência territorial e gerem economias de gama, de escala e de processo;
- Elaborar e manter atualizado o plano de negócios da Empresa concessionária do Sistema Multimunicipal;
- Elaborar e implementar um plano de médio prazo para a área da formação dos recursos humanos, que permitam consolidar a estrutura em termos qualitativos e quantitativos e, promovam uma adequada gestão do conhecimento;
- Adotar uma política de contenção do crescimento da massa salarial e dos encargos complementares, contribuindo deste modo para o esforço nacional de crescimento da competitividade da economia nacional;
- Contribuir ativamente para a valorização e requalificação do tecido produtivo nacional, pela via da introdução de novas tecnologias ou processos tecnológicos associados à sua atividade;

2014

- Identificar e potenciar o desenvolvimento de áreas de negócio complementares às atividades da Empresa, visando a otimização de custos de exploração e num quadro de eco-eficiência;
- Assegurar o desenvolvimento de projetos de I&D, devidamente enquadrados nos seus Planos de Atividade, e em estreita colaboração com as outras Empresas concessionárias dos sistemas multimunicipais de abastecimento de água e saneamento de águas residuais.

O Conselho de Administração, no âmbito dos assuntos de gestão geral, devem assumir a responsabilidade pelo:

- Assegurar a Gestão Operacional da Empresa em todas as suas vertentes, garantindo uma articulação eficaz entre as áreas técnica, financeira e administrativa;
- Garantir o bom funcionamento das infraestruturas cumprindo os objetivos de qualidade do serviço e assegurando o cumprimento da legislação;
- Controlar a tesouraria e os meios financeiros necessários à execução do seu Plano de Atividades, nomeadamente os apoios provenientes do Fundo de Coesão e de outros programas comunitários e dos empréstimos bancários, quando existam;
- Garantir junto das entidades financiadoras, com o suporte e apoio do acionista maioritário, os recursos necessários à prossecução dos objetivos definidos no Orçamento e nos Planos de Atividade e de Investimento;
- Assegurar que os seus membros e os colaboradores das Empresas se comportem com isenção, neutralidade, rigor e equidade no relacionamento e colaboração com os Municípios - acionistas e utilizadores -, as entidades públicas e as Empresas privadas;
- Adotar as medidas e as ações que possibilitem implementar e cumprir orientações estratégicas e procedimentos uniformizados, em todas as Empresas concessionárias dos sistemas multimunicipais de abastecimento de água e saneamento.

No âmbito das relações com os acionistas, o Conselho de Administração deve:

- Colaborar ativamente com os acionistas ou os seus representantes no desempenho das suas funções;
- Garantir a permanente manutenção de rotinas de fornecimento de informação interna, inerente ao controlo acionista;
- Reportar, com a devida oportunidade, todos os aspetos críticos relacionados com o cumprimento das obrigações decorrentes do contrato de concessão e dos respetivos contratos de fornecimento de água e recolha de efluentes;
- Informar os acionistas sobre todos os assuntos em análise com o concedente e com o regulador, designadamente:
 - ✓ Orçamentos, Planos de Atividade e projetos tarifários,
 - ✓ Alteração da configuração técnica do Sistema Multimunicipal,
 - ✓ Avaliação de infraestruturas,
 - ✓ Abertura a novas áreas de negócio complementares.

No âmbito das relações com o Grupo Águas de Portugal os membros do Conselho de Administração devem desenvolver a sua atividade de forma a:

- Garantir a qualidade de toda a informação remetida, nomeadamente informação mensal de controlo de execução do Plano de Atividades, Plano de Investimentos, controlo de gestão e informação financeira;
- Garantir a execução dos contratos de gestão corporativa e de prestação de serviços de assistência técnica em todas as suas vertentes, assegurados e operacionalizados através da AdP Serviços Ambientais, SA, em particular a que respeita a atividades relacionadas com a normalização de práticas e procedimentos;

Handwritten signatures and the year 2014.

- Propiciar o desenvolvimento na Empresa da cultura de Grupo, que se traduza pela permanente articulação e colaboração entre as estruturas internas da Empresa, com outras Empresas concessionárias de Sistemas Multimunicipais e as estruturas do Grupo AdP.

Handwritten signature.

Não foram fixados objetivos de Gestão para a Simtejo, para o ano de 2014.

Handwritten signatures and initials, including "2014" and "MX".

8. Cumprimento das orientações legais

A Simtejo deu cumprimento integral às instruções, despachos e legislação diversa, que a seguir se apresentam:

	Cumprimento			Quantificação	Justificação
	S	N	N.A.		
Objectivos de Gestão:					
			N.A.		Ver capítulo B.7
Gestão do Risco Financeiro	S			Autorização prévia em A.G. para aumentar endividamento	Assembleias Gerais de 21 de Julho de 2011 e de 19 de Julho de 2012
Evolução do PMP a fornecedores		N		84 dias (59 dias no 2º semestre)	
Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")					
Recomendações do acionista na aprovação de contas			N.A.	Não aplicável	Não existiram
Remunerações:					
Não atribuição de prémios de gestão, nos termos art.º 37.º da Lei 66-B/2012	S			Não aplicável	-
Órgãos sociais - redução remuneratória nos termos do art.º 27.º da Lei 66-B/2012	S			ver infra	-
Órgãos Sociais - redução de 5% por aplicação artigo 12º da Lei n.º 12-A/2010	S			ver infra	-
Órgãos Sociais - suspensão sub. Férias e natal , nos termos do art.º 28º e 29º da Lei 66-B/2012	S			ver infra	-
Auditor Externo - redução remuneratória nos termos do art.º 75º da Lei 66-B/2012			N.A.	Não aplicável	-
Restantes trabalhadores - suspensão sub. Férias e natal , nos termos do art.º 28º e 29º da Lei 66-B/2012	S			ver infra	-
Proibição de valorização remuneratória, nos termos do art.º 35 da Lei n.º 66-B/2012	S			ver infra	-
Artigo 32º do EGP					
Utilização de cartões de crédito	S			Não aplicável	-
Reembolso de despesas de representação pessoal	S			Não aplicável	-
Contratação Pública					
Normas de contratação pública	S				
Contratos submetidos a visto prévio do TC	S			1 contrato	Submetida contratação para aquisição de serviços, recolha transporte e envio para destino final, de lamas de ETAR produzidas na Simtejo; Visto concedido.
Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas			N.A.	Não aplicável	Ver capítulo A.14
Parque Automóvel	S			variação nula	Ver capítulo A.14
Plano de Redução de Custos, nos termos dos artigos 62º, 63º e 64º da Lei n.º 66-B/2012	S				
Redução de gastos operacionais			N.A.		A avaliação deste indicador é efetuada do ponto de vista consolidado e é divulgado no relatório de gestão da AdP SGPS
Redução de gastos com comunicações e deslocações			N.A.		A avaliação deste indicador é efetuada do ponto de vista consolidado e é divulgado no relatório de gestão da AdP SGPS
Redução n.º Efetivos e Cargos Dirigentes					
N.º de efetivos			N.A.		A avaliação deste indicador é efetuada do ponto de vista consolidado e é divulgado no relatório de gestão da AdP SGPS
N.º de cargos dirigentes			N.A.		A avaliação deste indicador é efetuada do ponto de vista consolidado e é divulgado no relatório de gestão da AdP SGPS
Princípio da Unidade de Tesouraria (DL 133/2013)			N.A.		A avaliação deste indicador é efetuada do ponto de vista consolidado e é divulgado no relatório de gestão da AdP SGPS
Limites ao endividamento (DL 133/2013)			N.A.		A avaliação deste indicador é efetuada do ponto de vista consolidado e é divulgado no relatório de gestão da AdP SGPS

- Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado

A coordenação e obtenção dos financiamentos à atividade das empresas do grupo AdP são desenvolvidas pela AdP SGPS, no âmbito do seu objeto social, procurando a holding criar os meios necessários para fazer face às necessidades das sociedades que constam do seu portefólio, tendo sempre presente o objetivo de manter o equilíbrio e prudência da estrutura de financiamento e risco de liquidez numa perspetiva consolidada.

A centralização de parte significativa de fundos na AdP SGPS tem permitido gerir, de forma coesa e coerente, as necessidades financeiras do Grupo, com reduzidos impactos na atividade de exploração das suas empresas participadas. Os excedentes permanentes de tesouraria foram aplicados junto do Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público, mantendo-se os excedentes temporários como caução parcial das linhas de financiamento de curto prazo obtidas. Para este efeito foi solicitada pela AdP SGPS, em nome das empresas do grupo AdP, nos termos do artigo 124.º, n.º 1, da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de

Handwritten notes and signatures in the top right corner, including the number 363, the year 2014, and initials like 'AB' and 'MX'.

dezembro, a dispensa parcial do cumprimento do princípio de unidade de tesouraria do Estado (PUTE). Esta dispensa parcial foi, nos termos da referida lei, conferida às empresas do grupo AdP através do Despacho nº2671/14 emitido pela Senhora Secretária de Estado do Tesouro.

% de cash depositado no IGCP

Por tipo de aplicação	Total	IGCP	Outros
Médio e longo prazo	17,49%	55,29%	-
Curto prazo	82,51%	44,71%	100,00%
Total	100,00%	100,00%	100,00%

- Objetivos de gestão (Despacho 155/2011, de 28 de Abril; DL 133/2013)

Não foram definidos objetivos para o exercício de 2014.

- Gestão do risco financeiro (Despacho 101/2009-SETF; Despacho 155/2011-MEF, de 28 de Abril)

A avaliação deste indicador é efetuada do ponto de vista consolidado e é divulgado no relatório de gestão da AdP SGPS.

- Evolução do prazo médio de pagamento RCM nº 34/2008, de 22 fevereiro, com as alterações introduzidas pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 abril, e divulgação dos atrasos nos pagamentos

PMP (em dias)	2014				2013				Var. (%) 4ºT 2014/4ºT 2013
	1º T	2º T	3º T	4º T	1º T	2º T	3º T	4º T	
Prazo médio de pagamento	53	49	38	40	90	93	84	84	51%

A variação positiva do prazo médio de pagamento, face ao ano anterior, é reflexo de uma melhor situação de tesouraria durante o ano de 2014, situação que adveio do facto de a empresa ter fechado o ano de 2013 numa situação bastante confortável, com os recebimentos ocorridos no 2º semestre de 2013, nomeadamente dos subsídios do Fundo de Coesão, do cumprimento em 2014 dos pagamentos por parte da maioria dos Municípios, do recebimento das prestações de capital previstas nos acordos de pagamento celebrados com os Municípios, e mais recentemente pela celebração de contrato de cessão de créditos que permitiu à Simtejo receber antecipadamente o valor em dívida do acordo de pagamentos com Lisboa, no valor de 23,6 milhões de euros.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de Maio, apresentam-se os pagamentos em atraso à data de 31 de Dezembro de 2014 (em Euros):

Dívidas Vencidas	Até 90 dias	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
Aq. de Bens e Serviços	904.646	1.627	5.758	19.801	11.832
Aq. de Capital	47.725	291.890	0	21.399	727.606
Total	952.371	293.517	5.758	41.200	739.438

Com a exceção de alguns casos em que houve a necessidade de estabilizar a relação contratual com empreiteiros, a Simtejo procurou evitar a projeção exterior ao Grupo da pendência de pagamentos por prazos superiores ao adequado.

Handwritten signatures and initials: A, J, G, AB, 2014, and others.

- Compras, contratação pública e medidas de racionalização de política de aprovisionamento de bens e serviços

O Grupo AdP dispõe de uma unidade de serviços partilhados - a AdP – Águas de Portugal Serviços Ambientais, S.A. - que funciona como estrutura operacional de centralização, otimização e racionalização da aquisição de bens e serviços no âmbito das atividades a que se dedicam as empresas que integram o Grupo. Neste quadro foi estabelecido um modelo relacional no âmbito do qual se encontra listado um conjunto diferenciado de bens e serviços cuja contratação se opera através da Direção de Compras Centralizadas da AdP Serviços, que funciona como central de compras do Grupo. A existência desta estrutura interna do Grupo justifica-se na medida em que permite tirar partido da escala e sinergias angariadas pelo universo do Grupo e com isso obter condições contratuais mais atrativas para este conjunto de empresas ao mesmo tempo que as liberta da necessidade de tramitarem procedimentos de contratação autónomos com a inerente carga administrativa e financeira associada, acrescentando valor à sua atividade. Acresce que boa parte dos bens e serviços de que as empresas participadas necessitam para desenvolver as suas atividades se revestem de particularidades específicas e relevantes, designadamente os reagentes químicos e os materiais de laboratório usados pelos segmentos de tratamento de água/efluentes e os equipamentos e contentores utilizados pela Unidade de Negócio Resíduos, entre outros. De entre o universo das categorias contratadas destaque para a energia elétrica, com um conjunto vasto de instalações incluídas na Alta Tensão, Média Tensão, Baixa Tensão Normal e Baixa Tensão Especial, onde a escala proporcionada pelo universo do Grupo tem permitido a obtenção de sinergias muito significativas que têm produzido excelentes resultados ao nível da centralização de aquisições. Outra das categorias relevantes é a relativa à contratação da carteira de seguros do Grupo, adaptada à realidade e às necessidades de um conjunto muito vasto de empresas, com grande número de instalações e com riscos específicos decorrentes da sua atividade, que no contrato agregado são diluídos em resultado da diversificação operada. Neste campo a solução agregada para a cobertura da responsabilidade ambiental constitui um bom exemplo das vantagens decorrentes da contratação centralizada. Na sua atividade a Direção de Compras Centralizadas da AdP Serviços, tramita anualmente um vasto conjunto de procedimentos de contratação pública estudando o mercado e recorrendo às soluções mais eficientes e adaptadas a cada categoria com benefícios apreciáveis como os que foi possível obter com a realização de um leilão eletrónico para a contratação dos serviços de voz fixa e móvel para o universo do Grupo AdP.

- Medidas de redução de gastos operacionais

A avaliação deste indicador é efetuada do ponto de vista consolidado e é divulgado no relatório de gestão da AdP SGPS.

Considerando a atividade comparável, houve em 2014 uma redução dos Fornecimentos e Serviços Externos em relação a 2009, 2010 e a 2011, bem como uma estabilização em relação a 2012 e 2013.

- Cumprimento da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, e Despacho n.º 2424/13 – SET no que diz respeito ao Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado

A coordenação e obtenção dos financiamentos à atividade das empresas do Grupo AdP são desenvolvidas pela AdP SGPS, no âmbito do definido no seu objeto social, assumindo a *holding* a responsabilidade de coordenar e obter os financiamentos necessários para fazer face às respetivas necessidades das sociedades que constam do seu portefólio, tendo sempre presente o objetivo de manutenção do equilíbrio da estrutura de financiamento numa perspetiva consolidada. A centralização de parte significativa de fundos na AdP SGPS tem permitido gerir, de forma coesa e coerente, as necessidades financeiras do Grupo, com reduzidos impactos na atividade de exploração das suas empresas. Os excedentes permanentes de tesouraria foram transferidos para o Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público, na sequência das instruções recebidas, mantendo-se os excedentes temporários como caução das linhas de financiamento de curto prazo obtidas, tendo para tal sido solicitada, nos termos do artigo 124.º, n.º 1, da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, pela AdP SGPS, a dispensa do cumprimento do princípio de unidade de tesouraria do Estado, a qual foi concedida através do despacho n.º 2424/13, de 19 de Dezembro, da Secretaria de Estado do Tesouro.

- Recomendações no âmbito de auditorias do Tribunal de Contas

Não existem recomendações no âmbito de auditorias do Tribunal de Contas, para além das que já foram divulgadas nos Relatórios e Contas de anos anteriores e da análise relativa aos excedentes de tesouraria.

No exercício de 2014 a Empresa, com base no Despacho nº 2671/14 da Secretária de Estado do Tesouro, de 19 de dezembro de 2014, relativo à exceção do princípio da Unidade de Tesouraria pelo Grupo AdP, anulou a Simtejo desreconhecimento que havia feito em 2013, referente ao proveito com juros vencidos no 2º semestre decorrentes de aplicações de curto prazo na banca comercial.

- Quadro com informação a constar no site do SEE

A divulgação desta informação é efetuada ao nível da AdP SGPS.

9. Factos relevantes após o termo do exercício

Em janeiro de 2015 foi possível proceder à faturação do valor correspondente à prestação de serviços ao município de Sintra desde maio de 2012 até ao fim de 2014, com o montante total de 892 mil euros.

Prevê-se também que, tal como já aconteceu com o Município de Lisboa, tenha lugar a muito breve prazo o pagamento dos valores respeitantes aos Acordos de Pagamento antes celebrados com os Municípios de Loures e Odivelas.

Foram criadas recentemente as condições para celebração de um novo Acordo de Pagamentos com a Câmara Municipal de Lisboa, já aprovado em reunião de Câmara, de que resultará a liquidação de 25 milhões euros de dívida vencida, ficando assim a dívida vencida referida à data do presente relatório reduzida a 90 dias

10. Sucursais da Sociedade

Não se aplica à Simtejo.

11. Considerações Finais

O Conselho de Administração da Simtejo agradece todos, Concedente, ERSAR, Águas de Portugal e Municípios, a colaboração prestada em 2014, agradecimentos que são extensíveis à Mesa da Assembleia Geral, ao Conselho Fiscal e ao Auditor, e reitera a sua disponibilidade para desenvolver ainda os laços institucionais.

A Simtejo está certa de que dessa colaboração, como o passado tem comprovado, só pode resultar a melhoria contínua dos serviços da Empresa prestados a Clientes e Utentes, bem como a beneficiação progressiva da qualidade ambiental dos meios recetores das águas residuais recolhidas e tratadas.

Reconhecendo o trabalho desenvolvido, a Simtejo quer agradecer aos seus Colaboradores a cooperação e o interesse demonstrados no exercício de 2014, que é extensível à maioria dos prestadores externos.

12. Proposta de Aplicação de Resultados

O Conselho de Administração propõe que o resultado líquido apurado no exercício de 2014, no valor positivo de 6.008.668,41 euros (seis milhões, oito mil, seiscentos e sessenta e oito euros e quarenta e um centavos), tenha a seguinte aplicação:

- a) 300.433,42 euros (trezentos mil, quatrocentos e trinta e três euros e quarenta e dois centavos) para constituição de Reserva Legal, correspondendo a uma vigésima parte do resultado líquido do exercício, valor mínimo previsto no art.295º do Código das Sociedades Comerciais;
- b) 2.800.906,47 euros (dois milhões, oitocentos mil, novecentos e seis euros e quarenta e sete centavos), para distribuição de Dividendos aos Acionistas, a efetuar de acordo com o definido no contrato de concessão;
- c) 1.303.447,55 euros (um milhão, trezentos e três mil, quatrocentos e quarenta e sete euros e cinquenta e cinco centavos) para a conta de reservas contratuais, podendo esta ser usada para aumento de capital, cobertura de prejuízos e distribuição de dividendos;
- d) O remanescente, 1.603.880,97 euros (um milhão, seiscentos e três mil, oitocentos e oitenta euros e noventa e sete centavos), para a conta de resultados transitados.

13. Anexo ao Relatório

Em cumprimento do disposto no n.º5 do art.º 447º e do n.º4 do art.º 448º do Código das Sociedades Comerciais vem-se informar que os membros dos Órgãos Sociais não detêm ações da Sociedade e o Capital Social da Simtejo, S.A. era, em 31 de dezembro de 2014, integralmente detido pelos acionistas que constam do quadro seguinte:

		Capital subscrito	Ações detidas
AdP - Águas de Portugal, SGPS, SA	50,50%	19.543.500	3.908.700
Município de Lisboa	23,50%	9.094.500	1.818.900
Município de Loures	11,50%	4.450.500	890.100
Município de Vila Franca de Xira	4,00%	1.548.000	309.600
Município de Amadora	3,50%	1.354.500	270.900
Município de Mafra	3,50%	1.354.500	270.900
Município de Odivelas	3,50%	1.354.500	270.900
	100%	38.700.000	7.740.000

Em cumprimento do disposto no n.º4 do art.º 448º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que na data do encerramento do exercício social o acionista AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A. detinha uma participação igual ou superior a 10%, mais precisamente 3.908.700 de ações com o valor nominal de 5 euros (cinco euros), correspondentes a 50,5% do Capital Social da Simtejo, S.A.

Nos termos do art.º 66 do Código das Sociedades Comerciais, cumpre informar que no exercício de 2014:

- A sociedade não tem ações próprias;
- Não se registaram quaisquer negócios entre a sociedade e os seus administradores;
- A sociedade não tem qualquer sucursal.

14. Relatório dos Administradores não Executivos

RELATÓRIO DOS ADMINISTRADORES NÃO EXECUTIVOS SOBRE O DESEMPENHO DOS ADMINISTRADORES EXECUTIVOS

1. Introdução

Nos termos do n.º 8 do artigo 407.º do Código das Sociedades Comerciais, e no âmbito das nossas competências de vigilância geral sobre a atuação dos administradores com funções executivas, é emitido o presente relatório sobre o desempenho dos mesmos, durante o exercício de 2014.

2. Atividade

Nos termos da lei, e das competências que o estatuto do gestor público determina, e de outras atribuições decididas pelo Conselho de Administração, acompanhámos a gestão da Empresa e o desempenho dos administradores executivos e da Comissão Executiva.

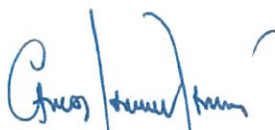
As nossas funções foram exercidas com independência, sendo nosso juízo, no que se refere aos administradores executivos, livre e incondicionado.

3. Parecer

Face ao acima exposto, fazemos uma apreciação de proximidade positiva do seu desempenho global, não perdendo de vista a preocupação dos administradores executivos que integram a Comissão Executiva de auscultar as nossas opiniões e juízos de valor sobre as ações de gestão, adotando em muitas ocasiões os conceitos das nossas intervenções mais relevantes que tiveram em vista um melhor rigor na gestão da Empresa.

Lisboa, 17 de fevereiro de 2015

Os Administradores não executivos



(Carlos Manuel Martins)
(Presidente do Conselho de Administração)



(José Fernando da Silva Ferreira)
(Vogal do Conselho de Administração)



(Ricardo Alexandre da Silva Bastos)
(Vogal do Conselho de Administração)



(José Esteves Ferreira)
(Vogal do Conselho de Administração)

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

B – CONTAS DO EXERCÍCIO



B - CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2014

366
2014

(Handwritten signatures and initials)

Demonstração da posição financeira

BALANÇO	Notas	31.12.2014	31.12.2013
Ativos não correntes			
Ativos intangíveis	6	271.225.186	271.001.373
Investimentos financeiros	7	8.859.593	7.864.911
Impostos diferidos ativos	8	29.604.340	29.266.138
Clientes e outros ativos não correntes	10	5.839.204	32.942.997
Total dos ativos não correntes		315.528.324	341.075.420
Ativos correntes			
Inventários	9	151.055	107.692
Clientes	10	45.012.008	34.796.875
Estado e outros entes públicos	11	0	86.411
Imposto sobre o rendimento do exercício	22	0	142.825
Outros ativos correntes	12	2.333.980	3.182.402
Caixa e seus equivalentes	13	19.151.687	2.022.265
Total dos ativos correntes		66.648.730	40.338.469
Total do ativo		382.177.054	381.413.889
Capital próprio dos accionistas maioritários			
Capital social	14	38.700.000	38.700.000
Reservas e outros ajustamentos	14	14.601.815	13.898.612
Resultados transitados	14	10.692.053	9.988.850
Resultado líquido do exercício	14	6.008.668	5.236.957
Total do capital próprio		70.002.536	67.824.419
Passivos não correntes			
Provisões	15	120.000	120.000
Responsabilidades com pensões			
Empréstimos	16	151.336.275	152.868.485
Fornecedores e outros passivos não correntes		0	0
Impostos diferidos passivos	8	13.476.021	15.360.865
Acréscimos de custos do investimento contratual	17	75.708.513	68.019.809
Subsídios ao investimento	18	60.940.062	62.959.101
Total dos passivos não correntes		301.580.871	299.328.261
Passivos correntes			
Empréstimos	16	2.024.271	6.846.303
Fornecedores	19	4.484.993	3.457.667
Outros passivos correntes	20	2.473.175	2.777.999
Imposto sobre o rendimento do exercício	21	617.079	0
Estado e outros entes públicos	11	994.129	1.179.241
Total dos passivos correntes		10.593.647	14.261.209
Total do passivo		312.174.518	313.589.470
Total do passivo e do capital próprio		382.177.054	381.413.889

Handwritten signatures and the year 2014.

Demonstração dos resultados por naturezas

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS	Notas	31.12.2014	31.12.2013
Vendas	22	31.977	36.495
Prestações de serviços	22	50.422.202	49.201.246
Volume de negócios		50.454.179	49.237.741
Custo das vendas/variação dos inventários	23	(1.918.498)	(1.940.411)
Margem bruta		48.535.681	47.297.330
Fornecimentos e serviços externos	24	(14.312.586)	(13.491.891)
Gastos com pessoal	25	(5.711.539)	(6.389.728)
Amortizações, depreciações e reversões do exercício	26	(18.483.105)	(18.254.520)
Provisões e reversões do exercício	27	0	53.600
Perdas por imparidade e reversões	28	(1.339)	2.399
Subsídios ao investimento	18	2.037.585	1.597.051
Subsídios à Exploração	29	114.281	144.077
Outros gastos e perdas operacionais	30	(408.511)	(542.901)
Outros rendimentos e ganhos operacionais	31	66.569	247.211
Resultados operacionais		11.837.037	10.662.629
Gastos financeiros	32	(5.777.281)	(5.981.768)
Rendimentos financeiros	33	4.097.258	3.512.027
Ganhos/Perdas de investimentos financeiros			
Resultados financeiros		(1.680.023)	(2.469.741)
Resultados antes de impostos		10.157.015	8.192.888
Imposto do exercício	22	(6.371.393)	(5.687.512)
Imposto diferido	8 e 22	2.223.047	2.731.581
Resultado líquido do exercício		6.008.668	5.236.957
Rendimento integral do exercício		6.008.668	5.236.957
Resultado por ação (básico e diluído)	14	0,78	0,68
Resultado integral por ação (básico e diluído)	14	0,78	0,68

367
2014
Handwritten signatures and initials: A, V, B, C, J, M, K

Demonstração das variações do capital próprio

	Capital social	Reserva legal	Reserva contratual	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	TOTAL
Saldo a 31 de Dezembro de 2013	38.700.000	2.533.063	11.365.548	9.988.850	5.236.957	67.824.419
Aplicação do resultado líquido do exercício 2013	-	261.848	441.355	703.203	(1.406.406)	-
Dividendos pagos	-	-	-	-	(3.830.552)	(3.830.552)
Constituição de reserva contratual	-	-	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício 2014	-	-	-	-	6.008.668	6.008.668
Saldo a 31 de Dezembro de 2014	38.700.000	2.794.911	11.806.904	10.692.053	6.008.668	70.002.536

Handwritten signatures and initials, including 'G' and '2014'.

Demonstração dos fluxos de caixa

	31.12.2014	31.12.2013
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Recebimentos de clientes	75.465.048	54.812.995
Pagamentos a fornecedores	(21.127.587)	(23.504.855)
Pagamentos ao pessoal	(3.260.000)	(4.219.963)
Pagamento/Recebimento do IRC	(7.094.257)	(6.235.494)
Outros Pagamentos/Recebimentos	(1.456.127)	409.468
Fluxo de caixa das atividades operacionais	42.527.077	21.262.152
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Recebimentos de subsídios de investimento	0	26.038.189
Recebimentos de juros e rendimentos similares	359.663	371.202
Pagamentos de investimentos financeiros	(994.682)	(975.479)
Pagamentos de ativos fixos tangíveis	-	-
Pagamentos de ativos intangíveis	(8.952.973)	(16.947.622)
	(9.587.993)	8.486.290
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Recebimentos de empréstimos obtidos	4.450.000	94.923
Outros recebimentos de atividades de financiamento	30.796	1.006.332
Pagamentos de empréstimos obtidos	(10.081.270)	(23.157.971)
Pagamentos de juros e gastos similares	(6.341.617)	(11.356.643)
Pagamentos de dividendos	(3.867.539)	(5.486.622)
	(15.809.629)	(38.899.981)
Variação de caixa e seus equivalentes	17.129.455	(9.151.539)
Caixa e seus equivalentes no início do período	2.022.231	11.173.771
Caixa e seus equivalentes no fim do período	19.151.687	2.022.231
	17.129.455	(9.151.539)

Decomposição de caixa e seus equivalentes

	31.12.2014	31.12.2013
Caixa	4.158	4.764
Depósitos à ordem	2.147.529	517.500
Depósitos a prazo	17.000.000	-
	19.151.687	2.022.265
Descobertos bancários	0	(33)
	19.151.687	2.022.231

Notas às demonstrações financeiras

I. Atividade económica da Simtejo, S.A.

I.1. Introdução

A **Simtejo – Saneamento Integrado dos Municípios do Tejo e Trancão, S.A.** (adiante designada também por Simtejo ou Empresa ou Sociedade) foi constituída em 10 de novembro de 2001, tendo a sua sede social na ETAR de Alcântara, Avenida de Ceuta, em Lisboa. A Empresa tem como atividade principal a exploração e gestão do sistema multimunicipal de saneamento do Tejo e Trancão.

I.2. Atividade

A Simtejo foi constituída nos termos do Decreto-Lei n.º 288-A/2001, de 10 de novembro, e a sua estrutura acionista é composta pela AdP – Águas de Portugal, SGPS, SA, e pelos Municípios de Amadora, Lisboa, Loures, Mafra, Odivelas e Vila Franca de Xira.

A Empresa tem por objeto, nos termos do artigo 3.º dos seus estatutos, "...a exploração e gestão do sistema multimunicipal de saneamento do Tejo e Trancão para recolha, tratamento, rejeição de efluentes dos Municípios de Amadora, Lisboa, Loures, Mafra, Odivelas e Vila Franca de Xira."

A concessão da exploração e gestão do Sistema à Simtejo foi efetuada através de um contrato celebrado com o Estado Português em 3 de dezembro de 2001, e por um período de 30 anos, que tem por objeto os seguintes pressupostos:

- Conção e construção de todos os Órgãos necessários à recolha, tratamento e rejeição de águas residuais, incluindo a instalação de condutas e a conção e construção de estações elevatórias e de tratamento, a respetiva reparação e renovação de acordo com as exigências técnicas e com os parâmetros sanitários exigíveis;
- A aquisição, manutenção e renovação de todos os equipamentos necessários à recolha, tratamento e rejeição de efluentes que o sistema deva receber;
- O controlo dos parâmetros sanitários dos efluentes tratados e dos meios recetores em que os mesmos sejam descarregados.

Em setembro de 2009 foi assinado pelo Concedente o Aditamento ao Contrato de Concessão, instrumento fundamental para garantir a viabilidade económica e financeira da Empresa, tendo como principal alteração a prorrogação do prazo por mais treze anos, totalizando deste modo um período de 43 anos.

I.3 Acionistas

São acionistas da Empresa a AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A. (50,5% do capital social), o Município de Lisboa (23,5%), o Município de Loures (11,5%), o Município de Vila Franca de Xira (4%), o Município de Amadora (3,5%), o Município de Mafra (3,5%) e o Município de Odivelas (3,5%).

I.4 Aprovação das Demonstrações financeiras

Estas Demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Sociedade no dia 18 de fevereiro de 2015.

2. Políticas contabilísticas

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiros (IAS/IFRS) emitidas pelo "International Accounting Standards Board" ("IASB") e Interpretações emitidas pelo "International Financial Reporting Interpretations Committee" ("IFRIC") ou pelo anterior "Standing Interpretations Committee" ("SIC"), adotadas pela UE, em vigor para exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2012.

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras encontram-se descritas abaixo. Estas políticas foram aplicadas de forma consistente nos períodos comparativos, exceto quando referido em contrário.

2.1 Bases de apresentação

Os valores apresentados, salvo indicação em contrário, são expressos em euros (EUR). As demonstrações financeiras da Simtejo foram preparadas segundo a convenção do custo histórico. A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com os IFRS/IAS requer o uso de estimativas e suposições que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de rendimentos e gastos durante o período de reporte. Apesar destas estimativas serem baseadas no melhor conhecimento da gestão em relação aos eventos e ações correntes, em última análise, os resultados reais podem diferir dessas estimativas. No entanto, é convicção da gestão que as estimativas e suposições adotadas não incorporam riscos significativos que possam causar, no decurso do próximo exercício, ajustamentos materiais ao valor dos ativos e passivos.

2.1.1 Novas normas e alteração de políticas

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior apresentada nos comparativos.

- Novas normas, interpretações e alterações, com data de entrada em vigor a partir 1 de Janeiro de 2014:

• **Adoção da IFRS 10 Demonstrações financeiras consolidadas, da IFRS 11 Acordos conjuntos e da IFRS 12 Divulgação de interesses noutras entidades, bem como das versões alteradas da IAS 27 Demonstrações financeiras separadas e da IAS 28 Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos (Regulamento n.º 1254/2012, de 11 de dezembro)**

O objetivo da IFRS 10 é fornecer um modelo de consolidação único, que identifica a relação de controlo como base para a consolidação de todos os tipos de entidades. A IFRS 10 substitui a IAS 27 Demonstrações financeiras consolidadas e separadas e a SIC 12 Consolidação — Entidades com finalidade especial. Um investidor controla uma investida se e apenas se tiver, cumulativamente: (a) poder sobre a investida; (b) exposição ou direitos a resultados variáveis por via do seu relacionamento com a investida; e (c) a capacidade de usar o seu poder sobre a investida para afetar o valor dos resultados para os investidores. As mudanças introduzidas pela IFRS 10 requerem que a Gestão faça um julgamento significativo de forma a determinar que entidades são controladas e consequentemente ser incluídas nas Demonstrações financeiras consolidadas da empresa-mãe.

A IFRS 11 estabelece princípios para o relato financeiro pelas partes em acordos conjuntos e substitui a IAS 31 Interesses em empreendimentos conjuntos e a SIC 13 Entidades conjuntamente controladas — Contribuições não monetárias por empreendedores.

A IFRS 12 combina, reforça e substitui os requisitos de divulgação para as filiais, acordos conjuntos, associadas e entidades estruturadas não consolidadas. Em consequência destas novas IFRS, foi também emitida uma versão alterada da IAS 27 e da IAS 28. A IFRS 12 Divulgação de participações em outras entidades estabelece o nível mínimo de divulgações relativamente a empresas subsidiárias, empreendimentos conjuntos, empresas associadas e outras entidades não consolidadas. Esta norma inclui, por isso, todas as divulgações que eram obrigatórias na IAS 27 Demonstrações financeiras consolidadas e separadas referentes às contas consolidadas, bem como as divulgações obrigatórias incluídas na IAS 31 Interesses em empreendimentos conjuntos e na IAS 28 Investimentos em associadas, para além de novas informações adicionais. O objetivo desta Norma é exigir que uma entidade divulgue informação nas suas demonstrações financeiras que permita que os utentes avaliem: (a) a natureza e os riscos associados aos seus interesses noutras entidades; e (b) os efeitos desses interesses na sua posição financeira, desempenho financeiro e fluxos de caixa. Para isso, uma entidade deve divulgar: (a) os julgamentos e pressupostos significativos nos quais se baseou para determinar a natureza do seu interesse noutra entidade ou acordo e para determinar o tipo de acordo conjunto no qual tem um interesse; e (b) informação sobre os seus interesses em subsidiárias, acordos conjuntos e associadas; e entidades estruturadas que não sejam controladas pela entidade. Para efeitos desta Norma, um interesse noutra entidade refere-se ao envolvimento contratual e não-contratual que expõe uma entidade a uma variabilidade do retorno em função do desempenho da outra entidade.

Um interesse noutra entidade pode ser evidenciado, entre outros, pela propriedade de ações ou de instrumentos de dívida, bem como por outras formas de envolvimento como o fornecimento de financiamento, de assistência à liquidez, de aumentos de crédito e de garantias. Isso inclui os meios pelos quais uma entidade tem controlo, controlo conjunto ou influência significativa sobre outra entidade. Uma entidade não tem necessariamente um interesse noutra entidade apenas por via de uma normal relação de cliente-fornecedor.

• **Emendas à IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas, à IFRS 11 Acordos Conjuntos e à IFRS 12 Divulgação de Interesses Noutras Entidades (Regulamento n.º 313/2013, de 4 de abril)**

O objetivo das emendas consiste em clarificar a intenção do IASB quando emitiu pela primeira vez as orientações de transição relativas à IFRS 10. As emendas proporcionam também uma flexibilidade de transição suplementar relativamente à IFRS 10, à IFRS 11 e à IFRS 12, limitando o requisito de prestação de informações comparativas ajustadas apenas ao período comparativo precedente. Além disso, para as divulgações relativas a entidades estruturadas não consolidadas, as emendas suprimem a obrigação de apresentar informações comparativas para os períodos anteriores à aplicação pela primeira vez da IFRS 12.

• **Emenda IAS 39 Instrumentos financeiros derivados**

A emenda cobre as novações: que resultem da aplicação ou da alteração de leis ou regulamentos nas quais as partes do instrumento de cobertura concordam que uma ou mais contrapartes da compensação substituam as contrapartes originais de forma a tornarem-se as novas contrapartes de cada uma das partes; que não resultem em outras alterações aos termos do contrato original do derivado para além das alterações diretamente atribuíveis à alteração da contraparte para assegurar a compensação. Todas as condições acima referidas devem ser cumpridas para se continuar a contabilidade de cobertura de acordo com esta exceção. A emenda cobre novações efetuadas para contrapartes centrais, bem como para intermediários como sejam membros de câmaras de compensação, ou clientes dos últimos que sejam eles próprios intermediários. Para as novações que não cumpram os critérios da exceção, as entidades devem avaliar as alterações ao instrumento de cobertura à luz das regras de desreconhecimento de instrumentos financeiros e das condições gerais para continuar a aplicação da contabilidade de cobertura.

• **Emenda à IAS 32 – Instrumentos financeiros derivados (divulgações)**

A emenda clarifica o significado de “direito legal correntemente executável de compensar” e a aplicação da IAS 32 aos critérios de compensação de sistemas de compensação (tais como sistemas centralizados de liquidação e compensação) os quais aplicam mecanismos de liquidação brutos que não são simultâneos. O parágrafo 42 a) da IAS 32 requer que “um ativo financeiro e um passivo financeiro devem ser compensados e a quantia líquida apresentada no balanço quando, e apenas quando, uma entidade tiver atualmente um direito de cumprimento obrigatório para compensar as quantias reconhecidas”. Esta emenda clarifica que os direitos de compensar não só têm de ser legalmente correntemente executáveis no decurso da atividade normal mas também têm de ser executáveis no caso de um evento de incumprimento e no caso de falência ou insolvência de todas as contrapartes do contrato, incluindo da entidade que reporta. A emenda também clarifica que os direitos de compensação não devem estar contingentes de eventos futuros. O critério definido na IAS 32 para a compensação de instrumentos financeiros requer que a entidade de reporte pretenda, ou liquidar numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar simultaneamente o passivo. A emenda clarifica que só os mecanismos de liquidação pelo valor bruto que eliminam ou resultam em riscos de crédito e liquidez insignificantes em que o processo de contas a receber e a pagar é um único processo de liquidação ou ciclo podem ser, de facto, equivalentes a uma liquidação pelo valor líquido, cumprindo com efeito o critério de liquidação líquido previsto na norma.

• **Alterações à IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas, IFRS 12 Divulgação de Interesses Noutras Entidades e IAS 27 Demonstrações Financeiras Separadas (Regulamento n.º 1174/2013, de 20 de novembro)**

A IFRS 10 é emendada a fim de refletir melhor o modelo de negócio das entidades de investimento. Exige que essas entidades mensurem as suas filiais pelo justo valor através dos resultados, em vez de procederem à respetiva consolidação. A IFRS 12 é emendada a fim de exigir uma divulgação específica sobre essas filiais das entidades de investimento. As emendas à IAS 27 eliminaram ainda a opção que era dada às entidades de investimento no sentido de mensurarem os seus investimentos em determinadas filiais pelo custo ou pelo justo valor nas suas demonstrações financeiras separadas. As emendas à IFRS 10, à IFRS 12 e à IAS 27 implicam, por conseguinte, emendas à IFRS 1, IFRS 3, IFRS 7, IAS 7, IAS 12, IAS 24, IAS 32, IAS 34 e IAS 39, a fim de assegurar a coerência entre as normas internacionais de contabilidade.

• **Alterações à IAS 36 Imparidade de ativos (Regulamento n.º 1374/2013, de 19 de dezembro)**

As principais alterações envolvem: (i) a remoção do requisito de divulgação da quantia recuperável das unidades geradoras de caixa relativamente às quais não foi reconhecida qualquer imparidade; (ii) introdução do requisito de divulgar informação acerca dos pressupostos-chave, técnicas de avaliação e nível aplicável da hierarquia de justo valor para qualquer ativo individual (incluindo

o goodwill) ou para qualquer unidade geradora de caixa relativamente aos quais foi reconhecidas ou revertidas perdas de imparidade durante o período, e para as quais o valor recuperável consiste no justo valor menos custos de vender; (iii) introdução do requisito de divulgação das taxas de desconto que foram usadas no período corrente e em mensurações anteriores das quantias recuperáveis dos ativos em imparidade que tenham sido baseadas no justo valor menos custos de vender usando a técnica do valor presente; (iv) remoção do termo "material", por se ter considerado desnecessária a referência explícita quando a norma faz referência aos requisitos de divulgações para os ativos (incluindo goodwill) ou unidades geradoras de caixa, para os quais uma perda ou reversão "material" de imparidade tenha sido incorrida durante o período.

• **Alterações à IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração - Novação de Derivados e Continuação da Contabilidade de Cobertura (Regulamento n.º 1375/2013, de 19 de dezembro)**

O objetivo das alterações é o de resolver as situações em que um derivado designado como instrumento de cobertura é objeto de novação entre uma contraparte e uma contraparte central por razões legais ou regulamentares. A solução prevista permitirá a continuação da contabilidade de cobertura independentemente da novação, o que não seria permitido na ausência destas emendas.

• **Alterações à IAS 27 Demonstrações financeiras consolidadas e separadas (Revista em 2011)**

Com a introdução da IFRS 10 e IFRS 12, a IAS 27 limita-se a estabelecer o tratamento contabilístico relativamente a subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas nas contas separadas.

• **Alterações à IAS 28 Investimentos em associadas e joint ventures**

Com as alterações à IFRS 11 e IFRS 12, a IAS 28 foi renomeada e passa a descrever a aplicação do método de equivalência patrimonial também às joint ventures à semelhança do que já acontecia com as associadas.

As alterações e emendas nas normas acima referidas ou não são aplicáveis ou não é expectável que da sua adoção resulte qualquer efeito relevante nas demonstrações financeiras.

- Novas normas, interpretações e alterações, com data de entrada em vigor em exercícios com início em ou após 01 de Janeiro de 2015:

• **Adoção da IFRIC 21 Taxas (Regulamento n.º 634/2014, de 13 de junho)**

Esta interpretação diz respeito à contabilização de um passivo correspondente ao pagamento de uma taxa caso esse passivo seja abrangido pela IAS 37. Diz igualmente respeito à contabilização de um passivo pelo pagamento de uma taxa cujo calendário e montante são conhecidos. Contudo, esta interpretação não diz respeito à contabilização dos custos decorrentes do reconhecimento de um passivo correspondente ao pagamento de uma taxa. As entidades deverão aplicar outras normas para determinar se o reconhecimento de um passivo correspondente ao pagamento de uma taxa dá origem a um ativo ou a uma despesa, não estando igualmente abrangidas: a) saídas de recursos abrangidas pelo âmbito de aplicação de outras normas (como por exemplo os impostos sobre o rendimento, que são do âmbito da IAS 12 Impostos sobre o rendimento); e b) coimas ou outras sanções aplicadas por infração da legislação. A interpretação esclarece que uma entidade reconhece um passivo para uma taxa quando a atividade que desencadeia pagamento ocorre, tal conforme identificada pela legislação pertinente. Para uma taxa que é desencadeada ao atingir um limiar mínimo, esta interpretação clarifica que nenhuma responsabilidade deve ser antecipada antes do limite mínimo especificado ser atingido. Uma entidade deve aplicar, no relatório financeiro intercalar, os mesmos princípios de reconhecimento de taxas que aplica nas demonstrações financeiras anuais, sendo requerida aplicação retrospectiva.

• **IAS 19 R – Benefícios de Empregados (Emenda): Contribuições de empregados**

Esta emenda aplica-se a contribuições de empregados ou terceiros para planos de benefícios definidos. Simplifica a contabilização das contribuições que sejam independentes do número de anos de prestação de serviço do empregado, como por exemplo, contribuições efetuadas pelo empregado que sejam calculadas com base numa percentagem fixa do salário, que sejam uma quantia fixa ao longo de todo o período de serviço ou uma quantia que dependa da idade do empregado. Tais contribuições passam a poder ser reconhecidas como uma redução dos custos do serviço no período em que o serviço é prestado.

370
2014
W

• Melhorias anuais relativas ao ciclo 2010-2012

Nas Melhorias anuais relativas ao ciclo 2010-2012, o IASB introduziu sete melhorias em sete normas cujos resumos se apresentam de seguida:

IFRS 2 Pagamentos com base em Acções

Actualiza definições, clarifica o que se entende por condições de aquisição e clarifica ainda situações relacionadas com preocupações que haviam sido levantadas sobre condições de serviço, condições de mercado e condições de performance..

IFRS 3 Combinações de Negócios

Introduz alterações no reconhecimento das alterações de justo valor dos pagamentos contingentes que não sejam instrumentos de capital. Tais alterações passam a ser reconhecidas exclusivamente em resultados do exercício.

IFRS 8 Segmentos Operacionais

Requer divulgações adicionais (descrição e indicadores económicos) que determinaram a agregação do segmentos. A divulgação da reconciliação do total dos activos dos segmentos reportáveis com o total de activos da entidade só é exigida se for também reportada ao gestor responsável, nos mesmos termos da divulgação exigida para os passivos do segmento.

IFRS 13 Mensuração ao Justo valor

Clarifica que as contas a receber e as contas a pagar sem juro declarado podem ser mensuradas ao valor nominal quando o efeito do desconto é imaterial. Assim, a razão pela qual foram eliminados parágrafos da IAS 9 e IAS 39 nada teve a ver com alterações de mensuração mas sim com o facto de a situação em concreto ser imaterial e, por esse facto, não ser obrigatório o seu tratamento conforme já previsto na IAS 8.

IAS 16 Activos fixos tangíveis e IAS 38 Activos intangíveis

No caso de revalorização a norma passa a prever a possibilidade de entidade poder optar entre proceder ao ajustamento do valor bruto com base em dados observáveis no mercado ou que possa alocar a variação, de forma proporcional, à alteração ocorrida no valor contabilístico sendo, em qualquer dos casos, obrigatória a eliminação das amortizações acumuladas por contrapartida do valor bruto do activo. Estas alterações só se aplicam a revalorização efectuadas no ano em que a alteração for aplicada pela primeira vez e ao período imediatamente anterior. Pode fazer a reexpressão para todos os períodos anteriores mas não é obrigada a fazê-lo. Contudo, se não fizer, deverá divulgar o critério usado nesses períodos.

IAS 24 Divulgações de Partes Relacionadas

Clarifica que uma entidade de gestora – uma entidade que presta serviços de gestão – é uma parte relacionada sujeita aos requisitos de divulgação associados. Adicionalmente, uma entidade que utilize os serviços de uma entidade de gestão é obrigada a divulgar os gastos incorridos com tais serviços.

• Melhorias anuais relativas ao ciclo 2011-2013

Nas Melhorias anuais relativas ao ciclo 2011-2013, o IASB introduziu quatro melhorias em outras tantas normas cujos resumos se apresentam de seguida:

IFRS 1 Adopção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato financeiro

Clarifica o que se entende por normas em vigor.

IFRS 3 Combinações de Negócios

Actualiza a excepção de aplicação da norma a "Acordos Conjuntos" clarificando que a única exclusão se refere à contabilização da criação de um acordo conjunto nas demonstrações financeiras do próprio acordo conjunto.

IFRS 13 Mensuração ao Justo valor

Actualiza o parágrafo 52 no sentido de a excepção ao porfolio passar a incluir também outros contratos que estejam no âmbito ou sejam contabilizados de acordo com a IAS 39 ou a IFRS 9, independentemente de satisfazerem as definições de activos financeiros ou passivos financeiros nos termos na IAS 32.

IAS 40 Propriedades de Investimento

Clarifica que é à luz da IFRS 3 que se deve determinar se uma dada transação é uma combinação de negócios ou compra de activos e não a descrição existente na IAS 40 que permite distinguir a classificação de uma propriedade como sendo de investimento ou como sendo propriedade ocupada pelo dono.

As alterações e emendas nas normas acima referidas ou não são aplicáveis ou não é expectável que da sua adoção resulte qualquer efeito relevante nas demonstrações financeiras.

- Novas normas, interpretações e alterações, ainda não endossadas pela União Europeia, com data de entrada em vigor em exercícios com início em ou após 01 de Janeiro de 2015:

- IFRS 9 Instrumentos financeiros (emitida em 24 de Julho de 2014)
- IFRS 10 e IAS 28: Venda ou entrega de ativos por um investidor à sua associada ou empreendimento conjunto (Emendas emitidas em 11 de Setembro de 2014)
- IFRS 10, IFRS 12 e à IAS 28: Entidades de investimento: Aplicação da exceção de consolidação (Emendas emitidas em 18 de Dezembro de 2014)
- IFRS 11: Contabilização da aquisição de participações em operações conjuntas (Emendas emitidas em 6 de Maio de 2014)
- IAS 27: Método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas (Emenda emitida em 12 de Agosto 2014)
- IFRS 14 Contas de diferimento relacionadas com atividades reguladas (emitida em 30 de Janeiro de 2014)
- IFRS 15 Rédito de contratos com clientes (emitida em 28 de Maio de 2014)
- IAS 1: Clarificação sobre divulgações no relato financeiro (Emendas emitidas em 18 de Dezembro de 2014)
- IAS 16 e à IAS 41: Plantas que geram produto agrícola (Emendas emitidas em 30 de Junho de 2014)
- IAS 16 e à IAS 38: Clarificação sobre os métodos de cálculo de depreciação e amortização permitidos (Emendas emitidas em 12 de Maio de 2014)
- Melhorias anuais relativas ao ciclo 2012-2014 (emitidas em 25 de Setembro de 2014)
 - IFRS 5 – Ativos não correntes detidos para venda e Operações descontinuadas*
 - IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações*
 - IAS 19 – Benefícios de Empregados*
 - IAS 34 – Relato Financeiro Intercalar*

2.2 Conversão cambial

2.2.1 Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Simtejo estão mensurados na moeda do ambiente económico em que a entidade opera (moeda funcional). As demonstrações financeiras da Simtejo e respetivas notas são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário.

2.2.2 Transações e saldos

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes da liquidação das transações bem como da conversão pela taxa à data do balanço, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados, exceto quando respeitam a uma extensão do investimento numa operação estrangeira, situação em que serão diferidos em capital próprio de acordo com o IAS 21. Os elementos não monetários valorizados ao justo valor são atualizados pela taxa de

371

2014

MK

câmbio à data da determinação do mesmo, sendo o efeito da variação cambial registado conjuntamente com a variação registada no justo valor desses mesmos elementos. As diferenças cambiais apuradas, são assim registadas em resultados do exercício ou em "Outras reservas", consoante o registo apropriado para o reconhecimento de ganhos ou perdas para o elemento não monetário em causa. A conversão em moeda funcional da Simtejo de elementos não monetários valorizados ao custo histórico é obtida pela aplicação da taxa de câmbio à data da transação.

2.2.3 Cotações utilizadas

As cotações de moeda estrangeira utilizadas para conversão de transações expressas em moeda diferente do euro ou para a atualização de saldos expressos em moeda estrangeira, foram as seguintes:

País	Moeda	31.12.2014		31.12.2013	
		médio	final	médio	final
Franco Suíço	CHF	0,8240	0,8300	0,8180	0,8157
Coroa Norueguesa	NOK	0,1177	0,1100	0,1254	0,1186

2.3 Atividade regulada – reconhecimento de ativos e passivos regulatórios

2.3.1 Introdução

A Simtejo, enquanto empresa gestora de SMM (sistemas multimunicipais) atua no âmbito das atividades reguladas. O maior efeito da regulação sobre a atividade das empresas está no escrutínio que a entidade reguladora (ERSAR – Decreto Lei n.º 362/98, de 18 de novembro, com as alterações introduzidas pelos Decreto Lei n.º 151/2002, de 23 de maio, e Decreto Lei n.º 277/2009, de 2 de outubro) faz da tarifa a aplicar aos serviços prestados aos utilizadores e bem como do respetivo orçamento anual.

De acordo com este escrutínio, as tarifas a praticar pelas empresas carecem da aprovação pelo órgão que exerce o poder concedente, mediante o parecer do regulador sobre a sua adequabilidade.

Tendo em conta a hierarquia definida no IAS 8, a Simtejo, S.A., com atividade regulada, adotou as regras internacionalmente aplicadas às empresas que atuam em mercados com estas características (nomeadamente o FAS 71, emitido pelo FASB e o ED/2009/8 emitido pelo IASB). Assim, são definidos um conjunto de critérios para o reconhecimento de ativos e passivos relacionados com regras regulatórias. Essas regras determinam que a Empresa deva reconhecer nas suas demonstrações financeiras os efeitos da sua atividade operacional, desde que preste serviços cujos preços estejam sujeitos a regulação.

Só são passíveis de serem reconhecidos ativos e passivos regulatórios se, e só se:

- (i) um órgão credenciado (como o regulador) determinar o preço que uma entidade deve cobrar aos seus clientes pelos bens ou serviços que esta presta, e que esse preço vincula os clientes a aceitá-lo, e
- (ii) o preço estabelecido pela regulação (a tarifa) for determinado de modo a recuperar custos específicos incorridos de modo a prestar os bens ou serviços e a obter uma determinada remuneração.

A atividade da Simtejo, S.A. é regulada, no sentido de que os preços são fixados por uma terceira entidade (Ministério do Ambiente) sob parecer do Regulador – ERSAR, Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos, I.P., estando deste modo enquadrada no âmbito deste normativo.

Resumidamente, é requerido que uma empresa reconheça ativos regulatórios ou passivos regulatórios se o regulador permitir a recuperação de custos anteriormente incorridos ou reembolsar montantes anteriormente cobrados, e a ser remunerado sobre as suas atividades reguladas, através de ajustamentos ao preço cobrado aos seus clientes. Ou seja, quando existe o direito a aumentar ou a obrigação de diminuir as tarifas em períodos futuros em resultado da prática atual ou expectável do regulador, (i) uma entidade deve reconhecer um ativo regulatório de modo a recuperar um custo anteriormente incorrido e obter uma determinada remuneração, ou; (ii) uma entidade deve reconhecer um passivo regulatório de modo a reembolsar valores previamente cobrados e a pagar uma determinada remuneração. O efeito de aplicar os requisitos referidos no parágrafo anterior corresponde ao reconhecimento inicial de um ativo (ou passivo), que de outro modo seriam reconhecidos em resultados, como um gasto (ou um rendimento).

Encontram-se abrangidos nesta categoria os acréscimos de custos para investimento contratual. Assim, de acordo com a regra de reconhecimento de ativos e passivos regulatórios, estes ativos (e/ou passivos) deverão ser reconhecidos em balanço uma vez que a recuperação do seu custo (e/ou reembolso do passivo) é elegível para efeito da determinação da tarifa pelo regulador em períodos subsequentes.

2.3.2 Acréscimos de custos para investimentos contratuais

Em cumprimento do estipulado nos contratos de concessão e com as regras regulatórias, e sempre que aplicável, é registada a quota-parte anual dos gastos estimados para fazer face aos encargos futuros em investimentos contratuais (regulados) ou em investimentos de expansão (regulados) da concessão.

Estes acréscimos são calculados com base no investimento contratual definido no modelo económico de suporte ao contrato de concessão, e são registadas em resultados por contrapartida de passivo não corrente.

Saliente-se que os acréscimos de gastos para investimentos contratuais visam garantir o princípio da especialização dos exercícios e o balanceamento, durante o prazo de vigência dos contratos de concessão com o Estado, dos rendimentos (tarifas) e dos gastos (incorridos e a incorrer) que constituem a sua base de cálculo.

Na prática estes acréscimos, correspondem a uma responsabilidade por reembolso futuro à tarifa, permitindo um nível de estabilização da mesma, bem como o balanceamento, durante o prazo de vigência dos contratos de concessão com o Estado, dos rendimentos (tarifas) e dos gastos (incorridos e a incorrer) referidos anteriormente.

Estes acréscimos são reconhecidos em gastos na rubrica gastos de depreciação e de amortização e no passivo (não corrente), sendo transferido o passivo para amortizações acumuladas aquando da concretização do investimento subjacente.

2.4 Atividade concessionada – IFRIC 12

2.4.1 Enquadramento

O IFRIC 12 define as regras a observar na contabilização dos contratos de concessão, atendendo aos serviços que presta e ao poder de controlo sobre os ativos da concessão. Nos termos desta norma a Simtejo presta dois tipos de serviços: o de construção, modernização e renovação das infraestruturas afetas ao sistema; e o de exploração e gestão (operar e manter) do sistema constituído pelas infraestruturas, necessárias à prestação de serviços aos utilizadores. Deste modo a empresa deve reconhecer e mensurar o rédito (proveito) dos serviços que presta de acordo com o disposto nos IAS 11 – Contratos de construção e IAS 18 – Rédito.

Se a empresa prestar mais que um serviço (i.e. construção ou modernização dos serviços e operação) ao abrigo de um só contrato de concessão, o valor (preços ou tarifas) a receber deve ser distribuído de acordo com os seus justos valores, quando estes forem individualmente (separadamente) identificáveis. A natureza do preço e da tarifa determina o seu tratamento contabilístico. A empresa deve reconhecer o rédito e os gastos relacionados com a construção ou modernização das infraestruturas de acordo com o IAS 11. A empresa deve reconhecer o rédito e os gastos relacionados com a operação de acordo com o IAS 18. Adicionalmente prescreve que a infraestrutura no âmbito do IFRIC 12 não deve ser reconhecida como imobilizado corpóreo do operador (ou concessionária) porque o contrato de concessão não lhe dá o direito de a controlar. O operador tem acesso e opera a infraestrutura para prestar um serviço público em nome do concedente, de acordo com os termos do contrato. Nos termos do contrato de concessão, no âmbito desta norma, o operador (ou concessionária) atua como um prestador de serviços. O operador (ou concessionária) constrói ou moderniza a infraestrutura (construção ou modernização dos serviços) utilizados para prestar serviços públicos e opera e mantém a infraestrutura (operação) durante um período específico de tempo. Se o operador (ou concessionária) construir ou modernizar as infraestruturas, o valor (tarifa) recebido ou a receber pelo operador deve ser reconhecido pelo seu justo valor, e este corresponde a um valor que se materializa num direito que corresponde a: (a) um ativo financeiro, ou (b) um ativo intangível. O operador (ou concessionária) deve reconhecer um ativo financeiro na medida em que tem um direito contratual de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção; o concedente não tem como evitar o pagamento, uma vez que o contrato tem a força de lei. O operador (ou concessionária) tem um direito incondicional de receber dinheiro se o concedente garantir contratualmente esse pagamento ao operador que corresponde a (a) um montante específico, ou (b) à diferença, se existir, entre os montantes recebidos dos utilizadores do serviço público, e outro montante específico, mesmo que o pagamento seja contingente ao facto de operador (ou concessionária) assegurar que a infraestrutura está de acordo com os requisitos de qualidade e eficiência. O operador (ou concessionária) deve reconhecer um ativo intangível na medida em que recebe um direito (licença) de cobrar os utilizadores por

372
2014
MX

um serviço público. O direito a cobrar aos utilizadores por um serviço público não é um direito incondicional de cobrança, porque os montantes estão condicionados ao facto de os utilizadores utilizarem o serviço.

2.4.2 Classificação da infraestrutura

Contratualmente, a Simtejo assenta num modelo tendente à classificação da infraestrutura como ativo financeiro, uma vez que não apresentam risco, tendo direito a uma remuneração (mínima) anual garantida contratualmente, cujo recebimento pode ser diferido no tempo, mas que está assegurado.

No entanto, a definição de ativo financeiro, estabelecida pelo IAS 32, não está associada ao risco mas ao direito presente e incondicional a receber dinheiro ou outro ativo financeiro. De entre os vários mecanismos de reequilíbrio dos contratos de concessão das empresas do Grupo AdP, aumento de tarifas, indemnização direta do concedente e/ou extensão do prazo de concessão, a extensão de prazo não cumpre com os requisitos previstos naquela norma (IAS 32), uma vez que constitui um direito futuro a cobrar aos utilizadores, inviabilizando a opção pelo reconhecimento do ativo financeiro. Deste modo, a Simtejo como concessionária de sistema multimunicipal classifica as infraestruturas dos sistemas que exploram como ativos intangíveis – Direito de utilização de infraestruturas.

Os ativos intangíveis (direitos de exploração) são registados ao custo de aquisição ou produção, incluindo os gastos e rendimentos (líquidos) diretos e indiretamente relacionados com os projetos de investimento, que são capitalizados em ativos intangíveis em curso. Os gastos que podem ser capitalizados são os relacionados com a realização do investimento. Os gastos operacionais são afetados ao ativo intangível em curso através de uma percentagem calculada em função da afetação do pessoal aos respetivos projetos. Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos para financiamento do investimento em curso são capitalizados na sua totalidade até à entrada em exploração do sistema.

As despesas com grandes reparações e benfeitorias às infraestruturas da concessão (incluindo bens de substituição), por via da regulação económica da concessão, são especificamente remuneradas na medida em que concorrem igualmente para a formação da tarifa (ou seja têm uma recuperação implícita na aceitação da amortização pelo regulador), são contabilizadas no ativo intangível e amortizadas nos mesmos termos do restante ativo intangível. As despesas de conservação e manutenção correntes, são reconhecidas em resultados nos respetivos exercícios em que ocorrem.

2.4.3 Amortizações

O direito de utilização de infraestruturas, é amortizado numa base sistemática de acordo com o padrão de obtenção dos benefícios económicos ao mesmo, e são determinados pela regulação económica e a aceitação dos gastos de amortização na formação anual das tarifas por parte do regulador.

As amortizações são calculadas pelo método da soma das unidades, isto é pela amortização dos investimentos contratuais, que constam do estudo de viabilidade económico e financeira utilizado, tendo como base os caudais de efluente faturados nesse exercício e os efluentes a faturar até ao final da concessão previstos no estudo de viabilidade económico e financeiro anexo ao contrato de concessão.

Salientam-se os dados apresentados na tabela em baixo:

Ano	Total do investimento do contrato de concessão	Número de anos do contrato de concessão	Total de caudais do contrato de concessão m3	Total do investimento da concessão revisto	Número de anos da concessão	Total de caudais revisto m3	Taxa média de amortização do ano
2014	494.925.839	30	3.111.702	705.894.976	43	4.057.318.900	3,24%

2.4.4 Valor residual

Os investimentos adicionais de expansão ou modernização, cuja vida útil se prolongue para além do prazo da concessão, poderão apresentar valor residual que dará lugar a uma indemnização equivalente ao valor não amortizado a essa data. Estes montantes são classificados como ativos financeiros – valor a receber.

2.4.5 Rédito – serviços de construção

De acordo com o IFRIC 12 – contratos de concessão, o rédito dos serviços de construção deve ser reconhecido de acordo com o IAS 11 – contratos de construção. A Simtejo na fase de construção das infraestruturas atua como um “agente”/intermediário, transferindo os riscos e os retornos a um terceiro (que constrói), sem apropriação de qualquer margem no decurso da sua atividade operacional, pelo que o rédito e encargos com a aquisição de infraestruturas apresentam igual montante. Assim, e tendo em conta a atividade regulada da Simtejo, o rédito reconhecido é aquele que resulta da aplicação das tarifas aprovadas pelo concedente e escrutinadas pelo regulador.

2.4.6 Prazo da concessão e indexante

	Tipo	Prazo	Período	Remuneração acionista	
				Taxa	Incidência
Simtejo	Concessão	43 anos	2001-2044	OT 10 anos + 3%	C. Social + Res. Legal

2.5 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se valorizados ao custo, deduzido de eventuais perdas de imparidade, sendo depreciado em função da sua vida útil estimada. Os dispêndios diretamente atribuíveis à aquisição dos bens e à sua preparação para entrada em funcionamento estão a ser considerados no seu valor de balanço.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contabilístico do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios económicos fluirão para a empresa e o custo possa ser mensurado com fiabilidade. A depreciação dos mesmos é efetuada durante a vida útil remanescente do bem ou até à próxima reparação, das duas a que ocorrer mais cedo. A componente substituída do bem é identificada e reconhecida em resultados.

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos para financiamento do investimento em curso são capitalizados na sua totalidade até à entrada em exploração ativo. Os demais dispêndios com reparações e manutenção são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

A depreciação dos ativos fixos tangíveis afetos à exploração é efetuada com base na vida útil estimada a partir do momento em que os mesmos estejam aptos a entrar em funcionamento. O valor depreciável é obtido mediante a dedução do valor residual expectável no final da vida útil estimada.

As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis, são traduzidas nas seguintes percentagens:

Naturezas	Taxa anual máxima
Edifícios e outras construções	4,00%
Equipamento básico	12,50%
Equipamento de transporte	25,00%
Ferramentas e utensílios	14,28%
Equipamento administrativo	14,28%

Os terrenos não são objeto de depreciação.

A depreciação dos bens para os quais existe uma intenção de venda é suspensa, passando os mesmos a serem classificados como ativos detidos para venda.

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, e quando necessário registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil.

No final de cada exercício o Conselho de Administração revê os métodos de depreciação e as vidas úteis estimadas para cada ativo de forma que sejam fielmente refletidos os padrões de consumo de benefícios dos ativos durante os anos da sua utilização pela Simtejo. Eventuais alterações destes pressupostos serão tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e alvo de aplicação prospetiva.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre os recebimentos das alienações e a quantia contabilística do ativo, e são reconhecidos como rendimentos ou gastos na demonstração dos resultados.

2.6 Ativos intangíveis

2.6.1 Direitos de utilização de infraestruturas

Ver nota 2.4.2.

2.6.2 Outros ativos intangíveis

Os restantes ativos intangíveis (despesas de desenvolvimento de software, as despesas com propriedade intelectual e outros direitos) são contabilisticamente relevadas pelo seu valor de custo líquido de amortizações acumuladas. Estas rubricas são amortizadas pelo método das quotas constantes normalmente por um período de três a dez anos. Investimentos que aumentem a performance dos programas de *software* para além das suas especificações originais são adicionados ao custo original do *software*. Os custos de implementação do *software* reconhecidos como ativos são amortizados usando o método das quotas constantes sobre as suas vidas úteis, nomeadamente de 3 a 6 anos. Os sistemas corporativos e transacionais de grande parte do Grupo desenvolvidos sobre as plataformas SAP são amortizados usando o método das quotas constantes sobre a sua vida útil de 10 anos.

2.7 Ativos e passivos financeiros

As compras e vendas destes investimentos são reconhecidos à data da negociação ou da assinatura dos respetivos contratos de compra e venda, independentemente da sua data de liquidação. No momento inicial, os investimentos são inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, que é o justo valor do preço pago, incluindo despesas de transação, exceto para os ativos valorizados ao justo valor através de resultados, em que os custos de transação são imediatamente reconhecidos nos resultados. Estes ativos não são reconhecidos quando: (i) expiram os direitos contratuais do Grupo quanto ao recebimento dos seus fluxos de caixa; ou (ii) o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua posse, ou o controlo sobre os ativos.

2.7.1 Classificação de ativos financeiros

Os ativos financeiros da Simtejo são classificados nas categorias que abaixo se descrevem. A classificação depende do objetivo de aquisição do investimento e é determinada no momento de reconhecimento inicial (data da negociação – trade date) dos investimentos e reavaliada em cada data de relato subsequente. O Conselho de Administração determina a classificação dos seus investimentos à data de aquisição e reavalia essa classificação numa base regular. A Simtejo classifica os seus ativos financeiros nas seguintes categorias: i) empréstimos e contas a receber; ii) investimentos detidos até à maturidade; iii) investimentos mensurados ao justo valor através de resultados (detido para negociação); iv) ativos financeiros disponíveis para venda.

2.7.1.1 Empréstimos e contas a receber

Correspondem a ativos financeiros não derivados, com recebimentos fixos ou determináveis para os quais não existe um mercado de cotações ativo. Estes ativos correspondem a duas naturezas: (i) ativos originados do decurso normal das atividades operacionais no fornecimento de água e outros serviços associados e sobre os quais não existe intenção de negociar; e (ii) investimentos efetuados nas empresas com concessões multimunicipais, que de acordo com as condições particulares dos contratos de concessão subjacentes, qualificam como um empréstimo concedido remunerado a uma taxa contratada.

Os empréstimos e contas a receber são registados inicialmente ao justo valor e subsequentemente pelo custo amortizado, com base na taxa de juro efetiva, deduzidos de eventuais perdas de imparidade. As perdas de imparidade são registadas com base na estimativa e avaliação das perdas associadas aos créditos de cobrança duvidosa, na data do balanço, por forma a que reflitam o seu valor realizável líquido.

São registados ajustamentos por imparidade quando existam indicadores objetivos de que a Simtejo não irá receber todos os montantes que lhe são devidos de acordo com os termos originais dos contratos estabelecidos. Na identificação de situações de imparidade são utilizados indicadores como: análise de incumprimento; incumprimento há mais de 6 meses; dificuldades financeiras do devedor; probabilidade de falência do devedor.

Quando os valores a receber de clientes ou outros devedores se encontrem vencidos, e sejam objeto de renegociação dos seus termos, deixam de ser considerados vencidos e passam a ser tratados como novos créditos.

2.7.1.2 Investimentos detidos até à maturidade

Os investimentos detidos até à maturidade são classificados como investimentos não correntes, exceto se o seu vencimento for inferior a 12 meses da data do balanço, sendo registados nesta rubrica os investimentos com maturidade definida para os quais a Simtejo tem intenção e capacidade de os manter até essa data. Os investimentos detidos até à maturidade são registados ao custo amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

2.7.1.3 Ativos financeiros mensurados ao justo valor por resultados

Esta categoria engloba: (i) os ativos financeiros de negociação que são adquiridos com o objetivo principal de serem transacionados no curto prazo; (ii) os ativos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados. Nesta categoria integram-se os derivados que não qualifiquem para efeitos de contabilidade de cobertura.

As alterações de justo valor são reconhecidas diretamente em resultados do exercício, na rubrica de proveitos financeiros. Estes ativos são classificados como ativos correntes se forem detidos para venda ou se for expectável a sua realização num período de 12 meses, após a data do balanço.

2.7.2 Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumem. O IAS 39 – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração, prevê a classificação dos passivos financeiros em duas categorias: (i) passivos financeiros ao justo valor por via de resultados; (ii) outros passivos financeiros. Os outros passivos financeiros incluem Empréstimos obtidos e Fornecedores e outras contas a pagar.

2.7.2.1 Passivos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados

Os passivos financeiros ao justo valor por via de resultados, incluem passivos não derivados com o objetivo de vender no curto prazo e os instrumentos financeiros derivados que não qualifiquem para efeitos de contabilidade de cobertura, e sejam classificados desta forma no seu reconhecimento inicial. Os ganhos e perdas resultantes da alteração de justo valor de passivos mensurados ao justo valor através de resultados, são reconhecidos em resultados do período.

2.7.2.2 Empréstimos bancários

Os empréstimos são reconhecidos inicialmente ao justo valor deduzidos de custos de transação incorridos e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado. Qualquer diferença entre o valor de emissão (líquido de custos de transação incorridos) e o valor nominal é reconhecido em resultados durante o período de existência dos empréstimos de acordo com o método do juro efetivo. Os empréstimos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a Simtejo, S.A. possuir um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificado no passivo não corrente.

2.7.2.3 Fornecedores e outras contas a pagar

Os saldos de fornecedores e outras contas a pagar são inicialmente registados pelo seu valor nominal, o qual se entende ser o seu justo valor, e subsequentemente são registados ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa de juro efetiva. Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

2.8 Clientes e outras contas a receber

Os saldos de clientes e outras contas a receber são valores a receber pela venda de mercadorias ou de serviços prestados pela Simtejo no curso normal das suas atividades. São inicialmente registados ao justo valor e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado de acordo com o método da taxa de juro efetivo, deduzidos de provisões para perdas de imparidade.

Os clientes com os quais foram estabelecidos acordos de pagamentos são classificados como não correntes, quando esses acordos se estendem por mais de um exercício. O não cumprimento do acordo, implica a reclassificação do saldo como dívida corrente, vencida.

2.9 Inventários

Os inventários estão valorizados ao mais baixo do custo de aquisição (o qual inclui todas as despesas até à sua entrada em armazém) e do valor realizável líquido. O valor realizável líquido resulta do preço de venda estimado no decurso da atividade normal da empresa, deduzido das despesas variáveis de venda. O método de custeio adotado para a valorização das saídas de armazém é o custo médio.

2.10 Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa incluem numerário, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de liquidez elevada e com maturidades iniciais até três meses e descobertos bancários, sem risco significativo de alteração de valor. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica "Dívidas a instituições de crédito – curto prazo", os quais são também considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa.

2.11 Imparidade

2.11.1 Imparidade de ativos financeiros

É analisado a cada data de balanço se existe evidência objetiva que um ativo financeiro ou um Grupo de ativos financeiros se encontra em imparidade.

Clientes, devedores e outros ativos financeiros

São registados ajustamentos para perdas por imparidade quando existem indicadores objetivos que a Simtejo não irá receber todos os montantes a que tinha direito de acordo com os termos originais dos contractos estabelecidos. Na identificação de situações de imparidade são utilizados diversos indicadores, tais como: (i) análise de incumprimento; (ii) dificuldades financeiras do devedor; (iii) probabilidade de falência do devedor.

O ajustamento para perdas de imparidade é determinado pela diferença entre o valor recuperável e o valor de balanço do ativo financeiro e é registada por contrapartida de resultados do exercício. O valor de balanço destes ativos é reduzido para o valor recuperável através da utilização de uma conta de ajustamentos. Quando um montante a receber de clientes e devedores é considerado irrecuperável é abatido por utilização da conta de ajustamentos para perdas de imparidade acumuladas. As recuperações subsequentes de montantes que tenham sido abatidos são registadas em resultados. Quando valores a receber de clientes ou a outros devedores que se encontrem vencidos, são objeto de renegociação dos seus termos, deixam de ser considerados como vencidos e passam a ser tratados como novos créditos.

2.11.2 Imparidade de ativos não financeiros

Os ativos da Simtejo são analisados à data de cada balanço por forma a detetar indicações de eventuais perdas por imparidade. Se essa indicação existir, o valor recuperável do ativo é avaliado. Para Goodwill e outros ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é avaliado anualmente à data do balanço, tendo em conta as premissas dos contratos de concessão, o valor recuperável corresponde ao valor de uso, e esta por sua vez corresponde à remuneração garantida (dividendo) em cada um dos anos ao longo do prazo da concessão. Estes montantes são parte integrante do EVEF (estudo de viabilidade económica e financeira) anexos aos contratos de concessão que são reenviados anualmente para o regulador do sector. Sempre que existem indicações de potenciais perdas por imparidade é determinado o valor recuperável dos ativos da Simtejo. Sempre que o valor contabilístico de um ativo, ou da unidade geradora de caixa onde o mesmo se encontra inserido, excede a quantia recuperável, é reduzido até ao montante recuperável sendo esta perda por imparidade reconhecida nos resultados do exercício.

Para as unidades geradoras de caixa com atividade iniciada há menos que um certo período de tempo (2 a 3 anos) a Simtejo efetua uma análise da imparidade, no entanto na medida em que os respetivos negócios não terão atingido ainda maturidade suficiente,

são reconhecidas perdas por imparidade quando existam indicadores inequívocos de que a sua recuperabilidade é considerada remota.

Determinação da quantia recuperável dos ativos

A quantia recuperável de contas a receber de médio e longo prazo corresponde ao valor atual dos futuros recebimentos esperados, utilizando como fator de desconto a taxa de juro efetiva implícita na operação original. Para os restantes ativos, a quantia recuperável é a mais alta do seu preço de venda líquido e do seu valor de uso. Na determinação do valor de uso de um ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados utilizando uma taxa de desconto antes de impostos que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos do ativo em questão. A quantia recuperável dos ativos que por si só não geram fluxos de caixa independentes é determinada em conjunto com a unidade geradora de caixa onde os mesmos se encontram inseridos.

Reversão de perdas por imparidade

Uma perda por imparidade reconhecida num valor a receber de médio e longo prazo só é revertida caso a justificação para o aumento da respetiva quantia recuperável assente num acontecimento com ocorrência após a data do reconhecimento da perda por imparidade. As perdas por imparidade relativas a outros ativos são revertidas sempre que existam alterações nas estimativas usadas para a determinação da respetiva quantia recuperável. As perdas por imparidade são revertidas até ao valor, líquido de amortizações, que o ativo teria caso a perda por imparidade não tivesse sido reconhecida.

2.12 Capital

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio. Os gastos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

2.13 Dividendos a pagar

Os dividendos são reconhecidos como passivo quando declarados.

2.14 Subsídios do governo

Os subsídios para investimento são reconhecidos quando existe uma segurança razoável que o subsídio será recebido e que a Simtejo cumprirá as obrigações inerentes ao seu recebimento. Os subsídios para investimento relativos à aquisição e/ou construção de ativos tangíveis e/ou intangíveis são incluídos nos passivos não-correntes e são creditados na demonstração dos resultados com base no mesmo método da amortização dos ativos subjacentes.

Os restantes subsídios são diferidos e reconhecidos na demonstração dos resultados no mesmo período dos gastos que pretendem compensar.

2.15 Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões apenas são reconhecidas quando existe uma obrigação presente que resulte de eventos passados, para a liquidação da qual seja provável a necessidade de afetação de recursos internos e cujo montante possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a Simtejo divulgará tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para liquidação do mesmo seja considerada remota. Quando há um número elevado de obrigações similares, a probabilidade de gerar um exfluxo de recursos internos é determinada em conjunto. A provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de exfluxo de recursos internos relativamente a um elemento incluído na mesma classe de obrigações possa ser reduzida.

As provisões são mensuradas ao valor presente, à data do balanço, da melhor estimativa do Conselho de Administração sobre o dispêndio necessário para liquidar a obrigação. A taxa de desconto usada para determinar o valor presente reflete a expectativa atual de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

Ativos e passivos contingentes

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas divulgados nas notas anexas. Nos casos em que a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos for remota ou se for pouco provável que ocorra o influxo de benefícios económicos, os respetivos passivos contingentes ou ativos contingentes não são divulgados.

2.16 Fiscalidade

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais.

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo de balanço, considerando-se as diferenças temporárias provenientes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras. O imposto diferido que surja pelo reconhecimento inicial de um ativo ou passivo numa transação que não seja uma concentração empresarial, que à data da transação não afeta nem o resultado contabilístico nem o resultado fiscal, não é registado. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização da diferença temporária ou quando se espera a reversão de um imposto diferido ativo para a mesma altura e com a mesma autoridade

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada, à data do balanço e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos. As diferenças que possam advir de alterações expectáveis das taxas a que irão reverter as diferenças temporais tributáveis são consideradas na demonstração dos resultados.

Os impostos diferidos são registados no resultado líquido ou em "Outras reservas" consoante o registo da transação ou evento que lhes deu origem.

2.17 Rédito

O rédito compreende o justo valor da venda de bens e prestação de serviços, líquido de impostos e descontos e após eliminação das vendas internas. Tal como referido na nota 2.4.5 a Simtejo apenas reconhece o rédito que resulta da aplicação da tarifa aprovada pelo concedente e escrutinadas pelo regulador. O rédito é reconhecido como segue:

2.18 Prestação de serviços

Atividade regulada - Serviços em "alta" – Saneamento

O rédito é reconhecido com base em valores mínimos garantidos.

Atividade não regulada

A tarifa de disponibilidade encontra-se suportada num contrato estabelecido com o cliente, em que o preço do serviço se encontra definido. O valor do contrato é reconhecido mensalmente no mês a que respeita a prestação do serviço;

2.18.1 Juros

O rendimento de juros é reconhecido com base na taxa de juro efetiva e são registados no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização do exercício (ou do acréscimo).

Quando uma conta a receber é ajustada por imparidade, a Simtejo reduz o seu valor contabilístico para o seu valor recuperável, no entanto os cash flows futuros estimados continuam a ser descontados à taxa de juro efetiva inicial (antes da imparidade) e a regularização do desconto a ser considerado como um rendimento de juros.

2.19 Trabalhos para a própria empresa

Nesta rubrica são reconhecidos os gastos dos recursos diretamente atribuíveis aos ativos intangíveis e tangíveis durante a sua fase de desenvolvimento/construção, quando se conclui que os mesmos serão recuperados através da realização daqueles ativos. São particularmente relevantes os gastos financeiros capitalizados bem como alguns gastos com pessoal. São mensurados ao custo, sendo portanto reconhecidos sem qualquer margem, com base em informação interna especialmente preparada para o efeito (custos internos) ou nos respetivos custos de compra adicionados de outras despesas a ela inerentes. Os gastos capitalizados são registados diretamente em balanço sem passarem pela demonstração dos resultados, e estão divulgados no anexo sempre que tal for aplicável.

2.20 Gastos e perdas

Os gastos e perdas são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo (especialização do exercício).

2.21 Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data de balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, se materiais são divulgados nas notas às Demonstrações financeiras.

3 Políticas de gestão do risco financeiro

3.1 Fatores de risco

As atividades da Simtejo estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado (risco de taxa de juro, risco fluxos de caixa associado à taxa de juro). O Grupo AdP desenvolveu e implementou um programa de gestão do risco que, conjuntamente com a monitorização permanente dos mercados financeiros, procura minimizar os potenciais efeitos adversos na performance financeira da AdP e suas participadas. A gestão do risco é conduzida pelo departamento central de tesouraria com base em políticas aprovadas pela Administração. A tesouraria identifica, avalia e realiza operações com vista à minimização dos riscos financeiros, em estrita cooperação com as unidades operacionais do Grupo AdP. O Conselho de Administração providencia princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, risco de crédito, o uso de derivados, outros instrumentos não estruturados e o investimento do excesso de liquidez. O Conselho de Administração tem a responsabilidade de definir princípios gerais de gestão de riscos, bem como limites de exposição. Todas as operações realizadas com instrumentos derivados carecem de aprovação prévia do Conselho de Administração, que define os parâmetros de cada operação e aprova documentos formais descritivos dos objetivos das mesmas.

3.2 Risco de crédito

O risco de crédito está essencialmente relacionado com o risco de uma contraparte falhar nas suas obrigações contratuais, resultando uma perda financeira para a empresa. A Simtejo está sujeita ao risco de crédito nas suas atividades operacionais, de investimento e de tesouraria. O risco de crédito relacionado com operações está essencialmente relacionado com créditos de serviços prestados a clientes (saneamento). Este risco é em teoria reduzido dadas as características do serviço prestado (a entidades estatais - Municípios). No entanto dada a situação económica e financeira particular do país no último ano, com consequências diretas junto das autarquias locais, o montante de saldos vencidos tem vindo a crescer significativamente (ver nota 10 - clientes). Os ajustamentos de imparidade para contas a receber são calculados considerando: i) o perfil de risco do cliente, consoante se trate de cliente institucional ou empresarial; ii) o prazo médio de recebimento, o qual difere de negócio para negócio; e iii) a condição financeira do cliente.

Handwritten signatures and date 2014.

O Grupo AdP tem vindo a alertar o Governo Central para a insustentabilidade da atual situação de mora junto de alguns Municípios, no sentido de encontrar alternativas que permitam cobrar os valores em dívida. O Conselho de Administração da Simtejo e da AdP SGPS encontram-se em permanência a avaliar a adoção de medidas que visem assegurar a recuperabilidade dos saldos a receber dos Municípios, entre as quais o acionamento do mecanismo associado ao Privilégio Creditório, o qual incide sobre as dívidas correntes, e o estabelecimento de acordos de pagamento. Ainda que atendendo à incerteza existente acerca dos prazos em que os clientes Municípios procederão ao cumprimento das suas obrigações, o Conselho de Administração da Simtejo continua a entender que sobre esses saldos não existem à data indicadores que conduzam ao reconhecimento de perdas por imparidade.

A seguinte tabela representa a exposição máxima da Simtejo ao risco de crédito (não incluindo saldos de clientes e de outros devedores) a 31 de dezembro de 2014, sem ter em consideração qualquer colateral detido ou outras melhorias de crédito. Para ativos no balanço, a exposição definida é baseada na sua quantia escriturada como reportada na face do Balanço.

Ativos financeiros bancários	31.12.2014	31.12.2013
Depósitos à ordem	2.147.529	517.500
Depósitos a prazo	17.000.000	1.500.000
Fundo de reconstituição do capital	8.859.593	7.864.911
	28.007.122	9.882.411

Rating	31.12.2014	31.12.2013
A2 (Moody's)	-	87.647
B1 (Moody's)	-	5.535
Ba1 (Moody's)	8.861.238	11.989
Ba3 (Moody's)	93.711	9.777.240
Baa1 (Moody's)	11.820	-
Baa3 (Moody's)	14.586	-
B2 (Moody's)	19.025.767	-
	28.007.122	9.882.411

Nota: notação de rating obtida nos sites das instituições financeiras em janeiro de 2015

Banco	Rating	31.12.2014
Novo Banco	B2	2.588.572
BPI	Ba3	93.711
BST	Baa1	11.820
CGD	Baa3	14.586
MG	B2	16.437.195
IGCP	Ba1	8.861.238
		28.007.122

3.3 Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades a um nível razoável, a viabilidade da consolidação da dívida fluante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a habilidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da dinâmica dos negócios subjacentes, a tesouraria da Simtejo pretende assegurar a flexibilidade da dívida fluante, mantendo para o efeito as linhas de crédito disponíveis. A Simtejo efetua a gestão do risco de liquidez através da contratação e manutenção de linhas de crédito e facilidades de financiamento com compromisso de tomada firme junto de instituições financeiras nacionais e internacionais de elevada notação de crédito que permitem o acesso imediato a fundos. Neste último exercício esta prática tem sido altamente condicionada pelas conhecidas dificuldades em aceder aos mercados de crédito em Portugal, bem como pelo crescente aumento das dívidas de clientes.

Tal como o país, a Simtejo atravessa uma fase de reduzida liquidez. Face a este problema a Simtejo procedeu à análise dos seus compromissos de investimentos, realizando uma recalendarização dos investimentos da empresa, efetuando um mapeamento dos mesmos face a sua importância, impacte financeiro, económico, e ambiental, minimizando desta forma todos os riscos associados aos compromissos associados com as diversas entidades.

A tabela abaixo apresenta as responsabilidades da Simtejo por intervalos de maturidade residual contratual. Os montantes apresentados na tabela são os fluxos de caixa contratuais, não descontados a pagar no futuro (sem os juros a que estão a ser remunerados estes passivos).

	< 1 ano	1 a 5 anos	> 5 anos
Financiamentos	2.024.271	16.596.532	134.739.743
Fornecedores e outros passivos	6.958.168	-	-

3.4 Risco de fluxos de caixa e de justo valor associado à taxa de juro

O risco da taxa de juro da Simtejo advém, essencialmente, da contratação de empréstimos de longo prazo. Neste âmbito, empréstimos obtidos com juros calculados a taxas variáveis expõem a Simtejo ao risco de fluxos de caixa e empréstimos obtidos com juros à taxa fixa expõem a Simtejo ao risco do justo valor associado à taxa de juro. Igualmente associado à volatilidade das taxas de juro está remuneração garantida dos contratos de concessão, e consequentemente o desvio tarifário.

Análise de sensibilidade à variação de taxa de juro

		31.12.2014	31.12.2013
Juros suportados	Real	5.152.404	4.237.981
Juros suportados	tx média +1%	6.721.090	5.897.059
Juros suportados	tx média -1%	3.583.718	2.578.904

3.5 Risco de capital

O objetivo da Simtejo em relação à gestão de capital, infere num conceito mais amplo do que o capital relevado na face balanço, é manter uma estrutura de capital ótima, através da utilização prudente de dívida que lhe permita reduzir o custo de capital.

O objetivo da gestão do risco do capital é salvaguardar a continuidade das operações do Grupo, com uma remuneração adequada aos acionistas e gerando benefícios para todos os terceiros interessados.

A política da Simtejo é contratar empréstimos com entidades financeiras, ao nível da empresa-mãe, a AdP, SGPS, S.A. (exceção feita aos empréstimos relacionados com o investimento), que por sua vez fará empréstimos às suas filiais. Esta política visa a otimização da estrutura de capital com vista a uma maior eficiência fiscal e redução do custo médio de capital.

Handwritten signatures and initials, including "377" and "2014".

	31.12.2014	31.12.2013
Empréstimos não correntes	151.336.275	152.868.485
Empréstimos correntes	2.024.271	6.846.303
Disponibilidades	-19.151.687	-2.022.265
Dívida	134.208.860	157.692.523
Subsídios ao investimento	60.940.062	62.959.101
Total do capital próprio	70.002.536	67.824.419
Capital	130.942.598	130.783.520
Dívida/total do capital	1,02	1,21

O modelo de financiamento da Simtejo assenta tipicamente em dois tipos. O financiamento bancário remunerado com particular incidência nos financiamentos contraídos junto do BEI, e no capital próprio e subsídios ao investimento não reembolsáveis.

3.6 Risco regulatório

A regulação é a mais significativa restrição à rentabilidade das atividades económicas desenvolvidas pelo Grupo. O regulador pode tomar medidas com impacto negativo no cash-flow, com todas as consequências adversas que daí resultam. De forma a minimizar estes riscos, o Grupo tem procurado acompanhar mais de perto as atividades do regulador, procurando, assim, antecipar potenciais impactos negativos nas empresas decorrentes das regras emanadas pela ERSAR.

Em 6 de março, foi publicada a Lei n.º 10/2014, que aprovou os novos Estatutos da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR). Esta publicação vem no decurso da Lei n.º 67/2013, de 28 de agosto, que aprovou a lei-quadro das entidades administrativas independentes com funções de regulação da atividade económica dos setores privados, público e cooperativo. De acordo com os novos estatutos, a ERSAR viu aumentada a sua independência de atuação (artigo 2.º), expandido o universo de entidades sujeitas a regulação (artigo 4.º) e reforçados os seus poderes e atribuições sobre as entidades reguladas (artigos 5.º, 9.º, 10.º e 11.º). Em face das alterações em concretização nos sectores das águas e dos resíduos, o reforço dos poderes da ERSAR constitui um desafio significativo quer para a entidade reguladora quer para as entidades reguladas. É expectativa do Grupo que, com este reforço de poderes da ERSAR, o sector integre uma agenda consentânea com a fase de desenvolvimento em que se encontra, colocando-se o enfoque na sustentabilidade de forma integrada, nas vertentes económica, social e ambiental.

4 Estimativas e julgamentos

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da Simtejo são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis. A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

4.1 Provisões

A Simtejo analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A Simtejo é parte em diversos processos judiciais em curso para os quais, com base na opinião dos seus advogados, efetua um julgamento para determinar se de ser registada uma provisão para essas contingências. Os ajustamentos para contas a receber são calculados essencialmente com base na antiguidade das contas a receber, o perfil de risco dos clientes e a situação financeira dos mesmos. As estimativas relacionadas com os ajustamentos para contas a receber diferem de negócio para negócio. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de exfluxo de recursos internos necessários para a liquidação das obrigações, poderá conduzir a ajustamentos significativos quer por variação daquele pressupostos quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

4.2 Ativos tangíveis e intangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos bem como o método de depreciação é essencial para a determinar o montante de depreciações e amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados. Estes dois parâmetros foram definidos de acordo com a melhor estimativa da Administração para os ativos e negócios em questão, no entanto, tratando-se de uma atividade concessionada e regulada a vida útil dos ativos está associada ao padrão de benefícios económicos obtidos e que são determinados pela regulação económica (e prazo da concessão).

4.3 Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da Simtejo, tais como a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital ou a manutenção da atual estrutura regulatória do mercado, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas, quer externas à Simtejo. A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos (ou de conjunto de ativos) implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração, no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais. No caso específico da Simtejo os indicadores de imparidade alteram com os crescimentos da rede de infraestruturas assumidos, as alterações de tarifa expectáveis ou as atuais estratégias dos participantes no capital da Simtejo, que conjuntamente com outros fatores poderão levar a alterações no padrão ou montante dos fluxos de caixa futuros. À data de emissão das demonstrações financeiras da Simtejo não é considerada como provável a existência de qualquer situação de imparidade nos ativos reportados. Se por efeito da avaliação atualmente em curso for evidenciado qualquer indício de imparidade, o respetivo valor de balanço do ativo será ajustado por contrapartida de resultados do ano. Além das incertezas acima mencionadas, existem ainda algumas áreas de julgamento cujo impacto se reflete nas demonstrações financeiras. Ainda que não seja expectável virem a provocar uma alteração material no exercício subsequente, poderão ainda assim levar a uma alteração de pressupostos ou de avaliação por parte da Administração da Simtejo.

378
 2014

5 Instrumentos financeiros por categoria

	Empréstimos e contas a receber	Passivos financeiros ao custo amortizado	TOTAL	Ativos e passivos não classificados como instrumentos financeiros	Total de balanço a 31.12.2014
Ativos intangíveis	-	-	-	271.225.186	271.225.186
Investimentos financeiros	8.859.593	-	8.859.593	-	8.859.593
Impostos diferidos ativos	-	-	-	29.604.340	29.604.340
Inventários	-	-	-	151.055	151.055
Clientes	50.851.213	-	50.851.213	-	50.851.213
Imposto sobre o rendimento do exercício	-	-	-	0	0
Estado e outros entes públicos	0	-	0	-	0
Outros ativos correntes	2.333.980	-	2.333.980	-	2.333.980
Caixa e seus equivalentes	19.151.687	-	19.151.687	-	19.151.687
Total do ativo	81.196.472	-	81.196.472	300.980.582	382.177.054
Provisões	-	-	-	120.000	120.000
Responsabilidades com pensões	-	-	-	-	-
Empréstimos não correntes	-	151.336.275	151.336.275	-	151.336.275
Fornecedores e outros passivos não correntes	-	-	-	-	-
Impostos diferidos passivos	-	-	-	13.476.021	13.476.021
Acréscimos custos inv. contratual	-	-	-	75.708.513	75.708.513
Subsídios ao investimento	-	-	-	60.940.062	60.940.062
Empréstimos correntes	-	2.024.271	2.024.271	-	2.024.271
Fornecedores	-	4.484.993	4.484.993	-	4.484.993
Outros passivos correntes	-	2.473.175	2.473.175	-	-
Imposto sobre o rendimento do exercício	-	-	-	-	617.079
Estado e outros entes públicos	-	-	-	994.129	994.129
Total do passivo	-	160.318.714	160.318.714	151.855.804	312.174.518

2014

(Handwritten signatures and initials)

6 Ativos intangíveis

	31.12.2014	31.12.2013
Despesas de desenvolvimento	51.008	-
Propriedade industrial e outros direitos	152.486	161.283
Direitos de utilização de infraestruturas (DUI)	257.995.327	259.558.721
Activos em Curso	13.026.365	11.228.656
	271.225.186	271.001.373

6.1 Movimentos do período

Valor Bruto	31.12.2013	Aumentos	Abates	ajustam.	Transfer	31.12.2014
Despesas de desenvolvimento	1.033.219	-	-	-	0	1.033.219
Propr. industrial e outros direitos	577.472	-	-	-	-	577.472
DUI	336.039.268	367.453	-	-	8.853.051	345.259.772
Ativos Intangíveis em Curso	11.228.656	10.650.761	-	-	(8.853.051)	13.026.365
	348.878.615	11.018.213	-	-	-	359.896.828
Amortizações acumuladas	31.12.2013	Aumentos	Abates	ajustam.	Transfer	31.12.2014
Despesas de desenvolvimento	(980.505)	(1.706)	-	-	-	(982.211)
Propr. industrial e outros direitos	(416.189)	(8.797)	-	-	-	(424.986)
DUI	(76.480.547)	(8.570.298)	-	-	(2.213.600)	(87.264.445)
	(77.877.241)	(8.580.801)	-	-	(2.213.600)	(88.671.642)
Valor líquido	271.001.373	2.437.413	-	-	(2.213.600)	271.225.186

O investimento realizado pela Simtejo no exercício de 2014 ascendeu a 11 milhões de euros, e está essencialmente relacionado com as seguintes infraestruturas:

- Foz do Lizandro - fase I
- Cais do Sodré-Alcântara
- Caneiro - fase II
- Caneiro Amadora
- Alcântara Vertente C
- Praça do Império

Durante o ano de 2014 foram transferidos de ativos intangíveis em curso para firme 9 milhões de euros, sendo os principais projetos os seguintes:

- Foz do Lizandro - fase I
- Caneiro - fase II
- Alcântara Vertente C
- Beneficiação da ETAR de Frietas
- Praça do Império

De acordo com o estipulado no contrato de concessão e com as regras regulatórias foram transferidos 2.213.600 euros de acréscimos de custos do investimento contratual relativos às infraestruturas transferidas para DUI (ver notas 2.3.2 e 17).

379
2014

[Handwritten signatures and initials]

6.2 DUI – movimentos do período

	31.12.2014	31.12.2013
DUI Líquido (saldo inicial)	259.558.721	265.421.883
Adições	9.220.504	2.994.641
Abates	-	-
Alienações	-	-
Amortizações do exercício	-8.570.298	-8.173.679
Reversões de amortizações e ajustam.	-	0
Transferências/ajustamentos	-2.213.600	-684.123
Perdas por imparidade	-	-
DUI Líquido (saldo final)	257.995.327	259.558.721

7 Investimentos financeiros

	31.12.2014	31.12.2013
Fundo de reconstituição de capital social	8.859.593	7.864.911
Investimento financeiro	-	-
	8.859.593	7.864.911

De acordo com a cláusula 18.^a do Contrato de Concessão, a Simtejo está obrigada a entregar em cada ano, a instituição autorizada, o montante correspondente à anuidade de amortização do capital social para criação de um Fundo de Reconstituição do Capital Social. Na salvaguarda dos interesses dos utilizadores, uma vez que é incorporada na tarifa a margem de remuneração do capital social investido, os rendimentos do fundo serão em cada ano deduzidos aos gastos e encargos, pelo que a Simtejo poderá, a todo o tempo, utilizá-los.

O valor da dotação do ano de 2014 – 994.682 euros - resulta da anuidade do capital social subscrito e integralmente realizado, no valor total de 38,7 milhões de euros.

8 Impostos diferidos

	31.12.2013	Ajustamentos	saldo inicial	Efeito taxa	Aumentos	Diminuições	31.12.2014
Reversão dos custos plurianuais	0	33.130	33.130	-	-	(33.130)	-
Investimento contratual	94.401.689	(122.213)	94.279.477	-	9.902.304	(762.356)	103.419.425
Diferença amortizações	5.329.591	650.381	5.979.972	-	265.881	(478.420)	5.767.434
Diferença subsídios	2.920.904	11.445	2.932.349	-	-	(446.857)	2.485.492
	102.652.185	572.743	103.224.928	-	10.168.186	(1.720.762)	111.672.351
Imposto diferido ativo	29.266.138	163.289	29.429.427	(2.064.499)	2.695.586	(456.174)	29.604.340

	31.12.2013	Ajustamentos	saldo inicial	Efeito taxa	Aumentos	Diminuições	31.12.2014
Rec. custo amortizado dos financiamentos	0	147.622	147.622	-	-	(147.622)	-
Reversão do Subsídio AdP	0	39.240	39.240	-	-	(39.240)	-
Investimento contratual	48.529.172	-	48.529.172	-	-	(1.565.457)	46.963.714
Diferença amortizações	1.419.535	78.046	1.497.581	-	-	(1.497.581)	-
Diferença subsídios	3.930.162	83.203	4.013.365	-	-	(143.353)	3.870.011
	53.878.869	348.111	54.226.979	-	-	(3.393.254)	50.833.726
Imposto diferido passivo	15.360.865	99.246	15.460.112	(1.084.540)	-	(899.552)	13.476.021

A taxa utilizada no apuramento do imposto diferido foi de 28,51% em 2013 e 26,51% em 2014.

Impostos diferidos ativos

A Simtejo procede ao reconhecimento de impostos diferidos ativos resultantes dos acréscimos de custos para investimentos contratuais. De acordo com a regra de reconhecimento de ativos e passivos regulatórios, estes ativos são reconhecidos em balanço uma vez que a recuperação do seu custo é elegível para efeito da determinação da tarifa pelo regulador em períodos subsequentes.

Impostos diferidos passivos

Até 31 de dezembro de 2009 a contabilização das obrigações contratuais das Concessionárias estava adstrita às instruções emanadas pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC) na Diretriz Contabilística n.º 4/91, de 19 de dezembro, tendo sido aprovado pelas Autoridades Fiscais, a pedido da AdP - Águas de Portugal, SGPS, SA, um entendimento que deu relevância em sede de IRC às instruções emanadas pela CNC na referida Diretriz Contabilística n.º 4/91.

A partir de 1 de janeiro de 2010, com a revogação da Diretriz Contabilística n.º 4/91, pelo n.º 2 do artigo 15º do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, que aprovou o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), a contabilização das obrigações contratuais das Concessionárias passou a ser efetuada supletivamente (uma vez que do SNC não resultou nenhuma norma contabilística sobre os contratos de concessão) pela IFRIC 12, adotada pelo Regulamento (CE) n.º 254/2009 da Comissão, de 25 de março de 2009.

Em termos gerais, a adoção da política contabilística emanada pela IFRIC 12, para efeitos de IRC, implicou para a Simtejo o desreconhecimento do montante das despesas capitalizáveis relativas ao investimento a realizar por via dos resultados transitados e o registo de uma provisão, conforme requerido na IFRIC 12, para as obrigações não regulares de manutenção e reparação de infraestruturas a efetuar no futuro, não sendo esta provisão aceite para efeitos fiscais, por não se encontrar prevista no artigo 39º do Código do IRC.

Este entendimento levou a que a Empresa tivesse procedido a ajustamentos com efeitos retroativos, desde o início da concessão, desconsiderando, por via de resultados transitados, as amortizações acumuladas dos investimentos a realizar, bem como a diferença entre as amortizações calculadas pelo prazo de concessão e pela aplicação do método de depleção e correspondente subsídio, aceites fiscalmente até à data da transição, gerando um encargo fiscal. As alterações contabilísticas que resultaram da adoção da IFRIC 12 deverão ser consideradas para efeitos fiscais retrospectivamente, desde o início de concessão, devendo a Simtejo aplicar o regime transitório previsto no artigo 5º do Decreto-Lei n.º 159/2009, de 13 de julho.

O regime transitório prevê que os efeitos nos capitais próprios decorrentes da adoção da IFRIC 12, que sejam considerados fiscalmente relevantes nos termos do Código do IRC e respetiva legislação complementar, concorrem, em partes iguais, para a formação do lucro tributável do primeiro período de tributação (Exercício de 2010) e dos quatro períodos de tributação seguintes. Contudo, a AdP - Água de Portugal SGPS, S.A., entendeu que este procedimento coloca em causa o princípio de balanceamento dos proveitos (tarifas) e dos custos (incorridos e a incorrer), na medida em que, durante o prazo de vigência dos contratos de concessão celebrados com o Estado Português, não se justifica que as Concessionárias tenham de pagar impostos nos próximos 5 exercícios respeitantes a períodos de tributação anteriores, dentro de um horizonte temporal que excede claramente os 5 exercícios.

Ver nota 22.4 – Diferimento fiscal dos efeitos da transição contabilística pelo prazo remanescente da concessão.

9 Inventários

	31.12.2014	31.12.2013
Matérias-primas e subsidiárias	151.055	107.692
	151.055	107.692

380.000
 2014
 [Handwritten signatures and initials]

10 Clientes

	31.12.2014	31.12.2013
Clientes - não corrente		
Município de Lisboa	-	23.632.924
Município de Loures	4.184.723	6.554.524
Município de Odivelas	1.654.482	2.755.549
Total não corrente	5.839.204	32.942.997
Clientes - corrente		
Município de Lisboa	32.063.243	21.201.794
Município de Loures	6.082.259	6.465.184
Município de Odivelas	3.824.615	5.279.076
Município de V.F. Xira	717.532	359.926
Município de Mafra	838.829	823.207
Município de Amadora	446.261	443.968
SMAS Oeiras	95.806	190.788
	44.068.546	34.763.944
Clientes municipais - total	49.907.750	67.706.941
Outros	51.396	32.931
Total corrente	44.119.942	34.796.875
Devedores p/ Acréscimos de rendimentos	892.066	
Total corrente e não corrente	50.851.213	67.739.873

Face ao exercício anterior, o saldo de clientes apresenta uma diminuição de 25%. Esta variação positiva deve-se à redução da dívida do Município de Lisboa, parte dela classificada como dívida não corrente, pelo recebimento antecipado do valor em dívida do Acordo de Pagamentos celebrado em maio de 2013, e cujo plano de pagamento se previa por 4,5 anos com pagamento de prestações semestrais.

No respeitante ainda à dívida de clientes, destacam-se também as seguintes variações:

- Faturas em atraso do Município de Lisboa, de dezembro de 2013 a dezembro de 2014. Embora o Município tenha cumprido com os pagamentos relativos ao acordo estabelecido com a Empresa, não liquidou a dívida respeitante à faturação corrente desses meses;
- A recuperação de 27,5% dívida do Município de Odivelas, que durante o ano de 2013 atrasou a liquidação da sua dívida por razões decorrentes da articulação com os SMAS de Loures.
- O valor registado em Devedores por Acréscimo de Rendimentos, no montante de 892.066 euros, respeita ao reconhecimento no exercício de 2014 dos rendimentos respeitantes à faturação ao Município de Sintra, não só do próprio ano, como também dos respeitantes a 2013 e a parte de 2012. O contrato de recolha com o Município foi assinado contudo, no fim de 2014 aguardava-se ainda o visto do Tribunal de Contas e a comunicação de Sintra à Simtejo de autorização para emissão da faturação.

Handwritten signatures and the year 2014.

10.1 Clientes – Municípios

Valores respeitantes à dívida vencida e não vencida:

Clientes municipais	serviço	TRH	juros de mora	acordos	31.12.2014	31.12.2013
Município de Lisboa	29.725.438	268.081	2.069.724	-	32.063.243	44.834.718
Município de Loures	3.277.199	42.850	183.664	6.763.269	10.266.982	13.019.708
Município de Odivelas	2.313.171	9.421	426.442	2.730.063	5.479.097	8.034.625
Município de V.F. Xira	707.452	10.081	-	-	717.532	359.926
Município de Mafra	816.759	10.504	11.566	-	838.829	823.207
Município de Amadora	440.515	5.746	-	-	446.261	443.968
SMAS Oeiras	94.325	1.481	-	-	95.806	190.788
	37.374.860	348.163	2.691.396	9.493.331	49.907.750	67.706.941

No final de 2014 a Simtejo tinha acordos de pagamentos com os Municípios de Loures e Odivelas que preveem o pagamento dos valores em dívida em 4,5 anos.

A Simtejo debita juros de mora para os saldos em dívida para além do prazo de pagamento definido contratualmente (60 dias), com base na taxa da dívida comercial.

10.2 Clientes – Municípios – total da dívida (corrente e não corrente)

Clientes municipais	corrente			não corrente	
	serv/trh/jur	acordos	total	acordos	total
Município de Lisboa	32.063.243	0	32.063.243	0	32.063.243
Município de Loures	3.503.713	2.578.546	6.082.259	4.184.723	10.266.982
Município de Odivelas	2.749.034	1.075.581	3.824.615	1.654.482	5.479.097
Município de V.F. Xira	717.532	-	717.532	-	717.532
Município de Mafra	838.829	-	838.829	-	838.829
Município de Amadora	446.261	-	446.261	-	446.261
SMAS Oeiras	95.806	-	95.806	-	95.806
	40.414.419	3.654.127	44.068.546	5.839.204	49.907.750

381
2014

10.3 Clientes – Municípios – total da dívida (corrente e não corrente) por vencimento

Clientes municipais	vencido até n-2	vencido até n-1	vencido até n	total vencido	não vencido	total 2014	total 2013
Município de Lisboa	-	-	26.935.238	27.297.587	4.765.656	32.063.243	44.834.718
Município de Loures	-	-	2.125.853	2.125.853	8.141.129	10.266.982	13.019.708
Município de Odivelas	-	-	1.827.921	1.873.268	3.605.829	5.479.097	8.034.625
Município de V.F. Xira	-	-	-	-	717.532	717.532	359.926
Município de Mafra	-	-	503.835	503.835	334.993	838.829	823.207
Município de Amadora	-	-	-	-	446.261	446.261	443.968
SMAS Oeiras	-	-	-	-	95.806	95.806	190.788
	-	-	31.392.848	31.800.544	18.107.206	49.907.750	67.706.941

Em termos de antiguidade da dívida, e pela razões já expostas, destacava-se o aumento da dívida do Município de Lisboa e, contrariamente, a diminuição da dívida do Município de Odivelas.

11 Estado e outros entes públicos

	31.12.2014	31.12.2013
IVA a receber	0	86.411
Outros	0	0
EOEP activos	0	86.411
IVA a pagar	99.536	0
Retenções - IRS	75.136	107.047
Retenções - Segurança social	125.395	118.756
Retenções - Outros	0	0
Outras Tributações - TRH	694.062	953.438
EOEP passivos	994.129	1.179.241
	(994.129)	(1.092.830)

12 Outros Ativos Correntes

	31.12.2014	31.12.2013
Fundo de coesão a receber	1.281.572	1.277.002
Adiantamentos a fornecedores	288.768	33.389
Outros devedores	172.578	205.456
Acréscimos de rendimentos	371.378	1.483.617
Gastos a Reconhecer	219.684	182.938
	2.333.980	3.182.402

No que respeita aos valores a receber junto do Fundo de Coesão, estes resultam de investimento realizado totalmente concluído e cujo saldo final se espera receber subsequentemente.

Handwritten signatures and the year 2014.

O aumento valor de adiantamentos a fornecedores, comparativamente com o exercício anterior, deve-se essencialmente a adiantamentos de imobilizado em curso.

Na rubrica de acréscimos de rendimentos, a variação é explicada pelo facto de apenas estarem reconhecidos os de juros a faturar no âmbito do acordo estabelecido entre a Simtejo e o Município de Odivelas, na medida em que o acordo existente com o Município de Lisboa foi objeto de Cessão de Créditos.

13 Caixa e bancos

	31.12.2014	31.12.2013
Caixa	4.158	4.764
Depósitos à ordem	2.147.529	517.500
Depósitos a prazo	17.000.000	-
	19.151.687	2.022.265

14 Capital

		Capital subscrito 31.12.2014	Capital realizado 31.12.2014	Capital subscrito 31.12.2013	Capital realizado 31.12.2013
AdP - Águas de Portugal, SGPS, SA	50,5%	19.543.500	19.543.500	19.543.500	19.543.500
Município de Lisboa	23,5%	9.094.500	9.094.500	9.094.500	9.094.500
Município de Loures	11,5%	4.450.500	4.450.500	4.450.500	4.450.500
Município de Vila Franca de Xira	4,0%	1.548.000	1.548.000	1.548.000	1.548.000
Município de Amadora	3,5%	1.354.500	1.354.500	1.354.500	1.354.500
Município de Mafra	3,5%	1.354.500	1.354.500	1.354.500	1.354.500
Município de Odivelas	3,5%	1.354.500	1.354.500	1.354.500	1.354.500
	100%	38.700.000	38.700.000	38.700.000	38.700.000

14.1 Resultado por ação

	31.12.2014	31.12.2013
Resultado líquido	6.008.668	5.236.957
Número médio de ações (5,00Eur/cada)	7.740.000	7.740.000
Resultado por ação	0,78	0,68

14.2 Movimentos do período

	31.12.2013	afetação do resultado líquido	constit. de reservas	dividendos	resultado líquido	31.12.2014
Reservas e outros ajustamentos	13.898.612		703.203			14.601.815
Resultados transitados	9.988.850	703.203				10.692.053
Resultado líquido do exercício	5.236.957	(1.406.406)		(3.830.552)	6.008.668	6.008.668
	29.124.419	(703.203)	703.203	(3.830.552)	6.008.668	31.302.536

15 Provisões

	31.12.2014	31.12.2013
Provisões para processos judiciais	120.000	120.000
	120.000	120.000

A Empresa mantém a provisão referente à Injunção intentada pela Massa Insolvente da Hidrocontrato.

15.1 Movimentos do período

	31.12.2013	Aumentos	Reversões	31.12.2014
Provisões para processos judiciais	120.000	0	0	120.000
	120.000	0	0	120.000

16 Empréstimos

	31.12.2014	31.12.2013
Empréstimos bancários BEI	151.336.275	152.868.485
Empréstimos - AdP SGPS	-	0
Não correntes	151.336.275	152.868.485
Descobertos bancários	-	5.631.303
Empréstimos bancários BEI	2.024.271	1.215.000
Correntes	2.024.271	6.846.303
Total de empréstimos	153.360.546	159.714.788

Durante o ano de 2014, a Empresa procedeu à amortização no valor de 1.215 mil euros do capital previsto referente ao empréstimo BEI, assim como à amortização da totalidade dos empréstimos de curto prazo contraídos junto da banca comercial.

16.1 Empréstimos por intervalos de maturidade

	31.12.2014	31.12.2013
Até 1 ano	2.024.271	6.846.303
De 1 a 2 anos	3.725.390	2.024.271
De 2 a 3 anos	3.940.248	3.725.390
De 3 a 4 anos	4.089.289	3.940.248
De 4 a 5 anos	4.841.605	4.089.289
Superior a 5 anos	134.739.743	139.089.287
	153.360.546	159.714.788

Handwritten signatures and the year 2014.

16.2 Empréstimos por tipo de taxa de juro

Taxa de juro variável	31.12.2014	31.12.2013
Até 1 anos	-	6.598.803
De 1 a 2 anos	-	967.500
De 2 a 3 anos	-	1.397.500
Superior a 3 anos	-	144.576.076
	-	153.539.879
Taxa de juro fixa	31.12.2014	31.12.2013
Até 1 anos	2.024.271	-
De 1 a 2 anos	3.725.390	1.056.771
De 2 a 3 anos	3.940.248	2.327.890
Superior a 3 anos	143.670.637	2.542.748
	153.360.546	6.174.909
	153.360.546	159.714.788

16.3 Linhas de crédito contratadas e não utilizadas

	31.12.2014	31.12.2013
Expira num ano (taxa variável)	8.500.000	12.368.730
Expira para lá de 1 ano (taxa variável)	-	-
	8.500.000	12.368.730

16.4 Justo valor dos financiamentos

	Valor contabilist. 31.12.2014	Valor contabilist. 31.12.2013	Justo valor 31.12.2014	Justo valor 31.12.2013
Empréstimos bancários BEI	151.336.275	152.868.485	99.729.720	73.752.077
Empréstimos - Empresa-mãe	-	-	-	-
Não correntes	151.336.275	152.868.485	99.729.720	73.752.077

As taxas de juros utilizadas para o apuramento do justo valor foram de 6,32% para o ano de 2013 e de 3,84% para o ano de 2014.

383 2014

(Handwritten signatures and initials)

17 Acréscimos de custos de investimento contratual

	31.12.2014	31.12.2013
Acréscimos de custos de investimento contratual	75.708.513	68.019.809
	75.708.513	68.019.809

17.1 Movimentos do período

	31.12.2014	31.12.2013
Saldo inicial	68.019.809	58.649.705
Dotação do exercício	9.902.304	10.054.228
Transferência para direito de utilização de infraestruturas (a)	(2.213.600)	(684.123)
Saldo final	75.708.513	68.019.809

(a) ver nota 6.1

18 Subsídios ao investimento

	31.12.2014	31.12.2013
Fundo de coesão	60.089.327	62.094.268
Outros subsídios	850.735	864.833
	60.940.062	62.959.101

18.1 Movimentos do período

	31.12.2013	Resultados	Aumentos	Regularizações	31.12.2014
Fundo de coesão	62.094.268	(2.009.511)	-	4.570	60.089.327
Outros subsídios	864.833	(28.074)	-	13.976	850.735
	62.959.101	(2.037.585)	-	18.546	60.940.062

19 Fornecedores correntes

	31.12.2014	31.12.2013
Fornecedores de investimentos	2.859.438	2.099.225
Fornecedores gerais	1.310.093	1.139.613
Fornecedores empresas do Grupo	267.135	218.829
Fornecedores faturas em receção e conferência	48.327	-
	4.484.993	3.457.667

Uma melhor posição de tesouraria da Simtejo, ao longo de 2014, permitiu a diminuição dos saldos a pagar a fornecedores.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including the year 2014.

20 Outros passivos correntes

	31.12.2014	31.12.2013
Acréscimos com férias e subsídio de férias	732.332	676.318
Dividendos não distribuídos	-	-
Outros acréscimos e diferimentos	1.514.397	1.474.442
Outros credores	226.447	252.979
Integração de infraestruturas municipais	-	374.260
<i>Município de Amadora</i>	-	374.260
	2.473.175	2.777.999

O valor a 31 de dezembro de 2013 de integração das infraestruturas do Município de Amadora, foi reclassificado em 2014 para fornecedores de investimento.

Handwritten signatures and the number 384 2014.

21 Imposto sobre o rendimento

	31.12.2014	31.12.2013
Estimativa de imposto a pagar	617.079	-
	617.079	-

21.1 Imposto do exercício

	31.12.2014	31.12.2013
Imposto corrente	(6.085.455)	(5.886.195)
Imposto diferido	2.223.047	2.731.581
Excesso/(insuficiência) de estimativa de impostos	(285.939)	198.684
	(4.148.346)	(3.154.614)

21.2 Reconciliação entre a taxa normal e a taxa efetiva de imposto

	31.12.2014	31.12.2013
Resultados antes de impostos	10.157.015	8.192.888
Variações patrimoniais positivas	2.885.893	2.632.430
Variações patrimoniais negativas	(115.980)	(82.850)
Diferenças temporárias	9.104.898	9.021.089
Matéria Coletável (Lucro Tributável)	22.031.826	19.763.557

	31.12.2014	31.12.2013
Resultados antes de impostos	10.157.015	8.192.888
Taxas aplicáveis		
Taxa(s) de imposto até 7.500 euros (cf.n.º2, artigo 80º CIRC)	n.a.	n.a.
Taxa(s) de imposto superior 7.500 euros (cf.n.º2, artigo 80º CIRC)	23,0%	25,0%
Taxa(s) de Derrama Municipal	1,5%	1,5%
Taxa(s) de Derrama Estadual	2,5%	2,5%
Imposto sobre o rendimento	2.336.113	2.048.222
Derrama Municipal	152.355	122.893
Derrama Estadual	312.851	214.644
Total	2.801.319	2.385.760
Lucro Tributável	22.031.826	19.763.557
Imposto sobre o rendimento	5.067.320	4.940.889
Derrama Municipal	330.477	296.453
Derrama Estadual	906.591	793.178
Benefícios Fiscais	-236.393	--
Total	6.067.996	5.851.294
Tributações autónomas	17.459	34.901
Excesso de Estimativa de Impostos	285.939	-198.684
Imposto total	6.371.393	5.687.512
Taxa média	28,92%	28,78%
Taxa efetiva	62,73%	69,42%

22.3 Prejuízos fiscais

Não existem diferenças temporárias dedutíveis, perdas fiscais não usadas e créditos fiscais não usados relativamente aos quais nenhum ativo por impostos diferidos tenha sido reconhecido no balanço.

22.4 Diferimento fiscal dos efeitos da transição contabilística pelo prazo remanescente da concessão

No decorrer de um Pedido de Informação Vinculativo (PIV) submetido pelo Grupo AdP, foi entendimento das autoridades fiscais que os acréscimos de gastos do investimento contratual deixassem de ser fiscalmente aceites com a extinção do POC e, consequentemente, da Diretriz Contabilística n.º 4, e, a sua substituição pelas normas internacionais de contabilidade (IFRS/IAS). Saliente-se que a prática contabilística se manteve inalterada, tendo em conta o enquadramento contabilístico e regulatório a que o Grupo está vinculado. As alterações que resultaram do facto anteriormente descrito foram contabilizadas a 31 de dezembro de 2010, conforme preconizado nas normas, tendo as empresas aplicado o regime transitório previsto no artigo 5º do Decreto-Lei n.º 159/2009, de 13 de julho. O regime transitório prevê que os efeitos nos capitais próprios decorrentes da adoção do novo normativo (IFRS), que sejam considerados fiscalmente relevantes nos termos do Código do IRC e respetiva legislação complementar, concorrem, em partes iguais, para a formação do lucro tributável do primeiro período de tributação (exercício de 2010) e dos quatro períodos de tributação seguintes. O Grupo considerou que este entendimento colocava em causa o princípio de balanceamento dos rendimentos (tarifas) e dos gastos (incorridos e a incorrer), na medida em que, durante o prazo de vigência dos contratos de concessão celebrados com o Estado Português, não se justifica que as Concessionárias tenham de pagar impostos nos próximos 5 exercícios respeitantes a períodos de tributação anteriores, dentro de um horizonte temporal que excede claramente os 5 exercícios.

Neste contexto, a AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A., procedeu à entrega de uma exposição em 5 de abril de 2011 junto da DGCI com conhecimento dos Ministérios das Finanças e do Ambiente, solicitando que as correções retroativas decorrentes dos ajustamentos de transição relacionados com o investimento contratual devam concorrer, em partes iguais, para a formação do lucro tributável ao longo do período remanescente da concessão, uma vez que é esse o período temporal fiscalmente relevante para efeitos contabilísticos e fiscais, tutelando assim as legítimas expectativas criadas sem por em causa a sustentabilidade económica e financeira dos Sistemas Multimunicipais, onde se enquadram as empresas concessionárias do Grupo AdP. Assim, este foi o procedimento adotado pelo Grupo, nos seus registos contabilísticos do exercício de 2010 e 2011, bem como nos Modelos 22 (IRC) de 2010 e 2011.

No dia 31 de dezembro de 2012 foi aprovada a Lei nº66-B/2012, onde, no seu art.º 255, se introduziu um regime transitório nos contratos de concessão de sistemas multimunicipais, aditando para o efeito ao Decreto-Lei nº159/2009, de 13 de julho o artigo 5º-A. De acordo com o disposto neste artigo 5º-A, para as entidades gestoras de sistemas multimunicipais de abastecimento de água, saneamento ou resíduos urbanos que beneficiaram da dedutibilidade fiscal das amortizações do investimento contratual não realizado até à entrada em vigor do Decreto-Lei nº159/2009, de 13 de julho, o prazo de regularização dos efeitos nos capitais próprios, decorrentes da adoção pela primeira vez da NCRF, corresponde aos períodos de tributação remanescentes do contrato de concessão em vigor no final de cada exercício.

De acordo ainda com o disposto no nº2 do artigo 5º-A esta alteração ao regime transitório prevista no artigo 5º do decreto-Lei nº159/2009, de 13 de julho, tem natureza interpretativa, logo retroativa.

Assim, a empresa manteve o procedimento dos ajustamentos de transição relacionados com o investimento contratual pelo prazo remanescente da concessão concorram, em partes iguais, para a formação do lucro tributável, com exceção dos ajustamentos relacionados com o investimento já realizado à data da transição, onde estes ajustamentos concorrem para o lucro tributável, tal como está definido no Decreto-Lei 159/2009, ou seja 5 anos.

A Empresa procedeu no início de 2013 às alterações dos modelos 22 de 2010 e 2011, já entregues, regularizando a sua situação fiscal.

Contudo, no início de 2014 decorrente de inspeção tributária ao IRC de 2010, a Simtejo substituiu as declarações que já havia entregue referentes ao IRC de 2010, 2011 e 2012.

Em 2013 com a alteração da legislação respeitante às amortizações a Simtejo procedeu ao apuramento dos novos valores de IRC de 2010, tendo apurado um novo valor de IRC a pagar de 3.300.566,79 euros, inferior ao que havia sido apresentado em 2012 na declaração de substituição de 2010, cujo imposto a pagar era de 3.380.105,70 euros, resultando assim uma diferença a favor da Empresa de 79.538,91 euros. Nesse sentido, a Simtejo apresentou reclamação graciosa junto da Autoridade Tributária referente ao IRC de 2010.

Decorrente de reclamação graciosa apresentada, a Simtejo foi alvo de inspeção tributária ao IRC de 2010, tendo sido detetadas algumas inexatidões, quer a favor da Empresa quer a favor do Estado, que determinaram novo valor de imposto no montante 3.345.450,85 euros, passando a diferença a favor da Empresa para 34.654,85 euros em vez de 79.538,91 euros.

A Simtejo procedeu então à entrega de nova declaração de substituição do IRC de 2010, e consequentemente à substituição das declarações de 2011 e 2012, na medida em que algumas das situações detetadas respeitavam a ajustamentos de transição e ao cálculo de amortizações fiscais, situações que têm impacte nos anos subsequentes.

22 Vendas e prestação de serviços

	31.12.2014	31.12.2013
Vendas	31.977	36.495
Prestações de Serviços	50.422.202	49.201.246
	50.454.179	49.237.741

A Simtejo fatura os seus serviços através dos valores mínimos garantidos – ver nota 2.17

A faturação de 2014 face a 2013 aumentou em 1.216 mil euros, o que é explicado pelos seguintes fatores:

- Reconhecimento do montante de 892.066 euros respeitante à faturação a emitir ao Município de Sintra. Este valor é referente não só ao próprio exercício de 2014, como também, no valor de 587 mil euros, aos anos de 2013 e a parte de 2012.

- Ligeiro aumento dos caudais faturados, em praticamente todos os municípios.

23.1 Desagregação das vendas e prestações de serviços por cliente

	31.12.2014	31.12.2013
Município Lisboa	25.759.349	25.532.200
Município Loures	7.420.074	7.485.625
Município Odivelas	4.376.138	4.306.153
Município Vila Franca Xira	4.004.443	4.004.443
Município Amadora	4.986.967	4.936.332
Município Mafra	1.849.266	1.810.234
SMAS de Oeiras e Amadora	1.067.832	1.058.159
Município Sintra	892.066	-
Outros clientes não municipais	98.045	104.594
	50.454.179	49.237.741

23 Custo das vendas

	31.12.2014	31.12.2013
CMVMC - Matérias subsidiárias	1.918.498	1.940.411
	1.918.498	1.940.411

Esta rubrica inclui os reagentes utilizados no processo produtivo da empresa. Engloba igualmente os reagentes e materiais utilizados e consumidos nas atividades laboratoriais da Simtejo.

24 Fornecimentos e serviços externos

	31.12.2014	31.12.2013
Assistência Técnica	189.238	134.192
Tratamento de Resíduos	2.402.841	554.562
Tratamento de Efluentes	0	1.698.149
Fee's Gestão Serviços	753.949	740.216
Publicidade e Propaganda	92.372	128.992
Honorários	50.556	78.819
Conservação e Reparação	2.582.150	2.105.217
Fornecimento de Água	299.920	310.188
Seguros	376.668	339.300
Rendas e Alugueres	332.377	328.711
Energia	5.095.172	4.854.411
Comunicação	251.794	251.822
Outros Fornecimentos e Serviços	1.986.477	1.992.622
	14.413.514	13.517.201
FSE's capitalizados	(100.929)	(25.310)
	14.312.586	13.491.891

O aumento dos gastos com Fornecimentos e Serviços Externos verifica-se essencialmente nas rubricas conservação e reparação e energia.

Em conservação e reparação de equipamento básico, verificaram-se maiores gastos na ordem dos 570 mil euros. No ano anterior 230 mil euros de custos com conservação e reparação tinham sido classificados na conta de Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas, pelo que a variação real a considerar é de 340 mil euros.

Na rubrica de energia, verificam-se maiores gastos com eletricidade face ao ano anterior no valor aproximado de 241 mil euros e maiores gastos ao nível do consumo de gás, no valor de 67 mil euros, contrariamente verificaram-se menores gastos com gasóleo no valor de 5 mil euros. O aumento dos gastos de energia decorreu dos maiores consumos associados ao acréscimo de caudal tratado da ordem de 10%, em relação ao ano anterior.

Handwritten signatures and the number 386 are visible in the top right corner of the page.

25 Gastos com pessoal

	31.12.2014	31.12.2013
Remunerações	4.699.671	4.989.753
Encargos sociais sobre remunerações	1.060.562	1.137.642
Encargos com pensões	-	-
Outros custos com pessoal	357.312	366.010
Correções relativas a exercícios anteriores	1.324	-
	6.118.869	6.503.433
Gastos com pessoal capitalizados	(407.330)	(113.705)
	(407.330)	(113.705)
	5.711.539	6.389.728

Em 2014, os gastos com Pessoal diminuíram 10,6% face a 2013. Esta variação é explicada pelo seguinte:

- Maiores gastos no ano de 2013 na medida em que foi reconhecido, para além dos normais 14 meses de salários, o subsídio de férias pago em 2013 referente a 2012. Esta situação ficou a dever-se ao facto de o OE de 2012 não prever o pagamento do subsídio de férias para 2013. No entanto, esta disposição foi alterada em 2013 por força de decisão do Tribunal Constitucional, tendo a empresa procedido ao pagamento do devido subsídio sem que tivesse provisionado nas contas de 2012 o correspondente valor.

- aumento do valor capitalizado de gastos com o Pessoal diretamente afeto às áreas de Obras e de Estudos e Projetos, devido ao acréscimo significativo nas obras em curso existentes em 2014 comparativamente com o exercício anterior.

25.1 Quadro de pessoal

Número médio de colaboradores durante o período	31.12.2014	31.12.2013
Órgãos sociais a)	12	13
Trabalhadores efetivos e outros	205	208
	218	221

Número de colaboradores a 31 de Dezembro	31.12.2014	31.12.2013
Órgãos sociais a)	12	13
Trabalhadores efetivos e outros	204	205
	217	218

a) Inclui, para este efeito, o Revisor Oficial de Contas.

Handwritten signatures and the year 2014.

26 Depreciações, amortizações e reversões do exercício

	31.12.2014	31.12.2013
Depreciação de outros ativos intangíveis	10.503	26.613
Amortizações de activos intangíveis	8.570.298	8.173.679
Acréscimos de custos do investimento contratual	9.902.304	10.054.228
Ajustamentos de amortizações	-	-
	18.483.105	18.254.520

27 Provisões e reversões do exercício

	31.12.2014	31.12.2013
Provisões para processos judiciais	-	-
	-	0
Reversões de provisões para processos judiciais	-	(53.600)
	-	(53.600)
	-	(53.600)

Em 2013 o movimentado registado deve-se à reversão da provisão constituída em 2012 relativa ao IGAOT, por absolvição de coima.

28 Perdas por imparidades e reversões

	31.12.2014	31.12.2013
Reversões de perdas por imparidade	1.339	(2.399)
	1.339	(2.399)

A Simtejo constitui perdas por imparidades a alguns clientes que usufruíram dos serviços de descargas de efluentes, atendendo aos prazos dilatados que apresentam algumas faturas já vencidas.

29 Subsídios à Exploração

	31.12.2014	31.12.2013
Subsídios à Exploração	114.281	144.077
	114.281	144.077

O valor apresentado na rubrica Subsídios à Exploração respeita a subsídios diversos recebidos pela Simtejo no âmbito de várias candidaturas apresentadas, como sendo: Envitejo; WW4 Enviroment; Ártica e Aquavir.

30 Outros gastos operacionais

	31.12.2014	31.12.2013
Impostos e taxas	362.962	511.441
Dívidas Incobráveis	48	5.122
Donativos	5.375	23.125
Quotizações	12.209	17.009
Outros gastos operacionais	14.385	19.228
Correções relativas a exercícios anteriores	13.532	(33.025)
	408.511	542.901

Os impostos e taxas correspondem, na sua quase totalidade, às taxas pagas à entidade reguladora (ERSAR). O decréscimo face ao ano anterior resulta de menores gastos com imposto de selo sobre a utilização de crédito, na medida em que a melhoria da situação financeira da Empresa permitiu, ao longo de 2014, a redução de utilização das linhas de crédito disponíveis.

Em outros gastos operacionais, é ainda de salientar a diminuição dos gastos com donativos.

31 Outros rendimentos e ganhos operacionais

	31.12.2014	31.12.2013
Rendimentos suplementares	83.811	79.045
Ganhos em imobilizados	-	1.800
Restituição de Impostos	-	148.000
Correções de exercícios anteriores	(24.178)	5
Outros rendimentos e ganhos operacionais	6.936	18.361
	66.569	247.211

Os Proveitos Suplementares, respeitam à venda de energia produzida em algumas das instalações da Empresa e a prestação de serviços de assistência técnica.

O valor de 148 mil euros, registado em 2013, respeita a devolução de imposto de selo pago aquando do aumento do capital social da Empresa.



32 Gastos financeiros

	31.12.2014	31.12.2013
Juros suportados	5.168.400	5.126.475
Comissões bancárias	966.205	1.071.349
Outros gastos financeiros	6.163	13.645
	6.140.768	6.211.469
Costos financeiros capitalizados	(363.487)	(229.701)
	5.777.281	5.981.768

Os gastos financeiros apresentem uma ligeira diminuição face a 2013, diminuição influenciada por uma menor utilização das linhas de crédito de curto prazo ao longo de 2014, resultante de uma melhor situação de tesouraria.

É ainda de referir uma maior capitalização de gastos financeiros decorrente de um maior volume de investimento, face ao ano anterior.

33 Rendimentos financeiros

	31.12.2014	31.12.2013
Juros obtidos	481.752	557.703
Juros de mora	3.615.506	2.954.319
Correções relativas a exercícios anteriores	-	5
	4.097.258	3.512.027

No montante de juros obtidos é de referir que a Empresa, com base no Despacho nº 2671/14 da Secretária de Estado do Tesouro, de 19 de dezembro de 2014, relativo à exceção do princípio da Unidade de Tesouraria pelo Grupo AdP e na estabilização do correspondente entendimento, anulou o desconhecimento do montante de 10.540 euros que havia feito em 2013, referente ao proveito com juros vencidos no 2º semestre decorrentes de aplicações de curto prazo na banca comercial.

No que respeita a juros de mora verifica-se um aumento face ao ano anterior, situação devida ao débito de juros de mora aos clientes da Simtejo que apresentam saldos vencidos em dívida, para tal contribuiu fundamentalmente os juros aplicados ao Município de Lisboa que durante o ano de 2014 não liquidou qualquer fatura, para além das constantes do Acordo de Pagamentos.

388
2014

34 Transações com entidades relacionadas

As transações com os Municípios acionistas da Simtejo resultam da atividade normal da empresa (serviço de saneamento). As transações com outras empresas do Grupo AdP resultam de serviços prestados por estas à Simtejo, bem como ao suprimento concedido à Simtejo pela AdP SGPS.

	31.12.2014	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2013
	Proveitos	Custos	Proveitos	Custos
Águas de Portugal, SGPS	-	1.762.526	-	3.232.354
AdP - Serviços, S.A.	4.550	423.839	-	374.213
Aquasis, S.A.	-	23.282	-	27.130
EPAL, S.A.	-	167.312	-	124.126
Valorsul, S.A.	2.182	124.150	112	94.564
Águas do Oeste, S.A.	-	-	-	-
Águas do Centro, S.A.	25.985	-	-	-
Município Lisboa	25.759.349	2.725	25.187.620	-
Município Loures	7.420.074	69.632	7.339.978	-
Município Odivelas	4.376.138	-	4.193.798	-
Município Vila Franca Xira	4.004.443	34.381	3.339.961	-
Município Amadora	4.986.967	-	4.836.831	-
Município Mafra	1.849.266	9.000	1.753.310	-

	31.12.2014	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2013
	Ativos	Passivos	Ativos	Passivos
Águas de Portugal, SGPS	-	199.495	-	193.837
AdP - Serviços, S.A.	44.327	117.212	50.415,53	55.302
Aquasis, S.A.	-	4.133	-	-
EPAL, S.A.	-	13.943	-	17.053
Valorsul, S.A.	-	32.954	-	23.486
Águas do Centro	31.699	-	-	-
Simarsul	8.254	-	-	-
Município Lisboa	32.064.170	-	44.834.718	-
Município Loures	10.274.272	-	13.019.708	12193,77
Município Odivelas	5.479.097	-	8.034.625	-
Município Vila Franca Xira	718.298	1.241	360.692	1.297
Município Amadora	446.261	374.260	443.968	374.260
Município Mafra	861.329	-	823.207	-

2014

[Handwritten signatures and initials]

35 Compromissos

A Empresa possui assumidos os seguintes compromissos que não se encontram incluídos no Balanço apresentado:

a) Contrato de Concessão

Os investimentos reversíveis incluídos no EVEF perfazem 706 milhões de euros, dos quais 345 milhões de euros já estão realizados e 13 milhões de euros estão em curso.

Investimento reversível	Eur
Investimento do contrato de concessão	655.020.919
Outros investimentos reversíveis	3.976.493
Património integrado	46.897.564
Investimento total	705.894.976
Investimento já realizado	345.259.772
Investimento em curso	13.026.365
Investimento contratual (regulado) a realizar	347.608.839

b) Contratos de Empreitada

No que respeita às empreitadas de construção do Sistema explorado pela empresa, foi celebrado todo um conjunto de contratos, conforme consta dos quadros seguintes:

Projeto	n.º empreitada	Designação	adjudicação	Faturação	Saldo
13140017	258	Beneficiação dos apoios da conduta elevatória da EE2 de Alcântara	159.198	39.242	119.95
13140024	242	Reparação da Comporta Mural e Respetivo Sistema de Comando da Estação Elevatória das Agências	124.556	0	124.55
13140032	244	Controlo de caudais pluviais - Alfragide	22.800	0	22.80
13140034	40	Beneficiação da ETAR de Beirolas - Fase I	268.680	252.780	15.90
13140034	246	Reabilitação do sistema de espessamento da ETAR de Beirolas	128.919	16.383	112.53
13140055	89	Benfeitorias nos sistemas elevatórios do subsistema de Alcântara-Fase I	2.105.826	1.052.564	1.053.26
13140057	31	Coletores da margem direita do Caneiro de Alcântara-restaurantes intervenções	186.675	149.340	37.33
13140060	35	Reparação do Caneiro de Alcântara -Braço de Sete Rios/Twin Towers	45.000	42.894	2.10
13140061	36	Construção da duplicação da Ribeira da Falagueira	3.121.966	1.097.735	2.024.23
13140063	231	Fornecimento e montagem de sistema de aproveitamento de água subterrânea dos furos de captação para o reservatório da água de rega da ETAR de Alcântara	45.647	32.903	12.74
13140070	178	Adaptação dos interceptores e emissários do subsistema de Chelas aos sistemas unitários-Fase I	72.500	45.366	27.13
13140071	224	Instalação de novos quadros elétricos nas EE9 e EE11 de Chelas	99.377	82.768	16.60
13140072	162	Interceptores norte e sul - adaptação aos sistemas unitários	143.735	131.614	12.12
13140077	201	Construção da EE2 de Alcântara	189.286	64.650	124.63
13140078	200	Beneficiação e ampliação dos subsistemas de A-da-Perra e Barril	29.470	23.950	5.52
13140085	52	Equipamentos e Instalações Elétricas da ETAR da Foz do Lizandro	875.689	875.689	875.68
13140090	255	Beneficiação da obra de entrada da ETAR da Malveira	148.500	0	148.50
13140092	176	Ampliação e beneficiação do subsistema da Póvoa da Galega - fase I - descarregadores de tempestade	130.500	115.987	14.51
13140102	195	Montagem de sistema de doseamento de cal nas lamas desidratadas da ETAR de Frielas e respetiva bombagem para os silos existentes	97.237	15.775	81.46
13140102	195	Fornecimento e instalação de sistema de dosagem de cal nas lamas desidratadas da ETAR de Frielas	20.029	3.004	17.02
13140102	221	Remodelação do sistema de desinfecção da ETAR de Frielas	497.707	494.782	2.92
13140102	228	Reparação e substituição de serralharias diversas na ETAR de Frielas	95.000	0	95.00
13140103	168	Reabilitação do sistema de espessamento da ETAR de Chelas	116.257	71.538	44.71
13140103	263	Reparação de coberturas na ETAR de Chelas	7.587	0	7.58
13140107	152	Beneficiação da EE da Quinta das Drogas	30.000	28.500	1.50
13140109	183	Remodelação dos interceptores de Camarate, Apelação e Unhos	150.130	95.079	55.05
13140124	203	Beneficiação dos descarregadores da Malveira	99.500	40.007	59.49
13140134	222	Construção do Emissário da Praça do Império (1.ª Fase) e Descarregadores e Infraestruturas Associadas das Bacias de Drenagem D3 a D9	37.920	1.805	36.11
13140150	147	Controlo Caudais Pluviais - Frielas Fase I	217.712	169.871	47.84
13140161	247	Reparações de coletores e condutas	165.000	125.126	39.87
13140161	261	Reparações e pequenas intervenções de construção civil em ETAR e EE - 2014/2015	152.645	116.770	35.87
13140163	212	Grupo de cogeração de S. João da Talha	223.000	0	223.00
13140164	264	Beneficiação da segurança nas instalações dos subsistemas de Alverca,Vila Franca de Xira, Mafra, Beirolas e Chelas	120.606	0	120.60
13140164	264	Beneficiação da segurança nas instalações dos subsistemas de Frielas e S. João da Talha	153.415	0	153.41
13140172	225	Reabilitação do sistema elevatório da Póvoa de Santa Iria - Tamisagem	56.385	0	56.38
13140175	268	Reparação dos purificadores de biogás das ETAR de São João da Talha e Vila Franca de Xira	114.392	68.346	46.04
13140175	268	Reparação das pontes raspadoras dos decantadores primários da ETAR de S. João da Talha	11.908	0	11.90
			10.264.754	5.254.468	5.010.286

2014

[Handwritten signatures and initials]

36 Ativos e passivos contingentes

36.1 Garantias prestadas

A Simtejo tem ativas as seguintes garantias bancárias:

Objeto	Total
Execução de Trabalhos de Construção Civil	564.191
Utilização de recursos hídricos para descarga de águas residuais	316.250

36.2 Processos judiciais

A Empresa tem as seguintes ações a correr em tribunal, já devidamente contestadas:

1. Ação judicial intentada por Paulo Alexandre Furtado Mendes (insistência em tribunal distinto), no Tribunal Administrativo e Fiscal de Lisboa (3.ª Unidade Orgânica, Proc. 1394/11.8 belsb), para pagamento de indemnização de 12.140 euros e juros de mora;
2. Ação intentada pela Ambilogos – Equipamentos Industriais, Lda, no Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, (Proc. 700/12.2BELSB, para pagamento de 402.509,60 euros;
3. Ação intentada pela Massa Insolvente da Hidrocontrato - Contratação e Coordenação de Empreendimentos de Engenharia, Lda, a correr pelo Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, (5.ª U.O., Proc. 1254/12.5BELSB, para pagamento de 221.385,49 euros, acrescido de juros de mora de 12.585,41 euros;

A Simtejo entende que não incorrerá em custos nas ações em causa, tendo mantido, por razões cautelares, a provisão para o processo referido no nº 3.

37 Informações exigidas por diplomas legais

Art.º 397.º do Código das Sociedades Comerciais

A Simtejo, S.A., não concedeu aos seus administradores quaisquer empréstimos ou créditos, não efetuou pagamentos por conta deles, não prestou garantias a obrigações por eles contraídas e não lhes facultou quaisquer adiantamentos a remunerações. Também não foram celebrados quaisquer contratos entre a sociedade e os seus administradores, diretamente ou por pessoa interposta.

Art.º 324.º do Código das Sociedades Comerciais

A Simtejo, S.A., não possuiu quaisquer ações próprias, nem efetuou até ao momento qualquer negócio que envolvesse títulos desta natureza.

Art.º 21.º do Decreto-Lei nº.411/91 de 17 de setembro

A Simtejo não tem dívidas em mora da Empresa ao Sector Público Estatal, nem à Segurança Social, e os saldos contabilizados em 31 de dezembro de 2014 correspondem à retenção na fonte, descontos e contribuições, referentes a dezembro, e cujo pagamento se efetuará em janeiro do ano seguinte.

Lei nº.55-A/2010 de 31 de dezembro

A Simtejo pretende beneficiar de um crédito fiscal suportado numa candidatura dirigida à Comissão Certificadora do SIFIDE, relativa a despesas de atividades de investigação e desenvolvimento incorridas no exercício de 2014, caso essa candidatura seja aprovada, estima-se que a dedução à coleta possa ascender a um valor de 236 mil à semelhança do Modelo 22 de 2013 entregue em 2014.

390
2014

(Handwritten signatures and marks)

38 Rendimento garantido

Acionistas	Situação em 31 de dezembro de 2013	Remuneração do exercício de 2014	Distribuição durante o Exercício de 2014	Situação em 31 de dezembro de 2014
AdP - Águas de Portugal, SGPS, SA	1.934.429	1.414.458	(1.934.429)	1.414.458
Município de Lisboa	900.180	658.213	(900.180)	658.213
Município de Loures	440.513	322.104	(440.513)	322.104
Município de Vila Franca de Xira	153.222	112.036	(153.222)	112.036
Município de Amadora	134.069	98.032	(134.069)	98.032
Município de Mafra	134.069	98.032	(134.069)	98.032
Município de Odivelas	134.069	98.032	(134.069)	98.032
Total	3.830.552	2.800.906	(3.830.552)	2.800.906

Ano	Indexante	Prémio de Risco	Taxa Final
2013	6,29%	3,00%	9,29%
2014	3,75%	3,00%	6,75%

39 Eventos subsequentes

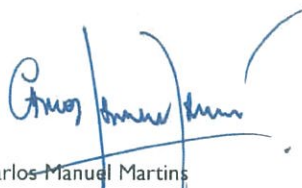
Em janeiro de 2015 foi possível proceder à faturação do valor correspondente à prestação de serviços ao município de Sintra desde maio de 2012 até ao fim de 2014, com o montante total de 892 mil euros.

Prevê-se também que, tal como já acontecera com o Município de Lisboa, tenha lugar a muito breve prazo o pagamento dos valores respeitantes aos Acordos de Pagamento antes celebrados com os Municípios de Loures e Odivelas.

Foram criadas recentemente as condições para celebração de um novo Acordo de Pagamentos com a Câmara Municipal de Lisboa, já aprovado em reunião de Câmara, de que resultará a liquidação de 25 milhões euros de dívida vencida, ficando assim a dívida vencida referida à data do presente relatório reduzida a 90 dias.

A Simtejo tomou conhecimento de que no dia 1 de Outubro de 2014, o Senhor Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e da Energia, apresentou o plano de reestruturação do sector das águas que inclui, a agregação dos atuais 19 sistemas multimunicipais em que se inclui o Sistema concessionado à Simtejo, em 5 sistemas de maior dimensão.

Lisboa, 17 de fevereiro de 2015



Carlos Manuel Martins
(Presidente do Conselho de Administração)



José Henrique Guimarães Salgado Zenha
(Vogal do Conselho de Administração)



António Alberto Côrte-Real Frazão
(Vogal do Conselho de Administração)



Joaquim Carlos Correia Peres
(Vogal do Conselho de Administração)



José Fernando da Silva Ferreira
(Vogal do Conselho de Administração)



José Esteves Ferreira
(Vogal do Conselho de Administração)



Ricardo Alexandre da Silva Bastos
(Vogal do Conselho de Administração)



Maria Leonor de Oliveira Pinto Nóbrega
(Diretora Administrativa e Financeira
e Técnica Oficial de Contas)

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE OS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2014

1. Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis, o Conselho Fiscal emite o presente Relatório e Parecer sobre o Relatório de Gestão e restantes documentos de prestação de contas da Sociedade SIMTEJO – Saneamento Integrado dos Municípios do Tejo e Trancão, S.A., doravante SIMTEJO ou Sociedade, apresentados pelo Conselho de Administração relativamente ao exercício de 2014.
2. Desde a sua eleição pela Assembleia Geral realizada em 2011, o Conselho Fiscal acompanhou a gestão da Sociedade e a evolução dos seus negócios. Efetuou reuniões com regularidade, tendo contado com a presença do Presidente da Comissão Executiva e da Diretora dos Serviços Administrativos e Financeiros. Efetuou, também, uma reunião específica com o Revisor Oficial de Contas, no sentido de avaliar o âmbito, riscos e a extensão do trabalho de auditoria conducente à emissão da Certificação Legal de Contas relativa ao exercício objeto do presente documento.
3. O Conselho Fiscal obteve todos os esclarecimentos solicitados e dispôs da documentação que considerou necessária ao desempenho das suas funções.
4. O Conselho Fiscal procedeu à verificação do cumprimento das normas legais e estatutárias aplicáveis, não tendo detetado situações de incumprimento, e exerceu as suas competências em conformidade com o estabelecido no artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais.
5. O Conselho Fiscal apreciou a Certificação Legal das Contas, emitida nos termos da legislação em vigor pelo Revisor Oficial de Contas, a qual mereceu o seu acordo.
6. O Conselho Fiscal também analisou o Relatório de Governo Societário, considerando que no mesmo consta um nível adequado de divulgações, bem como referências a atuações da SIMTEJO em concordância com os princípios de bom governo.
7. O Conselho Fiscal entende assinalar que não está a ser verificado o disposto no artigo 31.º, n.º 6, do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, pois no mesmo consta que “[c]ada um dos órgãos de administração e de fiscalização das empresas públicas deve ter por objetivo a presença plural de homens e mulheres na sua composição.”
8. Consta-se que no Relatório de Gestão, no seu Capítulo 8, consta informação sobre o grau de cumprimento das orientações legais vigentes para o Setor Empresarial do Estado, veiculadas através de instruções, despachos e legislação diversa, sendo de concluir pelo cumprimento de tais recomendações por parte da SIMTEJO.
9. Em consequência do trabalho desenvolvido, o Conselho Fiscal considera que o Relatório do Conselho de Administração, o Relatório de Governo Societário e as Demonstrações Financeiras (Balanço em 31 de dezembro de 2014, Demonstração dos Resultados por Naturezas, Demonstração das Alterações no Capital Próprio, Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o Anexo às Demonstrações Financeiras) são adequados à compreensão da posição financeira da Sociedade no fim do exercício, bem como da forma como se geraram os resultados e se desenrolou a atividade, assim como os principais riscos a que se encontra exposta a Sociedade.
10. O Conselho Fiscal salienta toda a colaboração e apoio que obteve por parte do Conselho de Administração e do Revisor Oficial de Contas.

**PARECER**

Em consequência do acima referido, o Conselho Fiscal é de parecer que estão reunidas as condições para que a Assembleia-Geral da SIMTEJO aprove:

- a) O Relatório do Conselho de Administração e as Contas do exercício de 2014;
- b) O Relatório de Governo Societário relativo ao ano de 2014;
- c) A proposta de aplicação de resultados formulada pelo Conselho de Administração no seu relatório.

Lisboa, 24 de fevereiro de 2015.

O CONSELHO FISCAL

Luís Filipe Cracel Viana (Presidente)



José Manuel Ribeiro Lopes Tomé (Vogal)

Certificação Legal de Contas

Certificação Legal das Contas

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas de SIMTEJO - Saneamento Integrado dos Municípios do Tejo e Trancão, S.A., as quais compreendem a Demonstração da Posição Financeira em 31 de Dezembro de 2014 (que evidencia um total de 382.177.054 Euros e um total de capital próprio de 70.002.536 Euros, incluindo um resultado líquido de 6.008.668 Euros), a Demonstração dos Resultados e do Rendimento Integral, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e as Notas.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;

Ênfases

9. Sem afectar a opinião expressa sobre as demonstrações financeiras, chamamos a atenção para os seguintes factos:
- 9.1 Conforme descrito no Decreto-Lei que regula a actividade da Empresa e no contrato de concessão, as tarifas e os preços devem ser fixados anualmente de forma a permitir a recuperação dos custos inerentes à concessão e remunerar os capitais investidos, e, assim, assegurar o equilíbrio económico-financeiro da concessão. Atendendo a que ainda não foram aprovados pelas entidades competentes os mecanismos tendentes a reflectir os eventuais excessos ou insuficiências das tarifas e preços, a Empresa optou por não reflectir esta situação nas demonstrações financeiras.
- 9.2 As demonstrações financeiras foram preparadas com base na informação mais actualizada sobre a concessão, nomeadamente no que respeita aos valores de investimento e caudais, pressupostos estes que têm vindo a ser incorporados e aprovados pelo Concedente no âmbito da preparação anual do Orçamento de Projecto Tarifário, ainda que não tenha sido até à data submetido pela Empresa à aprovação formal do Concedente o respectivo estudo de viabilidade económica e financeira. Na eventualidade do referido estudo de viabilidade económica e financeira não vir a ser aprovado pelo Concedente, a revisão das estimativas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras poderá ter um efeito significativo sobre as mesmas.
- 9.3 Conforme divulgado na nota 39 das notas às demonstrações financeiras, e no relatório de gestão, permanece em curso o processo de agregação dos actuais sistemas multimunicipais de abastecimento de água e saneamento, os quais serão extintos e subsequentemente agregados em novos sistemas multimunicipais de maior dimensão, a constituir através de Decreto-Lei nos termos do Decreto-Lei 92/2013. No âmbito do referido processo, os activos e passivos da empresa serão transferidos para a nova entidade a constituir, a qual, ao abrigo de um novo contrato de concessão, dará continuidade às actuais actividades da empresa.

Lisboa, 23 de Fevereiro de 2015

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (Nº 178)
Representada por:



Rui Abel Serra Martins (ROC nº 1119)



Relatório e Contas

2014





FICHA TÉCNICA

TÍTULO

Tapada Nacional de Mafra, CIPRL

Relatório e Contas 2014

EDITOR

Tapada Nacional de Mafra, CIPRL

Portão do Codeçal,

2640-602 Mafra

Telef.: +351 261 817 050 (dias úteis)/+351 261 814 240 (fins de semana e feriados)

Fax: +351 261 814 984

URL: <http://www.tapadademafra.pt/>

E- mail: geral@tapadademafra.pt

Periodicidade: Anual

Data da Edição: março de 2015

**Índice**

0. Introdução	4
1. Atividade Turística	5
1.1 Visitas de Público em Geral	5
1.2 Visitas de Público Escolar – Educação Ambiental	6
1.3 Organização de Eventos	7
1.4 Alojamento	7
1.5 Serviço de refeições	7
1.6 Loja e Bar	7
2. Gestão Florestal	7
3. Gestão Cinegética	9
4. Atividade científica desenvolvida na Tapada Nacional de Mafra	9
5. Comunicação, Marketing e Assessoria de Imprensa	10
6. Projeto de Parceria com Parques de Sintra - Monte da Lua: <i>De Sintra a Mafra: A Natureza em Parques e na Grande Tapada</i>	11
7. Mecenias	12
8. Atividade Apícola	12
9. Participação e colaboração em eventos	13
10. Voluntariado	13
11. Formação	13
12. Parcerias com entidades de formação	13
13. Projetos no âmbito de candidaturas aos Contrato Emprego-Inserção	13
14. Apoio Social	14
15. Análise Económica e Financeira	14
Análise comparativa dos Proventos (por centros de exploração)	15
Resultados do Exercício	16
Demonstração de Resultados	17
Fornecimento e Serviços Externos	17
Gastos com o Pessoal	18
Gastos de Depreciação e de Amortização	19
Gastos e perdas de Financiamento	19
Balanço	20
Capitais Próprios	20
Outras variações no capital próprio	20
Passivo	20
Rácios Económicos e Financeiros	21
Perspetivas para o ano de 2015	21
Proposta de aplicação de resultados	21
Execução Orçamental	22
Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados	27
Parecer do Conselho Fiscal	39



Nota Prévia

O Relatório que se coloca à consideração da Assembleia Geral da Tapada Nacional de Mafra (adiante designada por TNM), reflete a atividade do ano de 2014 desenvolvida pela Direção que assumiu funções no dia 12 de Outubro de 2012.

Agradecimentos

A Direção da Tapada Nacional de Mafra gostaria de deixar, aqui expresso, o agradecimento a todos os funcionários, colaboradores externos e parceiros privados pela forma dedicada, exemplar e polivalente, como desenvolvem as suas atividades, contribuindo, indubitavelmente, para o reconhecimento e valorização da marca Tapada Nacional de Mafra.

Expressamos, igualmente, o nosso agradecimento a todas entidades cooperantes da TNM e, respetivos representantes e dirigentes, pelo permanente apoio e colaboração demonstrada.

Agradecemos também aos Mecenass abaixo identificados por se terem associado à Tapada Nacional de Mafra, ajudando a contribuir ativamente ou financeiramente para o cumprimento da nossa missão e concretização dos nossos objetivos estratégicos.





Introdução

A Tapada Nacional de Mafra continuou durante o ano de 2014 a desenvolver a sua atividade orientada para:

- a sua afirmação como instituição de referência no domínio da gestão, conservação e valorização de recursos naturais e culturais;
- a sua confirmação como pólo turístico alavancado pela biodiversidade e pelo património cultural que detém;
- a potencialização da sua integração no conjunto histórico-cultural encabeçado pelo Palácio Nacional de Mafra.

Principais fatos a destacar em 2014:

- Pese embora ainda a conjuntura económica/financeira de Portugal, a TNM conseguiu através de um esforço adicional resultante do aumento da sua atividade alcançar um resultado líquido positivo de 36.618,90 €;
- Aposta no fortalecimento e na identificação de novas parcerias institucionais e comerciais, destacando-se entre estas, a assumida com a Caixa Geral de Depósitos;
- Aprovação de projeto de parceria com os Parques de Sintra – Monte da Lua, SA designado *De Sintra a Mafra: A Natureza em Parques e na Grande Tapada* com um montante total de investimento de 173.630,00, cujo co-financiamento está assegurado pelo Programa Operacional da Região de Lisboa (PORLisboa);
- Aumento do número de visitantes: 8.200;
- Reposicionamento da marca Tapada Nacional de Mafra mediante um investimento acrescido na comunicação e promoção;
- Desenvolvimento de novos produtos e diversificação da oferta que permitirá proporcionar novas experiências aos visitantes;
- Refomulação do Plano de Gestão Florestal com vista à promoção do potencial produtivo florestal;
- Execução de projeto PRODER que envolveu um investimento aproximado de 25.000€ com o objetivo de criar uma faixa de Defesa da Floresta Contra Incêndio na área norte da TNM;
- Fortalecimento da relação com Universidades e Centros de Investigação;
- Aumento significativo na receita proveniente das visitas, alojamento, venda de carne e da loja/bar.



ATIVIDADE DA TAPADA NACIONAL DE MAFRA

1. Atividade Turística

O ano de 2014 relevou-se bastante positivo no que concerne à atividade turística e os resultados neste setor apresentaram uma melhoria significativa comparativamente ao ano anterior.

Globalmente o número de visitantes que procuraram a Tapada Nacional de Mafra para recreio e lazer aumentou em cerca de 19%. Este acréscimo verificou-se essencialmente na segunda metade do ano.

Ano	2012	2013	2014
Nº de visitantes	37.840	42.846	51.140

De notar que não se incluem nestes valores os visitantes que pernoveram na TNM, nem os enquadrados em eventos familiares e empresariais (cerca de 4.200).

O visitante da TNM continua a ser maioritariamente (98%) português e realiza a visita em contexto familiar ou escolar.

1.1 Visitas de Público em Geral

Em 2014 procuraram a TNM 30.088 visitantes no segmento de público em geral. Estes optaram maioritariamente por realizar visitas de comboio, percursos pedestres e atividades dos parceiros privados (atividades equestres, espetáculo com aves de rapina e iniciação ao tiro com arco).

As visitas noturnas e ao amanhecer foram procuradas por mais visitantes em comparação com 2013. Cerca de 165 pessoas experimentaram estas atividades, especialmente, na época de verão e outono.

No que concerne a visitas/acantonamentos verificou-se uma descida ligeira na procura para cerca de 949 escuteiros/escoteiros.

A iniciativa Ciência Viva no Verão (DesTapada) voltou a desenvolver-se em parceria com o Centro de Geologia da Universidade de Lisboa e o Palácio Nacional de Mafra tendo contando com a participação de 51 pessoas.

Novos Programas e Produtos

Com o intuito de ganhar novo público e fidelizar o já existente foram desenvolvidos Programas de Atividades adaptados às diferentes estações do ano com o propósito de oferecer experiências únicas e diferentes ao longo das várias estações e, como tal, motivos para novas visitas.

O primeiro a lançar-se foi o Programa de Verão, seguido pelo de Outono, Inverno e de Natal.



Variadas atividades ou experiências permitem-nos criar diferentes motivos de visita ao longo de todo o ano.

Foram o Programa de Verão e de Natal que provocarem um maior impacto na visita da TNM. Durante a vigência do Programa de Verão o número de visitantes duplicou, tendo mesmo quadruplicado na época de Natal em comparação com o mesmo período do ano passado.

Destacam-se entre os novos produtos criados:

- Oficina Apícola
- Experiência Apícola
- Visita conjunta noturna ao Palácio-Tapada
- O Comboio de Natal na Floresta Encantada
- Birdwatching
- Chás das Cinco
- Oficinas de Natal
- Oficinas de Arte Plástica – Crianças
- Workshps de Ilustração Científica

1.2 Visitas de Público Escolar – Educação Ambiental

A TNM continuou a disponibilizar aos estabelecimentos de ensino uma oferta educativa destinada a diferentes níveis de escolaridade. Destacam-se deste conjunto as atividades pedagógicas, visitas de comboio, percursos pedestres, e outras atividades desenvolvidas diretamente por parceiros privados (atividades equestres, apicultura, aves de rapina, tiro com arco, entre outras).

A TNM recebeu 21.052 visitantes em contexto escolar. Verificou-se um aumento, pouco significativo (0,8%) da procura face ao ano anterior, sendo as atividades mais demandadas os circuitos de comboios, as atividades pedagógicas e as equestres.

A actividade de visita conjunta Palácio – Tapada Nacional de Mafra foi realizada por cerca de 600 alunos.

Os alunos visitantes são provenientes, sobretudo, do Ensino Pré-Escolar, Básico e Secundário.

Lançamento de Novo Programa Escolar 2014/15 e Dia Aberto ao Professor

No início do ano letivo 2014/2015 foi divulgado junto de toda a rede escolar nacional um novo programa escolar com uma nova imagem gráfica e novas atividades, a maioria delas, resultantes de novas parcerias, sendo exemplo:

- Floresta & Surf;
- Floresta & Teatro;
- Floresta & Lobo Ibérico.

Com vista à divulgação e à experimentação de parte das actividades constantes do novo Programa Escolar promoveu-se em Outubro o Dia Aberto ao Professor, evento que envolveu aproximadamente 250 professores.

1.3 Organização de Eventos

Foram promovidos nos espaços da TNM diversos eventos ao longo de 2014 nos quais estiveram presentes cerca de 3.600 pessoas, contudo, a faturação neste setor desceu em aproximadamente 30%.

O principal cliente dos espaços da TNM foram empresas.

1.4 Alojamento

No ano de 2014 verificou-se um aumento do número de dormidas em 101% face a 2013, e consequentemente, no volume de faturação associado a este setor.

Os meses com maior procura de alojamento foram julho, agosto, setembro e dezembro. Por sua vez, os meses de fevereiro, março e maio foram os que apresentaram uma procura mínima.

1.5 Serviço de refeições

Em 2014 foram servidas apenas 301 refeições, o que implicou uma quebra de cerca de 7% em termos de proveitos. Esta redução fica a dever-se essencialmente à falta de recursos humanos e logísticos para cobrir eventos que envolvam mais de 10/15 refeições.

Dada esta grande limitação, a maioria dos eventos realizados na TNM são apoiados por empresas de prestação de serviços de *catering*.

Para fazer face à ausência de um serviço de restauração permanente na Tapada, o que frequentemente é apontado como um ponto negativo pelos visitantes, a TNM desenvolveu um novo produto para responder a esta necessidade: o Cesto Piquenique para a Família. Este serviço teve um aumento de procura na ordem dos 60%.

Outro produto criado no de 2014 foi o Almoço Real, evento realizado durante alguns primeiros domingos de cada mês. Esta iniciativa contou com o apoio de um parceiro na área da restauração e teve a participação de 124 pessoas.

No âmbito do Programa de Outono foi implementado um novo conceito/produto: O *Chá das 5 na Casa de D. Segismundo Saldanha*. Teve pouca aceitação, apenas 15 pessoas adquiriram este serviço.

1.6 Loja e Bar

O espaço Loja da TNM tornou-se um pouco mais apelativo e diversificado em termos de oferta. Para tal, contribuíram os inúmeros contratos de consignação que foram assinados no último ano. Pretendeu-se com esta ação a divulgação dos produtos locais de Mafra, bem como a contribuição para a dinamização das empresas locais produtoras desta tipologia de produtos.

A receita proveniente deste espaço teve um incremento de aproximadamente 18%.

2. Gestão Florestal

O ano de 2014 revelou-se muito preenchido no que diz respeito à atividade florestal. Destacamos as seguintes ações:



- Finalização e submissão a Consulta Pública da proposta de alteração do Plano de Gestão Florestal que visa a realocação da área de eucaliptal para o Sonível e Abrunheira, o descortçamento de uma parte dos sobreiros da Tapada e a promoção do potencial produtivo do pinhal manso;
- Abate de duas manchas de eucalipto localizadas na Abrunheira e Barroca (no âmbito do contrato com Grupo PortucelSoporcel), tendo sido iniciada a recarga e transporte da madeira cortada;
- Eliminação dos resíduos provenientes das limpezas através de estilhaçamento ou toragem com remoção/transporte para vazadouro;
- Execução de Projeto Proder, com um investimento aproximado de 25.000€, que visou a criação da faixa de Defesa da Floresta Contra Incêndios;
- Venda de pinheiros caídos ou em risco de queda;
- Gestão e redução de combustíveis efetuada pela equipa de Sapadores Florestais numa faixa de 50 metros na área envolvente das Casas Florestais, bem como, a limpeza das faixas de redução de combustível, junto aos caminhos, incluindo nesta ação o corte e a recarga de material lenhoso;
- Devido à grande pluviosidade sentida nos meses de inverno, foi necessário intervir nos principais caminhos florestais da Tapada. Neste sentido, promoveram-se ações de beneficiação e manutenção dos mesmos, bem como das valetas e dos pontões;
- Desbaste e desramação em povoamentos muito densos de pinheiro manso, nomeadamente, na vedação da Chanquinha e área envolvente, cumprindo o estipulado no Plano de Gestão Florestal para esta área;
- Realização de ajustes diretos com consulta para a venda de pinhas de pinheiro manso;
- Sensibilização dos visitantes, promovida pela Equipa de Sapadores Florestais e pelo Técnico do setor florestal;
- Colaboração com a Proteção Civil Municipal, nomeadamente, através da participação em ações de vigilância as áreas florestais, na época de maior risco de incêndios florestais;
- Colaboração com o Gabinete Técnico Florestal da Câmara Municipal de Mafra na elaboração dos planos operacionais de Prevenção, Vigilância e Detecção e de Combate e participação nos briefings técnicos operacionais e nas reuniões da CMDF – comissão municipal de defesa da floresta;
- Organização de ações de voluntariado destacando-se entre as inúmeras realizadas a desenvolvida com a EDP. Através desta ação promoveu-se a abertura de uma faixa de gestão de combustível que englobou a redução de combustíveis médios com recurso a trator de rasto, a eliminação de sobrantes de exploração recorrendo a um destroçador e aplicação de herbicida para eliminação da rebentação de eucaliptos na encosta do Codeçal.
- Execução de ações de silvicultura com apoio do mecenas Vieira de Almeida na Boavista;
- Intervenção com fins de recuperação de coberto vegetal em cerca de 2 ha. Os objetivos destas atuações foram o controlo de espécies exóticas invasoras e remoção de árvores mortas, que colocam em risco espécies protegidas, assim como a redução da vegetação arbórea e arbustiva, favorecendo espécies protegidas e *habitats* prioritários.



3. Gestão Cinegética

A atividade cinegética no ano de 2014 sofreu um ligeiro decréscimo em termos de receita face ao ano anterior, facto justificado pela diminuição do número de inscrições nas várias modalidades disponibilizadas. Por outro lado, constatou-se um aumento de receita (30%) proveniente da venda de carne resultante dos abates cinegéticos realizados.

Continua em pleno desenvolvimento o protocolo de colaboração estabelecido com a Universidade de Aveiro através do qual se tem dado continuidade a trabalhos científicos que sustentarão e fundamentarão um novo Plano Global de Gestão Cinegética para o ano de 2015/16.

A TNM continua a contar com a colaboração do Departamento de Medicina Veterinária da Universidade de Évora, bem como do Matadouro Regional de Mafra para uma avaliação permanente do estado sanitário da população cinegética.

Em março de 2014, pela primeira vez em Portugal|TNM, realizou-se um Curso de *Rastreo com Perros de Sangre* promovido pela Asociación Española del Perro de Sangre. Contou com a presença de cerca de 25 formandos provenientes de Espanha e Portugal.

De mencionar a gravação e emissão no canal “Caza e Pesca” de 1 documentário sobre a atividade cinegética na Tapada Nacional de Mafra com a denominação *Tapada Nacional de Mafra – O Couto dos Reis*.

4. Atividade científica desenvolvida na Tapada Nacional de Mafra

Apesar do trabalho científico desenvolvido por algumas Universidades e Centros de Investigação na Tapada, também os recursos humanos especializados desta entidade desenvolvem anualmente trabalho científico muito importante, nomeadamente, no que diz respeito à inventariação e monitorização de espécies faunísticas. Apontamos seguidamente alguns desses trabalhos:

- Monitorização da população de águia de Bonelli (*Hieraaetus fasciatus*);
- Monitorização da população de açor (*Accipiter gentilis*);
- Monitorização da população de cinegética (gamos, veado e javali);
- Inventariação e monitorização da população de Quirópteros. Este trabalho só foi e continua a ser possível graças ao apoio de entidades parceiras como o Centro de Investigação da Regaleira, o CIBIO/UP - Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos da Universidade do Porto e, ainda, do CESAM/UA - Centro de Estudos do Ambiente e do Mar da Universidade do Algarve.
- Inventariação do sobreiro na TNM realizado pelo Instituto Superior de Agronomia em colaboração com o Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária.

Decorrem igualmente na Tapada dois trabalhos de investigação desenvolvidos por duas investigadoras do Instituto de Higiene e Medicina Tropical (Grupo de Leptospirose e Unidade de Ensino e Investigação de Microbiologia Médica) da Universidade Nova de Lisboa cuja temática é *Unraveling of Borrelia burgdorferi s.l. genospecies diversity and infective capacity in Portugal towards the development of more efficient diagnostic tools for Lyme disease*.



Foi ainda desenvolvido nos dias 31 de Maio e 01 de Junho o I BatBlitz, evento que contou com os melhores cientistas na área do Quirópteros, e que teve como finalidade continuar a inventariação das comunidades de morcegos na área da TNM.

5. Comunicação, Marketing e Assessoria de Imprensa

O ano de 2014 foi decisivo para a TNM no que diz respeito à sua imagem e comunicação com o exterior. Tornava-se urgente um reposicionamento da marca Tapada Nacional de Mafra.

Assim, tendo como base a realidade da entidade foi definida uma estratégia global de comunicação de forma a que todos os esforços empreendidos em termos comunicacionais fossem coerentes, coesos e contínuos.

Com o apoio de uma agência de comunicação em regime de mecenato foi iniciado um processo de *rebranding* da imagem da TNM que ainda neste momento continua.

Desde então para todos os eventos ou iniciativas a promover é definido um plano de comunicação que é total ou parcialmente aplicado, em função do orçamento disponível.

Com o apoio financeiro de um conjunto de parceiros privados foi possível executar na totalidade todo o plano de comunicação definido para o Programa de Verão. Os objetivos foram largamente alcançados, ou seja, o volume de visitantes duplicou face ao mesmo período do ano passado.

Comunicamos ao longo do ano em vários locais e com diferentes materiais:

- distribuição de desdobráveis bilingues na rede de postos de turismo da região de Lisboa e na rede de hotelaria de Lisboa, Mafra, Sintra, Torres Vedras e Cascais;
- presença permanente da TNM no Palácio Nacional de Mafra;
- envio de e-mails marketing (por Programa) para cerca de 10.000 pessoas;
- colocação de outdoors em Mafra, Ericeira e na envolvente da TNM;
- emissão de vídeos promocionais no Canal Lisboa;
- colocação de publicidade nos autocarros e bilheteiras da Mafrense.

A título de exemplo e reportando às 8 semanas do Programa de Verão podemos resumir a presença da TNM nos diferentes órgãos de comunicação social da seguinte forma:



Meio	1ª S	2ª S	3ª S	4ª S	5ª S	6ª S	7ª S	8ª S
SIC – Portugal em Festa	x							
TSF – Pais e Filhos	x							
DN	x							
OJE	x							
Turismo de Lisboa	x							
CM TV – Programa da Manhã			x					
TSF – Fila J			x					
Time Out			x					
Viajar			x					
Jornal Negócios			x					
CM TV – Hora de estimação				x				
Visão				x				
TVI – 3 peças de informação						x		
TVI – Somos Portugal						x		
RTP – 3 peças de informação						x		
Jornal Público						x		
RTP – Portugal em directo							x	
SIC – Jornal da Noite								x

De referir que a comunicação para o Dia Aberto ao Professor, Programa de Outono e de Inverno e Programa de Natal seguiu igualmente um plano de comunicação devidamente estruturado.

Foi igualmente feito um grande esforço em termos de assessoria de imprensa ao longo de todo o ano. Especialmente entre os meses de Julho e Outubro, a TNM esteve presente em todos os canais de televisão, nas principais estações de rádios e em alguma imprensa escrita do país.

Também alguns canais estrangeiros (France 5 e Caza y Pesca) procuraram a TNM para a realização de dois documentários sobre este espaço.

Por fim, a TNM mereceu igualmente destaque em várias campanhas de promoção do destino região de Lisboa, da responsabilidade da Entidade Regional de Lisboa e Vale do Tejo e da Associação do Turismo de Lisboa.

Em termos de visitas, o *site* da Tapada recebeu 100 878 visitas, o que representa, em média, cerca de 276 visitas por dia.

Também a página do *Facebook* tem vindo a ser um excelente veículo de divulgação da Tapada, possuindo neste momento cerca de 14.000 seguidores.

6. Projeto de Parceria com Parques de Sintra - Monte da Lua: *De Sintra a Mafra: A Natureza em Parques e na Grande Tapada*

A TNM e os Parques de Sintra apresentaram em Setembro de 2014 uma candidatura à medida “Promoção e Capacitação Institucional” do Programa Operacional da Região de Lisboa (PORLisboa) designada *De Sintra a Mafra: A Natureza em Parques e na Grande Tapada*.



Esta candidatura foi aprovada em Novembro pelo montante total de 173.630,00, cabendo à TNM o valor de 100.750,00 €. Trata-se de uma candidatura com um co-financiamento de 40% cujo término está definido para 15 de Junho de 2015.

Apresentam-se seguidamente as ações previstas no projeto:

Ações conjuntas:

- a) Definição dos percursos e conteúdos comuns, a disponibilizar ao público pelas duas entidades, em conjunto;
- b) Difusão de informação sobre a oferta conjunta (resultante do projeto) através de um mix diversificado de soluções de comunicação, a desenvolver em comum pelas duas instituições:
 - Brochuras,
 - Posters,
 - Publicações e um vídeo sobre os valores naturais dos territórios envolvidos;
- c) Promoção, em conjunto, em feiras internacionais de turismo;
- d) Colocação de sinalética orientativa e interpretativa, nos territórios envolvidos no projeto, nos dois promotores.

Ações individuais

- a) Reformulação da *webpage* da TNM;
- c) Reformulação do sistema de bilhética;
- d) Desenvolvimento de projeto de requalificação arquitetónica, paisagística e de comunicação para a entrada principal da TNM;
- e) Desenvolvimento de material de apoio às visitas (mapa da TNM e guias).

7. Mecenias

No ano de 2014 a TNM conseguiu manter e reforçar as relações de mecenato criadas nos dois últimos anos com a Caixa de Crédito Agrícola de Mafra, a Vieira de Almeida e a REN.

Em complemento a estas parcerias foram ativadas outras com benefícios bem visíveis e marcantes para a Tapada Nacional de Mafra, designadamente, com a Caixa Geral de Depósitos, o Montepio e a BeWater.

Sublinhamos neste ponto a parceria criada com a Caixa Geral de Depósitos que se prolongará até 2019. O estabelecimento desta parceria permitirá um encaixe financeiro líquido à TNM de 25.000,00€/ano durante todo o período de vigência da mesma.

8. Atividade Apícola

A atividade apícola continua a aumentar a sua expressão na TNN. O número de colmeias instaladas já ronda as 100 unidades.

De sublinhar que no âmbito da reativação desta atividade foi recuperada e transformada em estrutura museológica a antiga Casa do Mel.



9. Participação e colaboração em eventos

Colaboração na Semana Gastronómica

Tendo por objetivo a divulgação da gastronomia local enquanto produto turístico e a dinamização da atividade de restauração, Sabores da Tapada Real foi uma organização da Câmara Municipal de Mafra, da Tapada Nacional de Mafra e da GIATUL, com o apoio do Turismo de Portugal, do Turismo de Lisboa e do Matadouro Regional de Mafra.

Nesta mostra gastronómica, as espécies cinegéticas (provenientes da Tapada e fruto de abates seletivos) surgiram como a matéria prima principal para um conjunto de pratos confeccionados por vários restaurantes do Concelho do Município.

Bolsa de Turismo de Lisboa

Mais uma vez a TNM em colaboração com a Câmara Municipal de Mafra esteve presente na Bolsa de Turismo de Lisboa divulgando e promovendo a Tapada Nacional de Mafra como um dos produtos turísticos de referência da Região Oeste.

10. Voluntariado

A Tapada Nacional de Mafra continua a receber voluntários individuais que prestam a sua colaboração no acolhimento do público, receção de grupos (escolas, escuteiros, empresas, famílias, etc.), apoio nas práticas de gestão e de vigilância florestal, monitorização de espécies faunísticas e florísticas, manutenção das infraestruturas de apoio à visita, apoio na organização de eventos, entre outros.

Cada vez mais a TNM tem vindo a ser enquadrada em ações de responsabilidade ambiental de empresas. Destacamos as ações promovidas pela REN, Vieira de Almeida, EDP e o BES.

11. Formação

Com o objetivo de desenvolver e aperfeiçoar competências foram realizadas em 2014 várias ações formativas pelos trabalhadores da Tapada sobre atendimento ao público.

Foram também realizadas por alguns colaboradores da TNM visitas a outras entidades/estruturas para conhecimento de boas práticas (Oceanário de Lisboa, Jardim Zoológico, Pavilhão do Conhecimento, Jardim Zoológico e Palácio da Ajuda).

12. Parcerias com entidades de formação

A Tapada proporcionou durante o ano de 2014 formação em contexto de trabalho e estágios a vários alunos provenientes de várias instituições do Ensino Superior e Profissional (ex: Escola Profissional e Agrícola de Runa, Escola Secundário José Saramago, Escola Técnica e Profissional de Mafra, Escola de Serviços e Comércio do Oeste - Torres Vedras, Escola Agrária de Coimbra, Universidade de Aveiro, Universidade de Évora, Instituto Superior de Agronomia, entre outros).

13. Projetos no âmbito de candidaturas aos Contrato Emprego-Inserção

Durante o ano de 2014 foram aprovadas pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional 2 candidaturas que permitiram acolher desempregados no âmbito do Programa Contrato

Emprego-Inserção. A incorporação destes colaboradores possibilitou a viabilização de várias ações relacionadas com a gestão florestal e a área de marketing e comunicação.

14. Apoio Social

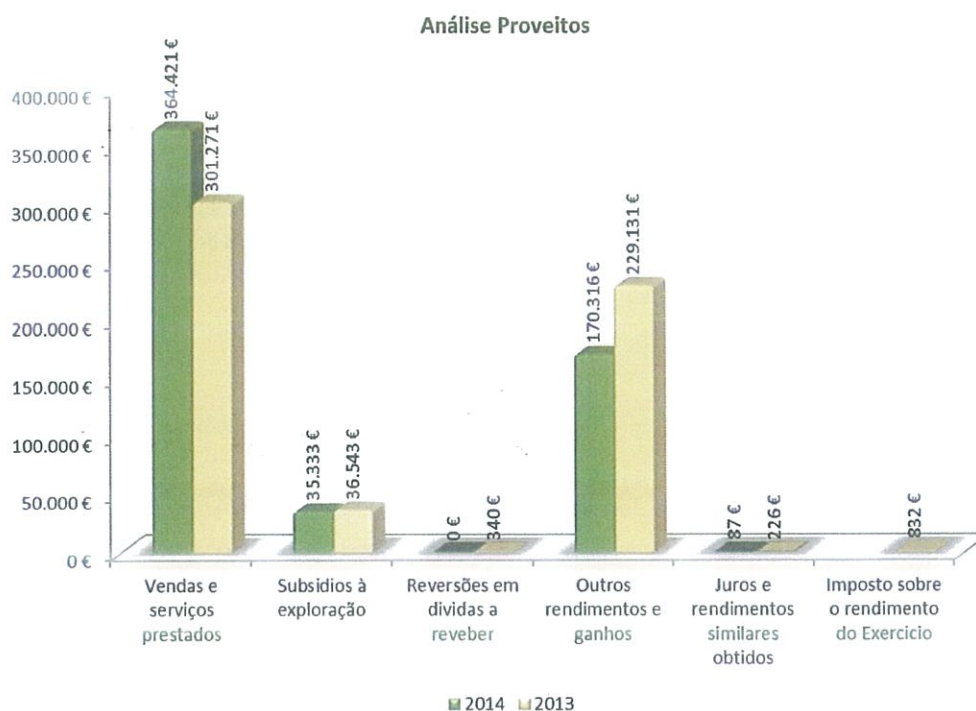
No âmbito da sua responsabilidade social, a Tapada Nacional de Mafra colaborou com inúmeras instituições de solidariedade social mediante a cedência de atividades gratuitas. A saber:

- Casa Mãe do Gradil;
- Ajuda de Berço;
- Bombeiros Voluntários de Mafra;
- Paróquia Nossa Senhora da Arrentela (Seixal);

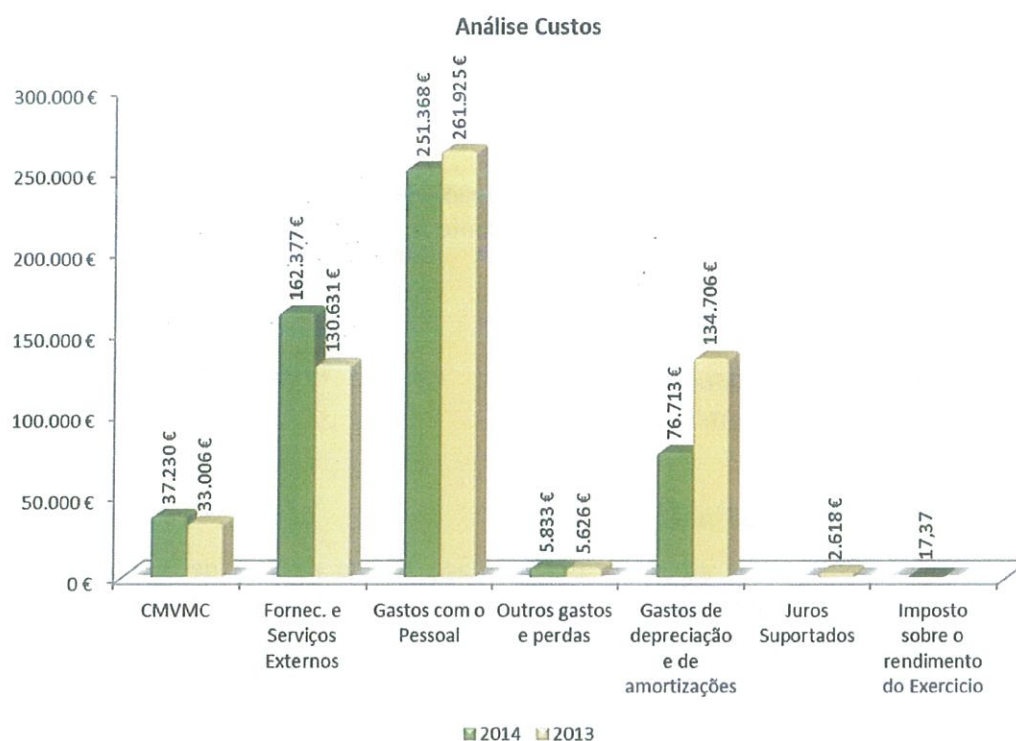
15. Análise Económica e Financeira

A Tapada Nacional de Mafra apresenta um resultado líquido positivo de 36.618,90 € na sequência do aumento do número de visitantes, da venda de bens (loja/bar e madeira) e de outras prestações de serviços.

No exercício de 2014 os rendimentos/proveitos ascenderam a 570.157,09 euros, mais 0,32% do que no exercício de 2013, onde os rendimentos/proveitos foram 568.342,70 euros:



Por sua vez, os gastos/custos foram de 533.538,19 euros, menos 6,15% do que no exercício de 2013, onde os gastos/custos foram 568.512,02 euros:



Nos anos de 2014 e 2013 trabalharam, em média, na Tapada Nacional de Mafra, 15 pessoas, repartidas da seguinte forma:

Nº de Trabalhadores	2014		2013	
	Tapada Nacional de Mafra	Presidente da Direção	Tapada Nacional de Mafra	Presidente da Direção
Técnicos	4	1	4	1
Administrativos	3		3	
Guardas Florestais	0		0	
Pessoal do Campo	0		0	
Rest. e Hotelaria	2		2	
Sapadores ⁽¹⁾	5		5	
Subtotal	14	1	14	1
Total	15		15	

⁽¹⁾ Programa apoiado em 35.000,00 Euros.

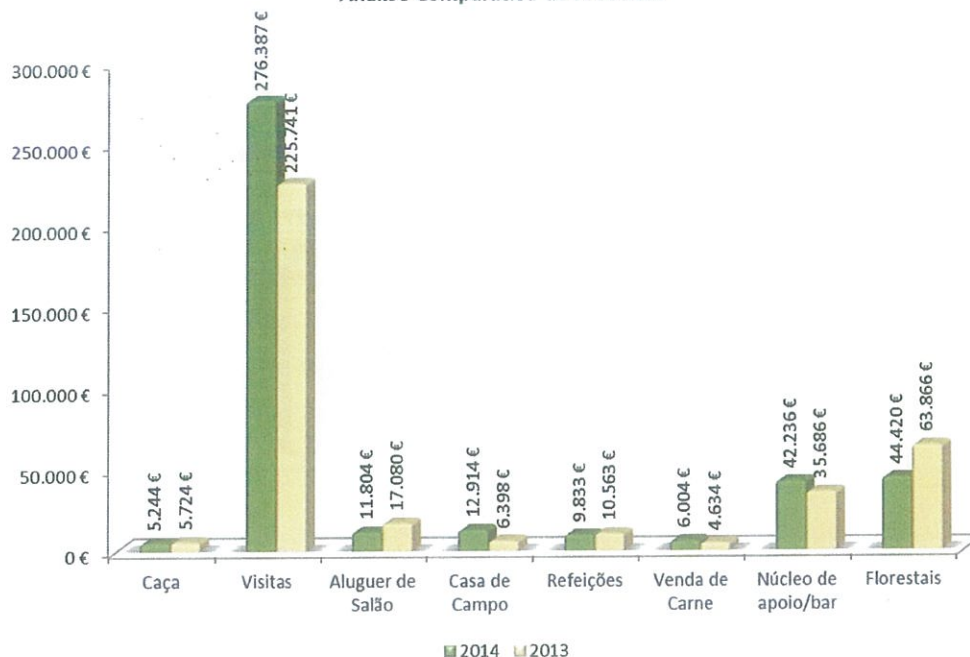
A TNM dispõe ainda de um conjunto de 37 prestadores de serviços, correspondendo 34 à área das visitas, 1 ao apoio jurídico, 1 à contabilidade e 1 à manutenção do site, o que se traduziu num encargo anual de 36.621,30 euros.

Análise comparativa dos Proveitos (por centros de exploração)

Em 2014, as visitas e a Loja/Bar representam o maior peso do total das prestações de serviços, compatibilizando em termos percentuais 87% do total das mesmas. Comparativamente com o ano anterior destaca-se um aumento nas rubricas das visitas (+22,44%), da casa de campo

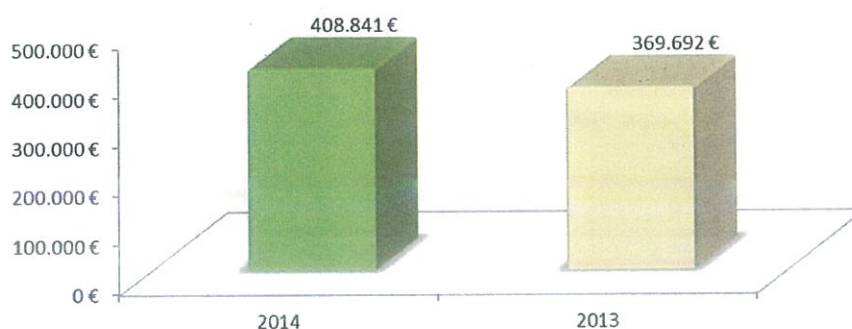
(+101,83%), da venda de carne (+29,56%) e do bar/loja (+18,35%). O total de proveitos em 2014 diminuiu 0,04% relativamente a 2013.

Análise Comparativa de Proveitos



Os rendimentos florestais de 2014, mencionados no gráfico supra, incluem a venda de madeira no montante de 44 420 22 euros. A diminuição registada relativamente ao ano de 2013 (-30,45%) está relacionada com os contratos de compra e venda de madeira realizados em 2013. Assim, em 2013 foi registado o contrato de venda de madeira de eucalipto e de pinhas, que totalizou 7.510,85 euros, e também o contrato de compra e venda de madeira de eucalipto, com a Portucel, no montante de 56.355,56 euros.

Análise Comparativa dos Proveitos



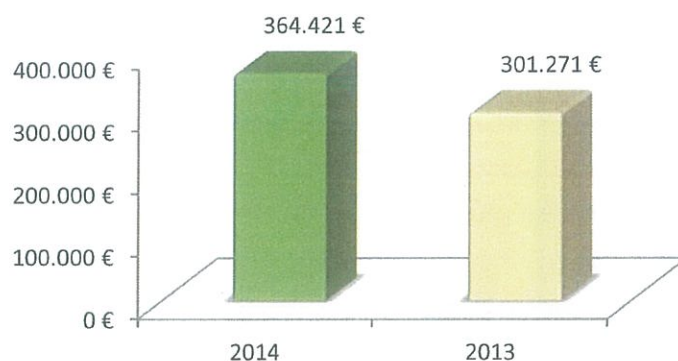
Resultados do Exercício

A Demonstração de Resultados do exercício de 2014 evidencia um resultado líquido positivo de 36.618,90 Euros.

Demonstração de Resultados

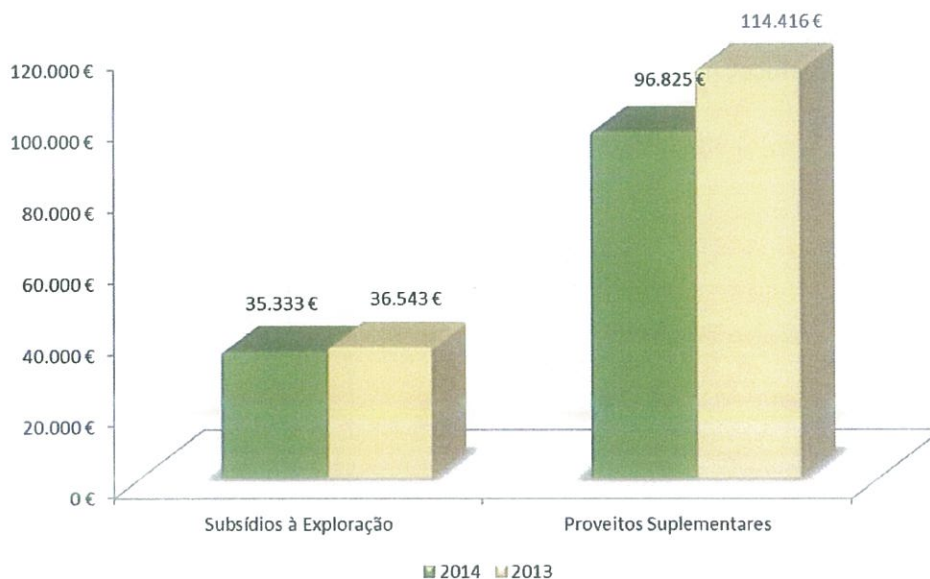
Comparativamente ao ano anterior realça-se o aumento de 20,96% das prestações de serviços, relacionadas com o aumento da ocupação da casa de campo, da venda de carne, do bar/loja e das visitas à Tapada.

Prestação de Serviços



Para efeitos de comparabilidade, verifica-se que os rendimentos suplementares de 2014, no valor de 96.824,78 euros, diminuiram 15,37%, devido a diminuição da venda da madeira.

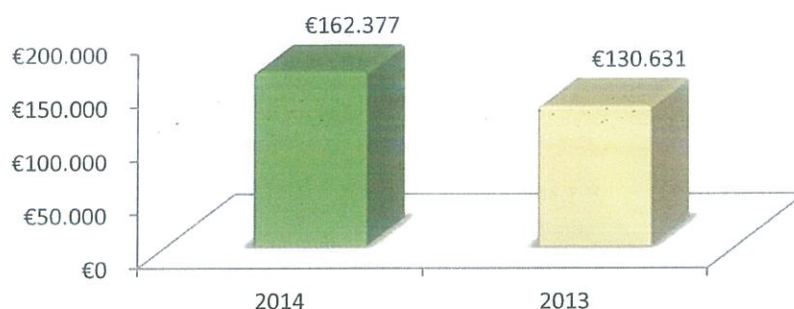
Proveitos Suplementares e Rendimentos Suplementares



Fornecimento e Serviços Externos

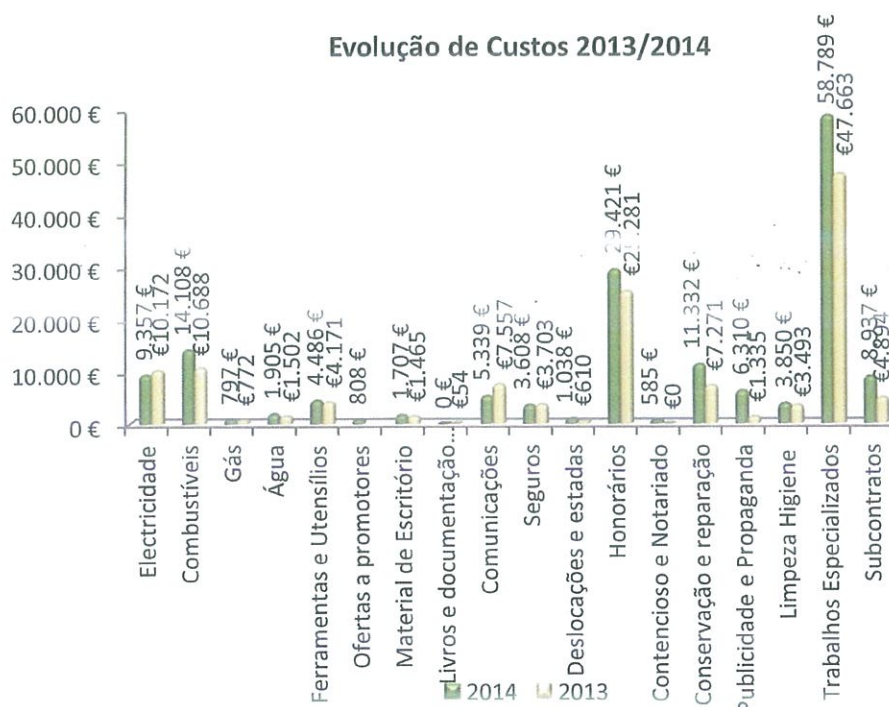
Em relação ao ano anterior, em 2014 destaca-se um aumento generalizado dos custos, mais 24,30% do que em 2013:

Custos Totais



As rubricas com maior aumento percentual foram publicidade e propaganda (+372,49%), subcontratos (+82,62%), deslocações e estadas (+70,30%) e conservação e reparação (+55,85%).

Evolução de Custos 2013/2014

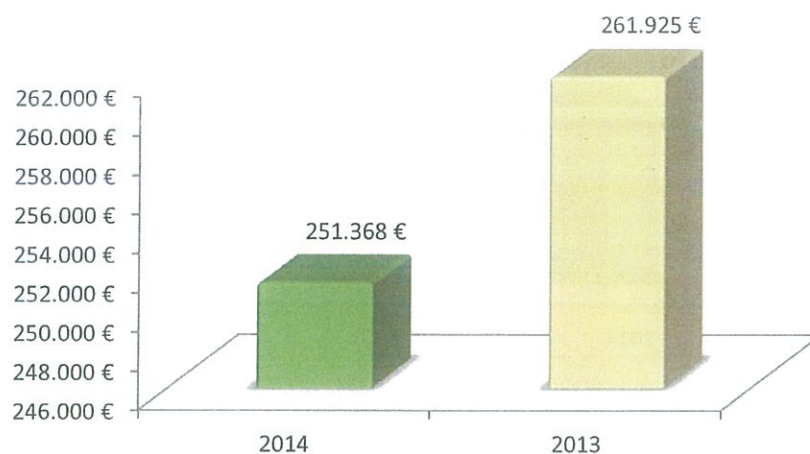


Já as rubricas de eletricidade, livros e documentação técnica e comunicações, viram os seus custos anuais diminuir, em -8,01%, -100,00% e -29,35%, respetivamente.

Gastos com o Pessoal

Os gastos com pessoal em 2014 diminuíram 4,03% relativamente ao ano anterior. Esta diminuição deve-se as reduções remuneratórias, de acordo com o Orçamento de Estado para o ano de 2014 e para o ano de 2015, bem como, da redução da taxa, do pessoal, para a segurança social, da parte da entidade patronal, de 33,30% para 32,80%.

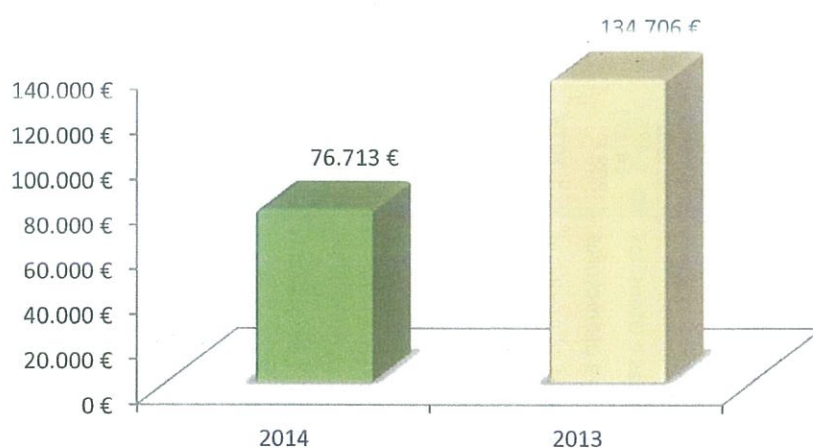
Evolução dos Gastos com o Pessoal



Gastos de Depreciação e de Amortização

Os gastos em depreciações e amortizações em 2014 sofreram uma redução de 57.992,66 euros, menos 43,05% do que em 2013.

Amortizações e Reintegrações

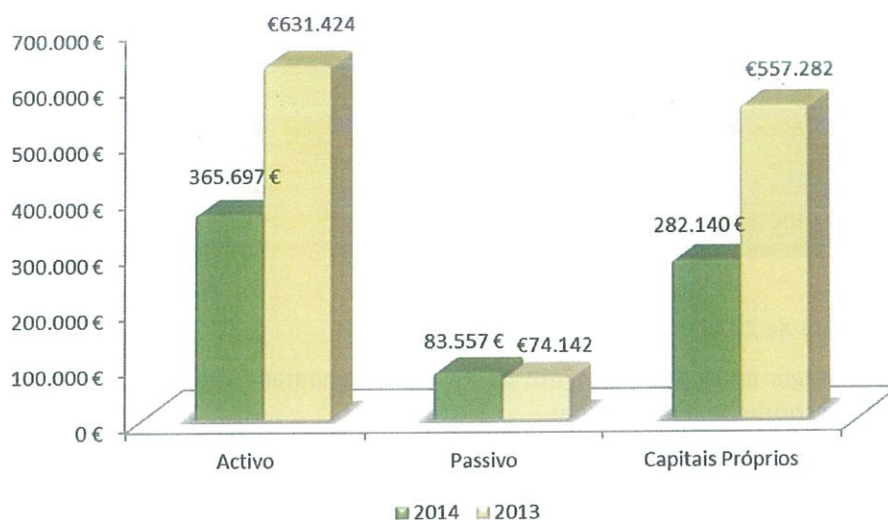


Gastos e perdas de Financiamento

Não existem gastos e perdas de financiamento, derivado da não utilização da conta caucionada e da liquidação do empréstimo dos 100.000,00 euros, em julho de 2013. De janeiro a dezembro de 2013 o valor dos gastos e perdas financeiros foi de 2.617,89 euros.

Balanço

Evolução do Balanço



Destaca-se a conta caixa que a 31/12/2014 registou um saldo de 95,00 Euros e o stock de mercadorias que ficou em cerca de 26.696,54 euros, do qual fazem parte os serviços Vista Alegre, no montante de 19.384,80 euros, e 7.313,74 euros de material do Núcleo de Apoio.

Capitais Próprios

Em 2014 os capitais próprios sofreram uma diminuição de 275.141,68 euros (-49,37%). Esta variação deve-se por um lado à rubrica de outras variações no capital próprio, que diminuiu 311.760,58 euros, e por outro devido à transferência do resultado do exercício do ano de 2013 e do próprio resultado do ano de 2014.

Outras variações no capital próprio

A conta subsídios regista um saldo de 112.878,72 euros, que resulta da contabilização dos subsídios ao investimento, cujo proveito será contabilizado em simultâneo com as amortizações dos respetivos investimentos.

Passivo

No Passivo, o montante mais significativo resulta dos financiamentos obtidos – Empréstimos bancários, que derivam dos seguintes compromissos:

- **Não corrente**

A conta de Estado e Outros Entes Públicos tem um saldo credor de 28.492,94 euros, referente ao IVA, à Segurança Social, IRS dos trabalhadores e ao imposto estimado sobre o rendimento do exercício.



Rácios Económicos e Financeiros

Do cálculo dos Rácios Económicos e Financeiros, resulta, em termos percentuais:

Rácios Económicos e Financeiros	2014	2013
Solvabilidade (Capital Próprio/Passivo)	3,38	7,51
Autonomia Financeira (Capital Próprio/Ativo)	0,77	0,88

Perspetivas para o ano de 2015

Mantendo-se a estratégia de desenvolvimento da TNM implementada em 2014, no ano de 2015 a Tapada deverá continuar a apostar na:

- afirmação enquanto organismo de referência no domínio da gestão, conservação e valorização de recursos naturais e culturais;
- identificação como pólo turístico alavancado pela biodiversidade e pelo património cultural que detém;
- o valor intrínseco decorrente da sua integração no conjunto histórico-cultural e territorial encabeçado pelo Palácio Nacional de Mafra;
- sustentabilidade económico-financeira da TNM, com o aumento da capacidade de geração de receitas próprias que garantam a estabilidade e a prossecução dos objetivos da régie-cooperativa.

Proposta de aplicação de resultados

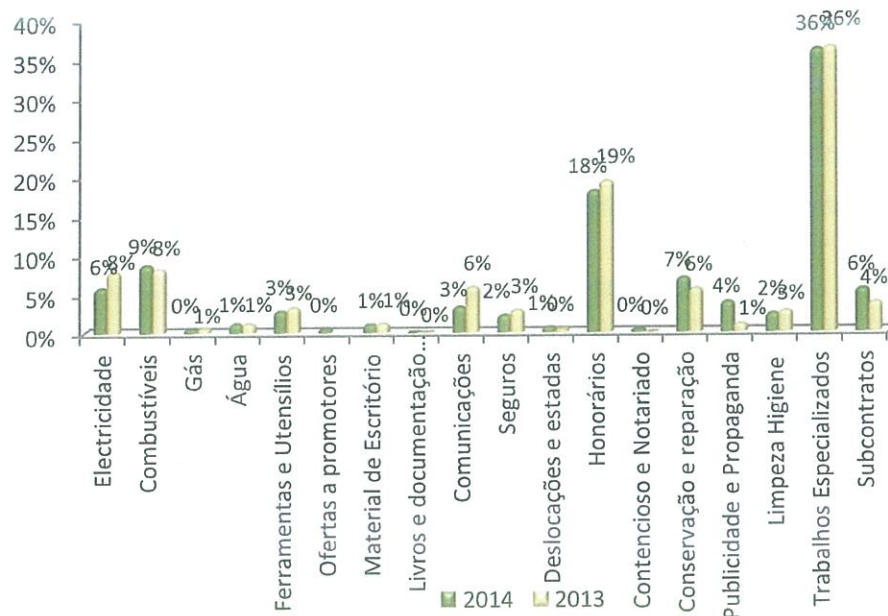
Face aos resultados positivos de **36.618,90 euros**, a Direção propõe:

- 20% dos excedentes líquidos para reserva legal, destinada a cobrir eventuais perdas do exercício 7.323,78 Euros;
- 5% dos excedentes líquidos para cobrir despesas com a educação cooperativa e formação técnico profissional dos titulares dos órgãos sociais, dos trabalhadores da cooperativa e da comunidade, à luz do cooperativismo e das necessidades da cooperativa 1.830,94 Euros;
- e o remanescente para resultados transitados 27.464,18 Euros.

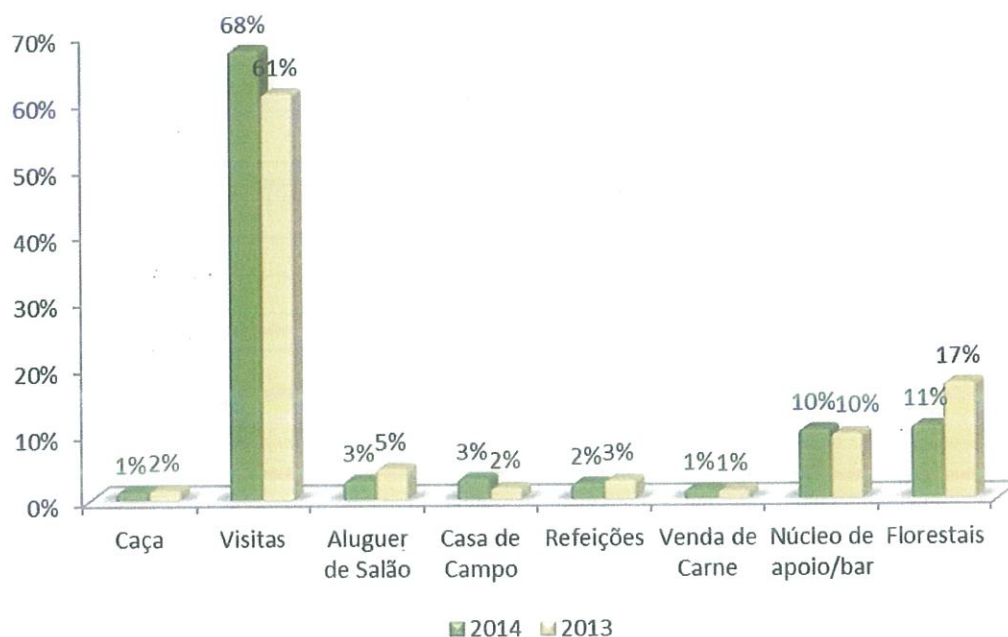
Mais se declara para os devidos efeitos que a Tapada Nacional de Mafra – Cooperativa de Interesse Público e Responsabilidade Limitada – não possui qualquer pagamento em atraso ao Estado e a outras entidades públicas (Autoridade Tributária e Segurança Social).

Repartição de Gastos e Rendimentos

Repartição de Gastos



Repartição de Rendimentos



Execução Orçamental

A TNM como Entidade Pública Reclassificada, consequentemente equiparada, para efeitos de contas nacionais, a um Serviço com Autonomia Administrativa e Financeira da Administração



Central do Estado, pugna por cumprir um conjunto de disposições legais, associadas à gestão administrativa e financeira / orçamental, designadamente e entre outras, com as necessárias adaptações:

- Regime da Administração Financeira do Estado – Decreto-lei n.º 155/92, de 28 de julho;
- Lei de enquadramento orçamental – Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto;
- Lei dos Compromissos - Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho de 2012;
- Circulares da DGO relativas à elaboração e execução anual do orçamento;
- Prestação de informação nos termos da Lei do Orçamento de Estado e Normas de Execução Orçamental.

Tendo em consideração o Orçamento de Funcionamento, a execução orçamental do exercício em 2014 traduz-se no seguinte (valores em euros):

<u>Receita:</u>	Execução de 2014
Produtos Alimentares e Bebidas	51.828,04 €
Alimentação e Alojamento	27.860,72 €
Aluguer de espaços e equipamentos	13.475,93 €
Serviços Sociais, recreativos, culturais e desporto	354.659,94 €
Venda de bens	76.768,49 €
Outros serviços (Sapadores Florestais, rendas, juros)	88.024,31 €
<u>Receita total</u>	612.617,43 €

<u>Despesa:</u>	Execução de 2014
Despesas com o pessoal (pessoal e órgãos sociais)	249.576,47 €
Aquisição de bens e serviços	241.282,03 €
Outras despesas correntes	59.608,79 €
<u>Despesa total</u>	550.467,29 €



A execução por rubricas económicas repartiu-se de acordo com os seguintes quadros:

Receita

Rubrica Económica	Descrição	Dotação líquida de cativos	Crédito Especial I	Crédito Especial II*	Previsão Corrigida	Total da receita Bruta
05 02 01	Juros - Bancos e instituições Financeiras	500 €			500,00 €	80,02 €
05.02.	Juros sociedades Financeiras	500 €			500,00 €	80,02 €
07 01 07	Venda de Bens - Prod. Alimentares e bebidas	48.500 €		3.328,00 €	51.828,00 €	51.828,04 €
07 01 99	Venda de Bens - Outros	72.000 €		4.768,00 €	76.768,00 €	76.768,49 €
07.01	Vendas de Bens	120.500 €			128.596,00 €	128.596,53 €
07 02 01	Serviços - Aluguer de Espaços e equipamentos	30.000 €			30.000,00 €	13.475,93 €
07 02 07	Serviços - Alimentação e Alojamento	25.000 €		2.861,00 €	27.861,00 €	27.860,72 €
07 02 08	Serviços - Serv. Sociais, recreativos, culturais e desporto	322.000 €	8.011,78 €	24.648,00 €	354.660,00 €	354.659,94 €
07 02 99	Serviços - Outros	47.000 €	4.389,41 €	19.611,00 €	71.000,00 €	87.944,29 €
07.02	Serviços	424.000 €			483.521,00 €	483.940,88 €
	Vendas de Bens e Serviços Correntes	544.500 €			612.117,00 €	612.537,41 €
	Receita Total	545.000 €			612.617,00 €	612.617,43 €

12.401,19 € 55.216,00 €



Despesa

Descrição	Dotação líquida corrigida de cativos	Crédito Especial I	Crédito Especial II	Dotação Corrigida	Dotação corrigida com alterações orçamentais entre rubricas	Total das despesas pagas
Despesas c/Pessoal - Órgãos Sociais	27.762 €	1.200 €	4.271 €	33.233 €	33.233 €	33.233,00 €
Despesas c/Pessoal - Pessoal dos quadros	107.604 €	2.300 €	12.557 €	122.461 €	122.465 €	122.464,81 €
Despesas c/Pessoal - Representação	3.215 €		75 €	3.290 €	3.290 €	3.289,87 €
Despesas c/Pessoal - Suplementos e prémios	575 €		33 €	608 €	612 €	612,00 €
Despesas c/Pessoal - Subsídio de refeição	20.790 €			20.790 €	17.610 €	17.609,38 €
Despesas c/Pessoal - Subsídio de férias	13.522 €			13.522 €	13.522 €	13.489,25 €
Despesas c/Pessoal - Subsídio de natal	13.522 €			13.522 €	13.452 €	13.039,43 €
Despesas c/Pessoal - Horas Extraordinárias	1.761 €			1.761 €	1.761 €	- €
Despesas c/Pessoal - Segurança Social	44.296 €			44.296 €	44.296 €	42.590,75 €
Despesas c/Pessoal - Seguros	4.990 €			4.990 €	4.990 €	3.247,98 €
Pessoal	238.037 €	3.500 €	16.936 €	258.473 €	255.230 €	249.576,47 €
Aquisição de bens - Matérias-primas e subsidiárias	3.950 €	590 €	1.885 €	6.425 €	4.541 €	4.540,62 €
Aquisição de bens - Combustíveis e Lubrificantes	9.081 €			9.081 €	10.967 €	10.966,37 €
Aquisição de bens - Limpeza e higiene	1.331 €	212 €		1.543 €	1.387 €	1.386,23 €
Aquisição de bens - Vestuário e artigos pessoais	135 €			135 €	135 €	132,99 €
Aquisição de bens - Material de Escritório	400 €			400 €	400 €	393,20 €
Aquisição de bens - Material de Consumo Hoteleiro	275 €			275 €	272 €	248,23 €
Aquisição de bens - Outro Material - Peças	725 €			725 €	725 €	677,32 €
Aquisição de bens - Mercadorias para venda	19.975 €	1.015 €	1.556 €	22.546 €	22.547 €	22.546,01 €
Aquisição de bens - Encomendas e Manobras	2.487 €			2.487 €	2.370 €	2.370,02 €
Aquisição de bens - Livros e Doc. Técnica	27 €			27 €	17 €	15,80 €
Aquisição de bens - Outros Bens	4.975 €			4.975 €	5.349 €	5.348,74 €
Aquisição de bens	43.361 €	1.817 €	3.441 €	48.619 €	49.119 €	49.033,54 €
Aquisição de Serviços - Encargos das Instalações	11.350 €		2.528 €	13.878 €	13.879 €	13.878,27 €
Aquisição de Serviços - Conservação de bens	3.335 €	528 €	1.500 €	5.363 €	5.364 €	5.363,27 €
Aquisição de Serviços - Comunicações Internet	€				€	€
Aquisição de Serviços - Comunicações Fixas de Voz	2.550 €	230 €		2.780 €	3.014 €	3.013,59 €
Aquisição de Serviços - Comunicações Moveis	2.425 €	246 €		2.671 €	2.892 €	2.891,69 €
Aquisição de Serviços - Comunicações Outros	440 €	5 €		445 €	476 €	475,73 €
Sub. Transporte	525 €	130 €		655 €	817 €	816,97 €
Aquisição de Serviços - Seguros	4.550 €			4.550 €	5.234 €	5.233,12 €
Aquisição de Serviços - Deslocações e Estadas	560 €			560 €	321 €	320,80 €
Despesas c/Pessoal - Formação	€				- €	€
Aquisição de Serviços - Publicidade	4.840 €	1.138 €		5.978 €	7.478 €	7.477,55 €
Aquisição de Serviços - Assistência Técnica	350 €			350 €	347 €	330,21 €
Aquisição de Serviços - Natureza Informatica	3.699 €	104 €		3.803 €	3.803 €	3.802,59 €
Aquisição de Serviços - Outros	115.889 €	1.945 €	30.811 €	148.645 €	148.645 €	148.644,70 €
Aquisição de serviços	150.513 €	4.326 €	34.839 €	189.678 €	192.269 €	192.248,49 €
Aquisição de Bens e Serviços	193.874 €	6.143 €	38.280 €	238.297 €	241.387 €	241.282,03 €
Juros e Outros encargos financeiros	700 €			700 €	782 €	781,30 €
Bolsa Complementar CEI	1.000 €			1.000 €	1.070 €	1.069,88 €
Impostos e Taxas	55.000 €	2.758 €		57.758 €	57.758 €	57.757,61 €
Outras despesas Correntes	56.700 €	2.758 €		59.458 €	59.609 €	59.608,79 €
Despesa Total	488.611 €	12.401 €	55.216 €	556.228 €	556.228 €	550.467,29 €

Saldo final a transitar para 2015 = Receita Total - Despesa Total = 62.150,14



Em 2014, as fortes restrições orçamentais conduziram a uma forçada redução da despesa previsional, que era de 565.286,00€, condicionando a possibilidade de assunção de compromissos, imprescindíveis ao funcionamento da TNM. Por outro lado, o efeito de reversão dos cortes aplicados em matéria de remunerações, em resultado da inconstitucionalidade do art.º33.º da Lei 83-C/2013, originou uma situação deficitária nas rubricas que suportam as despesas com pessoal, com o consequente reforço.

Por outro lado, verificou-se ao longo do ano um aumento da receita cobrada da TNM, em resultado do aumento de visitação e prestação de serviços oferecidos, que implicou, inerentemente, um aumento dos encargos com a aquisição de bens e serviços associados à atividade operacional.

No final do mês de Outubro verificou-se que as receitas cobradas iriam superar o orçamento previsional aprovado. Como tal, e em cumprimento das disposições aplicáveis em matéria orçamental às EPR's, a TNM solicitou à abertura de um crédito especial, para reforço do orçamento da despesa por contrapartida deste aumento de receita (Crédito Especial I). Esta situação repetiu-se em novamente no final do ano com um novo aumento da receita, procedendo-se, nos mesmos termos, a um novo pedido de crédito especial (Crédito Especial II).



TAPADA NACIONAL DE MAFRA – COOPERATIVA DE INTERESSE PÚBLICO DE RESPONSABILIDADE LIMITADA

ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

1. Identificação da entidade

A Tapada Nacional de Mafra – Centro Turístico, Cinegético e de Educação Ambiental – Cooperativa de Interesse Público de Responsabilidade Limitada, foi criada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 7/98 (2ª Série) de 21 de janeiro, com sede no Portão do Codeçal, em Mafra. A sua atividade principal é prestação de serviços diversos ligados a atividades associativas, bem como atividades relacionadas com a caça, parques de diversão e temáticas.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Cooperativa, mantidos de acordo com os princípios da contabilidade geralmente aceites em Portugal.

2.2 As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) previstas pelo Sistema de Normalização Contabilístico (SNC), aprovado pelo decreto-lei n.º 156/2009, de 15 de julho, com as retificações da Declaração de Retificação n.º 67-B/2009, de 11 de setembro, e com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/120, de 23 de agosto. O SNC é regulado pelos seguintes diplomas:

- Aviso n.º 15652/2009, de 7 de setembro (Estrutura conceptual);
- Portaria n.º 986/2009, de 7 de setembro (Modelos de Demonstrações Financeiras);
- Portaria n.º 1011/2009, de 9 de setembro (Código de Contas);
- Aviso n.º 15655/2009, de 7 de setembro (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro);
- Aviso n.º 15654/2009, de 7 de setembro (Norma Contabilística e relato Financeiro para pequenas entidades);
- Aviso n.º 15653/2009, de 7 de setembro (Normas interpretativas).

3. As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotadas a 31 de dezembro de 2014 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013.

Princípios e políticas contabilísticas

- Juízos de valor
- Pressupostos relativos ao futuro

Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada (em anos):

Edifícios e outras construções	10 a 50
Equipamento básico	2 a 15
Equipamento de transporte	2 a 10
Equipamento administrativo	2 a 10

Inventários

As matérias -primas, subsidiárias e de consumo são valorizadas ao custo médio de aquisição, deduzido do valor dos descontos de quantidade concedidos pelos fornecedores, o qual é inferior ao respetivo valor de mercado.

Instrumentos Financeiros**i) Clientes**

A Cooperativa utiliza o método do custo para mensurar as contas de clientes.

ii) Empréstimos e contas a pagar (correntes e não correntes)

Os empréstimos e contas a pagar não correntes, utilizando uma das opções da NCRF 27, são registados no passivo pelo custo.

iii) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Foi anulado no ano de 2014, por decisão da Direção e de acordo com um e-mail do advogado da Tapada, o montante de 18.646,62 Euros referente ao contrato de compra e venda de créditos de carbono gerados em áreas florestais, que a Tapada celebrou em 2009 com a empresa E-Value-Carbono Zero. Este contrato encontrava-se registado e estabelecia que a Tapada vendia à empresa 3100 créditos de carbono a 14,00 euros, acrescido de IVA pelo período de 30 anos.

5. Ativos Tangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 o movimento ocorrido no valor dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações, foi o seguinte:



NCRF7	CC	Activos fixos tangíveis		Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções		Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso	Totais*
					Terrenos	Edifícios							
§72 (c)	43(1a7) (sf N-1/si N)	Em 31.12.2013 (01.01.2014)	Quantias brutas escrituradas	13.208,61	0,00	1.435.810,85	82.093,70	251.399,43	59.202,25	0,00	7.394,86	0,00	1.849.109,70
§72 (c)	438 e 439 (sf N-1/si N)		Depreciações e perdas por imparidade acumuladas			1.289.377,17	57.219,91	240.249,48	40.515,82	0,00	7.394,86	0,00	1.634.757,24
§72 (c) §72 (e)	43(1a7)-438-439(sf N-1)		Quantias líquidas escrituradas	13.208,61	0,00	146.433,68	24.873,79	11.149,95	18.686,43	0,00	0,00	0,00	214.352,46
§72 (e)	43(1a7)	Adições				30.527,40			446,34				30.973,74
		Acertos				(690,00)							(690,00)
§72 (e)	642	Depreciações				66.006,80	1.699,17	7.524,58	1.482,39				76.712,94
§72 (c)	43(1a7) (sf N)	Em 31.12.2014	Quantias brutas escrituradas	13.208,61	0,00	1.466.338,25	82.093,70	251.399,43	59.648,59	0,00	7.394,86	0,00	1.880.083,44
§72 (c)	438 e 439 (sf N)		Depreciações e perdas por imparidade acumuladas			1.354.693,97	58.919,08	247.774,06	41.998,21	0,00	7.394,86	0,00	1.710.780,18
§72 (c) §72 (e)	43(1a7)-438-439(sf N)		Quantias líquidas escrituradas	13.208,61	0,00	111.644,28	23.174,52	3.625,37	17.650,38	0,00	0,00	0,00	169.303,26

*(Valores expressos em euros)

NCRF7	CC	Depreciações de activos fixos tangíveis	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros activos fixos tangíveis	Totais*
§72 (c) §72 (e)	438 (sf N-1/si N)	Acumuladas em 31.12.2013	1.289.377,17	57.219,91	40.249,48	40.515,82	0,00	7.394,86	1.634.757,24
		Acertos	(690,00)						(690,00)
§72 (e)	642 / 438	Reforços	66.006,80	1.699,17	7.524,58	1.482,39		0,00	76.712,94
§72 (c) §72 (e)	438 (sf N)	Acumuladas em 31.12.2014	1.354.693,97	58.919,08	47.774,06	41.998,21	0,00	7.394,86	1.710.780,18

*(Valores expressos em euros)

6. Custo de empréstimos obtidos

Os empréstimos são registados no passivo pelo custo.

Financiamentos Obtidos	2014	2013
Financiamento	-	4.469,18 €
Totais	-	4.469,18 €

Durante o exercício de 2014 e 2013 os encargos financeiros suportados pela Cooperativa foram:

Juros e Gastos Similares Suportados	2014	2013
Juros suportados de empréstimos bancários	-	2.617,89 €

Não existem gastos e perdas de financiamento no ano de 2014, derivado da não utilização da conta caucionada e da liquidação do empréstimo dos 100.000 euros, em julho do ano de 2013.

7. Inventários

As existências encontram-se valorizadas de acordo com os seguintes critérios:

Mercadorias e matérias-primas: As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao mais baixo entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio.

Existências

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a rubrica Existências tinha a seguinte composição:



NCRF18	CC	Quantias de inventários reconhecidas como gastos durante o período			Período 2014			Período 2013		
					Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Totais	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Totais*
§36 (d)	32(1 a 8)(si) 33(1 a 8)(si)	Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	Inventários no começo do período	+			31.872,86			42.133,14
§36 (d)	311 312		Compras	+			32.055,30			22.745,37
§36 (d)	32(1 a 8)(sf) 33(1 a 8)(sf)		Inventários no fim do período	-			26.698,54			31.872,86
§36 (d)	611 612	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		=	0,00	0,00	37.229,62	0,00	0,00	33.005,65
§36 (d)	684	Perdas em inventários		+			0,00			0,00
§36 (d)	6884	Ofertas e amostras de inventários		+			0,00			0,00
§36 (d)		Totais		=	0,00	0,00	37.229,62	0,00	0,00	33.005,65

*(Valores expressos em euros)

Nota: Os valores apresentados encontram-se líquidos de perdas por imparidade.

(1) Estão registados em existências finais 10 serviços de mesa e 10 serviços de café da Vista Alegre no montante de Euros 19.384,80, à guarda da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Mafra e do Palácio Nacional de Mafra.

8. Rédito

Foi contabilizado um rédito, de 39.281,82 euros, cuja quantidade estimada é de 1.403,925 m3 de madeira, referente ao contrato de compra e venda de madeira futura de eucalipto celebrado com a Portucel, no ano de 2010. Este redito foi reconhecido, porque as condições mencionadas, na NCRF20 Norma Contabilística de Relato Financeiro, se encontravam todas satisfeitas. Esta quantidade de madeira cortada encontrava-se nas instalações da Tapada, à data de 31.12.2014. De acordo, por um lado, com o contrato de compra e venda e por outro com um parecer emitido pelo advogado da Tapada, em 04.03.2015, a responsabilidade(risco) e a posse da madeira é da Portucel, uma vez que, a Tapada só é responsável pela madeira até ao momento do corte.

9. Subsídios do Governo e apoio do Governo

Subsídios

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os valores recebidos em subsídios à exploração eram os seguintes:

Programa	2014	2013
Sapadores	35.000,00 €	35.000,00 €
IEFP	333,36 €	1.524,74€
Totais	35.333,36 €	36.542,74 €

10. Imposto sobre o rendimento

No calculo do imposto , a receber, no montante de 1.324,29 euros, corresponde ao valor das retenções na fonte registadas no balanço(ativo) 1.341,66 euros deduzido do valor estimado do imposto sobre o rendimento do exercício 17,37 euros.

Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 a rubrica Estado e outros entes públicos apresentava as seguintes quantias (passivo):

	2014	2013
Imposto sobre o valor acrescentado	21.530,46 €	9.467,63 €



Imposto sobre o Rend. P. Singulares	2.036,75 €	2.063,75 €
Contribuições para a Segurança Social	4.908,36 €	4.614,28 €
Imposto sobre o rendimento do exercício	17,37 €	
Totais	28.492,94 €	16.145,66 €

11. Instrumentos financeiros

11.1 Participações financeiras

A Cooperativa é associada da Caixa de Crédito Agrícola de Mafra com uma quota de 498,80 euros, contabilizada na conta investimentos financeiros – partes de capital.

11.2 Fluxos de Caixa

Caixa e Depósitos Bancários	2014	2013
Caixa	95,00 €	5.260,60 €
Depósitos bancários	56.989,72 €	-
Totais	57.084,72 €	5.260,60 €

Nota: A conta caixa, no ano de 2013, registava um saldo de 5.260,60 euros, referentes por um lado, ao fundo de caixa permanente de 2.070,00 euros e por outro, ao cheque em carteira do cliente Parâmetro Verde Lda., no montante de 3.190,60 euros, à data de 31/12/2013.

11.3 Clientes a receber

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 a rubrica Clientes apresentava as seguintes maturidades:

A Receber	2014	2013
<90 dias	100.639,60 €	86.892,15 €
>180 dias	52.636,96 €	52.476,96 €
Totais	153.276,56 €	139.369,11 €

11.4 Perdas por imparidades

	2014	2013
Cientes	52.476,96 €	52.476,96 €

Nota: A taxa por imparidade é de 100%.

Que se decompõem da seguinte forma:

Contas	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Passage	44.264,03 €			44.264,03 €
Maria Natália	900,00 €			900,00 €
Transportes José Carlos Rosa ^(*)	1.395,13 €			1.395,13 €
HGB	605,00 €			605,00 €
E-Value	3.612,80 €			3.612,80 €
Tocão	1.600,00 €			1.600,00 €
Mário Alberto Moreira Rodrigues	100,00 €			100,00 €
Totais	52.476,96 €			52.476,96 €

(*) Todos os processos com perdas de imparidade encontram-se em contencioso, na posse dos advogados da Tapada de Mafra, com exceção dos Transportes José Carlos Rosa.

11.5 Fornecedores e outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 a rubrica Fornecedores apresentava as seguintes maturidades:

A Receber	2014	2013
<90 dias	19.214,88 €	426,63 €
>360 dias ⁽¹⁾	248,93 €	-

(1) Esta dívida deve-se ao fornecedor Eletroprisma cuja dívida foi liquidada através de dois cheques, no ano de 2013, que nunca foram levantados no banco.

>360 dias ⁽¹⁾	248,93 €	-
--------------------------	----------	---

(1) Esta dívida deve-se ao fornecedor Eletroprisma cuja dívida foi liquidada através de dois cheques, no ano de 2013, que nunca foram levantados no banco, no ano de 2014. A Tapada mandou cancelar os respetivos cheques no banco, com efeitos a 31/12/2014.

**Outras contas a pagar**

As outras contas a pagar incluem 32.624,66 euros, referentes ao valor estimado de férias e subsídio de férias do ano de 2014, a liquidar no ano de 2015.

11.6 Capital realizado

Os saldos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 de 80.000,00 euros compreendem 11 Cooperantes, representado por títulos de cinco euros cada um. O Capital encontra-se totalmente realizado.

O capital social da Cooperativa tem a seguinte composição:

Entidade	Número	%	Valor
Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária	8.160	51	40.800,00 €
Câmara Municipal de Mafra	3.520	22	17.600,00 €
Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas	960	6	4.800,00 €
Direção Reg. da Agric. e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo	480	3	2.400,00 €
Fundação Alter Real	480	3	2.400,00 €
Clube Português de Monteiros	480	3	2.400,00 €
Liga dos Amigos de Mafra	480	3	2.400,00 €
Federação dos Arqueiros e Besteiros de Portugal	480	3	2.400,00 €
Evasão Sem Limites – Aventura e Lazer, Lda. ⁽¹⁾	480	3	2.400,00 €
Associação de Agricultores do Concelho de Mafra	480	3	2.400,00 €
Total	16.000	100	80.000,00 €

⁽¹⁾ Quota penhorada pelas finanças com registo na Conservatória do Registo Comercial em 02/11/2005, de acordo com a Certidão Permanente da Tapada Nacional de Mafra.

11.7 Diferimentos

Está contabilizado na rubrica diferimentos a reconhecer, no ano de 2014, o montante de 718,18 euros, equivalente a 25,67 m3 de madeira, faturados à Portucel no dia 31.12.2014, como adiantamento, referente ao contrato de compra e venda de madeira futura de eucalipto.

12. Benefícios dos empregados

O número médio de empregados da Cooperativa ao longo do ano e o número no período findo em 31/12/2014 foi de:

	2014	2013
Número de Empregados a 31/12	15	15

Remunerações dos Órgãos Sociais

	2014	2013
Direção	43.058,81 €	41.998,93 €

Nota: As remunerações referem-se ao(a) Presidente da Direção da Tapada Nacional de Mafra. O aumento verificado no ano de 2014 deve-se as exigências do Orçamento de Estado para o ano de 2014 e 2015.

13. Outras informações

13.1 Foi celebrado em 01 de dezembro do corrente ano o contrato de Financiamento – POR – Programa Operacional Regional de Lisboa, entre a Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional de Lisboa, os Parques de Sintra – Monte da Lua SA e a Tapada Nacional de Mafra. A programação financeira deste projecto prevê despesas para o ano de 2014 e para o ano de 2015. A Tapada não executou qualquer despesa no ano de 2014 referente a este contrato.

13.2 Informa-se que a Tapada Nacional de Mafra – Cooperativa de Interesse Público de Responsabilidade Limitada à data de encerramento das contas do período de 2014, têm a sua situação regularizada perante a Segurança Social, tal como relativamente à Administração Tributária, não existindo, por isso, qualquer dívida em mora ao estado e outros entes públicos.

Mafra, 31 de dezembro de 2014

O Técnico Oficial de Contas

N.º 35028

A Direção

**BALANÇO A 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

Activo	Notas	31-12-2014	31-12-2013
<i>Activo não corrente</i>			
Ativos fixos tangíveis	5	169.303,26	214.352,46
Participações financeiras-outros métodos	11.1	498,80	498,80
		169.802,06	214.851,26
<i>Activo corrente</i>			
Inventários	7	26.698,54	31.872,86
Clientes	11.3	100.799,60	86.892,15
Estado Out. Ent. Públicos		4.790,33	3.858,53
Diferimentos		4.589,46	6.088,44
Outras contas a receber		1.932,45	282.600,00
Caixa e depósitos bancários	11.2	57.084,72	5.260,60
		195.895,10	416.572,58
<i>Total do activo</i>		365.697,16	631.423,84
<i>Capital Próprio e Passivo</i>			
Capital realizado	11.6	80.000,00	80.000,00
Reservas		80.770,70	80.770,70
Resultados transitados	-	28.128,50	- 27.959,19
Outras variações no capital próprio		112.878,72	424.639,30
		245.520,92	557.450,81
Resultado Líquido		36.618,90	- 169,31
<i>Total do Capital Próprio</i>		282.139,82	557.281,50
<i>Passivo</i>			
<i>Passivo corrente</i>			
Fornecedores	11.5	19.463,81	426,63
Estado e Outros Entes Públicos	10	28.492,94	16.145,66
Financiamentos obtidos	6		4.469,18
Diferimentos	11.7	718,18	20.938,19
Outras contas a pagar	11.5	34.882,41	32.162,68
		83.557,34	74.142,34
Total de Passivo		83.557,34	74.142,34
Total do Capital próprio e Passivo		365.697,16	631.423,84

*(Valores expressos em euros)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS A 31 DE DEZEMBRO DE 2014

Descrição	Notas	31-12-2014	31-2013
Vendas e serviços prestados		364.420,76	301.271,09
Subsídios à exploração	9	35.333,36	36.542,74
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	- 37.229,62	- 33.005,65
Fornec. e Serviços Externos		- 162.376,84	- 130.631,39
Gastos com o Pessoal		- 251.368,41	- 261.925,16
Reversões em dívidas a receber			340,00
Outros rendimentos e ganhos	8	170.316,35	229.130,57
Outros gastos e perdas		- 5.833,01	- 5.626,33
Resultado antes de depreciação, gastos de financiamento e impostos		113.262,59	136.095,87
Gastos de depreciação e de amortizações	5	- 76.712,94	- 134.705,60
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		36.549,65	1.390,27
Juros e rendimentos similares obtidos		86,62	226,46
Juros e gastos similares suportados	6		- 2.617,89
Resultados antes de Impostos		36.636,27	- 1.001,16
Imposto sobre o rendimento do Exercício	10	-17,37	831,85
Resultado Líquido do Exercício		36.618,90	- 169,31

*(Valores expressos em euros)



Parecer do Conselho Fiscal

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Aos membros da Cooperativa de Interesse Público de Responsabilidade Limitada da Tapada Nacional de Mafra:

1.O Conselho Fiscal vem submeter a V. Exas. o seu relatório e dar parecer sobre os documentos de prestação de contas da Tapada de Mafra- Cooperativa de Interesse Público de Responsabilidade Limitada, referentes ao exercício de 2014, dando cumprimento à alínea c), do artigo 61.º do Código Cooperativo.

2.Foram efectuadas as verificações julgadas oportunas e adequadas, tendo-se recebido, da parte da Direcção, toda a colaboração e esclarecimentos solicitados.

3.Não se tomou conhecimento de qualquer situação que não respeitasse os estatutos e os preceitos legais aplicáveis.

4.Considerando todos os dados que nos foram presentes e com os quais concordamos, somos do parecer que a Assembleia Geral:

a) Aprove o Relatório da Direcção e as Contas relativas ao exercício do ano de 2014;

b) Aprove a proposta de aplicação de resultados apresentada no Relatório da Direcção.

Finalmente, não podemos deixar de salientar e agradecer a colaboração recebida da Direcção e dos serviços com os quais tivemos oportunidade de contactar.

Lisboa, 11 de Março de 2015

O Conselho Fiscal

Paulo João



21.

414

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**PARECER**

Concordo. À consideração do Excmo. Sr. Presidente a proposta de valores mensais para o ano lectivo 2015/16 das participações familiares para a "Creche de Berçário e Creche".
14./...04./2015

O(A) Vereador(a),

Concordo. No ponto que o assunto seja objecto de deliberação do órgão executivo.

13,04,2015

O(A) Director(a) de Departamento,

Concordo com a proposta de participações familiares para "Berçário" e "Creche".
13./...04./2015

O(A) Chefe de Divisão

DESPACHO

A reunião.

14,04,15

O Presidente da Câmara,

(Hélder Sousa Silva)

INFORMAÇÃO Interno/2015/4315

ASSUNTO: Comparticipações familiares da Creche de Mafra - definição dos valores mensais para o ano lectivo 2015/2016

A Creche de Mafra constitui uma resposta de âmbito socioeducativo destinada a crianças dos quatro meses aos três anos de idade, cujo processo de inscrição decorre anualmente de 15 a 31 de Maio, conforme o ponto 1.1. do artigo 7.º (Inscrição, Admissão e Matrícula) do *Regulamento da Creche da Câmara Municipal de Mafra*.

De acordo com o ponto 1.1. e 1.3., do artigo 9.º (Pagamentos) do referido *Regulamento*, a Câmara Municipal fixa anualmente o valor da mensalidade, cuja actualização se faz pela variação média anual do *Índice de Preços no Consumidor (IPC)* e por deliberação da Câmara Municipal de Mafra.

Nos termos do ponto 1.4. do citado artigo, sempre que, da actualização da mensalidade, com base no índice apresentado no número anterior, o valor apurado fique aquém do custo do serviço, poderá a Câmara Municipal deliberar o valor da mesma, não podendo a mensalidade ser inferior ao custo do serviço.



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

No presente ano lectivo, as comparticipações familiares da Creche de Mafra são as seguintes:

- Valência de Berçário: 303,14€;
- Valência de Creche, com refeição: 296,25€;
- Valência de Creche, sem refeição: 209,64€.

Face ao exposto, considerando que a *variação média do Índice de Preços no Consumidor dos últimos doze meses* foi negativa (-0,3%), propõe-se que, para o ano lectivo 2015/2016, se mantenham as comparticipações familiares actualmente em vigor.

Mafra, 10 de Abril de 2015.

A Técnica Superior

(Patrícia Duarte)



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

PARECER

Concordo. A consideração do ~~Presidente~~ Presidente e proposta de comparticipação familiar da componente de apoio à família para o ano lectivo de 2015/16.
...14./04./2015

O(A) Vereador(a),

Concordo. Proponho que o assunto seja objecto de deliberação do órgão executivo.

...13./04./2015

O(A) Director(a) de Departamento,

Concordo com a proposta de preços apresentada.

...13./04./2015

O(A) Chefe de Divisão

DESPACHO

A reunião

14.04.15

O Presidente da Câmara,

(Hélder Sousa Silva)

INFORMAÇÃO Interno/2015/4316

ASSUNTO: Comparticipações familiares da Componente de Apoio à Família - definição dos valores mensais para o ano lectivo 2015/2016

Os serviços da componente de apoio à família na educação pré-escolar e no 1.º ciclo do ensino básico integram:

- 1) O prolongamento de horário;
- 2) As actividades nas interrupções lectivas.

As normas de funcionamento destes serviços encontram-se definidas no *Regulamento de Funcionamento dos Serviços de Apoio à Família nos Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar e do 1.º Ciclo do Ensino Básico da Rede Pública do Município de Mafra*.

A sua frequência depende do pagamento da respectiva comparticipação familiar cuja actualização é efectuada anualmente por deliberação da Câmara Municipal ou por despacho do membro do Governo responsável pela área da educação.



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Assim:

1) Prolongamento de Horário na Educação Pré-Escolar

As actividades de prolongamento de horário têm pendor lúdico, cultural e desportivo, incluem o fornecimento do lanche e decorrem, no caso dos jardins de infância, em complementaridade com a componente lectiva, nomeadamente entre as 8h00 e as 9h00 e entre as 15h30 e as 19h00.

O valor mensal da comparticipação familiar é calculado em função do rendimento *per capita* do agregado familiar, conforme o ponto n.º 1 do artigo 7.º do *Regulamento*.

A actualização da comparticipação familiar é efectuada anualmente, com base no valor da retribuição mínima mensal garantida (RMMG) à data do período de inscrições.

Uma vez calculado o rendimento *per capita* do agregado familiar, determina-se o escalão no qual se inclui, que definirá o valor da comparticipação familiar, previstos no Despacho conjunto n.º 300/97, de 7 de Agosto, dos Ministérios da Educação e da Solidariedade e da Segurança Social, publicado no Diário da República, 2.ª série, de 9 de Setembro.

Actualmente encontram-se em vigor as seguintes comparticipações familiares no prolongamento de horário da educação pré-escolar:

Escalão	Rendimentos				Prolongamento de horário		
	De	a	De	a	%	De	a
1.º	0%	30%	0,0 €	145,5 €	5%	0,0 €	7,3 €
2.º	30%	50%	145,5 €	242,5 €	10%	14,6 €	24,3 €
3.º	50%	70%	242,5 €	339,5 €	12,5%	30,3 €	42,4 €
4.º	70%	100%	339,5 €	485,0 €	15%	50,9 €	72,8 €
5.º	100%	112%	485,0 €	543,2 €	15%	72,8 €	81,5 €

Usufruem do serviço de prolongamento de horário, na educação pré-escolar, 748 crianças.

2) Prolongamento de Horário no 1.º Ciclo do Ensino Básico

As actividades de prolongamento de horário no 1.º ciclo do ensino básico decorrem em complementaridade com a realização das actividades de enriquecimento curricular e/ou com a componente lectiva, nomeadamente entre as 8h00m e as 9h00m e as 17h30m e as 19h00m.

Conforme o ponto 2.1. do artigo 7.º do *Regulamento*, as actividades de prolongamento de horário, no 1.º ciclo do ensino básico, têm um valor fixo mensal, sendo a sua actualização efectuada com base nos índices de inflação previstos pelo Instituto Nacional de Estatística, acumulados durante doze meses contados de Maio a Abril, inclusive.



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Sempre que, da actualização da comparticipação familiar com base no índice apresentado anteriormente, o valor apurado fique aquém do custo do serviço, poderá a Câmara Municipal deliberar o valor da mesma, não podendo a mensalidade ser inferior ao custo do serviço, conforme o ponto 2.2. do artigo 7.º do *Regulamento*.

Actualmente, estas actividades apresentam um valor fixo mensal de 39,18€ e contam com 455 alunos inscritos.

3) Actividades nas Interrupções Lectivas

As actividades realizadas nas interrupções lectivas (Natal, Carnaval, Páscoa e Verão) são subordinadas a temáticas semanais e decorrem entre as 8h00 e as 19h00, incluindo o fornecimento do almoço e dos dois lanches da manhã e da tarde.

São alvo de um pagamento fixo por semana de actividade, sendo a sua actualização efectuada com base nos índices de inflação previstos pelo Instituto Nacional de Estatística, acumulados durante doze meses contados de Maio a Abril, inclusive, conforme o ponto n.º 1 do artigo 8.º do *Regulamento*.

Também neste caso, sempre que, da actualização da comparticipação familiar com base no índice apresentado anteriormente, o valor apurado fique aquém do custo do serviço, poderá a Câmara Municipal deliberar o valor da mesma, não podendo a mensalidade ser inferior ao custo do serviço, conforme o ponto 2. do artigo 8.º do *Regulamento*.

Actualmente, estas actividades apresentam um valor fixo semanal de 45,53€.

4) Propostas

Considerando que o Decreto-Lei n.º 144/2014, de 30 de Setembro, actualiza o valor da Retribuição Mínima Mensal Garantida (RMMG) para o período compreendido entre 1 de Outubro de 2014 e 31 de Dezembro de 2015, para 505,00€, propõe-se a actualização da tabela de comparticipações familiares para o ano lectivo 2015/2016, no prolongamento de horário da educação pré-escolar, nos seguintes termos:

Escala	Rendimentos				Prolongamento de horário		
	De	a	De	a	%	De	a
1.º	0%	30%	0.0 €	151.5 €	5%	0.0 €	7.6 €
2.º	30%	50%	151.5 €	252.5 €	10%	15.2 €	25.3 €
3.º	50%	70%	252.5 €	353.5 €	12.5%	31.6 €	44.2 €
4.º	70%	100%	353.5 €	505.0 €	15%	53.0 €	75.8 €
5.º	100%	112%	505.0 €	565.6 €	15%	75.8 €	84.8 €



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Relativamente à comparticipação familiar do prolongamento de horário do 1.º ciclo do ensino básico, propõe-se a manutenção do valor actual de 39,18€, em virtude da *variação média do Índice de Preços no Consumidor dos últimos doze meses* ter-se situado em -0,3%, conforme os dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) em 11 de Março de 2015, relativos a Fevereiro de 2015, e considerando a manutenção do Despacho n.º 9265-B/2013, de 12 de Julho, do Secretário de Estado do Ensino Básico e Secundário, publicado no *Diário da República*, II série, datado de 15 de Julho, relativo ao "*Programa de Actividades de Enriquecimento Curricular no 1.º Ciclo do Ensino Básico.*"

Para as actividades nas interrupções lectivas, na educação pré-escolar e no 1.º ciclo do ensino básico, propõe-se a manutenção do valor fixo semanal de 45,53€ em virtude da *variação média do Índice de Preços no Consumidor dos últimos doze meses* ter-se situado em -0,3%.

Mafra, 10 de Abril de 2015.

A Técnica Superior

(Patrícia Duarte)



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

PARECER

DESPACHO

Concordo. À consideração do Presidente da Câmara Municipal a proposta do vereador da Encarregado de Apoio à Família para o alargamento do horário do prolongamento da manhã do ano lectivo 2015/2016.

14/04/2015

O(A) Vereador(a),

Concordo. Proponho que o assunto seja objecto de deliberação do órgão executivo.

13/04/2015

O(A) Director(a) de Departamento,

O "prolongamento de horário da manhã" é uma mais valia para as famílias. Concordo com o valor da participação para famílias pobres.

O(A) Chefe de Divisão

A reunião

14/04/15

O Presidente da Câmara,

(Hélder Sousa Silva)

INFORMAÇÃO Interno/2015/4323

ASSUNTO: Componente de Apoio à Família: alargamento do horário do prolongamento da manhã

A Câmara Municipal de Mafra disponibiliza o serviço de prolongamento de horário, no período da manhã, nos jardins de infância e escolas básicas do 1.º ciclo, gratuitamente, entre as 8.00h e as 9.00h.

Desde o ano lectivo 2012/2013, em virtude da manifestação de necessidade, por parte dos Encarregados de Educação, de um horário de prolongamento mais alargado neste período, a Câmara Municipal de Mafra tem também disponibilizado o prolongamento de horário da manhã, entre as 7.30h e as 8.00h, desde que se cumpra um número mínimo de crianças/ alunos inscritos (cinco) e mediante a respectiva participação familiar.

Actualmente usufruem do serviço de prolongamento de horário da manhã, entre as 7.30h e as 8.00h, 96 crianças e alunos da EB das freguesias de Igreja Nova e Cheleiros, EB Dr. Sanches de Brito (Mafra), EB de Santo Estevão das Galés, EB da Ericeira, EB n.º 1 da Venda do Pinheiro, JI da Venda do Pinheiro, JI do Milharado,



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

EB Prof. João Dias Agudo (Póvoa da Galega), EB Hélia Correia (Mafra) e da EB da Malveira.

O *Regulamento de Funcionamento dos Serviços de Apoio à Família nos Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar e do 1.º Ciclo do Ensino Básico da Rede Pública do Município de Mafra* define as normas de funcionamento dos serviços da Componente de Apoio à Família, no entanto é omissos no que se refere ao alargamento do horário do prolongamento da manhã.

Assim, nos termos do artigo 14.º do *Regulamento*, que refere que "os casos omissos serão analisados e decididos pela Câmara Municipal", propõe-se, à semelhança do ano lectivo 2014/2015:

- a) O alargamento do horário do prolongamento da manhã, de modo a que este se inicie a partir das 7.30h, apenas nos estabelecimentos de educação e ensino em que tal se revele necessário e para um número mínimo de 5 crianças/ alunos;
- b) O pagamento, por parte dos encarregados de educação, da comparticipação familiar de 10,00€/mês que corresponde ao período adicional das 7.30h às 8.00h.

Propõe-se, também, o pagamento da comparticipação familiar de 2,00€/dia, caso os Encarregados de Educação pretendam que a criança/ aluno usufrua do serviço em determinado(s) dia(s) da semana. Para tal, deverão comunicar previamente, até às 12h00 do dia útil imediatamente anterior ao pretendido.

Mafra, 10 de Abril de 2015.

A Técnica Superior

(Patrícia Duarte)



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

24

418

PARECER

Concordo. À consideração do Excm.
Presidente a fim de os valores
correspondentes aos atrasos a ocorrer
na recolha das crianças para o
ano lectivo 2015/2016.
14/04/2015

O(A) Vereador(a),

Concordo. Proponho que o as-
sunto seja objecto de deli-
beração do órgão executivo.

13,04,2015

O(A) Director(a) de Departamento,

Concordo com o novo modelo
para cobrança por atrasos na
recolha dos alunos,
transfere-se

O(A) Chefe de Divisão

DESPACHO

A reunião

14/04/15

O Presidente da Câmara,

(Hélder Sousa Silva)

INFORMAÇÃO Interno/2015/4326

ASSUNTO: Prolongamento de Horário: cobrança por atrasos na recolha de crianças

O serviço de prolongamento de horário decorre, no caso dos Jardins de Infância, em complementaridade com a componente lectiva e, no caso das Escolas Básicas do 1.º Ciclo, em complementaridade com a realização das actividades de enriquecimento curricular e/ou com a componente lectiva, conforme ponto n.º 2 do artigo 4.º do "Regulamento de Funcionamento dos Serviços de Apoio à Família nos Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar e do 1.º Ciclo do Ensino Básico da Rede Pública do Município de Mafra".

O horário de término das actividades lectivas das crianças da educação pré-escolar é às 15h30m e dos alunos do 1.º ciclo do ensino básico é às 17h30m.

Após os 15 minutos de tolerância, registam-se atrasos constantes, por parte de alguns encarregados de educação, na recolha dos seus educandos, causando constrangimentos no normal funcionamento dos estabelecimentos de educação e ensino.



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Face ao exposto, nos termos do artigo 14.º, com a epígrafe "Casos Omissos", do supramencionado *Regulamento Municipal*, o qual refere que "os casos omissos serão analisados e decididos pela Câmara Municipal", propõe-se a cobrança do serviço de Prolongamento de Horário, de 2,06€/dia no caso de alunos do 1.º ciclo do ensino básico e de 4,46€/dia no caso de crianças da educação pré-escolar, indexados, respectivamente, às comparticipações familiares.

Mafra, 10 de Abril de 2015.

A Técnica Superior

(Patrícia Duarte)



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

419

PARECER

Concordo com a proposta apresentada.
A consideração superior.

14/04/2015

X

Bruno Miranda

Director de Departamento

Assinado por: BRUNO MANUEL FRANCO MIRANDA

Concordo com a presente informação, pelo que proponho que a Câmara Municipal delibere concordar com a proposta final de revisão do PDM e submetê-la à Assembleia Municipal, para aprovação, nos termos do n.º 1 do art. 79º do RJIGT.

Mais proponho que a Câmara delibere, ainda, face às recomendações da CNREN, retirar a exclusão E.6 e redefinir a exclusão E.12, nos termos da informação, e remeter à CCDRLVT para posterior aprovação da CNREN.

14/04/2015

X

Pedro Martins

Chefe de Divisão

Assinado por: PEDRO MIGUEL DO AMARAL MARTINS

DESPACHO

X

Hélder Sousa e Silva

Presidente da Câmara Municipal

INFORMAÇÃO Interno/2015/4466

ASSUNTO: Proposta Final da Revisão do Plano Director Municipal para envio à Assembleia Municipal para Aprovação.

1. A revisão do Plano Director Municipal (PDM) em vigor, ratificado pela RCM n.º 179/95, de 12 de Outubro de 1995, foi iniciada, por deliberação da Câmara Municipal, em reunião de 29 de Janeiro de 1999, ao abrigo do anterior regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial (RJIGT), aprovado pelo DL n.º 69/90, de 2 de Março.

Com a entrada em vigor do actual RJIGT, aprovado pelo DL n.º 380/99, de 22 de Setembro, foram alterados os procedimentos de revisão dos planos, o que condicionou os trabalhos da revisão do PDM, designadamente a necessidade de definição da Comissão Técnica de Acompanhamento (CTA), constituída a 20 de Abril de 2001. A deliberação de Câmara, ao abrigo deste novo regime, foi publicada a 19 de Junho de 2001.



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

2. Durante o período de 2001 a 2004 procedeu-se à adaptação do processo de revisão ao novo quadro legal, que culminou na 2ª reunião da CTA, a 4 de Janeiro de 2005, tendo os trabalhos sido divididos em três processos: alteração da RAN; alteração/ delimitação da REN; revisão do PDM.
3. O processo de alteração da RAN foi iniciado com a aprovação, a 16 de Maio de 2006, dos elementos gráficos digitalizados pela Direcção Regional da Agricultura e Pescas (DRAPLVT). Após a emissão do parecer final da Comissão de Acompanhamento (CA), a 29 de Novembro de 2012, e a realização de várias reuniões de concertação com a DRAPLVT, a 5 de Janeiro de 2015 foi enviado parecer de concordância com a RAN Final.
4. O processo de delimitação da REN foi iniciado em Maio de 2005, ao abrigo do anterior quadro legal, o DL n.º 93/90, de 19 de Março. Após a aprovação do novo regime jurídico da REN, o DL n.º 166/2008, de 22 de Agosto, foi iniciado um conjunto de trabalhos para compatibilização com este quadro legal. Assim, a proposta de delimitação da REN foi desenvolvida tecnicamente com base nas orientações do novo quadro legal, conformada ao anterior regime jurídico, para efeitos de aprovação e envio à Comissão Nacional da REN (CNREN). A reunião na CNREN realizou-se a 26 de Fevereiro de 2015, na qual foi apresentada a proposta de REN, e obteve parecer favorável, com excepção dos pedidos de exclusão E.6 e E.12, os quais foram objecto de reavaliação por parte dos serviços técnicos desta autarquia.
5. No âmbito do processo de revisão do PDM foram elaborados os Estudos de Caracterização, Mapas do Ruído, Visão Estratégica para o Concelho e Relatório da Definição do Âmbito da Avaliação Ambiental, elaborado de acordo com o DL n.º 232/2007, de 15 de Junho, presentes a reunião da CA de 30 de Junho de 2008, a qual substituiu a anterior CTA por força das alterações de simplificação de procedimentos introduzidas no RJIGT.

Na sequência dos comentários apresentados pelas diversas entidades, foi desenvolvida a primeira Proposta de Revisão do PDM, a qual foi apresentada na 2ª reunião plenária, realizada a 27 de Abril 2011, tendo esta sido objecto de diversos pareceres, entregues até 31 de Março de 2012. Ao abrigo da deliberação de Câmara, em reunião realizada a 5 de Junho de 2012, foi enviada à CA a proposta de Revisão do PDM rectificada, ao abrigo RJIGT e em conformidade com a Portaria n.º 138/2005, de 2 de Fevereiro e o DL n.º 232/2007, de 15 de Junho. A CA, em reunião de conferência de serviços, emite o parecer final, de conteúdo favorável condicionado a rectificações, a 29 de Novembro de 2012, ao abrigo do art.º 75.º-A do RJIGT.

Após a emissão do Parecer Final da CA foi dado início ao período de concertação, através da realização de várias reuniões, com as entidades que formalmente discordaram das soluções propostas, conforme o disposto no art.º 76.º do RJIGT, e que culminou na correcção da proposta de revisão do PDM para efeitos de abertura do período de discussão pública.

6. Em reunião realizada a 13 de Junho de 2014, a Câmara Municipal deliberou proceder à abertura do período de discussão pública da proposta de revisão do PDM e respectivo relatório ambiental,



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

o qual decorreu entre os dias 25 de Junho e 6 de Agosto de 2014, de acordo com o previsto nos n.º 3 e 4 do art.º 77.º do RJIGT.

7. Findo o período de discussão pública, os serviços técnicos da Câmara Municipal, ponderaram as reclamações ou sugestões recebidas e procederam à respectiva divulgação do relatório de ponderação, após a reunião de Câmara de 29 de Dezembro de 2014, tendo sido elaborada a proposta final da Revisão do PDM, conforme o previsto nos números 5, 6 e 8 do art.º 77.º do RJIGT.

A referida proposta final, composta pelos elementos seguintes, foi enviada à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDRLVT) para emissão do Parecer Final, não vinculativo, ao abrigo do art.º 78º do RJIGT, após a reunião de Câmara de 20 de Março de 2015:

7.1. Elementos que constituem a proposta final da Revisão do PDM:

- *Volume I: Regulamento.*
- *Volume II: Pecas Desenhadas: Planta de Ordenamento, constituída por Carta de Classificação e Qualificação do Solo, Carta de Estrutura Ecológica Municipal, Carta de Distribuição de Habitats e Espécies, Carta de Riscos, Carta de Zonamento Acústico, Carta de Património Municipal, Carta de Espaços Canais e Outras Infra-estruturas, Carta de Unidade Operativas de Planeamento e Gestão e Planta de Condicionantes, constituída por Carta de Servidões Administrativas e Restrições de Utilidade Pública, Carta de REN por Tipologia de Área com Áreas de exclusão e Carta de RAN.*

7.2. Elementos que acompanham a proposta final da Revisão do PDM:

- *Volume III: Visão Estratégica para o Concelho.*
- *Volume IV: Relatório de Fundamentação.*
- *Volume V: Relatório Ambiental.*
- *Volume VI: Estudos de Caracterização do Território Municipal.*
- *Volume VII: Caracterização dos Valores Naturais.*
- *Volume VIII: Reserva Ecológica Nacional – Processo.*
- *Volume IX: Reserva Agrícola Nacional – Processo.*
- *Volume X: Mapa de Ruído.*
- *Volume XI: Programa de Execução.*



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

- Volume XII: Relatório de Fundamentação aos Pareceres emitidos pelas Entidades.
- Volume XII: Relatório de Ponderação da Discussão Pública.

8. Face à análise efectuada, no que respeita à conformidade com as disposições legais e regulamentares vigentes, à compatibilidade com os instrumentos de gestão territorial eficazes e nos termos do art.º 78.º do RJIGT, a CCDRLVT emitiu parecer favorável à proposta final de Revisão do PDM, tendo efectuado algumas recomendações.

Quanto às recomendações constantes no parecer favorável emitido pela CCDRLVT, no termos do art.º 78.º, os serviços técnicos da DPTGU, consideraram o seguinte:

8.1. Do cumprimento das normas legais e regulamentares:

- A delimitação das servidões administrativas e restrições de utilidade pública, que recaem sobre o território municipal, encontra-se explanada na Planta de Condicionantes, conforme o previsto no RJIGT, em vigor.
- A salvaguarda da compatibilidade de usos, relativamente a novas pecuárias é garantida através do Regime de Exercício da Actividade Pecuária (REAP), aprovado pelo DL n.º 81/2013, de 14 de Junho, o qual estabelece princípios para assegurar o bem-estar animal, a saúde pública, a segurança de pessoas e bens, a qualidade do ambiente e o ordenamento do território, conforme o concertado com a DRAPLVT. Pelo que, a instalação de novas pecuárias deve garantir as devidas salvaguardas a empreendimentos turísticos existentes. Por outro lado, a instalação de novos empreendimentos turísticos carece sempre da devida aferição por parte do Turismo de Portugal.
- A possibilidade de construção de empreendimentos públicos nos espaços agro-florestais carece sempre de declaração de utilidade pública, a aprovar pela Assembleia Municipal, conforme o previsto na alínea i), do n.º 3 do art.º 19.º, da proposta de regulamento da Revisão do PDM.
- A proposta de REN, que integra a revisão do PDM e que deverá ser apresentada à CCDRLVT, inclui pequenas rectificações efectuadas após a análise ao parecer favorável emitido pela CNREN. No pressuposto anterior, e para além das recomendações de carácter gráfico consideradas neste parecer, foi retirada a exclusão E.6, uma vez que o regime da REN prevê o uso existente, e redefinida a E.12, conforme a validade da declaração de impacte ambiental, à luz do regime jurídico da avaliação de impacte ambiental. Assim, a aprovação da proposta de REN, carece de reanálise à exclusão E.12 por parte da CNREN e posterior envio para publicação, pela CCDRLVT. Após a entrada em vigor da Portaria que delimitará a nova proposta de REN, entrará em vigor a revisão do PDM, conforme a rectificação prevista no art.º 118.º da proposta de regulamento.



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

- Na proposta de revisão do PDM foi considerada relevante a reformulação do estudo acústico, sobretudo face ao lapso temporal existente entre os primeiros mapas de ruído e esta proposta de revisão. Esta reformulação do estudo acústico não deu origem a reavaliação das propostas de solo urbanizável e áreas a estruturar, pelo que o controlo das operações urbanísticas e de projecto de infra-estruturas, em sede de regulamento, garante o previsto no regime geral do ruído (RGR). Desta forma, foram rectificadas os n.º 2 e 3 do art.º 82.º, da proposta de regulamento, bem como aditado o n.º 4 do art.º 81.º, de modo a incluir “um ponto relativo à equiparação dos receptores sensíveis isolados a zonas sensíveis ou mistas”.
- Na proposta de regulamento, conforme art.º 9.º, e nas áreas abrangidas por servidões administrativas e restrições de utilidade pública, prevê-se a remissão para os regimes legais vigentes que regem tais servidões ou restrições.
- As zonas de risco de incêndio elevado e muito elevado, consideradas como áreas de perigosidade de incêndio (classes alta e muito alta conforme Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios), foram delimitadas na planta de ordenamento, de acordo com o previsto no n.º 1.º do art.º 16.º do DL n.º 124/2006, de 28 de Junho, na sua redacção actual.

8.2. Da compatibilidade ou conformidade da proposta do plano com os instrumentos de gestão territorial eficazes:

- A largura de 20 metros a partir da margem foi aditada à alínea e), do n.º 1 do art.º 64.º da proposta de regulamento, bem como a remissão para a planta da Estrutura Ecológica Municipal (EEM), de modo a salvaguardar a revisão do PDM com o Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa (PROTAML). Acresce a esta norma, a clarificação das respectivas áreas e corredores secundários, apresentados na planta de EEM, conforme a largura indicada pelo PROT e vinculativa à proposta de revisão do PDM.
- O n.º 1 do art.º 25.º da proposta de regulamento foi rectificado, face às subcategorias dos espaços naturais, inseridos na faixa do Plano de Ordenamento da Orla Costeira Alcobaca-Mafra (POOC) e denominadas de áreas de protecção integral e áreas de praia.
- As questões identificadas pelo ICNF, no parecer de 13 de Junho de 2014, foram consideradas na proposta de revisão do PDM, conforme o previsto nos art.º 65.º, 66.º, 67.º e 68.º e no anexo IV, do regulamento proposto, bem como na carta de distribuição de habitats e espécies e no relatório de caracterização dos valores naturais, pelo que se considera cumprida a compatibilidade com o Plano Sectorial da Rede Natura.
- A proposta de revisão do PDM converge em conformidade com as principais orientações dos Planos das Bacias Hidrográficas do Tejo das Ribeiras do Oeste. A



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

preservação e valorização do património ambiental associado ao meio hídrico, condicionando a utilização de recursos e de zonas a preservar e recuperação de ecossistemas, é visível nomeadamente na definição de áreas de valorização, salvaguarda e protecção, relativas ao regime da EEM.

8.3. De outras questões que se mantêm como recomendação:

- A zona de recursos geológicos corresponde apenas a uma pequena área delimitada na zona sul do concelho de Mafra, na união das freguesias de Venda do Pinheiro e Santo Estêvão das Galés, remetida pela Direcção Regional da Economia, no âmbito da CA, e cuja viabilidade de estabelecimentos industriais ou comerciais deve salvaguardar a compatibilidade com os usos preexistentes.
- Nos espaços de uso especial, em áreas de equipamentos e outras estruturas, só serão admitidas edificações destinadas ao uso terciário, desde que seja salvaguardada a compatibilidade de usos.
- A alínea d), do n.º 3 do art.º 19.º da proposta de regulamento foi rectificado, conforme redacção proposta pela CCDRLVT: "Actividades equestres e obras de construção destinadas às actividades equestres".
- O n.º 1 do art.º 94.º da proposta de regulamento foi rectificado, conforme redacção proposta pela CCDRLVT, prevendo-se que as futuras explorações devem ser sujeitas a avaliação da compatibilidade de usos com as preexistências.

9. Face ao exposto, consideram estes serviços que os elementos que constituem e acompanham a proposta final da Revisão do PDM, bem como o Parecer Final emitido pela CCDRLVT, ao abrigo do art.º 78.º do RJIGT, devem ser presentes à Câmara Municipal, para concordância e envio à Assembleia Municipal para aprovação.

Mais se considera, que deve também ser presente a proposta de delimitação da REN para envio à CCDRLVT, para nova reapreciação do pedido de Exclusão E.12 por parte da CNREN e respectiva publicação.

Mafra, 14 de Abril de 2015

A Coordenadora da Área de Planeamento e Ordenamento do Território.

14/04/2015

X *Sofia Santos*

Sofia Santos

Técnica Superior

Assinado por: SOFIA MARGARIDA BRANCO DOS SANTOS



422

Declaração de voto

O Partido Socialista vota contra a aprovação da proposta final do Plano Director Municipal revisto, cujo Regulamento se apresenta datado de Janeiro de 2015, pelos fundamentos que seguem:

Em primeiro lugar, ocorreu uma assimetria de informação no seio do executivo municipal, ao nível da vereação que contribuiu, de forma decisiva, para a falta de conhecimento e esclarecimento dos membros da vereação eleitos pelo Partido Socialista e que impede uma tomada de posição mais esclarecida sobre a revisão do Plano Director Municipal.

Refere-se, como exemplo concreto desta assimetria de informação, o facto da cópia do Regulamento do PDM apenas ter sido entregue cerca de 60h antes da votação em reunião de executivo e de tal cópia não vir acompanhada dos relatórios indicados no n.º 2 do art.º 3º do Regulamento.

Por outro lado, e salvo melhor entendimento, a proposta final do Plano deveria ser acompanhada dos relatórios resultantes da fase de concertação,



para permitir uma melhor aferição das alterações à proposta do PDM, durante o processo de revisão do mesmo.

Tendo presentes estas condicionantes, o voto do Partido Socialista fundamenta-se nos seguintes pontos:

1- Quanto ao âmbito das servidões administrativas e das restrições de utilidade pública que impendem sobre o território concelhio, que não foi garantida a correta delimitação das mesmas.

2- Quanto ao acréscimo de solo urbano, em especial das áreas residenciais a estruturar, o mesmo contraria o princípio da contenção da expansão urbanística, que constitui um objetivo fundamental da política de ordenamento do território.

3- A proposta do PDM não dá resposta à questão da distância que as novas pecuárias devem garantir dos empreendimentos turísticos.



4- Quanto à possibilidade prevista no Regulamento do PDM (art.º 20 n.º 2 al.a), de construção de habitação nos espaços agroflorestais em parcelas com 20.000m², inferiores à área de referência definida pela CCDR (40.000m²), discorda-se em absoluto desta possibilidade.

5- Quanto à possibilidade de construção de empreendimentos públicos nos espaços agroflorestais, discorda-se em absoluto da mesma, entendendo-se que a al.i) do art.º 19º do Regulamento deveria ser suprimida.

6- Quanto às duas propostas de exclusão cuja fundamentação condiciona o parecer favorável à delimitação da REN, desconhecem-se tais propostas, e bem assim se foi ou não apresentada fundamentação idónea.

7- Quanto ao Regulamento Geral do Ruído, a proposta do PDM não cumpre os requisitos legais, tendo o executivo liderado pelo PSD, único interveniente na concertação com a CCDR, desconsiderado o parecer desta



entidade quanto a tal matéria, razão pela qual permanecem as seguintes preocupações:

a) estão definidas Áreas a Estruturar na envolvente de fontes sonoras relevantes, cujos limites poderiam ser ajustados em função dos conflitos acústicos, no caso de as mesmas não estarem totalmente comprometidas;

b) a avaliação prospetiva apresentada foi insuficiente por não integrar devidamente (sem o suporte de um estudo de tráfego) as alterações ao tráfego decorrentes da construção do IC16 e das vias municipais B.1 a B.4, algumas das quais assumidas como variantes a vias com tráfego significativo; existem situações de solo urbanizável previsto para zonas em que os níveis sonoros ultrapassam os valores limite e cujo agravamento se prevê no futuro.

c) Os n.ºs 2 e 3 do art. 82º do Regulamento, violam o disposto nos n.ºs 6 e 7 do art. 12º do Regulamento Geral do Ruído.



d) Deveria ter sido incluído no Regulamento um ponto relativo à equiparação dos receptores sensíveis isolados a Zonas Sensíveis ou Mistas, como dispõem as diretrizes da Agência Portuguesa do Ambiente.

8- Quanto à conformidade do Regulamento com o Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa (RCM n.º 68/2002 de 8/4), o art.º 64º n.º 3 do Regulamento é omissivo quanto à largura das áreas e corredores secundários.

9- Quanto à conformidade do PDM com o Plano Sectorial da Rede Natura (RCM n.º 115-A/2008, de 21/0), o executivo liderado pelo PSD omitiu se deu ou não cumprimento às recomendações do ICNF, e não tendo sido possível apurar a legalidade inerente às mesmas, não estão reunidas condições para se poder concluir pela total conformidade da proposta de PDM com este plano.



10- Quanto à conformidade do PDM com o Plano Regional de Ordenamento Florestal da Área Metropolitana de Lisboa, na planta de condicionantes não está identificada a rede viária florestal.

11- Quanto à possibilidade de que a recuperação paisagística dos espaços de exploração de recursos geológicos preveja a sua utilização futura para estabelecimentos industriais ou comerciais, discorda-se em absoluto de que a viabilidade consignada no Regulamento se dirija, de modo indiscriminado, a todas as pedreiras (Santo Estevão das Galés e Santo Isidoro) e bem assim, de que a forma como foi regulamentada a Zona de recursos geológicos abra a possibilidade de, também em eventuais novas áreas de exploração, surgirem estabelecimentos industriais e comerciais.

12- Existe falta de clareza no Regulamento do PDM quanto ao carácter complementar dos serviços e empreendimentos turísticos.

13- Quanto à Zona de recursos geológicos potenciais, discorda-se em absoluto com a delimitação da mesma, dada a existência no seu interior de



425

um aglomerado rural e de uma área agrícola da RAN que margina uma linha de água integrada na REN.

14- Por último, discorda-se em absoluto com a possibilidade consagrada no art.º 23º n.º 3 do Regulamento, de permissão de empreendimentos turísticos na área da Tapada de Mafra, considerando que esta possibilidade fica apenas condicionada por conceitos vagos e indeterminados (sem prejuízo da conservação da natureza e da biodiversidade) em clara contradição com o disposto no art.º 10º do DL 49/2005, de 24/02 e em violação das regras de elaboração dos Regulamentos que estipulam, além do mais: "A regra básica a considerar ao nível da redação do Regulamento é que não se está a escrever para um público alvo predeterminado (engenheiros, arquitetos, juristas, técnicos, etc.), mas sim para todos os cidadãos titulares de direitos ou interesses



constitucional e legalmente consagrados ou protegidos, devendo por isso o texto das normas ser escrito a pensar nos mesmos. (...)

As frases devem ser simples, claras e concisas e deve ser utilizado o português padrão. Deve ser evitada a utilização de redações vagas e de conceitos indeterminados. "

O Vereador da Câmara Municipal Mafra

Sérgio A.M Santos

17/04/2015



[Handwritten signature]
420

Declaração de voto

P.D.M.

Para nós, ~~M~~ CDU, o PDM é um instrumento de gestão territorial muito importante.

Importante porque, se correcto, garante as bases de utilização dos solos do concelho respeitando as condições de vida presentes e futuras de todos os que usufruem deste nosso concelho, quer se tratem de proprietários, moradores, trabalhadores, quer simples visitantes.

A elaboração do PDM, como quase tudo na vida, implica opções e escolhas, opções que, embora subordinadas a instrumentos de gestão do território de nível superior, de declinação essencialmente técnica, tem suficiente grau de liberdade para a articulação local dos interesses gerais e particulares dos cidadãos.

O PDM que nos é proposto pelo executivo municipal foi objecto de cuidadosa análise por parte dos camaradas e amigos da nossa organização de Mafra e considerado, pelo espírito e letra, um avanço em relação ao PDM em vigor.

No nosso entender o respeito pela orla marítima, pela preservação da actividade agrícola em harmonia com a preservação ecológica, a reserva florestal, a preservação da Tapada de Mafra, a contenção na utilização de áreas potencialmente perigosas a par com volumetria e respeito ambiental adequada das construções necessárias à vida humana parecem-nos, à luz dos conhecimentos actuais, adequados ao enquadramento territorial do concelho.

Este nosso sentimento não pôde ser consolidado com os esclarecimentos dos especialistas das matérias envolvidas no PDM.

Um documento como o PDM não é um documento neutro e é esse o calcanhar de Aquiles.

A discussão pública do documento foi reduzida, com divulgação limitada e em pleno período de férias (Julho/Agosto).


Os esclarecimentos pedidos à Mesa da Assembleia Municipal e propostas apresentadas não mereceram outro eco que o reencaminhamento de um ofício do Departamento de Urbanismo, Obras Municipais e Ambiente com comentários aos nossos pedidos.

As propostas de natureza política no sentido de assegurarem a transparência e o não favorecimento injustificado, em particular dos autarcas de Mafra, foram ignoradas e até mereceram por parte do PS comentários infelizes apelidando-as de proposta da PIDE ou KGB como se o que pode ser obtido, caso a caso, na conservatória do registo predial fizesse parte da privacidade, de qualquer cidadão, a respeitar.

Mafra, 17 de Abril 2015

O Vereador da Cdu

(*) FELICITAÇÃO AOS TÉCNICOS DA CAMARA
PELO EXCELENTE TRABALHO, DEVADO A
CABO - PARA DEUS





CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

428

PARECER

Concordo com a proposta apresentada.
X consideração superior.

14/04/2015

X

Bruno Miranda

Director de Departamento

Assinado por: BRUNO MANUEL FRANCO MIRANDA

Concordo com a informação prestada.
Proporho que se submeta à Câmara Municipal a proposta de delimitação da área da Vila Velha de Mafra para posterior aprovação na Assembleia Municipal.

14/04/2015

X

Pedro Martins

Chefe de Divisão

Assinado por: PEDRO MIGUEL DO AMARAL MARTINS

DESPACHO

À reunião

X

Hélder de Sousa e Silva

Presidente da Câmara Municipal

INFORMAÇÃO Interno/2015/4462

ASSUNTO: Área de Reabilitação Urbana da Vila Velha de Mafra

1. Mafra é, reconhecidamente, um concelho cujo crescimento tem decorrido através da adopção de medidas que permitem às suas tradições e ao seu património desempenhar um papel fundamental no desenvolvimento da sua economia. À imagem da marca Mafra e à semelhança do projecto urbanístico da envolvente do monumento nacional Palácio Nacional de Mafra, torna-se vital que outras áreas urbanas centrais, e cujas características revelam um cariz singular, se revitalizem nos centros urbanos do nosso concelho.
2. A reabilitação urbana assume-se hoje como uma componente indispensável da política das cidades e da política de habitação, na medida em que nela convergem os objectivos de requalificação e revitalização das cidades, em particular das suas áreas centrais desvitalizadas e em processo de degradação. A reabilitação urbana é um mecanismo crucial para o desenvolvimento integrado da competitividade local, regional e nacional, que permite a revitalização das áreas abrangidas como centros dinamizadores da sua



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

envolvente directa e, em consequência, de todo o núcleo urbano onde as mesmas se inserem.

3. Neste contexto e considerando que:

- Se verifica a necessidade de congregar na área supra identificada, um conjunto de intervenções e investimentos integrados que assegurem a salvaguarda do património edificado e o desenvolvimento sustentável do respectivo território;
- Nos termos do disposto no n.º 3 do art.º 7 do DL n.º 307/2009, de 23 de Outubro, na redacção que lhe foi conferida pela Lei n.º 32/2012, de 14 de Agosto, a aprovação da delimitação da área de reabilitação urbana pode ter lugar em momento anterior à aprovação da operação de reabilitação urbana a desenvolver nessas áreas.

4. Propõe-se que a Câmara Municipal delibere concordar com a proposta de delimitação da área de reabilitação urbana Vila de Velha de Mafra, elaborada nos termos do disposto no artigo 13.º do Decreto-lei n.º 307/2009, de 23 de Outubro, com a redacção que lhe foi conferida pela Lei n.º 32/2012, de 14 de Agosto, e submetê-la à aprovação da Assembleia Municipal.

Mafra, 14 de Abril de 2015

A Coordenadora da Área de Planeamento e Ordenamento do Território.

14/04/2015

X *Sofia Santos*

Sofia Santos

Técnica Superior

Assinado por: SOFIA MARGARIDA BRANCO DOS SANTOS



PROPOSTA DE DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA | CONCELHO DE MAFRA

VILA VELHA DE MAFRA

ABRIL 2015

INDICE

MEMÓRIA DESCRITIVA E JUSTIFICATIVA	1
1 INTRODUÇÃO	1
2 OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS.....	3
3 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA	5
4 FUNDAMENTAÇÃO DA DELIMITAÇÃO	15
5 BENEFÍCIOS FISCAIS	19
6 CONCLUSÃO.....	21
 ANEXO I -	
QUADRO DOS BENEFÍCIOS FISCAIS DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA DA VILA VELHA DE MAFRA	23
 ANEXO II -	
PLANTA DE DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA DA VILA VELHA DE MAFRA	25



MEMÓRIA DESCRITIVA E JUSTIFICATIVA

1 | INTRODUÇÃO

O município de Mafra abrange diversos núcleos urbanos de pequena e média dimensão com tradições de uma vivência própria e cuja preservação é essencial para a prossecução das características singulares do concelho. Alguns destes núcleos com uma forte vocação agrícola, outros com uma intrínseca ligação ao mar, e ainda, a sede de concelho com uma dinâmica cultural e histórica indissociável do Palácio Nacional de Mafra. Todos formam a identidade única do concelho de Mafra que se pretende não só preservar mas igualmente definir como uma marca de referência. Neste contexto e verificando-se que a expansão urbana, decorrente do forte crescimento demográfico no concelho nas últimas décadas, surgiu principalmente nas periferias destes núcleos urbanos. Este desenvolvimento expôs os centros dos núcleos urbano a uma sucessiva degradação, tornando perentório definir meios que permitam a sua resiliência.

A reabilitação urbana é o mecanismo eficaz para contrariar a degradação destas áreas, permitindo que o edificado e os espaços livres recuperem uma funcionalidade adequada às necessidades atuais do núcleo urbano em que se inserem. O objetivo genérico é contribuir para a reabilitação do edificado e dos tecidos urbanos degradados, melhorando nomeadamente as condições de habitabilidade do edificado em simultâneo com as condições do espaço público, numa intencional valorização do património cultural. O Decreto-Lei 307/2009 de 23 de outubro na redação dada pela Lei 32 /2012 de 14 de agosto, refere na e) do Artº3 que “Afirmar os valores patrimoniais, materiais e simbólicos como fatores de identidade, diferenciação e competitividade urbana”, como um dos interesses a prosseguir, e no qual a delimitação de uma Área de Reabilitação Urbana, adiante designada como ARU, se reflete como uma forma integrada com a modernização das infraestruturas urbanas.

A legislação nesta matéria, o Decreto-Lei n.º53/2014, refere que a promoção da reabilitação urbana constitui um objetivo estratégico, estabelecendo para tal um regime excecional e temporário aplicável à reabilitação do edificado afeto ao uso habitacional, no sentido de viabilizar as operações de reabilitação urbana que estariam impossibilitadas face aos condicionamentos impostos por diversa legislação específica. Com base no pressuposto que muitas destas áreas apresentam espaços urbanos funcionalmente obsoletos, mas estrategicamente centrais e possuidores de características singulares, onde este regime excecional da reabilitação urbana pode assegurar a promoção do seu potencial para restituir a sua urbanidade.



2 | OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS

A delimitação da área de reabilitação urbana assenta sobre os seguintes objectivos estratégicos municipais:

- A qualificação do espaço público e do ambiente urbano, através não só da modernização das suas infraestruturas, mas igualmente da reestruturação viária e criação de estacionamento em articulação com os transportes públicos, numa intervenção conjunta do espaço público;
- A qualificação em termos ambientais e paisagísticos, assegurando que as intervenções são sustentáveis;
- A reabilitação e reconversão do património construído, garantindo a resiliência integrada das áreas de reabilitação urbana, assegurando a diversidade económica e sócio cultural nos tecidos urbanos existentes;
- A promoção dos espaços dedicados ao turismo, cultura e lazer, em complementaridade das funções da área a reabilitar, desenvolvendo de forma integrada o concelho de Mafra como um destino turístico de oferta diversificada.



3 | CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA

A delimitação da ARU à Vila Velha de Mafra, com 13.07 hectares é definida conforme figura seguinte e plantas anexas e integra, designadamente, o Largo Coronel Brito Gorjão, a Rua das Tecedeiras e a Rua Mafra Detrás do Castelo, nos dias de hoje, Rua do Castelo, e representa a zona mais antiga de Mafra. A designação da Rua Mafra Detrás do Castelo deve-se ao facto de a povoação ter voltado, literalmente, as costas ao lado norte, por ser o mais exposto aos ventos. A densa floresta que, consta, existiu até ao século XIX na Quinta da Cerca, constituída por árvores de grande porte e reforçaria o para-vento.

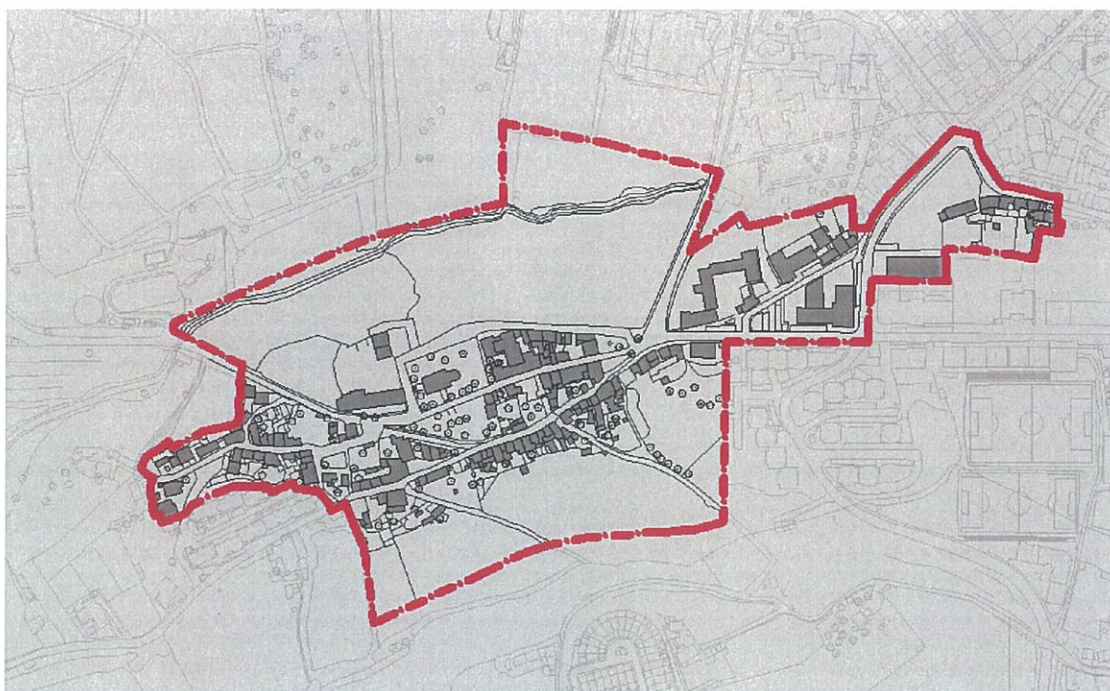


Figura 1 – Delimitação da área de reabilitação urbana da Vila Velha de Mafra

Dados Gerais:

Área Total de Reabilitação Urbana (HA) – 13.07



A Vila Velha é a zona mais antiga da Vila de Mafra, em oposição à “Vila Nova” que cresceu à sombra da construção do Palácio Municipal de Mafra. A Vila Velha estruturou-se a partir da Rua Direita (actualmente com o nome de Rua Pedro Julião Papa João XXI) que unia as duas extremidades do núcleo. Na Vila Velha construiu-se a Igreja de Santo André e a casa dos Donatários, o que mais tarde veio a ser o Palácio dos Marqueses Ponte de Lima. A área corresponde, como já foi referido, à Vila Velha, delimitando parte dos jardins da Quinta da Cerca, e que abrange ainda o complexo da Quinta da Raposa, surge no final da ligação entre a Vila Velha e o sítio da “real obra”, rua com o nome de Serpa Pinto, que é o eixo viário estruturante da vila de Mafra.



Figura 2 – Igreja de Santo André

A Igreja de Santo André, de estilo gótico, localiza-se na Vila Velha, é a construção religiosa mais antiga do concelho e encontra-se classificada como monumento nacional. A igreja representa a principal construção da Vila Velha, contudo encontra-se em médio estado de conservação, não só o edifício, mas também o jardim em seu redor. Apresenta algum estado de abandono que revela uma propensão mercê à falta de segurança e ao vandalismo que inibe a sua natural resiliência.





Figura 3 – Rua do Castelo

A Rua do Castelo, confinante com a Igreja de Santo André, encontra-se em igual estado de abandono, o que lhe confere também alguma insegurança patente no vandalismo das fachadas existentes, não obstante a posição privilegiada de delimitação deste quarteirão.



Figura 4 – Palácio dos Marqueses



O Palácio dos Marquês de Ponde de Lima, pertencente à Quinta da Cerca, após várias décadas de degradação e abandono, encontra-se, neste momento, em fase de restauro e reabilitação do edifício. Este palácio e os seus jardins, datados do século XVII, foi construído sobre as ruínas do castelo de Mafra e sobre o paço medieval. Ao longo de quatro séculos de história teve vários marcos importantes: foi local de estadia do rei D. João V, quando este visitava as obras de construção do convento de Mafra; foi palco da “conspiração de Mafra” contra D. João VI; albergou o General Loison durante a ocupação francesa; e, foi um hospital improvisado de prevenção contra a peste bubónica.

Na Rua Pedro Julião Papa João XXI, rua estruturante da vila velha, encontra-se o antigo edifício da Santa Casa da Misericórdia de Mafra, em considerado estado de degradação, ocupando, o edifício e o seu jardim, grande parte do quarteirão da Igreja de Santo André.



Figura 5 – Rua Pedro Julião Papa João XXI (antigo edifício da Santa Casa da Misericórdia)



Os jardins do Palácio dos Marqueses de Ponte de Lima pertencentes à Quinta da Cerca, confinantes com o Parque Desportivo Municipal Eng.º Ministro dos Santos, constituem um grande espaço urbano desocupado e devoluto.



Figura 6 – Quinta da Cerca



Figura 7 – Complexo Cultural da Quinta da Raposa



O Complexo Cultural da Quinta da Raposa, situado na antiga corredoura medieval (zona ampla exterior às muralhas, para onde a então a Vila de Mafra se desenvolveu), alberga, actualmente, diversos serviços de cultura e de turismo da autarquia, tornando-se um espaço multifuncional. O edifício encontra-se, no geral, em médio estado de conservação, excepto a sua fachada que revela alguma necessidade de recuperação.



Figura 8 – Largo Coronel Brito Gorjão

No seguimento da Rua Serpa Pinto encontra-se o Largo Coronel Brito Gorjão. Um largo de difícil acesso que requer uma intervenção na área, de forma a oferecer mais estacionamento para corresponder às necessidades daquele local, existindo vários serviços e edifícios com diversas funções culturais e institucionais, nomeadamente o Complexo Cultural da Quinta da Raposa, os serviços de acção social, a polícia municipal, o projecto *enfrente*, entre outros.





Figura 9 – Antigo edifício da Companhia das águas

O antigo edifício da companhia das águas, actualmente com o projecto *enfrente*, encontra-se em médio estado de conservação, com necessidade de obras de requalificação do edifício.

Análise preliminar:

Edificado

- Igreja de Santo André em médio estado de conservação;
- Antigo edifício da Santa Casa da Misericórdia de Mafra na Rua Pedro Julião Papa João XXI em mau estado de conservação e desocupado;
- Edifício do Complexo Cultural da Quinta da Raposa em médio estado de conservação;
- Antigo edifício da companhia das águas de Mafra em médio estado de conservação.

Espaço Público

- Espaços urbanos exteriores sem utilização, que não estão equipados para potenciar a permanência de pessoas;
- Inexistência de espaços verdes de lazer e recreio integrados na malha urbana, que dêem resposta às necessidades da população residente.

Estrutura Viária e Infraestruturas Urbanas

- Largura dos passeios insuficiente para correta utilização pedonal, sobretudo na Rua Pedro Julião Papa João XXI e no Largo Coronel Brito Gorjão, e desadequados à circulação de mobilidade condicionada;
- Falta de estacionamento ordenado, nomeadamente nas áreas de maior concentração de serviços;
- Espaços públicos livres devolutos, em mau estado de conservação e desadequados face à legislação relativa à mobilidade condicionada;
- Estrutura viária desadequada, nomeadamente no cruzamento conflituoso do Largo Coronel Brito Gorjão e os arruamentos provenientes da Vila Velha.





4 | FUNDAMENTAÇÃO DA DELIMITAÇÃO

A Vila Velha sendo a zona mais antiga da vila de Mafra, constitui uma das áreas urbanas de maior interesse histórico e cultural a reabilitar na vila de Mafra. Desempenha um papel fulcral na origem da vila, constituindo um imponente centro histórico que se relaciona com Palácio Nacional de Mafra. O eixo radial mais importante da vila de Mafra faz precisamente a ligação da Igreja de Santo André, localizada na Vila Velha, ao Palácio Nacional, anteriormente, ambos visíveis.

A realização do levantamento fotográfico e a análise preliminar do estado de conservação dos edifícios e dos espaços públicos da zona de intervenção pretende desde já possibilitar uma visão crítica sobre os projectos de intervenção, sejam eles no sentido do restauro, da reabilitação, da regeneração ou da requalificação. Este inicial registo e avaliação dos conteúdos culturais do património edificado em causa permitiu concluir que a reabilitação deste território torna-se peremptória para devolver a esta central área e ao seu edificado de valor consagrado a qualificação do seu espaço público e do ambiente urbano em que se insere.

Para tal considera-se como relevante que de acordo com o artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 266-B/2012 os níveis de conservação a considerar para avaliação do estado de conservação de um prédio urbano ou de uma fracção autónoma, e válido pelo período de três anos, são de:

5- Excelente; 4 – Bom; 3 – Médio; 2 – Mau e 1 – Péssimo, e na globalidade esta área apresenta o edificado com um valor de conservação abaixo do médio.

Salienta-se, ainda, que avaliado o potencial de resiliência do espaço público devoluto da ARU, se considera que o investimento na sua reabilitação integrada com a atribuição de funções adequadas se antevê positivo e de grande interesse para os objectivos estratégicos municipais, bem como para a salvaguarda do património histórico e cultural do lugar onde a ARU se insere.

Face ao exposto, a delimitação da área de reabilitação urbana da envolvente à vila Velha é considerada prioritária face à oportunidade de reconstituir o centro original, no qual consta vários monumentos históricos, que foram perdendo o seu valor, e que com os objectivos estratégicos estipulados para as ARU é possível recuperar.



Requalificação Urbanística na Rua do Castelo

439

Para este local está a ser desenvolvida uma proposta, cuja intenção é requalificação urbanística da Rua do Castelo, com a construção de um parque de estacionamento automóvel, com a criação de cerca de 34 lugares de estacionamento, pavimentação de passeios e uma zona de permanência, designadamente, para contemplação do verde do Parque Desportivo de Mafra (miradouro), num terreno propriedade da Câmara Municipal de Mafra.

Os lugares de estacionamento propostos, organizados e distribuídos na perpendicular ao longo de duas vias, encontram-se de forma a garantir o maior aproveitamento do espaço disponível e conseguir, consequentemente, o maior número de lugares possível com o menor impacte na envolvente.

O presente projecto consiste, ainda, no alargamento e beneficiação da Rua do Castelo, visando, assim, melhorar o acesso à vila Velha de Mafra e em especial à Igreja de Santo André, ao Palácio dos Marquesses de Ponte de Lima e ao futuro Lar de Idosos.

Pretende-se uma intervenção discreta, com reduzido impacte na envolvente, preservando assim as características morfológicas daquela zona, marcada não só pelo Palácio dos Marquesses de Ponte de Lima e seus jardins, datado do século XVII, como pela Igreja de Santo André, monumento classificado como Monumento Nacional, que melhor evoca as origens medievais de Mafra e um dos melhores exemplos do *gótico paroquial*.



Figura 10 – Planta da requalificação urbanística na Rua do Castelo



5 | BENEFÍCIOS FISCAIS

Conforme estipulado pelo artigo 14.º da Lei 32/2012 que procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro a delimitação da área de reabilitação urbana “obriga à definição, pelo município, dos benefícios fiscais associados aos impostos municipais sobre o património, designadamente o imposto municipal sobre imóveis (IMI) e o imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis (IMT), nos termos da legislação aplicável” definida na alínea a) do referido artigo e “confere aos proprietários e titulares de outros direitos, ónus e encargos sobre os edifícios ou frações nela compreendidos o direito de acesso aos apoios e incentivos fiscais e financeiros à reabilitação urbana, nos termos estabelecidos na legislação aplicável, sem prejuízo de outros benefícios e incentivos relativos ao património cultural” conforme a alínea b) do mesmo artigo.

As acções de reabilitação urbana consistem em **“intervenções destinadas a conferir adequadas características de desempenho e de segurança funcional, estrutural e construtiva a um ou vários edifícios, ou às construções funcionalmente adjacentes incorporadas no seu logradouro, bem como às suas frações, ou a conceder-lhe novas aptidões funcionais, com vista a permitir novos usos ou o mesmo uso com padrões de desempenho mais elevados, das quais resulte um estado de conservação do imóvel, pelo menos, dois níveis acima do atribuído antes da intervenção”** conforme alínea a) do número 22 do referido artigo 71.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais.

De acordo com o Estatuto dos Benefícios Fiscais, os incentivos previstos à reabilitação urbana no supracitado artigo, **são aplicáveis às acções de reabilitação** que tenham por objecto imóveis localizados em prédios urbanos em áreas de reabilitação urbana. Pelo que a delimitação territorial da ARU da Vila velha de Mafra é essencial para que nos casos em que existam acções de reabilitação, conforme a alínea a) do número 22 do referido artigo 71.º, seja possível ao promotor beneficiar de incentivos fiscais que estimulem a progressiva reabilitação da ARU, cujo edificado e espaços livres se encontram em estado de degradação ou devoluto, e desde que cumpram os requisitos dispostos na legislação e tal como presentemente descritos.



Para o devido enquadramento ao regime previsto nos incentivos à reabilitação urbana, deverá o promotor obter junto da Câmara Municipal comprovativo do estado de conservação do imóvel antes e após realização da ação de reabilitação mediante realização de vistoria. O pedido para atribuição do estado de conservação deve ser apresentado antes do início da ação de reabilitação, devendo ser formalizado novo pedido após conclusão da mesma. No âmbito da certificação do estado do imóvel é determinado o seu nível de conservação. Quando o mesmo for considerado mau, péssimo ou médio pode ser requerida à câmara a descrição das obras a efetuar para se atingir o nível superior, que deverá ser pelo menos dois níveis acima do atribuído antes da intervenção, tal como definido no artigo 6º do Decreto-Lei nº 266-B/2012, de modo a usufruir dos referidos benefícios fiscais.

Os incentivos fiscais são aplicáveis aos imóveis objeto de ações de reabilitação iniciadas após a definição da presente ARU e concluídas até 31 de dezembro de 2020. Podem aceder aos benefícios fiscais os proprietários que após realização de uma ação de reabilitação, cumpram com o definido anteriormente. O acesso a estes benefícios fiscais pressupõe, como referido, a vistoria antes e após a operação de reabilitação. As obras deverão impreterivelmente ser realizadas conforme indicações sugeridas na vistoria, na legislação aplicável para reabilitação urbana em zonas históricas ou em áreas de reabilitação urbana, nomeadamente as previstas no Decreto-Lei 53/2014 de 8 de abril.

Após vistoria no final das ações de intervenção, e verificando-se as condições expostas, será emitido um certificado de estado de conservação que deverá ser apresentado junto da autoridade tributária que aplicará as isenções e benefícios fiscais.

O Quadro dos Benefícios Fiscais da área de reabilitação urbana da Vila Velha de Mafra é apresentado no Anexo I.



6 | CONCLUSÃO

A presente proposta da área de reabilitação urbana envolvente à Vila Velha de Mafra efectua uma caracterização da realidade com vista a fundamentar a tomada de decisões sobre a intervenção a concretizar numa área degradada que se considera prioritária para o desenvolvimento integrado da Vila de Mafra e do concelho.

O regime jurídico da reabilitação urbana, ao flexibilizar e simplificar os procedimentos, pretende incentivar a criação de ARU, aprovando para tal medidas destinadas a agilizar e a dinamizar a reabilitação urbana. Deste modo, a proposta de delimitação da presente ARU, apresentada à Câmara Municipal para posterior aprovação da assembleia municipal, pretende através da legislação aplicável dinamizar áreas em carência evidente dos diversos critérios associados à urbanidade do lugar e garantir a sua reintegração no tecido urbano.

A aprovação da ARU pela assembleia municipal carece de publicação através de aviso na 2.ª série do Diário da República e divulgação na página eletrónica do município e, em simultâneo, é remetido ao Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I. P., por meios eletrónicos, o acto de aprovação da delimitação da área de reabilitação urbana.

A presente delimitação da ARU caduca no prazo de três anos se não for aprovada a correspondente operação de reabilitação urbana, sendo que a mesma não tem início em simultâneo com a definição da presente ARU. A intervenção deverá consistir numa operação de reabilitação urbana sistemática, ORU, sendo que a mesma pretende ser uma acção integrada de reabilitação urbana de uma área, dirigida à reabilitação do edificado e à qualificação das infraestruturas, dos equipamentos e dos espaços verdes e urbanos de utilização coletiva, visando a requalificação e revitalização do tecido urbano, associada a um programa de investimento público. O projeto de operação de reabilitação urbana deverá ser remetido ao Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I. P., para emissão de parecer não vinculativo, bem como submetido a discussão pública, a promover nos termos previstos no regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial (RJIGT), conforme o disposto para os Planos de Pormenor.



ANEXO I -

QUADRO DOS BENEFÍCIOS FISCAIS DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA DA VILA VELHA DE MAFRA

Benefícios a aplicar:
<ul style="list-style-type: none">— IMI.- Isenção por um período de 5 anos, a contar da data de conclusão da ação de reabilitação;— IMT - Isenção de pagamento nas aquisições de prédio urbano destinado exclusivamente a habitação própria permanente, na primeira transmissão onerosa do prédio reabilitado;— IRS - Dedução à coleta de 30% dos encargos suportados pelo proprietário relacionados com a reabilitação, até ao limite de €500;— Mais-Valias - Tributação à taxa reduzida de 5% quando estas sejam inteiramente decorrentes da alienação de imóveis reabilitados em ARU.
Penalizações a aplicar:
<ul style="list-style-type: none">— IMI - Acréscimo de 30% no valor do IMI para edifícios degradados. A identificação destes edifícios é da competência da Câmara Municipal.



ANEXO II – PLANTA DE DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA DA VILA VELHA DE MAFRA





LEGENDA:



Proposta de Delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) - 13,07ha

G	G		
ALTERADO EM:	MOTIVO:	O TÉCNICO:	APROVADO:



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

DUOMA

DEPARTAMENTO DE URBANISMO,
OBRAS MUNICIPAIS E AMBIENTE

ARQUITECTO	<i>Abr.2015</i>	<i>Sandra R. Garrido</i>
DESENHADOR	<i>Abr.2015</i>	<i>Mariana Vaz Antunes</i>
ENGENHEIRO		
TOPÓGRAFO		
URBANISTA		

ASSUNTO:	Anexo II
Proposta de Delimitação de Área de Reabilitação Urbana (ARU)	
Área envolvente à Vila Velha	
LOCAL:	Mafra

VERIFICAÇÃO:	
APROVAÇÃO:	

N.º DE ARQUIVO:	N.º PROCESSO:
	DATA:
	Abr.2015

DESIGNAÇÃO:	Planta de Localização
-------------	-----------------------

ESCALA:	1 / 5.000	DESENHO N.º:
FASE DO PROJECTO:		01



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

33
446

PARECER

Concordo,

X

Bruno Miranda
Director de Departamento

14/4/2015

Concordo com a informação prestada.

Proponho que se submeta à Câmara Municipal a proposta de delimitação da ARU do centro da Ericeira para posterior aprovação em Assembleia Municipal.

X

Pedro Martins
Chefe de Divisão

14/4/2015

DESPACHO

A reunião

X

Hélder de Sousa e Silva
Presidente da Câmara Municipal

INFORMAÇÃO Interno/2015/4464

ASSUNTO: Área de Reabilitação Urbana do Centro da Ericeira

1. Mafra é, reconhecidamente, um concelho cujo crescimento tem decorrido através da adopção de medidas que permitem às suas tradições e ao seu património desempenhar um papel fundamental no desenvolvimento da sua economia. À imagem da marca Mafra e à semelhança do projecto urbanístico da envolvente do monumento nacional Palácio Nacional de Mafra, torna-se vital que outras áreas urbanas centrais, e cujas características revelam um cariz singular, se revitalizem nos centros urbanos do nosso concelho.
2. A reabilitação urbana assume-se hoje como uma componente indispensável da política das cidades e da política de habitação, na medida em que nela convergem os objectivos de requalificação e revitalização das cidades, em particular das suas áreas centrais desvitalizadas e em processo de degradação. A reabilitação urbana é um mecanismo



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

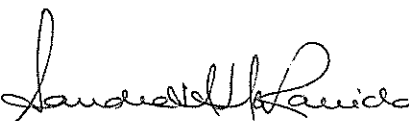
crucial para o desenvolvimento integrado da competitividade local, regional e nacional, que permite a revitalização das áreas abrangidas como centros dinamizadores da sua envolvente directa e, em consequência, de todo o núcleo urbano onde as mesmas se inserem.

3. Neste contexto e considerando que:

- Se verifica a necessidade de congregar na área supra identificada, um conjunto de intervenções e investimentos integrados que assegurem a salvaguarda do património edificado e o desenvolvimento sustentável do respectivo território;
- Nos termos do disposto no n.º 3 do art.º 7 do DL n.º 307/2009, de 23 de Outubro, na redacção que lhe foi conferida pela Lei n.º 32/2012, de 14 de Agosto, a aprovação da delimitação da área de reabilitação urbana pode ter lugar em momento anterior à aprovação da operação de reabilitação urbana a desenvolver nessas áreas.

4. Propõe-se que a Câmara Municipal delibere concordar com a proposta de delimitação da área de reabilitação urbana do centro da Ericeira, elaborada nos termos do disposto no artigo 13.º do Decreto-lei n.º 307/2009, de 23 de Outubro, com a redacção que lhe foi conferida pela Lei n.º 32/2012, de 14 de Agosto, e submetê-la à aprovação da Assembleia Municipal.

Mafra, 14 de Abril de 2015

X 

Sandra Garrido
Técnica Superior



PROPOSTA DE DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA | CONCELHO DE MAFRA

CENTRO DA ERICEIRA

ABRIL 2015

ÍNDICE

MEMÓRIA DESCRITIVA E JUSTIFICATIVA	1
1 INTRODUÇÃO	1
2 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	3
3 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA	5
4 FUNDAMENTAÇÃO DA DELIMITAÇÃO.....	11
5 BENEFÍCIOS FISCAIS	17
 ANEXO I -	
QUADRO DOS BENEFÍCIOS FISCAIS DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA DO CENTRO DA ERICEIRA.....	21
 ANEXO II –	
PLANTA DE DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA DO CENTRO DA ERICEIRA	23





MEMÓRIA DESCRITIVA E JUSTIFICATIVA

1 | INTRODUÇÃO

--

449

O município de Mafra abrange diversos núcleos urbanos de pequena e média dimensão com tradições de uma vivência própria e cuja preservação é essencial para a prossecução das características singulares do concelho. Alguns destes núcleos com uma forte vocação agrícola, outros com uma intrínseca ligação ao mar e ainda a sede de concelho com uma dinâmica cultural e histórica indissociável do Palácio Nacional de Mafra. Todos formam a identidade única do concelho de Mafra que se pretende não só preservar mas igualmente definir como uma marca de referência. Neste contexto e verificando-se que a expansão urbana, decorrente do forte crescimento demográfico no concelho nas últimas décadas, surgiu principalmente nas periferias destes núcleos urbanos. Este desenvolvimento expôs os centros dos núcleos urbano a uma sucessiva degradação, tornando perentório definir meios que permitam a sua resiliência.

A reabilitação urbana é o mecanismo eficaz para contrariar a degradação destas áreas, permitindo que o edificado e os espaços livres recuperem uma funcionalidade adequada às necessidades actuais do núcleo urbano em que se inserem. O objectivo genérico é contribuir para a reabilitação do edificado e dos tecidos urbanos degradados, melhorando nomeadamente as condições de habitabilidade do edificado em simultâneo com as condições do espaço público numa intencional valorização do património cultural. O Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, na redacção dada pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto, refere na alínea e) do Art.º 3.º que “Afirmar os valores patrimoniais, materiais e simbólicos como fatores de identidade, diferenciação e competitividade urbana”, como um dos interesses a prosseguir, e no qual a delimitação de uma Área de Reabilitação Urbana, adiante designada como ARU, se reflete como uma forma integrada com a modernização das infraestruturas urbanas.

A legislação nesta matéria, o Decreto-Lei n.º 53/2014, refere que a promoção da reabilitação urbana constitui um objectivo estratégico, estabelecendo para tal um regime excecional e temporário aplicável à reabilitação do edificado afecto ao uso habitacional, no sentido de viabilizar as operações de reabilitação urbana que estariam impossibilitadas face aos condicionamentos impostos por diversa legislação específica. Com base no pressuposto que muitas destas áreas apresentam espaços urbanos funcionalmente obsoletos, mas estrategicamente centrais e possuidores de características singulares, onde este regime excecional da reabilitação urbana pode assegurar a promoção do seu potencial para restituir a sua urbanidade.





2 | OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

A delimitação da área de reabilitação urbana assenta sobre os seguintes objectivos estratégicos municipais:

450

- A qualificação do espaço público e do ambiente urbano, através não só da modernização das suas infraestruturas, mas igualmente da reestruturação viária e criação de estacionamento em articulação com os transportes públicos, numa intervenção conjunta do espaço público;
- A qualificação em termos ambientais e paisagísticos, assegurando que as intervenções são sustentáveis;
- A reabilitação e reconversão do património construído, garantindo a resiliência integrada das áreas de reabilitação urbana, assegurando a diversidade económica e sócio cultural nos tecidos urbanos existentes;
- Afirmer os valores patrimoniais, materiais e simbólicos como fatores de identidade, diferenciação e competitividade urbana;
- A promoção dos espaços dedicados ao turismo, cultura e lazer, em complementaridade das funções da área a reabilitar, desenvolvendo de forma integrada o concelho de Mafra como um destino turístico de oferta diversificada



3 | CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA

A delimitação da ARU do centro da Ericeira, com 6,06 hectares, integra uma área central pública emblemática da Ericeira. Esta ARU, definida conforme figura seguinte e plantas anexas, integra o Largo dos Condes da Ericeira que é o ponto central de destino viário do utilizador da área comercial desta Vila e pretende reabilitar o espaço público da mesma, a área envolvente que lhe dá acesso, até à emblemática Praia dos Pescadores. A área definida a reabilitar inicia-se junto à Rua dos Bombeiros Voluntários, antiga Estrada Regional 247 e desenvolve-se até à Praia dos Pescadores. A ARU é composta por edifícios públicos de elevado valor simbólico para esta Vila, sendo que se trata da antiga Escola Primária da Ericeira, o edifício dos CTT - Correios de Portugal S. A. e o edifício do Mercado Municipal.

451



Figura 1 – Delimitação da Área de Reabilitação Urbana do centro da Ericeira

Dados Gerais:

Área Total de Reabilitação Urbana (HA) – 6,06



A ARU desenvolve-se a partir da envolvente ao Largo dos Condes da Ericeira, abrangendo parte do edificado que o circunda até à orla costeira. A maioria do edificado envolvente deste Largo já não é o original, tendo as construções iniciado após a década de 60.

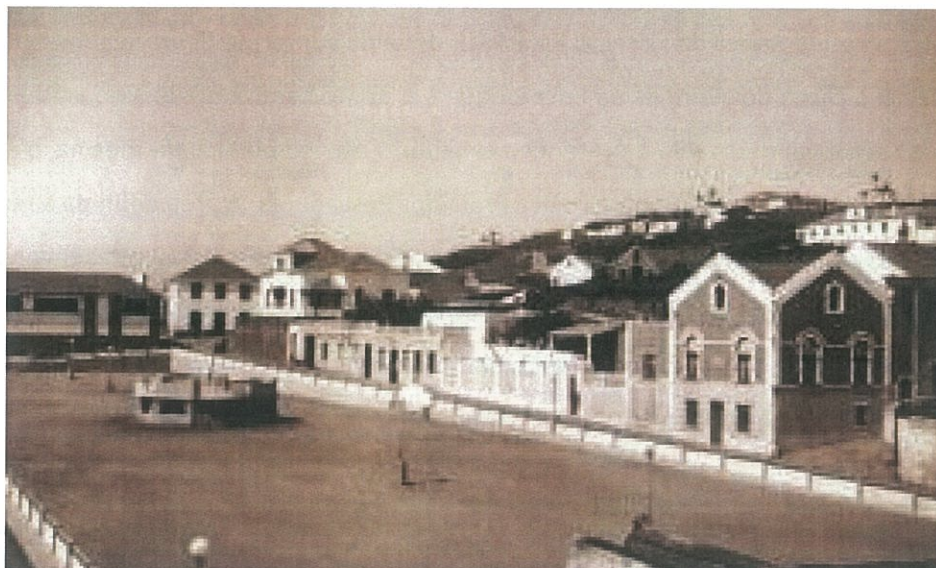


Figura 2 – Largo do Conde da Ericeira

O Largo dos Condes, tal como nas fotografias apresentadas, originalmente apresentava-se como um espaço livre com diversas árvores, tendo posteriormente sido alvo de uma requalificação, com a nova fisionomia de um terreiro murado, com um coreto central, circundado de edificações predominantemente de um piso único e algumas com dois pisos.



Figura 3 – Largo do Conde da Ericeira



O Largo dos Condes da Ericeira, utilizado maioritariamente como estacionamento em seu redor, apresenta uma grande diversidade tipológica e funcional do edificado, constituindo todo o edificado uma frente de rua comercial no piso térreo. O estado de conservação da estrutura viária é deficitário, devido ao estacionamento desorganizado, efetuado ao longo da via pública e à largura dos passeios insuficiente para correta utilização do peão.

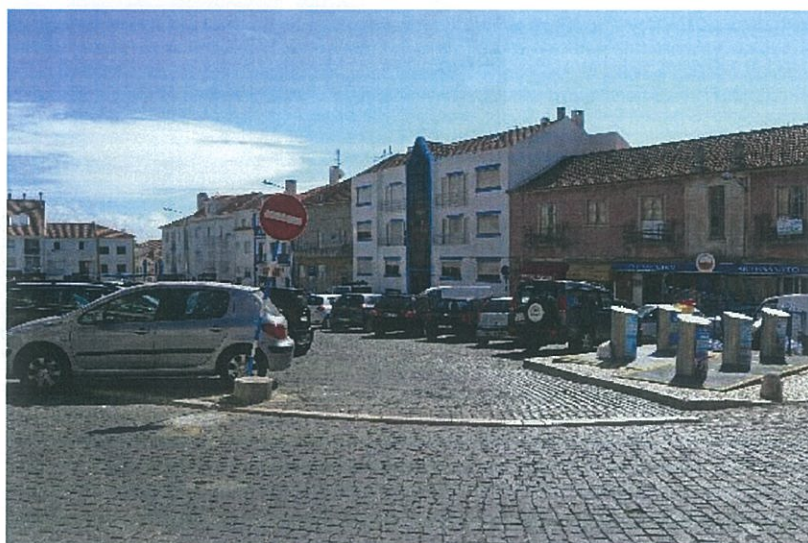


Figura 4 – Largo do Conde da Ericeira

No que diz respeito à antiga Escola Primária da Ericeira, o edificado encontra-se em bom estado de conservação juntamente com a Travessa do Paço que a envolve.

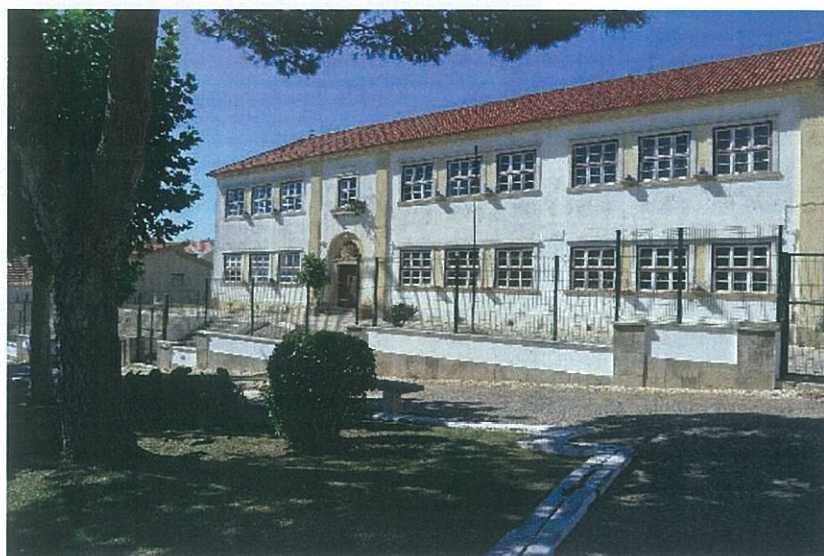


Figura 5 – Antiga Escola Primária da Ericeira



Em relação ao Mercado Municipal, o edifício encontra-se num estado de conservação razoável, fazendo-se notar aos poucos uma necessidade de intervenção. No entanto, as vias em seu redor, de difícil acesso, encontram-se em mau estado de utilização.

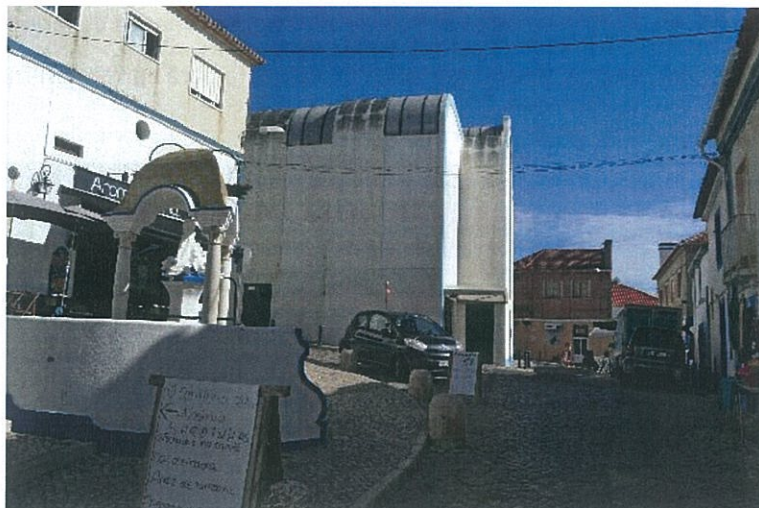


Figura 6 – Mercado Municipal da Ericeira

A praia da Ribeira ou dos Pescadores, face à sua extensão de areal, ao facto de estar protegida dos ventos de sul e de sudeste e à proximidade ao centro da Ericeira é uma das mais utilizadas pelos residentes e visitantes. Este largo define uma frente de fachadas para a praia e que caracteriza a vila piscatória e cuja reabilitação, devidamente integrada com o edifício da Guarda Nacional Republicana, o Forte da Guarda Fiscal da Ericeira e a Capela da N.ª Senhora da Boa Viagem.



Figura 7 – Frente de Rua para a Praia dos Pescadores





Análise preliminar:

Edificado

453

- Edifício do Mercado Municipal da Ericeira em médio estado de conservação, fazendo-se notar aos poucos alguma necessidade de intervenção;
- Edifício da antiga Escola Primária da Ericeira em bom estado de conservação, tendo sofrido recentemente obras de requalificação para utilização distinta.

Espaço Público

- Estacionamento desorganizado, efetuado ao longo da via pública;
- Falta de estacionamento ordenado, nomeadamente, nas áreas de maior concentração de serviços;
- Espaços urbanos exteriores devolutos, desadequados à permanência de pessoas;
- Inexistência de espaços verdes de lazer e recreio integrados na malha urbana, que deem resposta às necessidades da população residente.

Estrutura Viária e Infraestruturas Urbanas

- Largura dos passeios insuficiente para correta utilização pedonal e desadequados à circulação de mobilidade condicionada;
- Espaços públicos livres devolutos, em mau estado de conservação e desadequados à legislação relativa à mobilidade condicionada



h

4 | FUNDAMENTAÇÃO DA DELIMITAÇÃO

454

A Aru do centro da Ericeira abrange o Largo dos Condes da Ericeira, uma das áreas centrais públicas emblemáticas da Vila da Ericeira, estando localizado na área comercial e de serviços da vila, até à orla costeira, visando uma reabilitação conjunta do centro desta vila tão intimamente ligada com o mar. Esta ARU abrange já duas propostas de reabilitação nomeadamente para a antiga Escola Primária da Ericeira e para o Largo dos Condes, a primeira como equipamento, “Ninho de empresas”, e a segunda de forma a melhorar o estacionamento e a circulação no largo. Esta ARU tenciona reabilitar a estreita ligação com o mar abrangendo a área que interliga os quarteirões e largo central à emblemática praia dos Pescadores.

A realização do levantamento fotográfico e a análise do estado de conservação dos edifícios e dos espaços públicos da zona de intervenção pretende desde já possibilitar uma visão crítica sobre os projectos de intervenção, sejam eles no sentido do restauro, da reabilitação, da regeneração ou requalificação. Este inicial registo e avaliação, dos conteúdos culturais do património edificado em causa, permitiu concluir que a reabilitação deste território torna-se peremptória para devolver a esta área central e ao seu edificado de valor consagrado a qualificação do seu espaço público e do ambiente urbano em que se insere.

Para tal, considera-se como relevante que de acordo com o artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 266-B/2012 os níveis de conservação a considerar para avaliação do estado de conservação de um prédio urbano ou de uma fracção autónoma, e válido pelo período de três anos, são de:

5 - Excelente; 4 – Bom; 3 – Médio; 2 – Mau e 1 – Péssimo, e na globalidade esta área apresenta o edificado com um valor de conservação abaixo do médio.

Salienta-se, ainda, que avaliado o potencial de resiliência do espaço público devoluto da ARU, se considera que o investimento na sua reabilitação integrada com a atribuição de funções adequadas se antevê positivo e de grande interesse para os objectivos estratégicos municipais, bem como para a salvaguarda do património histórico e cultural do lugar onde a ARU se insere.

Face ao exposto, a delimitação da área de reabilitação urbana do centro da Ericeira é considerada prioritária para o desenvolvimento do núcleo urbano da vila da Ericeira e para prossecução dos objectivos estratégicos estipulados para as ARU a definir no concelho de Mafra.

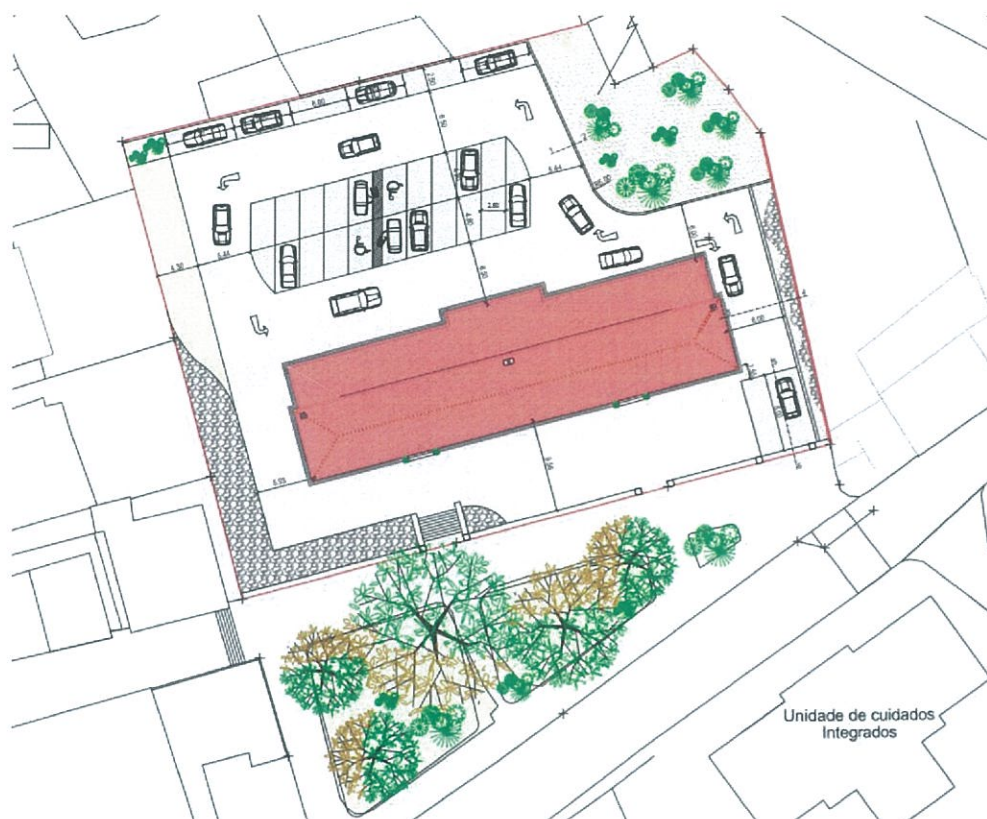


Reabilitação da Antiga Escola Primária da Ericeira

Pretende-se que o edifício, outrora utilizado como Escola Primária, seja reabilitado para alojamento e implementação de equipamento “Ninho de empresas” – (Instalação da “Ericeira Business Factory”, incubadora de negócios no âmbito da economia do mar).

A proposta consiste em reabilitar o espaço existente, para sediar pequenas empresas que pretendam iniciar a sua actividade.

Para o efeito, foi fundamental ajustar o edifício ao novo uso pretendido, mantendo-se inalteradas as antigas salas de aula.





Reabilitação do Largo dos Condes da Ericeira

A solução proposta, que se estende ainda à Rua Prudêncio Franco da Trindade, pretende harmonizar a circulação pedonal e o estacionamento automóvel.

O Largo dos Condes desempenha, hoje, as funções de praça de táxis e de parque de estacionamento gratuito de grande centralidade, próximo de vários edifícios de comércio e serviços de uso diário, designadamente o mercado municipal, a estação dos correios, os serviços bancários e o principal centro cívico da Vila, a Praça da República (vulgarmente designada por “Jogo da Bola”).

Assim, pese embora o desejo de restituir aquele espaço, no todo ou em parte à função anterior de jardim (que caracterizou a vivência comunitária até aos anos 70), o estacionamento constitui uma componente fundamental da mobilidade urbana sustentável, pelo que a intervenção a realizar tem por objecto manter este uso dominante, disponibilizando à superfície 90 lugares de estacionamento, mas também valorizar o espaço destinado à circulação pedonal e às esplanadas, concebendo um desenho urbano que garanta a continuidade dos percursos exclusivamente pedonais existentes na zona envolvente.



Figura 9- Proposta planta de implantação da reabilitação do Largo dos Condes da Ericeira



No sentido de valorizar esta rede de circulação pedonal, proceder-se-á também à inclusão de mobiliário urbano, bem como a implementação de uma zona verde, permitindo o contacto directo com os peões e diluindo a imagem provocada pela massa dos veículos estacionados. A intervenção inclui, também, a instalação de ecopontos para recolha de resíduos sólidos urbanos diferenciados.

Face à necessidade de maximizar o número de lugares de estacionamento, a praça de táxis, actualmente existente no Largo dos Condes, será realocada, passando a integrar-se no espaço contíguo ao jardim da antiga Escola Primária, zona que também será submetida a intervenção urbanística.

Nesta rua, que compreende o troço entre a Estação dos Correios e a ligação à antiga ER247, será garantida a beneficiação do acesso pedonal, quer à nova praça de táxis e à antiga Escola Primária, quer ainda ao edifício da Santa Casa da Misericórdia da Ericeira, bem como a redefinição de lugares de estacionamento automóvel e respectiva repavimentação, com a substituição do pavimento de betuminoso por calçada em toda a extensão deste arruamento.





5 | BENEFÍCIOS FISCAIS

Conforme estipulado pelo art.º 14.º da Lei n.º 32/2012, que procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, a delimitação da área de reabilitação urbana “obriga à definição, pelo município, dos benefícios fiscais associados aos impostos municipais sobre o património, designadamente o imposto municipal sobre imóveis (IMI) e o imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis (IMT), nos termos da legislação aplicável” definida na alínea a) do referido artigo e “Confere aos proprietários e titulares de outros direitos, ónus e encargos sobre os edifícios ou frações nela compreendidos o direito de acesso aos apoios e incentivos fiscais e financeiros à reabilitação urbana, nos termos estabelecidos na legislação aplicável, sem prejuízo de outros benefícios e incentivos relativos ao património cultural” conforme a alínea b) do mesmo artigo.

As acções de reabilitação urbana consistem em **“intervenções destinadas a conferir adequadas características de desempenho e de segurança funcional, estrutural e construtiva a um ou vários edifícios, ou às construções funcionalmente adjacentes incorporadas no seu logradouro, bem como às suas frações, ou a conceder-lhe novas aptidões funcionais, com vista a permitir novos usos ou o mesmo uso com padrões de desempenho mais elevados, das quais resulte um estado de conservação do imóvel, pelo menos, dois níveis acima do atribuído antes da intervenção”** conforme alínea a) do nº 22 do referido art.º 71.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais.

De acordo com o Estatuto dos Benefícios Fiscais, os incentivos previstos à reabilitação urbana no supracitado artigo, **são aplicáveis às acções de reabilitação** que tenham por objecto imóveis localizados em prédios urbanos em áreas de reabilitação urbana. Pelo que a delimitação territorial da ARU do centro da Ericeira é essencial para que nos casos em que existam acções de reabilitação, conforme a alínea a) do n.º 22 do referido art.º 71.º, seja possível ao promotor beneficiar de incentivos fiscais que estimulem a progressiva reabilitação da ARU, cujo edificado e espaços livres se encontram em estado de degradação ou devoluto, e desde que cumpram os requisitos dispostos na legislação e tal como presentemente descritos.

Para o devido enquadramento ao regime previsto nos incentivos à reabilitação urbana, deverá o promotor obter junto da Câmara Municipal comprovativo do estado de conservação do imóvel antes e após realização da ação de reabilitação mediante realização de vistoria.



O pedido para atribuição do estado de conservação deve ser apresentado antes do início da ação de reabilitação, devendo ser formalizado novo pedido após conclusão da mesma. No âmbito da certificação do estado do imóvel é determinado o seu nível de conservação. Quando o mesmo for considerado mau, péssimo ou médio pode ser requerida à câmara a descrição das obras a efetuar para se atingir o nível superior, que deverá ser pelo menos dois níveis acima do atribuído antes da intervenção, tal como definido no art.º 6.º do Decreto-Lei n.º 266-B/2012, de modo a usufruir dos referidos benefícios fiscais.

Os incentivos fiscais são aplicáveis aos imóveis objeto de ações de reabilitação iniciadas após a definição da presente ARU e concluídas até 31 de dezembro de 2020. Podem aceder aos benefícios fiscais os proprietários que após realização de uma acção de reabilitação, cumpram com o definido anteriormente. O acesso a estes benefícios fiscais pressupõe, como referido, a vistoria antes e após a operação de reabilitação. As obras deverão impreterivelmente ser realizadas conforme indicações sugeridas na vistoria, na legislação aplicável para reabilitação urbana em zonas históricas ou em áreas de reabilitação urbana, nomeadamente as previstas no Decreto-Lei n.º 53/2014, de 8 de abril.

Após vistoria no final das acções de intervenção e verificando-se as condições expostas, será emitido um certificado de estado de conservação, que deverá ser apresentado junto da autoridade tributária que aplicará as isenções e benefícios fiscais.

O Quadro dos benefícios Fiscais da área de reabilitação urbana do centro da Ericeira é apresentado no Anexo I.





6 | CONCLUSÃO

A presente proposta da área de reabilitação urbana do centro da Ericeira apresenta uma breve caracterização da realidade, com vista a fundamentar a tomada de decisões sobre a intervenção a concretizar numa área central de grande afluência turística mas com carências a colmatar através de uma reabilitação urbana integrada com a orla marítima, sendo assim uma intervenção efectivamente prioritária para o desenvolvimento integrado da vila da Ericeira e do concelho de Mafra.

O regime jurídico da reabilitação urbana, ao flexibilizar e simplificar os procedimentos, pretende incentivar a criação de ARU, aprovando para tal medidas destinadas a agilizar e a dinamizar a reabilitação urbana. Deste modo a proposta de delimitação da presente ARU apresentada à Câmara Municipal para posterior aprovação da Assembleia Municipal pretende através da legislação aplicável dinamizar áreas em carência evidente dos diversos critérios associados à urbanidade do lugar e garantir a sua reintegração no tecido urbano.

A aprovação da ARU pela Assembleia Municipal carece de publicação através de aviso na 2.ª Série do Diário da República e divulgado na página eletrónica do município e em simultâneo é remetido ao Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I. P., por meios eletrónicos, o acto de aprovação da delimitação da área de reabilitação urbana.

A presente delimitação da ARU caduca no prazo de três anos se não for aprovada a correspondente operação de reabilitação urbana, sendo que a mesma não tem início em simultâneo com a definição da presente ARU. A intervenção deverá consistir numa operação de reabilitação urbana sistemática, ORU, sendo que a mesma pretende ser uma acção integrada de reabilitação urbana de uma área, dirigida à reabilitação do edificado e à qualificação das infraestruturas, dos equipamentos e dos espaços verdes e urbanos de utilização coletiva, visando a requalificação e revitalização do tecido urbano, associada a um programa de investimento público. O projeto de operação de reabilitação urbana deverá ser remetido ao Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I. P., para emissão de parecer não vinculativo, bem como submetido a discussão pública, a promover nos termos previstos no regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial (RJIGT), conforme o disposto para os Planos de Pormenor.



✗

ANEXO I -

QUADRO DOS BENEFÍCIOS FISCAIS DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA DO CENTRO DA ERICEIRA

--

459

Benefícios a aplicar:

- IMI - Isenção por um período de 5 anos, a contar da data de conclusão da ação de reabilitação;
- IMT - Isenção de pagamento nas aquisições de prédio urbano destinado exclusivamente a habitação própria permanente, na primeira transmissão onerosa do prédio reabilitado;
- IRS - Dedução à coleta de 30% dos encargos suportados pelo proprietário relacionados com a reabilitação, até ao limite de €500;
- Mais-Valias - Tributação à taxa reduzida de 5% quando estas sejam inteiramente decorrentes da alienação de imóveis reabilitados em ARU.

Penalizações a aplicar:

- IMI - Acréscimo de 30% no valor do IMI para edifícios degradados. A identificação destes edifícios é da competência da Câmara Municipal.



ANEXO II – PLANTA DE DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA DO CENTRO DA ERICEIRA

4

460





LEGENDA:

Proposta de Delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) - 6.06 ha

G	G		
ALTERADO EM:	MOTIVO:	O TÉCNICO:	APROVADO:



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

DUOMA

DEPARTAMENTO DE URBANISMO,
OBRAS MUNICIPAIS E AMBIENTE

ARQUITECTO	<i>Abr.2015</i>	<i>Sandra R. Garrido</i>	ASSUNTO:	Anexo II	VERIFICAÇÃO:
DESENHADOR	<i>Abr.2015</i>	<i>Mariana Vaz Antunes</i>	Proposta de Delimitação de Área de Reabilitação Urbana (ARU)		
ENGENHEIRO			Centro da Ericeira		
TOPÓGRAFO			LOCAL:		APROVAÇÃO:
URBANISTA			Ericeira		
N.º DE ARQUIVO:	N.º. PROCESSO:	DESIGNAÇÃO:	ESCALA:	DESENHO N.º:	
	DATA:	Planta de Localização	1 / 5.000	01	
	Abr.2015		FASE DO PROJECTO:		

